O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 29 de MARÇO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47279
estadão.com.br

INÊS249

NACHO DOCE /REUTERS

Jovens franceses engrossam atos contra reforma previdenciária

Centenas de escolas e universidades francesas têm sido fechadas por estudantes contrários à reforma que eleva para 64 anos a idade de aposentadoria. Relatório do serviço de inteligência aponta que violência policial aumenta mobilização de jovens. __A11

E&N Empréstimos __B1

Bancos retomam consignado com teto de juro em 1,97%

Bradesco, Banco do Brasil e Caixa anunciaram volta dos empréstimos a aposentados do INSS após governo fixar teto para os juros em acordo entre Previdência e Fazenda.

16,6 milhões de aposentados (45% do total) têm empréstimo consignado

E&N Recado ao governo __B2

Em ata, BC diz que política de juros exige 'serenidade e paciência'

Banco Central reafirmou que não hesitará em elevar juros contra a inflação e que regra fiscal "crível" melhorará cenário.

Órgão ligado à Presidência __A6

Investigação atinge ministro de Lula e assessores de Bolsonaro

__ Apuração da Comissão de Ética mira governo atual e anterior

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República instaurou, após reportagens do **Estadão**, investigação sobre a conduta do ministro das Comunicações do governo Lula, Juscelino Filho, e de três assessores da gestão Jair Bolsonaro. A comissão analisará o uso de diárias e voos da FAB pelo ministro para participar de leilões de cavalos de raça. Dos quatro dias em que ficou em São Paulo, sua agenda de trabalho durou duas horas e meia. A comissão pode propor a Lula advertência, censura pública, suspensão ou demissão. Já o ex-ministro das Minas e Energia Bento Albuquerque, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, e Marcos André Soeiro, ex-assessor de Bento Albuquerque, serão investigados pela entrada irregular no País de joias presenteadas pelo regime da Arábia Saudita. Eles podem ser alvo de censura ética e procedimento administrativo.

Notas e Informações __A8
A ética não é só para os outros

"Tem um peso político grande. Se o presidente nada fizer, outros órgãos podem examinar a conduta do ministro. O presidente pode ser responsabilizado por omissão, como cúmplice"
Carlos Ari Sundfeld
Professor da FGV

Pedras no caminho __A8

Bolsonaro recebeu e guardou 3º estojo de joias em fazenda de Nelson Piquet

Valor do presente, que inclui um relógio Rolex de ouro branco cravejado de diamantes, supera os R$ 500 mil.

26 óbitos por hora __A18

Brasil chega a 700 mil mortes por covid em três anos de pandemia

Primeira morte por covid-19 foi em 12 de março de 2020. Pandemia continua, mas vacinação conteve a tragédia.

Artes visuais __C1

SP-Arte com mais design e Brasil profundo

Feira mais importante do segmento na América do Sul será aberta hoje no Pavilhão da Bienal no Ibirapuera.

FELIPE RAU/ESTADÃO

Na fronteira com os EUA __A13
Incêndio mata 40 em centro de imigrantes no México

Violência na escola __A14
SP está há 1 mês sem ajuda psicológica a professor e aluno

E&N Dívida de R$ 4,2 bi __B37
Cervejaria dona da Itaipava pede recuperação judicial

Notas e Informações __A3
'Serenidade e paciência' do BC

Thomas Friedman __A12
Os EUA não podem confiar em Netanyahu

Roberto DaMatta __C5
Uma democracia vingativa?

A Fundo __C6 e C7

Será a IA o começo do nosso fim?

Yuval Harari, Tristan Harris e Aza Raskin / NYT

A inteligência artificial (IA) poderia ajudar a derrotar o câncer, mas também devorar toda a cultura humana.

Tempo em SP
19° Mín. 30° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/MARIANA-CARNEIRO

Coluna do Estadão

Com 142 deputados, novo bloco afasta Republicanos do Centrão de Lira

A formação do superbloco MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC na Câmara, com 142 deputados, oficializada nesta terça (28), começou a ser costurada há cerca de um mês em um encontro entre os presidentes do MDB, Baleia Rossi (MDB-SP), e do PSD, Gilberto Kassab (PSD). Os partidos são sócios na coalizão política que dá sustentação ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo. A aliança denota ainda o distanciamento do Republicanos do Centrão, grupo até então formado pela sigla junto com PP e PL, o que consequentemente drena poderes de Arthur Lira (PP-AL). Segundo relatos no PSD, Lira só ficou sabendo da articulação há poucos dias e, por isso, não reagiu.

● **OLHO.** O principal benefício do maior bloco da Câmara é ter vantagem nas indicações para comissões mistas, como as que analisarão as medidas provisórias. Isso motivou os parlamentares das siglas a se animarem com a volta dos colegiados mistos, o que era visto com resistência pelos deputados no embate entre Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

● **CONTA...** Em reunião com membros do PP na sexta (24), **Tarcísio de Freitas** disse que parcerias com a prefeitura ajudam a impulsionar Ricardo Nunes (MDB) em 2024. A expectativa do governo paulista é a de que, até lá, projetos como a desmobilização da Cracolândia e a transferência de estruturas administrativas para o centro comecem a surtir efeito.

● **...GOTAS.** Kassab tem defendido a aliados que o governo paulista ajude a fortalecer o prefeito para que ele possa, eventualmente, contar com o apoio do PSD, desde que se mostre viável.

● **CHEGUEI.** Jair Bolsonaro disse a aliados que gostaria de desfilar em carro aberto do aeroporto até sua casa, no Lago Sul, na chegada ao Brasil nesta quinta. A previsão é que ele chegue por volta das 7h30 no Aeroporto de Brasília.

● **CLAQUE.** Há expectativa de que apoiadores acompanhem o ex-presidente no percurso. Mas os membros do partido ainda aguardavam definições sobre o esquema de segurança do governo do DF para verificar se é possível a locomoção. O PL preparou uma área VIP para parlamentares da sigla, na sede do partido, para cumprimentos por volta de 8h.

● **NÚCLEO.** Há confirmação de que Bolsonaro será recepcionado por um grupo pequeno no aeroporto, formado por Michelle Bolsonaro, Valdemar Costa Neto, os líderes do PL no Congresso e pelo general Walter Braga Netto. À noite, ele participa de evento no PL-DF, organizado por Bia Kicis (PL-DF).

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo (Republicanos)

● **CORRENTE.** Nesta terça (28), após o **Estadão** revelar que Bolsonaro ficou com um terceiro conjunto de joias da Arábia Saudita – entre elas um relógio Rolex de R$ 364 mil –, o ex-presidente disparou para os seus contatos no WhatsApp uma notícia de que Lula tem um relógio da marca Piaget, avaliado em R$ 80 mil.

● **CORRENTE 2.** No ano passado, ainda na pré-campanha, uma foto de Lula com o relógio postada em suas redes sociais despertou críticas de bolsonaristas. Na época, o petista disse que ganhou o item de presente e que não sabia quanto valia.

PRONTO, FALEI!

Rubens Jr. (PT-MA)
Vice-líder do governo na Câmara

"Ao invés de pedir direito de resposta, vamos pedir direito de reprise. Queremos que Flávio Dino volte para mais audiências na Câmara."

CLICK

Instagram/@renancalheiros - 28/03/2023

Manuel Vicente Vadell
Embaixador da Venezuela

Três anos após ser declarado 'persona non grata' pelo Brasil, o enviado do governo Nicolás Maduro foi recebido no Senado por parlamentares governistas.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

‘Serenidade e paciência’ do BC

Sob forte ataque do governo Lula, que tudo faz para qualificá-lo como agente político de oposição, o Banco Central explicou didaticamente por que os juros devem ficar onde estão

A divulgação da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) era o evento econômico mais esperado da semana. A decisão que manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano, na semana passada, não surpreendeu ninguém, e a publicação da ata da reunião, em condições normais, seria algo corriqueiro no calendário financeiro. Mas o comunicado divulgado logo após a reunião, especialmente o trecho em que o BC afirmou que não hesitaria em elevar a Selic caso fosse necessário, foi recebido como uma declaração de guerra pelo governo Lula da Silva.

De forma coordenada, diversos ministros vieram a público cobrar uma retratação, por meio da ata, por parte do BC. Até mesmo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, considerou o tom do documento equivocado e disse que os membros do colegiado teriam “esticado a corda”. Frustrando quem esperava ver na ata um novo capítulo dessa novela, o BC respondeu a essas críticas da melhor forma possível. Tecnicamente impecável, o documento trouxe muitos argumentos para justificar a manutenção da taxa básica de juros e foi de um raro didatismo que poderia ser muito bem aproveitado pelo governo neste momento de tantas incertezas.

A ata descreveu em detalhes a deterioração do cenário externo. Além da inflação global elevada e do mercado de trabalho aquecido, Estados Unidos e Europa têm agora o desafio de lidar com os efeitos de uma crise bancária que traz ainda mais volatilidade. Mesmo nesses países, os bancos centrais têm reforçado a austeridade, o que traz consequências à política monetária conduzida por países emergentes.

Internamente, há muitos indícios de desaceleração da economia, mas a inflação ao consumidor continua muito elevada. Esse comportamento, explicou o Banco Central, já era esperado. Se o primeiro estágio da dinâmica da desinflação afeta os preços administrados e os livres e costuma ser mais rápido e intenso, o segundo é bem mais lento, pois envolve a tendência geral dos preços e desconsidera distúrbios resultantes de choques temporários.

Parece bastante evidente que é nessa etapa que o País se encontra hoje. Depois de afetar os bens duráveis, a inflação se deslocou para o setor de serviços e tem demonstrado resiliência, o que reforça a importância de conter a demanda – e, consequentemente, a atividade econômica. “Tal processo demanda serenidade e paciência na condução da política monetária para garantir a convergência da inflação para suas metas”, disse a ata.

Os recados do BC reforçaram a importância das contribuições do governo nesse processo desinflacionário, especialmente no que diz respeito às expectativas. O BC reconheceu a importância da reoneração dos combustíveis e das estatísticas fiscais divulgadas pelo Ministério da Fazenda, mas frisou que não basta apenas apresentar uma nova âncora para alterar essas projeções.

Mudanças nas expectativas de inflação, nas projeções da dívida e nos preços dos ativos não são “mecânicas”, mas dependem fundamentalmente da percepção sobre a solidez e a credibilidade deste arcabouço. O mecanismo que substituirá o teto de gastos ainda precisa passar pelo primeiro teste – não foi nem apresentado, mas já tem sido boicotado por alguns ministros e por lideranças do PT.

A isso, somam-se as críticas de Lula ao regime de metas de inflação. Nem o fato de o Conselho Monetário Nacional (CMN) ter mantido as metas inalteradas até 2025 foi capaz de impedir uma desancoragem ainda mais acentuada das expectativas. A conclusão que a ata deixa implícita parece bastante lógica. Quando o presidente da República não acredita na importância da política fiscal, não é preciso mudar as metas para perceber a falta de disposição do governo em contribuir para atingi-las.

Da mesma forma, se o governo não consegue se unir em defesa do novo arcabouço, não há motivo para acreditar que ele será respeitado. Assim, resta ao BC batalhar sozinho contra a inflação, o que requer uma política monetária bem mais austera e uma dose de serenidade e paciência com quem se recusa a cumprir seu papel. ●

Lula e seu ‘portal da verdade’

Com o ‘Brasil contra Fake’, governo pretende arbitrar o que é verdade ou mentira no debate público; a julgar pela tradição lulopetista de desinformação, será a fabulação de sempre

O governo Lula da Silva avocou para si, agora oficialmente, a tarefa de arbitrar o que é verdade ou mentira no debate público. No domingo passado, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) lançou o *Brasil Contra Fake*, um portal online que reúne respostas para o que a Secom chama de “principais fake news envolvendo o governo federal”. Não se trata de outra coisa senão mais uma manifestação do velho cacoete autoritário dos governos lulopetistas.

Se, de fato, está preocupado com a qualidade do debate público, o governo muito ajudará a melhorá-lo se não mentir nem distorcer a realidade factual para os cidadãos. Por mais singelo que pareça, de sua parte, basta apenas isso. A menos que a motivação recôndita para esse programa seja revelar à sociedade só a “verdade” que o Palácio do Planalto quer ver revelada. Ou, ainda, definir como “fake news” informações que, embora irrefutáveis, sejam constrangedoras para a atual administração. Não se pode desconsiderar também que o *Brasil Contra Fake* pode se descortinar como uma tentativa de desqualificar eventuais críticas ao governo formuladas por jornalistas profissionais ou por adversários políticos.

Governos genuinamente comprometidos com a democracia e com a higidez do debate público não se veem em posição de reivindicar o monopólio absoluto da verdade, menos ainda lançando mão de canais oficiais de comunicação para isso. A sociedade civil tem como se proteger das mentiras que circulam na esfera pública por meio do jornalismo profissional, das universidades e de outras instâncias independentes de guarda da verdade factual.

Já seria temerário que qualquer governo, fosse qual fosse sua orientação política, tomasse para si a atribuição de definir o que é verdade ou mentira entre a miríade de informações que circulam no ambiente digital. Afinal, não cabe ao Estado determinar o que são “fake news”. O quadro é ainda mais perigoso quando é um governo como o de Lula da Silva, logo quem, que se arvora em guardião da “verdade”.

Ao lançar o *Brasil Contra Fake*, Lula afirmou que “o Brasil sofreu muito com mentiras nas redes sociais nos últimos anos”, de modo que o governo precisa “fortalecer uma rede da verdade”. Obviamente, o presidente só não disse que ele e outros próceres do PT foram os artífices de uma máquina de torturar fatos e destruir reputações nas redes sociais que, poucos anos depois, seria levada ao estado da arte pelo bolsonarismo, provocando danos ao País em uma escala ainda por ser devidamente mensurada. É o velho Lula de sempre, dobrando a aposta na falta de memória de ampla parcela dos cidadãos.

É claro que todo esse esforço governamental para construção do que Lula chamou de “rede da verdade” vem revestido das melhores intenções – aquelas das quais o inferno está cheio.

Um programa de combate à desinformação patrocinado pelo atual governo não inspira a mínima confiança. Uma iniciativa como o *Brasil Contra Fake* só não é inacreditável porque os petistas são conhecidos, entre outras coisas, por suas fabulações. Basta dizer que, apenas 72 horas antes de lançar essa espécie de “portal da verdade”, Lula afirmou, sem apresentar provas, que a bem-sucedida operação do Ministério Público de São Paulo e da Polícia Federal que impediu que o Primeiro Comando da Capital (PCC) praticasse uma série de atentados contra autoridades não passava de uma “armação do (*ex-juiz e senador Sérgio*) Moro”.

Evidência cabal de que o *Brasil Contra Fake* não está nem aí para o debate público nem para a verdade factual é o fato de que uma deslavada mentira como essa, por óbvio, não haverá de ser reparada no portal. Decerto também não o será a tese estapafúrdia defendida por Lula segundo a qual a Operação Lava Jato seria fruto de um conluio entre autoridades brasileiras e americanas para usurpar as riquezas do País.

Como confiar no juízo dessa patota que já demonstrou não ter quaisquer escrúpulos éticos nem tampouco apreço pela verdade factual quando esta conflita diretamente com seus interesses? ●

ESPAÇO ABERTO

Respeito à diversidade não é ônus, é potência

Nicolau da Rocha Cavalcanti

No ano passado, Lula não incluiu a pauta da diversidade entre as promessas de campanha, descartando assumir algum tipo de compromisso sobre a paridade de gênero na composição do primeiro escalão de eventual futuro governo. "Não sou (...) de me comprometer a fazer metade: indicar religioso, indicar mulher, indicar negra, indicar homem", disse no debate da Band. Remetendo à qualificação, ele prometeu "indicar as pessoas que têm capacidade para assumir determinados cargos".

O posicionamento de Lula frustrou muita gente. Em contraste com o exemplo do Chile, em que Gabriel Boric fez da diversidade uma pauta transversal e fundante de todo o seu governo, Lula parecia ancorado numa compreensão não apenas ultrapassada, mas desalinhada com seu próprio campo político.

Longe, no entanto, de ser minoritária, a posição de Lula expressa uma visão dominante em amplos setores da sociedade. Para muita gente, o compromisso forte com a diversidade, tanto de gênero como de raça, significaria reduzir, em alguma medida, o patamar de exigência dos cargos. Seria favorecer uma pauta em si positiva – mais pluralidade nas posições de chefia –, mas por um caminho artificial e injusto. Além de afetar a qualidade do exercício do cargo, ele levaria a preterir pessoas "mais qualificadas". Melhor seria, assim defendeu Lula e assim defendem tantos, preservar uma plena liberdade de escolha.

A pauta da diversidade e inclusão é difícil. Toda empresa, organização ou governo comprometidos seriamente com o tema encontram diariamente desafios, das mais diversas ordens, para implementá-la. Essa experiência faz com que muitos, mesmo admirando a pauta, considerem-na irrealizável em seu âmbito de atuação. Se já está difícil contratar sem esse critério, imagine colocar mais um filtro?

Diante desses questionamentos, vem-me à cabeça aquela máxima de que os principais problemas – os verdadeiros entraves que atrapalham os objetivos de uma empresa, organização ou governo – nunca são financeiros, operacionais ou técnicos, tampouco causados por terceiros. São problemas de compreensão: uma percepção equivocada dos temas, que se pode dar tanto no plano da razão teórica como na articulação própria da razão prática.

> ***Indicar duas mulheres negras para o STF é muito mais do que fazer história. É possibilitar que o futuro seja diferente***

A diversidade não é uma pauta "altruísta", como se o objetivo fosse fazer o bem ao outro em detrimento do objetivo pessoal ou do interesse geral. Ter metas de diversidade é caminho para escolher bem, para contratar bem. É a realista tentativa de diminuir os muitos desvios cognitivos que nos levam a valorizar sempre os mesmos perfis: as mesmas características e as mesmas limitações.

Mas que visão ingênua, pensarão alguns. Colocar pessoas muito diferentes trabalhando juntas causa problemas, dirão outros. Sim, a pauta da diversidade gera várias dificuldades. O ponto, no entanto, é outro: essas dificuldades são excelentes. A diversidade contribui para que uma empresa, organização ou governo enfrentem os desafios que de fato precisam enfrentar, sem perderem-se com coisas menores, menos relevantes. A pauta da diversidade foca – ajuda a focar – no essencial. Basta pensar que uma organização incapaz da diversidade é inteiramente inapta para o mundo contemporâneo. Não compreende as pessoas, não dialoga com elas, não interage verdadeiramente com cada uma. Isso vale para todas as esferas privadas e públicas, também para o Judiciário.

Enfrentar as dificuldades de implementação da agenda da diversidade é trabalhar diretamente pela eficácia de curto, médio e longo prazos da própria missão. No governo, por exemplo. Sendo o mundo da política predominantemente masculino, é natural que seja difícil de nomear 50% de mulheres no primeiro escalão. No entanto, a meta da paridade de gênero leva um governo a rever critérios, a ampliar contatos, a envolver mais pessoas em seu projeto, a buscar novos nomes, a pensar fora da caixa. Ela exige trabalho e criatividade, elementos centrais para o sucesso de todo governo.

Talvez Lula pense que, com duas indicações a fazer para o Supremo Tribunal Federal (STF), bastaria que uma delas cumpra a dimensão da diversidade. Em relação à outra, poderia escolher "quem ele quiser". De fato, há nomes espetaculares de homens brancos, que preenchem os requisitos constitucionais. Essa atitude, no entanto, significaria entender o respeito à diversidade como um ônus, e não como uma poderosa forma de alavancar a transformação social.

Se Lula quer mudar a compreensão de mundo instaurada na cúpula do Estado – se deseja um novo olhar para as desigualdades e injustiças sociais, se almeja uma nova perspectiva na aplicação do Direito, se sonha com uma nova sensibilidade sobre os grandes dramas nacionais –, ele tem uma oportunidade única: indicar duas mulheres negras para o STF. É muito mais do que fazer história. É possibilitar que o futuro seja diferente.

E é dar exemplo, cumprindo o espírito do Decreto n.º 11.443/2023, sobre porcentual mínimo de pessoas negras em cargos em comissão e funções de confiança na administração pública federal, que ele assinou no dia 21 de março. ●

ADVOGADO

FÓRUM DOS LEITORES

Juscelino Filho

Funcionários na Câmara

O Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, além de andar de avião da FAB e visitar cavalos de raça como se fosse trabalho ministerial, emprega na Câmara dos Deputados, em seu antigo gabinete, seu piloto de avião, com salário de R$ 10.200, e seu tratador de cavalos, com salário de R$ 7.600 (**Estado**, 28/7, A7). É jovem, médico, deputado federal pelo União Brasil do Maranhão e playboy da política nacional, além de intocável dos arranjos de governos de coalizão, com o Centrão de Arthur Lira, o condestável da Nação.

Paulo Sergio Arisi
paulo.arisi@gmail.com
Porto Alegre

Basta!

É preciso um basta na atuação do ministro Juscelino Filho. Bolsonarista, o deputado do baixo clero licenciado, que assumiu o posto de ministro pela cota de seu partido, para garantir a governabilidade do presidente Lula, deveria pedir para sair, alegando motivos particulares ou força maior. As acusações contra ele são muitas: uso indevido do orçamento secreto, de avião da FAB para fins privados, ocultação de patrimônio, dados falsos ao TSE e, agora, esta apontada na reportagem *Câmara emprega piloto e gerente do haras de Juscelino Filho no Maranhão* (**Estado**, 28/3, A7).

Jorge de Jesus Longato
financeiro@cestadecompras.com.br
Mogi-Mirim

Armação

É visível que ter o piloto do ministro Juscelino e o gerente do haras dele como funcionários da Câmara dos Deputados é "armação do Moro". Ou não?

José Ricardo de Carvalho
ecoarq@uol.com.br
Carapicuíba

Governo Lula

'Seguro morreu de velho'

Nunca uma "leve pneumonia" foi tão providencial como esta contraída por Lula às vésperas da viagem à China, postergada muito provavelmente *sine die* (sem data para ocorrer). Primeiro, suas declarações irresponsáveis e desrespeitosas ao senador Sérgio Moro, repercutidas não como ele gostaria, usando palavras de baixo calão e afirmando que o plano do PCC para sequestrar e matar o senador não passava de "armação" do próprio Moro, desacreditaram a Polícia Federal (PF), cuja cúpula foi trocada em seu governo e, portanto, é hoje constituída por homens de sua confiança. Além disso, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro da Justiça, Flávio Dino, ao contrário da atitude de Lula, haviam elogiado a PF pela operação. Por fim, discursos inflamados e contundentes de deputados e senadores oposicionistas contestando suas irônicas e agressivas falas e, mais, uma pedra perene em seu sapato, prestes a desembarcar amanhã em Brasília, vinda de Miami, para engrossar o coro contra seu governo, fizeram Lula pensar três vezes antes de viajar. "O seguro morreu de velho", não é mesmo?

Sergio Dafré
Sergio_dafre@hotmail.com
Jundiaí

Jair Bolsonaro

Mais presentes

Os fiéis seguidores de Jair Bolsonaro criticaram Lula duramente – com razão – quando veio a público que ele recebeu um relógio Piaget Altiplano avaliado em aproximadamente R$ 85 mil. Agora, só um dos muitos presentes recebidos por seu ídolo, um relógio Rolex, custa mais do que quatro "relógios do Lula". Será que vão fazer cara de paisagem?

Luciano Nogueira Marmontel
automatmg@gmail.com
Pouso Alegre (MG)

Tragédia na escola

Arma silenciosa

O caso do ataque na Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, em São Paulo, esquenta o debate sobre alunos que entram armados e matam e ferem professores e alunos. O debate tomará conta das pautas em dois, três dias, e não faltarão oportunistas para oferecer soluções, mas elas ficam somente no papel. A constatação é cruel: a sociedade e as famílias estão doentes, filhos não têm limites, pais temem os próprios filhos, eles fazem o que, quando e como querem. E ai dos pais se os contrariarem. Os alunos deveriam ir armados de livros para as escolas, mas os livros estão esquecidos, em detrimento do aparelho celular, arma silenciosa que pode destruir a vida destes jovens. Os educadores Joe Clement e Matt Miles, autores do livro *Como o uso da tecnologia está tornando nossos filhos mais burros*, citam, por exemplo, o caso de Bill Gates e Steve Jobs, as duas maiores figuras tecnológicas da história recente, que limitavam o uso dos aparelhos por seus próprios filhos.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Circo iliberal

Marcelo de Azevedo Granato

As candidaturas de 2018 e 2022 de Jair Bolsonaro contaram com o apoio maciço de alguns grupos sociais, entre eles setores da comunidade evangélica. O apoio a Bolsonaro em grande parcela dessa comunidade consolidou-se com as repetidas declarações do ex-presidente a favor de pautas conservadoras, como a valorização da "família tradicional" e a crítica à interrupção da gravidez, e contra iniciativas associadas à esquerda, como as políticas voltadas à comunidade LGBTQIA+.

Durante o mandato do ex-presidente, alguns integrantes do governo associados àquela comunidade deram declarações não só infelizes, mas incompatíveis com o primado dos direitos humanos que orienta o sistema jurídico brasileiro. Exemplo disso foi a declaração da ex-ministra Damares Alves de que a administração Bolsonaro inaugurava "uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa", o que chamou de "metáfora contra a ideologia de gênero". Já o ex-ministro Milton Ribeiro, em entrevista a este jornal, relacionou a homossexualidade a "famílias desajustadas" e disse que havia adolescentes "optando por ser gay".

O governo de Jair Bolsonaro se encerrou, mas os bolsonaristas eleitos para o Congresso Nacional em 2022 parecem querer manter esse costume. Foi o que se viu no discurso do deputado mais votado do Brasil, o autodenominado "cristão, conservador e defensor da família" Nikolas Ferreira (PL-MG), no Dia Internacional da Mulher. No plenário da Câmara dos Deputados, ele colocou uma peruca loura, apresentou-se como "deputada Nikole" e criticou os "homens que se sentem mulheres", dizendo que o lugar das mulheres está sendo "roubado" por tais homens.

Teve tempo, ainda, de aconselhar as mulheres brasileiras ("retomem a sua feminilidade, tenham filhos, amem a maternidade") e insinuar que mulheres trans podem representar uma ameaça para crianças em banheiros públicos ("a liberdade (...) de um pai recusar (...) um homem de 2 metros de altura, um marmanjo, entrar no banheiro da sua filha sem você ser considerado um transfóbico").

Manifestações como essa nada mais são do que a continuação do caminho aberto por Bolsonaro, com sua coleção de declarações infames e impunes. Mas elas mostram também a incompatibilidade entre bolsonarismo e liberalismo.

> ***Manifestações como a do deputado Nikolas Ferreira no Dia das Mulheres mostram a incompatibilidade entre bolsonarismo e liberalismo***

Para provável surpresa dos que identificam a doutrina liberal com o ex-ministro Paulo Guedes, o liberalismo clássico é uma doutrina que defende a limitação do poder do Estado em face de diversos direitos reconhecidos por lei aos indivíduos desse Estado; limitação que deve ocorrer por meio de instituições públicas dedicadas a garantir o respeito a esses direitos.

O primeiro deles é a autonomia, isto é, o igual direito de cada pessoa às próprias escolhas de vida nas várias dimensões em que ela se desdobra: íntima, profissional, social. Feliz ou infelizmente, o liberalismo não aponta projetos ou caminhos de vida. Uma sociedade liberal deixa essas escolhas a seus membros (o que não inviabiliza a atuação do Estado sobre bens, deficiências ou desigualdades sociais relevantes).

A autonomia individual que marca o liberalismo deságua na igualdade e na dignidade de todos os seres humanos. Daí se constrói, por exemplo, o direito de propriedade e de livre iniciativa no campo econômico, que é onde se concentra o liberalismo normalmente identificado com o ex-ministro Guedes: mais restrito (em sua extensão) e imoderado (em sua intensidade) que o liberalismo clássico. É neoliberalismo (econômico).

O liberalismo naturalmente também abraça a liberdade de expressão, frequentemente recordada pelo bolsonarismo. Mas essa doutrina não prega a existência de direitos ilimitados; seu objetivo é garantir o bom funcionamento das sociedades plurais do nosso tempo, integradas por sujeitos que diferem em seus valores, visões de mundo, opções de vida, etc. Daí a notável importância do princípio da tolerância nas sociedades liberais.

A tolerância, porém, é a grande ausente de muitos discursos de adeptos do ex-presidente, como se viu no caso Nikolas Ferreira. Escondido no que entende como liberdade de expressão e imunidade parlamentar, o novo aprendiz de Bolsonaro não pretendeu colocar nada em debate. Se fosse esse o caso, ele não teria associado a pedofilia a pessoas trans ("um marmanjo entrar no banheiro da sua filha"), mas àqueles que de fato aparecem nas estatísticas como responsáveis por esse tipo de ato. Se tivesse feito isso, teria constatado que esses indivíduos usam banheiros (...) masculinos.

Claramente, o único objetivo do deputado foi aparecer, antagonizar, ridicularizar e, assim, rebaixar um grupo que já é discriminado dentro e fora do País (além de querer ditar qual deve ser o papel social das mulheres).

O bolsonarismo se vale de estratégia baixa e circense para levar à opinião pública pontos de vista simplórios, raramente relevantes e falsificados. Para seus adeptos, vale tudo contra as pessoas que não se encaixam em seus padrões, a quem não se confere nem a dignidade da doutrina liberal nem o amor ao próximo da doutrina cristã. ●

DOUTOR EM DIREITO PELA USP E PELA UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI TORINO, INTEGRANTE DO INSTITUTO NORBERTO BOBBIO, É PROFESSOR DA FADI E FACAMP

TEMA DO DIA

ANDERSON RIEDEL/PR

Diamantes sauditas

Bolsonaro guardou joias e outros presentes em fazenda de Nelson Piquet

'Estadão' apurou que a propriedade do tricampeão de F-1, no Lago Sul, em Brasília, foi o destino escolhido pelo ex-presidente para guardar caixas de presentes, como as joias e acessórios recebidos da Arábia Saudita. ●

13.284 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Cadê a 'humildade'? Frango com farofa, pão com leite condensado, caneta 'Bic'...?"
ANDRÉ CUTRIM

● "Será que o Piquet vai vender as joias para pagar a indenização por homofobia e por racismo contra o Hamilton?"
SANDRA BRENAS

● "A pergunta é simples: o que Bolsonaro deu aos árabes para receber tantas joias?"
WENDELL BORDIGNON

● "Se guardou lá, é porque ele tinha certeza que seria ilegal ficar com as joias."
ELIANE FLORIO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Paladar

Conheça a brasileira que criou a torta holandesa. ●
https://bit.ly/42MXNwk

Link

Novo pacote de emojis já está disponível; veja. ●
https://bit.ly/3FYG5wm

Newsletter

Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3gdgSEg

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Executivo

Comissão decide investigar ministro de Lula e assessores de Bolsonaro

Colegiado de Ética Pública da Presidência vai apurar as condutas de Juscelino Filho, atual titular das Comunicações, e de auxiliares do ex-presidente no caso das joias sauditas

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

O ministro das Comunicações do governo Lula, Juscelino Filho, passou a ser investigado pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República pelo mau uso de dinheiro público. O colegiado também vai apurar as condutas de três assessores do governo Bolsonaro que atuaram para ingressar ilegalmente no Brasil com joias da Arábia Saudita, entre eles o ex-ministro Bento Albuquerque. As duas investigações foram instauradas com base em reportagens do **Estadão**.

A comissão pode propor ao presidente da República desde advertência, censura pública, suspensão e, até mesmo, a demissão do subordinado. Quando o servidor não está mais no governo, como é o caso dos ex-assessores de Bolsonaro, o colegiado pode impor censura ética. Na prática, funciona como uma mancha no currículo.

Composição
Abertura de processo ocorre após Lula destituir três dos sete membros do colegiado

Caso seja reconhecida a falta ética, a comissão também pode decidir por enviar o caso para apuração da Controladoria-Geral da União (CGU) ou recomendar a abertura de um procedimento administrativo contra atual ou ex-servidor. Embora seja indicado pelo presidente da República e vinculado a ele, o colegiado atua de forma independente e suas recomendações costumam ser seguidas pelo mandatário.

CAVALOS. A investigação envolvendo o ministro de Lula vai averiguar se ele cometeu infração ética ao requisitar em janeiro avião da FAB e diárias para cumprir uma agenda em São Paulo que alegou ser urgente. Dos quatro dias em que ficou na cidade, porém, sua agenda de trabalho durou duas horas e meia. Todo o restante do tempo foi dedicado a compromissos envolvendo cavalos de raça.

O ministro participou de dois leilões de cavalos, recebeu um "Oscar da raça Quarto de Milha" e inaugurou uma praça em homenagem a um dos equinos de seu sócio. Esses compromissos estavam marcados desde novembro e a lista de homenageados no "Oscar" era pública 17 dias antes da viagem oficial para São Paulo. Ao discursar na praça, Juscelino se apresentou como integrante da "equipe do presidente da República" e prometeu internet grátis naquele espaço. "Se a gente está vivendo esse momento, muito foi fruto do cavalo Roxão, que tem proporcionado bons momentos na vida de muitos aqui", disse ele.

Vinte e quatro horas após a reportagem do **Estadão** – e quase um mês depois da viagem –, o ministro devolveu R$ 2 mil aos cofres públicos de um total de R$ 3.066 que recebeu de diárias. Ele alegou falhas no sistema. Juscelino não devolveu o dinheiro gasto com o voo, que na iniciativa privada chegaria a R$ 150 mil para ida e volta no trecho Brasília-São Paulo.

Por causa do episódio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu duas entrevistas nas quais ameaçou demitir o ministro se ele não desse explicações. O petista se rendeu ao União Brasil, contudo, e manteve seu subordinado. O partido de Juscelino, com 59 deputados, ameaçou retaliar o governo no Congresso se perdesse o posto.

O **Estadão** revelou ontem que empregados particulares dos ministros são pagos pela Câmara. Ele, que é deputado federal licenciado, contratou seu piloto de avião e o gerente do haras onde guarda seus cavalos. Todos seguem empregados pelo suplente de Juscelino, deputado Dr. Benjamim (União Brasil-MA), mesmo trabalhando para o ministro. O governo silenciou sobre o novo escândalo. O suplente admitiu que pode rever as contratações. E o ministro disse não ver ilegalidade.

JOIAS. A Comissão de Ética Pública, criada no governo Fernando Henrique Cardoso, não tem competência para investigar presidente e ex-presidente da República. Razão pela qual Bolsonaro não é alvo da investigação aberta ontem, embora o **Estadão** tenha mostrado que ele atuou diretamente para resgatar joias que entraram ilegalmente no Brasil em outubro de 2021. Documento revelado pelo jornal mostra que um militar foi levado até São Paulo para resgatar os diamantes que estão no cofre da Receita "para atender demandas do senhor presidente da República".

O **Estadão** apurou que entre os investigados estão o almirante Bento Albuquerque, então ministro de Minas e Energia; o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens e braço direito de Bolsonaro; e Marcos André Soeiro, ex-assessor do ministro.

As joias, avaliadas em R$ 16,5 milhões, estavam com Soeiro quando foram retidas pela Receita no Aeroporto de Guarulhos (SP). Ele viajava acompanhado do ministro quando tentou ingressar no Brasil sem declará-las, o que é ilegal. Na ocasião, como revelou o **Estadão**, o servidor poderia ter optado por pagar o imposto, mas se recusou. Diante da abordagem, Bento informou aos funcionários da Receita que eram presentes da Arábia Saudita para a primeira-dama Michelle Bolsonaro. Em entrevista ao jornal, ele retificou a informação. Após o escândalo, passou a dizer que não sabia o que tinha no pacote nem para quem era.

Braço direito de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid é quem assina o despacho que enviou um militar até São Paulo para buscar as joias. Em entrevista ao jornal, Cid revelou que um segundo pacote de diamantes, que estava com o ministro, entrou ilegalmente no País e estava com Bolsonaro. Após a revelação, o Tribunal de Contas da União (TCU) mandou Bolsonaro devolver os bens ao País – o que foi feito.

Ontem, o **Estadão** revelou a existência de um terceiro pacote de joias, incluindo um relógio Rolex cravejado de diamantes, que está com Bolsonaro (*mais informações na pág. A8*).

TROCA. A decisão da comissão de investigar um ministro de Lula e três ex-auxiliares de Bolsonaro se deu após o petista destituir, em um ato sem precedentes, três dos sete membros do colegiado. Eles haviam sido indicados no ano passado por Bolsonaro. A composição antiga praticamente ignorou conflitos éticos envolvendo ministros.

O próximo passo agora é ouvir a defesa dos investigados, inclusive com a produção das provas. O colegiado poderá também requisitar os documentos que entender necessários. A legislação não prevê um prazo para conclusão do processo, mas fala em celeridade. A comissão julga autoridades do alto escalão, como ministros de Estado, secretários de Estado e secretários executivos, além de presidentes e diretores de agências, autarquias e estatais. ●

Para entender

O passo a passo na Comissão de Ética

● **Instrução**
Com a decisão de abertura de investigação, o próximo passo será a análise do caso com a possibilidade de o colegiado requerer documentos e informações dos envolvidos

● **Defesa**
Caso decida pela culpa de algum servidor, a comissão dá direito ao investigado de apresentar sua defesa

● **Decisão**
Ao final da instrução processual, o órgão vai proferir a decisão. Se concluir pela culpa, a comissão pode sugerir ao presidente da República que demita o subordinado e ainda remeter o caso para apuração disciplinar na Controladoria-Geral da União (CGU)

● **Investigado**

ISAC NV=BREGA / MCOM - 27/2/2023

A comissão julga autoridades do alto escalão – ministros de Estado, como Juscelino Filho (*foto*), secretários de Estado e secretários executivos. O presidente ou o ex-presidente da República, como Jair Bolsonaro, não pode ser julgado pelo colegiado

3 perguntas para...

CARLOS ARI SUNDFELD
Professor da FGV e doutor em Direito pela PUC-SP

Qual é o limite de atuação da Comissão de Ética da Presidência da República?
Ela vai verificar e dar um parecer, avaliando se foi ou não violado pelo ministro algum dos padrões de comportamento previstos pelo próprio regulamento. No âmbito da comissão, só pode fazer advertências e censuras. Mas pode oficiar a autoridade responsável para que tome providências.

Qual é a força de um parecer desfavorável?
Tem um peso político muito grande. Se o presidente nada fizer, outros órgãos de controle podem examinar a conduta do ministro, como o STF e a PGR. O presidente da República também pode ser responsabilizado por omissão, como um "cúmplice".

Até que ponto Lula poderia ser responsabilizado?
As sanções são duas: ou ele cometeu crime e vai ser acusado pelo procurador-geral da República no Supremo, ou um parlamentar pode apresentar um pedido de processo de responsabilidade no Congresso. O constrangimento do parecer da comissão é grande, porque o presidente não vai se expor a uma ação penal no Supremo e nem a um pedido de impeachment. ● ISABELLA ALONSO PANHO

NOTAS E INFORMAÇÕES

A ética não é só para os outros

Pretensão de Bolsonaro de embolsar presentes caros revela compreensão distorcida da função pública

Não é questão de condenar por antecipação nem de julgar sem provas. Mas o que foi revelado até o momento é suficiente para afirmar: Jair Bolsonaro achou que o exercício da Presidência da República dava ensejo para ele deixar o Palácio do Planalto com mais bens do que quando ele lá chegou. Até agora, foram revelados três lotes de presentes caríssimos que ele pretendia incorporar ao seu patrimônio pessoal. Os casos exigem investigação cuidadosa. Há presentes de valores vultosos, que destoam das práticas habituais da cortesia diplomática, o que pode eventualmente representar algum tipo de contrapartida, com implicações penais ainda mais graves.

Avaliado em cerca de R$ 16,5 milhões, o primeiro lote de joias de ouro e diamantes foi barrado pela Receita Federal quando entrava no País na mala de um assessor, sem qualquer tipo de declaração. O caso foi revelado pelo **Estadão**, que mostrou o empenho de Jair Bolsonaro, até o final do mandato, para tentar liberar e, aparentemente, ficar com esses bens.

O segundo lote de presentes, com joias e armas avaliadas em cerca de R$ 500 mil, foi integrado ao acervo pessoal de Jair Bolsonaro. No entanto, depois de o caso vir à tona, a Justiça determinou a devolução dos bens. No dia 24 de março, a defesa de Bolsonaro entregou essas joias e armas dadas por autoridades sauditas em uma viagem oficial.

Agora, o **Estadão** revelou a existência de um terceiro pacote de joias dadas ao presidente da República pelo regime da Arábia Saudita em outubro de 2019. Num primeiro momento, os presentes ficaram no acervo privado do presidente da República. No entanto, em junho de 2022, Bolsonaro solicitou que as joias fossem encaminhadas ao seu gabinete, ficando sob sua guarda. Estima-se que o lote valha, no mínimo, cerca de R$ 500 mil.

Tal como dispõe o Decreto 4.344/2002, todos os presentes recebidos pelo presidente da República em cerimônias de troca de presentes, audiências com chefes de Estado e de governo, visitas oficiais ou viagens ao exterior devem ser incorporados ao patrimônio da União, com exceção dos itens de natureza personalíssima (medalhas personalizadas e grã-colar) ou de consumo direto (bonés, camisetas, gravata, chinelo, perfumes, entre outros). Em julgamento de 2016, corroborando os termos do Decreto, o Tribunal de Contas da União (TCU) classificou como grave irregularidade a incorporação de presentes recebidos em função do cargo ao acervo pessoal do presidente da República.

A moralidade pública não pode ser um slogan que se exige apenas do lado contrário. A lei tem de ser cumprida e os indícios, investigados até o fim, até porque a devolução das joias por si só não modifica eventual tipificação penal de corrupção.

A coisa pública merece muito mais respeito. Mesmo que seja "apenas" incorporação indevida, o que ainda não foi comprovado, é um escândalo alguém achar que pode levar para casa presentes de R$ 500 mil recebidos no exercício de uma função pública. Tem algo de muitíssimo errado quando cargo público se torna ocasião de enriquecimento pessoal. ●

Presentes sob investigação

Bolsonaro guardou 3ª caixa de joias e presentes valiosos em fazenda de Piquet

Presidente ficou com estojo com relógio Rolex, abotoaduras, caneta, anel e rosário árabe; bens valem mais de R$ 500 mil

ANDRÉ BORGES
ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

ESTADÃO

Estojo de joias é composto por peças em ouro branco e diamantes

O ex-presidente Jair Bolsonaro guardou presentes recebidos durante seu mandato em uma propriedade do ex-piloto de Fórmula 1 e seu amigo Nelson Piquet, em Brasília. Para a chamada Fazenda Piquet, localizada no Lago Sul – uma das regiões mais valorizadas da capital federal –, foi encaminhado um terceiro estojo de joias que ficou em posse de Bolsonaro após o fim do mandato, conforme revelado na noite de anteontem pelo **Estadão**.

O pacote com os presentes em ouro branco e diamantes também foi dado pela Arábia Saudita. O estojo inclui um relógio da marca Rolex – avaliado em R$ 364 mil – uma caneta da marca Chopard, abotoaduras, um anel e uma masbaha – um tipo de rosário árabe. O valor de todos os bens passa de R$ 500 mil. Já são três presentes dados ao ex-presidente pelo regime saudita.

O primeiro estojo de joias, como também revelou o **Estadão**, era destinado à primeira-dama Michelle Bolsonaro. O governo Bolsonaro tentou entrar ilegalmente no País com colar, anel, relógio e par de brincos de diamantes avaliados em R$ 16,5 milhões, mas a caixa com as joias foi apreendida pela Receita. O segundo presente – relógio, par de abotoaduras, caneta, anel e masbaha – todos da marca Chopard e avaliados em R$ 800 mil – foram devolvidos pela defesa de Bolsonaro ao poder público, por ordem do Tribunal de Contas da União (TCU).

A reportagem apurou que o último conjunto, diferentemente das outras duas caixas, foi recebido em mãos pelo próprio ex-presidente, quando esteve com sua comitiva em viagem oficial a Doha, no Catar, e em Riad, na Arábia Saudita, entre 28 e 30 de outubro de 2019.

VALOR. Como ocorreu com a segunda caixa, a terceira está entre os bens guardados na Fazenda Piquet. Para lá, Bolsonaro mandou joias, enquanto itens como cartas e livros foram despachados para o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, no Rio. Esses pertences receberam o entendimento de que seriam do Estado brasileiro, ao passo que as joias foram tratadas como bens pessoais.

A propriedade de Piquet – escolhida para abrigar pertences que Bolsonaro não queria entregar para a União – recebeu dezenas de caixas. O material alocado na propriedade do amigo e apoiador do ex-presidente saiu pelas garagens privativas dos Palácios do Planalto e da Alvorada – este residência oficial da Presidência.

A data inicial para envio das caixas foi registrada no dia 7 de dezembro de 2022, quando Bolsonaro começou a organizar a sua saída dos palácios, após a derrota na eleição para o petista Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar do pedido ter ocorrido nesta data, houve atraso na remessa, e os itens só seriam encaminhados à casa de Piquet no dia 20 de dezembro, uma terça-feira, às 9h.

Faltavam apenas 11 dias para o fim do mandato de Bolsonaro. Na semana seguinte, o presidente mandaria um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) ao Aeroporto de Guarulhos, para tentar resgatar a caixa de joias com diamantes para Michelle apreendidas pela Receita, como seu próprio ministro Bento Albuquerque afirmou ao **Estadão**.

A reportagem procurou Piquet para questioná-lo sobre os motivos de guardar, em sua propriedade, os bens que Bolsonaro alega que são dele, apesar deste entendimento contrariar a lei e o que determinou o TCU em 2016. Não houve resposta. Piquet é um cabo eleitoral ativo de Bolsonaro.

Em novembro do ano passado, um mês antes de alocar os presentes do então presidente, o ex-piloto brasileiro participou das manifestações contra a derrota Bolsonaro. O tricampeão de F1 chegou a fazer uma doação de R$ 501 mil para a campanha de Bolsonaro, em agosto de 2022.

Na semana passada, Piquet foi condenado a pagar uma indenização de R$ 5 milhões por falas racistas e homofóbicas dirigidas ao piloto de Fórmula 1 Lewis Hamilton, da Mercedes, durante entrevista a um canal do YouTube. Cabe recurso.

NA MIRA. O terceiro estojo entrou na mira de parlamentares, que procuraram o TCU para cobrar que Bolsonaro entregue o conjunto. Parlamentares do PSOL pediram o confisco das joias. "Solicitamos que este Tribunal adote as medidas cabíveis para restituição dos bens ora citados e a eventual responsabilização do ex-presidente Jair Bolsonaro", diz o pedido de duas congressistas do partido.

Em 2019

Presentes foram recebidos por Bolsonaro em mãos quando esteve com comitiva em viagem a Riad

A defesa de Bolsonaro já chegou a sustentar a tese de que os presentes seriam bens pessoais e que poderiam ser incorporados ao acervo privado. Ao se manifestar sobre os presentes, o advogado do ex-presidente Bolsonaro, Frederick Wassef, declarou que Bolsonaro, "agindo dentro da lei, declarou oficialmente, os bens de caráter personalíssimo recebidos em viagens, não existindo qualquer irregularidade em suas condutas". Procurada, a defesa do ex-presidente não respondeu sobre a terceira caixa.

Bolsonaro disse que deve voltar ao Brasil amanhã, às 7h30, para "trabalhar com o Partido Liberal" e "fazer política". A expectativa é que preste esclarecimentos sobre as joias que recebeu irregularmente e as que tentou receber. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal investigam o caso. ●

Marcelo Godoy E-mail: marcelo.godoy@estadao.com; Twitter: @MarceloGodoy000

A volta de Bolsonaro e o 31 de Março

Fingindo-se de morto, Stalin olha fixo os soldados que retiram seu caixão do Kremlin. A cena abre o poema *Os herdeiros de Stalin*, de Ievguêni Ievtuchenko. O texto apareceu no *Pravda*, em 1962, e se tornou símbolo do Degelo, a política de desestalinização de Nikita Kruchev. No Brasil, Haroldo de Campos traduziu assim seus versos finais: "Enquanto neste mundo houver herdeiros de Stalin, para mim,/no mausoléu,/Stalin ainda resiste".

O poeta tinha razão. Não basta retirar o caixão do mausoléu. Stalin tem herdeiros. A Rússia de Putin retomou o culto ao *vozhd*, ao líder, e levou seus sonhos imperiais à Ucrânia. Uma nação é também feita de símbolos e heranças. E memória.

Foi para apaziguar os ânimos e desarmar os espíritos que o almirante Mauro César Rodrigues, o brigadeiro Mauro Gandra e o general Zenildo Lucena decidiram, em 1995, acabar com a nota conjunta sobre o 31 de Março de 1964. Desfeita a URSS, o anticomunista como forma de coesão e identidade se enfraquecera. Além disso, a data dividia o Brasil. E as Forças Armadas devem ser fator de união e não de conflito. Não se comemora vitória sobre brasileiros. Caxias ensinara isso ao vencer os farrapos.

Jair Bolsonaro escolheu a data de sua volta ao País. Ele e seus generais retiraram do caixão a comemoração oficial sobre o golpe porque a Nova República se esqueceu dos herdeiros do AI-5. Ela suprimiu a data, mas nada pôs no lugar; não procurou um feito das armas nacionais para opor ao 31 de Março como símbolo da Constituição.

> *A República precisa de uma data para opor aos herdeiros das ditaduras o valor da democracia*

Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Émile Durkheim diz que "na base de todo sistema de crenças e de todos os cultos deve, necessariamente, haver certo número de representações fundamentais e atitudes rituais". Datas, símbolos e rituais não são frivolidades. A dimensão simbólica penetra a vida social. Jaques Le Goff mostra que se tornar senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominam as sociedades históricas.

Na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, além de seus patronos, só Mascarenhas de Morais, o comandante da Força Expedicionária Brasileira, tem ali o retrato sem ter chefiado a escola. Isso mostra um caminho à República: retirar o 21 de fevereiro do esquecimento que lhe dedica o mundo civil.

A data da vitória de Monte Castelo é um símbolo de união nacional e da luta contra o nazifascismo. Eis um feito das armas que se deve lembrar para afirmar a liberdade e a democracia como valores fundamentais. A República não deve esquecê-lo. E não é porque os herdeiros do AI-5 ou os de Stalin podem um dia voltar. É porque, na verdade, eles nunca foram embora. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Poderes

Pacheco resiste a proposta de Lira sobre MPs

Reunião entre líderes do Congresso termina sem acordo; impasse trava agenda legislativa e governo vai recorrer a projetos de lei

IANDER PORCELLA
BRASÍLIA

A reunião entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir o impasse sobre o rito de tramitação de medidas provisórias (MPs) terminou ontem sem acordo. O senador aceitou estabelecer prazos para as comissões mistas analisarem as propostas enviadas pelo governo, mas disse que há dificuldades em aceitar a mudança na composição dos colegiados sugerida por Lira. Pacheco defendeu a paridade entre senadores e deputados nas comissões mistas como uma forma de "controle qualitativo" das MPs.

Discussão
Senador aceita fixar prazo para analise de propostas, mas resiste em mudar composição das comissões

A Câmara quer a proporcionalidade de um senador para cada três deputados nos colegiados – hoje são 12 parlamentares de cada Casa. Lira argumentou que, com o fim da paridade, a votação das MPs seria feita de forma separada – primeiro na Câmara e depois no Senado –, o que, na visão dele, evitaria um desequilíbrio.

"Há regras, que são regimentais. Há uma natureza e uma essência do que é a razão da paridade (*entre deputados e senadores nas comissões de MPs*). Eu disse que é um controle qualitativo de peso igual das duas Casas, que prestigia o bicameralismo", rebateu Pacheco, em entrevista coletiva.

Mais cedo, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), já havia sinalizado que os senadores não aceitariam a mudança na composição das comissões mistas por avaliarem que haveria um "desequilíbrio" entre as duas Casas.

PROJETOS. Sem acordo, o governo Lula deve transformar a maioria das MPs que estão travadas pelo impasse em projetos de lei com urgência constitucional. O Palácio do Planalto pediu ao Congresso, contudo, que as medidas do Bolsa Família, do Minha Casa, Minha Vida e da reestruturação da Esplanada dos Ministérios tramitem normalmente nas comissões mistas e sejam votadas o quanto antes.

As MPs editadas pelo governo têm efeito imediato, mas precisam ser aprovadas em até 120 dias para não perder validade. "Instalaríamos as comissões mistas de algumas medidas provisórias, digamos, que têm maior impacto para o governo, como a da reorganização administrativa e de programas", disse Randolfe. ●

Dilma chega à China em voo da FAB e assume cargo em banco

A ex-presidente Dilma Rousseff começou ontem a trabalhar à frente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Ela viajou de carona num voo da Força Aérea Brasileira (FAB). O avião foi deslocado a Xangai e Pequim para levar a petista e buscar servidores do Itamaraty e da Presidência, que estavam na China em missão precursora para preparar a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país, adiada por motivo de saúde.

Indicada por Lula, Dilma foi eleita por unanimidade por representantes dos países com assento no conselho do banco, criado em 2014 pelos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Dilma já foi até a sede do NDB, mas a cerimônia de posse da nova presidente do banco será realizada posteriormente, quando Lula conseguir realizar a visita de Estado ao país – postergada por causa de uma pneumonia. ● FELIPE FRAZÃO

Ricardo Salles

‘Se o PL ficar com Nunes, a eleição está perdida’

Deputado tenta evitar apoio da sigla ao prefeito e espera ser o nome do campo bolsonarista em 2024

WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Salles busca se viabilizar como candidato à Prefeitura paulistana

ENTREVISTA

Eleito deputado federal, foi ministro do Meio Ambiente, secretário particular e do Meio Ambiente de Geraldo Alckmin em São Paulo

PEDRO VENCESLAU

Um dos mais aguerridos defensores do ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, de 47 anos, recebeu 604.918 votos e foi o 4° deputado federal mais votado de São Paulo em 2022. O capital eleitoral o estimula a se movimentar para tentar se cacifar como candidato do campo bolsonarista à Prefeitura em 2024. Os planos, porém, esbarram na relação próxima que seu partido, o PL, mantém com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) – que vai disputar a reeleição.

"Por mais que o prefeito queira os votos da direita, ele não tem essa relação com o presidente Bolsonaro. Ricardo Nunes nem sequer apoiou o Bolsonaro no 2° turno", disse ele, nesta entrevista ao **Estadão**.

Salles foi ministro entre 2019 e 2021. Sua gestão foi marcada por polêmicas. Em uma reunião ministerial em abril de 2020, ele sugeriu a Bolsonaro que aproveitasse o momento em que atenção da imprensa estava voltada para a pandemia da covid-19 para ir "passando a boiada" na área ambiental, flexibilizando regras. A seguir os principais trechos da entrevista:

O sr. quer ser candidato a prefeito da capital, mas o seu partido, o PL, está na gestão Ricardo Nunes e cogita apoiá-lo. Espera se firmar como representante do bolsonarismo em SP?

Sim, com certeza a minha expectativa é ser o candidato do presidente em São Paulo pelo fato de ter uma ligação com ele e ter sido seu ministro. Por mais que o prefeito queira os votos da direita, ele não tem essa relação com o presidente Bolsonaro. Ricardo Nunes nem sequer apoiou o Bolsonaro no 2° turno.

Essa é a intenção de Nunes? Ele diz que não é de direita...

Ele quer os votos da direita, mas declarou para o **Estadão** que não será o candidato da direita. Se ele não quer ser o candidato da direita, por que quer os votos dela? Eu sou o candidato da direita. Ricardo Nunes foge dessa posição. O partido dele está na base do Lula e tem ministérios.

No ano passado, Lula e Haddad venceram a eleição na capital paulista. Um nome com perfil moderado teria mais chance nesse campo da direita?

João Doria venceu na capital em 2016 com um discurso bem à direita. Existe esse espaço. Não digo que meu discurso será radical. Ser de direita não é ser radical. Não existe essa correlação. Essa coisa de radicalismo no fundo é usada para desqualificar. Não tem problema nenhum em ter um candidato da direita. São Paulo vive um momento de desordem e caos. Isso abre espaço para uma candidatura de direita que tenha um choque de civilidade como o do Rudolph Giuliani em Nova York em 1993. Aquela regra da lei e ordem, ou da tolerância zero, foi um choque de civilidade. São Paulo está precisando disso. A cidade está um horror, e não é por falta de dinheiro. Tem R$ 30 bilhões em caixa.

Como está sua articulação no PL? O presidente do partido, Valdemar da Costa Neto, esteve recentemente com o prefeito e sinalizou um possível apoio...

Ricardo é o prefeito, por isso tem a máquina a seu favor. O PL tem a Secretaria de Meio Ambiente e duas subprefeituras, do Campo Limpo e Butantã. Há um certo cuidado do Valdemar, e é natural que seja assim, dele tomar qualquer decisão ou dar sinais de que pode não estar com o prefeito. Isso pode implicar na perda do espaço que o partido já tem na Prefeitura.

Se o PL apoiar o Nunes, o sr. pode mudar de partido para disputar a Prefeitura?

Essa é uma discussão que vamos ver. Não estou vendo o PL com o Ricardo. Só há uma chance disso acontecer: se o Ricardo Nunes melhorar muito a ponto de ser viável. Hoje ele não é. O prefeito não é conhecido e tem uma alta taxa de rejeição. A maioria das pessoas não o conhece. E quem o conhece o rejeita.

Conta com apoio de Tarcísio em 2024?

Estive com ele semana passada. A posição dele é ter uma parceria administrativa com o prefeito. É correto que mantenha isso. Mas, se nós mostrarmos viabilidade eleitoral, é óbvio que ele vai preferir ficar com o campo que o elegeu, que foram a direita e os bolsonaristas.

O sr. acha que teria viabilidade fora do PL?

Se o PL ficar com o Ricardo Nunes, a eleição está perdida. O Nunes não ganha do (*Guilherme*) Boulos. Isso abre espaço para minha candidatura. O presidente (*Bolsonaro*) não vai apoiar o Ricardo Nunes. Entre ele e eu é óbvio que vai apoiar a mim.

Bolsonaro lhe disse isso?

Nem precisa dizer. O ministro dele era eu. Ricardo Nunes não apoiou Bolsonaro no 2° turno.

A escolha do Boulos como candidato do PSOL com apoio do PT facilita a sua estratégia?

Se tem alguém que é a face invertida dessa moeda sou eu. Para mim é fácil debater com ele. Temos 100% de divergência.

Michelle Bolsonaro terá voo próprio na política?

O capital político é do Bolsonaro. Michelle fez um bom trabalho como primeira-dama, especialmente nos assuntos de voluntariado. Mas ninguém vai fazer nenhum movimento sem que o presidente esteja de acordo ou incentive.

Bolsonaro vai ficar inelegível?

Há claramente uma linha de atuação do TSE que prepara um processo nesta direção de torná-lo inelegível.

Nesse cenário, quem seria o herdeiro (ou herdeira) dele em 2026?

Está cedo para dizer. Tem muita gente no páreo: Michelle, Tarcísio, (*Romeu*) Zema... ●

Em Londres, Tarcísio tem alta após retirar cálculo renal

ANA LUIZA ANTUNES
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi submetido ontem, em Londres, a uma cirurgia para retirada de um cálculo renal. Em publicação nas redes sociais, o governador agradeceu as mensagens de apoio que recebeu, e disse que estava se "recuperando bem" após o procedimento. Ele já recebeu alta. Segundo o governador, "novos exames" vão definir a retomada da agenda no exterior.

"Em primeiro lugar, agradeço as mensagens e desejo de pronta recuperação. O procedimento de retirada do cálculo renal foi bem-sucedido e estou me recuperando bem, com expectativa de alta para hoje (*ontem*). Volto amanhã (*hoje*) ao hospital para novos exames, que definirão sobre retomada da agenda", afirmou o governador, em mensagem publicada em seu perfil no Twitter.

Tarcísio está na Europa desde segunda-feira para participar de reuniões com representantes do mercado financeiro e de encontros bilaterais. No mesmo dia, entretanto, ele se sentiu mal e foi internado devido a uma crise nos rins durante os compromissos internacionais. Com isso, o governador precisou interromper a agenda oficial para fazer o tratamento médico.

Agenda
Segundo governador, novos exames vão definir a retomada de compromissos na Europa

O secretário de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz, representou o governador nos encontros programados para esta semana. Ferraz participou, em nome do governador, de agendas em Londres e viaja hoje a Madri, na Espanha, para compromissos.

PARCERIAS. Antes do anúncio da internação de Tarcísio, o secretário já havia participado de um almoço com representantes do setor financeiro na embaixada brasileira e de um debate com bancos, fundos de investimento e empresas na sede europeia da Bloomberg.

Segundo o governo de São Paulo, o objetivo da viagem do governador pela Europa é atrair investimentos para o Estado e apresentar o portfólio de parcerias público-privadas e privatizações – bandeiras da gestão – a CEOs, empresários e fundos de investimento interessados em consolidar negócios na capital paulista.

A agenda do governador inclúia encontros com autoridades espanholas e francesas, além de um "roadshow" com empresas locais. Os compromissos serão reavaliados após o resultado dos exames. ●

The Economist: a reforma na França e o 'direito à preguiça'

França

Protesto contra reforma de Macron atrai cada vez mais estudantes

Mais jovens têm participado das manifestações contra mudança na previdência em meio ao aumento da repressão policial; confrontos ocorreram em Nantes, Lyon, Lille e Paris

CHARLY TRIBALLEAU / AFP

Autoridades francesas registraram ontem 53 incidentes em estabelecimentos escolares; protestos e greves aumentam pressão sobre Macron

PARIS

Manifestantes voltaram ontem às ruas de várias cidades da França, mas desta vez com uma forte presença de estudantes. Embora os protestos e as greves sejam em razão de uma polêmica reforma da previdência aprovada por decreto pelo presidente Emmanuel Macron, os estudantes têm se mobilizado cada vez mais conforme a repressão policial aumenta. No fim da tarde, ocorreram confrontos violentos principalmente nas cidades de Nantes, Lyon, Lille e Paris.

Segundo um relatório do serviço de inteligência da França publicado pelo jornal *Le Figaro*, incidentes de violência policial contra manifestantes, como os que ocorreram nos últimos protestos em Paris, podem ser extremamente mobilizadores entre os jovens e poderiam provocar a raiva. Com isso, as autoridades se prepararam para um número até três vezes maior de jovens nas ruas.

"Todos nós conhecemos alguém que foi espancado ou esteve sob custódia da polícia", disse Lou Boudet Marin, de 21 anos, que compareceu ao protesto com dois amigos. "Tenho a sensação de que até pessoas que não eram necessariamente contra a mudança na aposentadoria estão começando a participar do movimento", concorda sua amiga Nora Melot, de 20 anos.

VIOLÊNCIA. Organizações internacionais denunciam o uso da força policial contra manifestantes. "Há um uso desproporcional da força que já havíamos denunciado durante os coletes amarelos", disse Jean-Claude Samouiller, da ONG Anistia Internacional, lembrando o protesto social em 2018 e 2019.

Os manifestantes começaram a se dispersar no início da noite. Não havia um número oficial de estudantes presentes, mas imagens e relatos na imprensa francesa indicavam que, de fato, havia muitos jovens na marcha de ontem. "A reforma afeta nosso futuro, e nós seremos os adultos de amanhã. Temos de agir agora", disse Alice, uma estudante de 16 anos.

Os jovens estavam desde janeiro como coadjuvantes nas manifestações contra a impopular reforma da previdência de Macron, mas sua crescente presença nas últimas semanas preocupa as autoridades. Em 2006, sua mobilização junto aos sindicatos conseguiu que o então presidente conservador, Jaques Chirac, recuasse em seu polêmico Contrato do Primeiro Emprego.

ESCOLAS. Na última paralisação, na quinta-feira, cerca de 150 colégios registraram bloqueios e tentativas de bloqueio em toda a França, segundo o Ministério da Educação. Ontem, as autoridades registraram 53 incidentes em estabelecimentos escolares. O governo está muito atento à presença dos jovens nas manifestações, disse o porta-voz Olivier Véran.

Nicolas, um estudante de 22 anos, disse que o motivo para ele ter ido às ruas foi a decisão de Macron, no dia em 16, de adotar sua reforma por decreto. A medida levou à radicalização dos protestos, que ficaram cada vez mais violentos.

Os protestos de ontem, que ocorreram em várias cidades da França, tiveram a participação de 750 mil pessoas, segundo as autoridades, e 2 milhões, de acordo com os sindicatos. As manifestações, juntamente com greves que fecharam ferrovias e escolas, aumentam a pressão sobre o presidente Macron para resolver o impasse com os sindicatos sobre seu plano de elevar a idade para aposentadoria.

PRISÕES. Os manifestantes bloquearam estradas e invadiram os trilhos de uma estação de trem no centro da capital. Enquanto as manifestações continuavam pacíficas em grande parte de Paris, imagens ao vivo da agência Reuters mostravam a polícia atacando os manifestantes em meio a nuvens de gás lacrimogêneo. Nas cidades de Nantes e Rennes, alguns manifestantes atearam fogo a carros, móveis e latas de lixo. Ao menos 35 pessoas foram presas na capital, segundo a polícia.

O líder de um dos principais sindicatos por trás dos protestos propôs um processo de mediação para encontrar uma saída para a crise, pedindo uma pausa nos planos de aumentar a idade de aposentadoria enquanto isso. Mas o governo rejeitou a ideia, com o porta-voz dizendo que a mediação não era necessária.

Um novo dia de mobilização está previsto pelos sindicatos para a próxima quinta-feira, segundo o *Le Figaro*, poucos dias antes da decisão final do Conselho Constitucional sobre a reforma. ● AFP e WP

A reforma

● Histórico de rejeição

A perspectiva de uma reforma previdenciária há muito tempo é um problema na política francesa, provocando grandes protestos em 1995 e 2010, muito antes de Emmanuel Macron se tornar presidente. A gestão do líder francês também já enfrentou o tema anteriormente, em 2019. Há, porém, uma diferença fundamental entre as duas tentativas de Macron: o projeto de 2019 não envolvia aumentar a idade legal de aposentadoria. Em vez disso, almejava uma revisão geral na estrutura complexa do sistema previdenciário.

● O que diz o projeto atual

O projeto mais recente é uma tentativa muito mais direta de equilibrar as finanças da previdência, fazendo com que os franceses trabalhem por mais tempo. O governo reconhece que esse esforço é mais difícil, mas insiste que é necessário. Segundo o texto aprovado por decreto por Macron, o objetivo é aumentar gradualmente a idade de aposentadoria em três meses a cada ano, até atingir 64 anos em 2030. Ele também acelera uma mudança anterior que aumentou o número de anos que os trabalhadores devem contribuir ao sistema para obter uma pensão completa, de 42 para 43 anos, valendo já em 2027.

● Por que é tão impopular

Os oponentes de Macron dizem que o presidente exagera nas projeções de déficits e se recusa a considerar outras maneiras de equilibrar o sistema previdenciário, como aumentar os impostos sobre a folha de pagamento dos trabalhadores, separar as pensões da inflação ou aumentar os impostos sobre as famílias ou empresas ricas.
Segundo eles, fazer as pessoas trabalharem por mais tempo afetará injustamente os trabalhadores de menor qualificação – como os da área de limpeza –, que muitas vezes começam suas carreiras mais cedo e têm uma expectativa de vida menor.

Os EUA não podem confiar em Netanyahu

Com suas recentes atitudes, o primeiro-ministro de Israel mostrou que se tornou um ator irracional

ARTIGO

Thomas L. Friedman
The New York Times
É colunista e ganhador de três prêmios Pulitzer

MARC ISRAEL SELLEM/AFP–27/3/2023

Netanyahu tem dito que os EUA estão promovendo os protestos

Graças a Deus a sociedade israelense conseguiu forçar o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu a pausar, por agora, sua tentativa de impor controle sobre o Judiciário independente de Israel e obter carta-branca para governar como bem entenda. Mas esse episódio expôs uma nova e perturbadora realidade para os Estados Unidos: pela primeira vez, o líder de Israel é um ator irracional, um perigo não apenas para os cidadãos de seu país, mas também para importantes interesses e valores americanos.

Isso requer uma reavaliação imediata tanto do presidente Joe Biden quanto do lobby judaico pró-Israel nos EUA. Netanyahu, essencialmente, disse a eles todos: "Confiem no processo", "Israel é uma democracia saudável"; enquanto lhes sussurrava: "Não se preocupem com os religiosos fanáticos e os supremacistas judeus que eu trouxe ao poder para ajudar a bloquear meu julgamento por corrupção. Eu vou manter Israel dentro de sua tradição política e seus limites em política externa. Sou eu, seu velho amigo, Bibi."

Eles quiseram confiar nele, mas no fim era tudo mentira.

EXTREMOS. Um mês atrás ficou óbvio para muitos de nós que este governo israelense chegaria a extremos que nenhum outro jamais ousou. Sem nenhum freio verdadeiro, ele levaria os EUA e os judeus da diáspora a cruzar limites que eles jamais imaginaram cruzar, enquanto possivelmente desestabilizaria a Jordânia e os Acordos de Abraão, eliminando a esperança de uma solução de dois Estados e levando Israel, em seu aniversário de 75 anos, à beira da guerra civil.

Isso ocorre porque o elemento-chave para a implementação da agenda radical do governo sempre foi, desde o início, assumir o controle da Suprema Corte de Israel – o único freio independente e legítimo para as ambições de Netanyahu e sua coalizão de parceiros extremistas – por meio de um processo disfarçado de "reforma judicial".

Com o Judiciário de joelhos, o Estado de Israel seria governado mais à maneira de autocracias eleitas, como Hungria e Turquia, do que como aquele país que o mundo conhecia. E Netanyahu e seus parceiros perseguiram esse tipo de controle político sobre os tribunais mais do que qualquer prioridade prometida em campanha, levando o país à iminência da "guerra civil" – conforme admitiu Netanyahu em seu discurso à nação na noite de segunda-feira.

Diante dessa possível guerra civil – depois de um fim de semana inédito de revolta expressa por diversos setores da sociedade civil de Israel, pelas Forças Armadas do país e até por alguns membros do próprio partido do primeiro-ministro – Netanyahu decidiu suspender seus esforços golpistas e estabelecer com a oposição uma negociação de aproximadamente um mês na tentativa de forjar alguma concessão mútua.

CONFIANÇA. Vamos ver o que acontece. Mas uma coisa já é clara: Netanyahu tornou-se a definição de ator irracional nas relações internacionais – alguém cujo comportamento nós não conseguimos mais prever e em cujas palavras o presidente Biden não deveria confiar.

Para começar, os EUA precisam garantir que Netanyahu não use armas americanas para se envolver em alguma guerra de escolha contra o Irã ou o Hezbollah sem o endosso pleno e independente do alto comando militar israelense, que se opõe ao seu putsch no Judiciário.

Por que eu insisto que Netanyahu se tornou um ator irracional e um perigo para os nossos interesses e valores? Trata-se de uma pergunta que pode ser respondida com outra pergunta:

> ***Com as mudanças, um golpista se tornará responsável pelos bilhões doados pelos EUA***

Como você descreveria um primeiro-ministro israelense e seu filho que, após 50 anos em que os EUA mandaram bilhões e mais milhões de dólares para Israel em ajuda econômica e militar, têm disseminado a mentira de que o governo americano esteve por trás das amplas manifestações contra o premiê – afirmando ser impossível que os protestos tenham tido origem autêntica, interna e ampla, sem ser financiados pelos EUA?

Yair Netanyahu, o conselheiro político mais próximo de seu pai, postou na semana passada teorias conspiratórias para seus muitos seguidores de direita no Twitter, segundo noticiou o *Jerusalem Post*, como esta: "O Departamento de Estado americano está por trás dos protestos em Israel, com o objetivo de derrubar Netanyahu, aparentemente para concluir um acordo com os iranianos".

Imagino de onde isso veio. Bem, duas semanas atrás, o *Times of Israel* noticiou que, enquanto Netanyahu-pai estava em visita oficial a Roma, uma "autoridade graduada" em sua comitiva (expressão que todos na Via Láctea sabem que serve como código para o próprio primeiro-ministro) foi citada afirmando (sem nenhum pingo de evidência): "Este protesto é financiado e organizado com milhões de dólares. (...) A organização é de altíssimo nível". A reportagem seguiu: "Outro membro da comitiva confirmou que a autoridade graduada se referiu aos EUA".

Trata-se do mesmo pensamento conspiratório que os líderes iranianos têm propagado para desacreditar o legítimo protesto pró-democracia no Irã liderado pelas mulheres iranianas.

CINISMO. É vergonhoso que Netanyahu e seu filho se voltem contra os EUA com o mesmo cinismo patético usado pelo Irã – além da loucura. A presença desses indivíduos nos EUA deve ser proibida até que eles se desculpem.

Este não é o único sinal da magnitude da irracionalidade à que Netanyahu se entregou. Pergunte a si mesmo: que primeiro-ministro israelense racional arriscaria fraturar suas Forças Armadas – o que essa tentativa de golpe contra o Judiciário já tem causado – em um momento que o Irã passou a ser capaz de produzir material físsil suficiente para fabricar uma bomba nuclear em menos de duas semana e que causariam tensão nas conquistas diplomáticas com aliados árabes de Israel?

Pouco mais de uma semana atrás, o então ministro da Defesa de Netanyahu, Yoav Gallant, um respeitado comandante militar que iniciou a carreira na Marinha, deu uma escolha ao primeiro-ministro: cessar sua tentativa de golpe contra o Judiciário sem o estabelecimento de um diálogo nacional; ou ir adiante com isso, perder seu ministro da Defesa e ver amplos segmentos do Exército e da Força Aérea se recusarem a aparecer para trabalhar.

Netanyahu fez então o movimento formidável de demitir Gallant. Conforme colocou Amos Harel, setorista de Forças Armadas do *Haaretz*: "É difícil imaginar alguma autoridade de defesa que não tenha se chocado totalmente com a decisão de Netanyahu. (...) Entre oficiais e ex-oficiais das IDF, a discussão na noite do domingo teve como foco a necessidade de haver ou não uma demissão em massa dos principais generais e generais de brigada para pôr fim à loucura".

PALESTINOS. Considere também o seguinte: que ministro israelense racional arriscaria uma das maiores conquistas das diplomacias de EUA e Israel no Oriente Médio, os Acordos de Abraão, para empurrar um golpe no Judiciário que daria liberdade total a judeus supremacistas e religiosos nacionalistas em seu gabinete? Eu estou falando de sujeitos como o ministro das Finanças de Netanyahu, Bezalel Smotrich, que, conforme o site de notícias *Axios* descreveu na semana passada, "discursou em Paris em um palanque que exibia um mapa que mostrava a Jordânia e a Cisjordânia ocupada como partes de Israel e afirmou que o povo palestino é 'uma invenção'".

Isso arrepiou totalmente os Emirados Árabes Unidos e Bahrein, sem mencionar a Jordânia, que é um pilar crucial da estratégia americana no Oriente Médio. Se Netanyahu e cia. desestabilizarem a Jordânia, semearão vento e colherão tempestade.

E que primeiro-ministro israelense tentaria aprovar uma lei para que ele possa nomear um sonegador de impostos e golpista financeiro condenado três vezes pela Justiça – o líder do Partido Shas, Aryeh Deri – seu ministro da Saúde e do Interior sob a promessa de torná-lo ministro das Finanças na próxima reformulação de gabinete?

Em 1993, a Suprema Corte ordenou que Deri se demitisse do gabinete em razão de acusações de corrupção, mas ele continuou sendo líder do Shas até 1999, quando foi sentenciado a 3 anos de prisão por aceitar propinas. Então, em 2021, conforme noticiou o *Times of Israel*, Deri aceitou um acordo no qual admitiu "um par de violações fiscais em troca de renunciar ao Parlamento" e pagamento de multa. Em janeiro, a Suprema Corte decidiu que Deri não estava apto para servir no governo.

MANOBRA. Caso você não tenha percebido, além de tudo mais que está acontecendo, Netanyahu tem tentado empurrar apressadamente uma legislação que anula a Suprema Corte para que este seu comparsa que defraudou o Tesouro israelense – ao qual contribuintes americanos doaram bilhões em ajuda ao longo do meio século recente – possa, eventualmente, ser nomeado o responsável por esse mesmo Tesouro.

O desprezo que tudo isso demonstra em relação aos contribuintes israelenses, ao estado de direito em Israel, à Suprema Corte do país e aos EUA é apenas mais evidência de um líder que perdeu completamente sua âncora moral.

Chegou a hora de o governo dos EUA, o Congresso americano e os líderes e lobistas judeus americanos, que com frequência possibilitaram as ações de Netanyahu, deixem inequivocamente claro que estão marchando ao lado desses israelenses – militares, membros da indústria da alta tecnologia, das universidades, das comunidades religiosas tradicionais, médicos, enfermeiros, pilotos da Força Aérea, banqueiros, sindicalistas e até colonos – que tomaram as ruas na semana passada para garantir que o aniversário de 75 anos da democracia israelense não seja seu último. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

América Latina

Incêndio em centro de imigrantes mata 40 na fronteira do México com os EUA

López Obrador diz que fogo foi provocado pelas próprias pessoas que estavam no abrigo como protesto contra sua deportação

CIUDAD JUAREZ, MÉXICO

Um incêndio em um centro de imigração em Ciudad Juárez, no norte do México, deixou 40 mortos. A cidade fica na fronteira com a cidade americana de El Paso, no Estado do Texas. A informação foi divulgada pelo governo do México, que responsabilizou pessoas que protestavam contra sua deportação pelo incidente.

O incêndio começou na segunda-feira à noite nas instalações do Instituto Nacional de Migrações (INM) em Ciudad Juárez, no Estado de Chihuahua, quando 68 homens estavam detidos no local. Todos eram maiores e procedentes das Américas Central e do Sul.

"Isso teve a ver com um protesto que eles começaram quando descobriram que seriam deportados, suponho", disse o presidente Andrés Manuel López Obrador. "Como protesto, colocaram colchões na porta do abrigo e atearam fogo. Não imaginavam que isso causaria esta tragédia", acrescentou López Obrador, confirmando o número de mortos. Alguns feridos ficaram em estado grave.

CORPOS. O incêndio começou na área em que estavam alojados os estrangeiros sem documentos. A tragédia provocou a mobilização de bombeiros e de dezenas de ambulâncias.

Equipes de resgate colocaram vários corpos cobertos com mantas prateadas na área de estacionamento das instalações do INM.

Protesto
Segundo o presidente, os imigrantes atearam fogo em colchões quando souberam da deportação

Vinagly, uma imigrante venezuelana que não quis revelar seu sobrenome, gritava desesperadamente do lado de fora do centro de imigração, para onde seu marido de 27 anos havia sido levado após ser detido em uma batida policial. Ele foi atingido pelo incêndio, mas ela não sabia seu estado de saúde. "Eles (funcionários da imigração) levaram-no numa ambulância. Não dizem nada", afirmou a mulher.

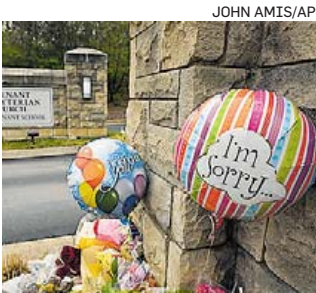
Um socorrista que pediu para não ser identificado explicou que havia 71 imigrantes, a maioria venezuelanos, no local. Ciudad Juárez é uma das cidades fronteiriças onde permanecem retidos numerosos estrangeiros que tentam entrar nos EUA.

PASSAGEM. Um relatório recente da Organização Internacional para as Migrações (OIM) indica que, desde 2014, cerca de 7.661 imigrantes morreram ou desapareceram a caminho dos EUA e 988 morreram em acidentes ou por viajar em condições sub-humanas. ●

EFE e AFP

EUA

Atiradora de Nashville tinha comprado 7 armas

A atiradora que matou 3 crianças e 3 adultos em uma escola de Nashville na segunda-feira comprou sete armas legalmente, entre elas as três usadas no ataque, informou a polícia, acrescentando que Audrey Hale, de 28 anos, vinha sendo tratada por desordem emocional. Um vídeo de segurança mostra Hale invadindo a escola após quebrar a porta de vidro a tiros. ●

JOHN AMIS/AP

Portugal

Ataque a faca em centro islâmico deixa 2 mortos

Um homem armado com uma faca matou ontem duas pessoas e feriu dezenas em um centro cultural muçulmano em Lisboa. Segundo a polícia, o homem, de origem afegã, foi baleado e está hospitalizado. O centro é frequentado por ismaelitas, um grupo xiita minoritário que tem sido alvo de atentados em países como Paquistão e Afeganistão. ●

Tragédia na escola

Exigido por lei, rede pública está sem auxílio psicológico em escolas há 1 mês

Estado encerrou contrato com empresa, que fazia trabalho online, e nova licitação deve se estender pelo menos até abril; secretaria diz que futuro modelo será presencial

RENATA CAFARDO

As escolas da rede estadual estão sem atendimento psicológico para alunos e professores desde o fim do mês passado e o serviço só deve voltar em maio. O governo encerrou o contrato com a empresa que fornecia sessões de terapia online no dia 25 de fevereiro e um novo processo está em fase de cotação de preços. A intenção, segundo anunciou anteontem o secretário da Educação, Renato Feder, é contratar 150 mil horas de atendimento psicológico presencial.

Uma lei federal, de 2019, determina que "as redes públicas de educação básica" tenham "serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação". Em nota, a secretaria informou que considera "fundamental o cuidado com a saúde mental". Disse ainda que o formato do programa "foi repensado" e será presencial para este ano. A recomendação nesse período em que não há atendimento, diz o governo, é que as escolas procurem os serviços de saúde, como os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), e ONGs parceiras como Ame sua Mente e Instituto Mapfre. Em caso de urgência, escolas têm recebido apoio de parcerias locais, geralmente universidades, públicas e privadas.

Anteontem, um aluno de 13 anos matou uma professora e feriu outras quatro pessoas na Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste da capital paulista.

O serviço de sessões remotas de terapia era feito pela empresa Psicologia Viva, plataforma online particular em que os profissionais se cadastram para atender pacientes. Na rede, os atendimentos eram feitos em grupo. O projeto chamado Psicólogos na Educação faz parte do programa Conviva, criado após o atentado em 2019 na Escola Raul Brasil, em Suzano, que teve 10 mortos.

A intenção era de investir em atividades para melhor convivência escolar, ajudando os profissionais a mediar conflitos e oferecendo serviços focados na saúde mental. Cerca de mil psicólogos atenderam alunos e professores em 2021 e no ano passado, quando o contrato foi prorrogado pelo ex-secretário da Educação Rossieli Soares. Em fevereiro, ele se encerrou novamente e a gestão atual não o renovou.

Promessa
Secretário Feder disse que todos os 5 mil colégios estaduais terão um agente do programa Conviva

O processo para contratar o serviço presencial, segundo a secretaria, começou antes mesmo do ataque desta semana e deve se estender até abril. O **Estadão** apurou que o serviço anterior não era bem avaliado internamente nesta gestão.

Relatório entregue durante a transição do governo ao qual a reportagem teve acesso, porém, afirma que "é perceptível que as unidades escolares que fazem uso da totalidade das horas do programa, independentemente de localidade, tamanho ou histórico, têm um grau mais controlado de ocorrências de alta complexidade e se mantém numa média mensal baixa de casos significativos".

O **Estadão** apurou que a Thomazia Montoro foi uma das que usaram bastante o serviço de psicologia oferecido pela rede, mas no período em que o agressor não estudava na unidade. No ano passado, ele cursou o ensino fundamental em uma escola de Taboão da Serra, na Grande São Paulo. A pedido do pai, foi transferido em 6 de março para a Thomazia Montoro.

Em Taboão, foi registrado um boletim de ocorrência contra o adolescente no fim de fevereiro, afirmando que ele havia mandado mensagens de ameaça a outros colegas. A direção teria encaminhado o menino para o Caps, mas os pais não o levaram para consultas. No Conviva, hoje há 500 educadores. Feder disse que todas as 5 mil escolas estaduais terão um agente do programa.

SAÚDE MENTAL. Estudo feito pela Secretaria da Educação em parceria com o Instituto Ayrton Senna, de 2022, mostrou que sete em cada dez alunos da rede estadual relataram sintomas de ansiedade e depressão na pandemia. Isso não quer dizer que eles tenham sido diagnosticados ou tenham alguma dessas condições, mas reportaram sinais que exigem alerta. De 642 mil alunos do 5.º e 9.º ano do ensino fundamental e da terceira série do médio, mais de 440 mil relataram problemas ligados à saúde mental.

Cerca de 20% afirmaram se sentir totalmente esgotados e sob pressão e 18,1% disseram perder totalmente o sono por causa das preocupações. Outros 13,6% declararam a perda de confiança neles mesmos. ●

TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Cartaz deixado em vigília na frente da Escola Thomazia Montoro destaca morte de professora por aluno

13% dos docentes paulistas relatam violência verbal ou física, diz pesquisa

Entre os mais de 250 mil professores da rede pública paulista, 13% relataram ter sofrido violência verbal ou física no último ano. Entre os alunos, esse índice chega a 36%. Os dados são de pesquisa do Instituto Locomotiva, que ouviu 1.250 estudantes maiores de 14 anos e 1.100 docentes, entre 30 de janeiro e 23 de fevereiro.

Para Renato Meirelles, presidente do Locomotiva, o resultado surpreende pelo tamanho da amostra e o que esses índices representam. Mais de 4 milhões de alunos estão matriculados no ensino fundamental ou médio na rede estadual. "Isso mostra que a violência está generalizada", afirma. A pesquisa foi encomendada pela Apeoesp, sindicato dos docentes da rede estadual.

Quando se consideram todos os casos de violência analisados pela pesquisa, além da física ou verbal, os índices crescem entre alunos e professores e chegam a 48% e 19%, respectivamente. No escopo do estudo, isso significa dizer que no último ano quase a metade dos estudantes sofreu alguma situação de agressão física ou verbal ou casos de bullying, discriminação, furto, assédio moral, assédio sexual ou assalto.

Estudantes (69%), familiares (75%) e professores (68%) concordam que há um nível médio ou alto de violência nas escolas da rede estadual, nas áreas centrais e periféricas das cidades paulistas. Isso leva à sensação de insegurança dentro de estabelecimentos públicos que deveriam ser locais de diálogo e aprendizado.

"O não debate da cultura de paz afeta negativamente. É cada vez mais necessário que se explique o que aconteceu (*o ataque na Vila Sônia*). Fingir que a violência não existe não vai levar à mudança dessa realidade", diz o presidente do Instituto Locomotiva.

PÓS-PANDEMIA. "Questões de saúde mental, como esgotamento, ansiedade e outros problemas mentais se tornaram mais relatados por alunos e professores (*após a crise da covd-19*)", diz Meirelles.

Após o ataque desta semana, o governo do Estado afirmou que vai ampliar programas de apoio psicológico para todas as escolas da rede pública. O governo estuda ainda contratar policiais da reserva para que fiquem de forma permanente nas escolas. Procurada para comentar a pesquisa, a Secretaria de Estado da Educação não respondeu até a publicação desta reportagem. ● EMILIO SANT'ANNA

Sofrimento psicológico
'O pós-pandemia é um ambiente mais fértil para casos de violência nas escolas', diz pesquisador

Tragédia na escola

Enterro tem palmas para 'vovó Beth' e abraço em docente que imobilizou aluno

A professora Rita de Cássia foi uma das feridas no ataque à Escola Estadual Thomazia Montoro. Com curativo no braço esquerdo, onde foi atingida por uma facada, a docente afirmou nesta terça ser preciso tomar medidas urgentes para evitar novas tragédias do tipo. "Os alunos estão muito mexidos, todos eles. Isso não pode voltar a acontecer", disse ela, ao passar pelo enterro da colega, Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, que foi assassinada no atentado. No funeral, "vovó Beth" foi aplaudida por amigos, parentes e colegas.

Para Rita de Cássia, o autor do atentado se parecia com qualquer outro aluno. Ela diz se recordar de pouca coisa do momento em que foi atacada, mas se lembra de ver marcas de sangue no chão. A educadora também afirma que a tragédia poderia ter sido maior se o assassino estivesse com uma arma de fogo.

Ao lado do corpo da docente de 71 anos, na capela do Cemitério do Araçá, também estava a professora de Educação Física Cíntia Barbosa, que se emocionava a cada um dos alunos que iam abraçá-la. Ela foi responsável por imobilizar o agressor enquanto outra docente, Sandra Pereira, conseguiu retirar a faca das mãos do aluno. "Obrigado por ter vindo prestar homenagem para a professora Beth", dizia.

> **'Chega de Violência'**
> **Moradores do bairro e pessoas comovidas com o episódio participaram de vigília em colégio**

Logo em seguida, era novamente cumprimentada por professores e pais. "Obrigado por ter evitado algo ainda pior com tanta criança", disse um pai. Com a voz embargada, a educadora mal respondia. "É verdade..., obrigada...". Eram as poucas palavras que Cíntia conseguia articular em meio aos elogios. "Agora é hora de prestar nossa homenagem para a professora Bete... um exemplo", disse ela.

Na cerimônia, o genro de Elisabeth lembrou que ela era "corintiana roxa e sambista fanática admiradora da Tom Maior." O hino da escola foi cantado enquanto o corpo era sepultado. Fã de carnaval, a professora tinha afinidade com outra agremiação, a Pérola Negra. Na hora da saída para o enterro, houve sirenes da Guarda Civil e salva de palmas.

VIGÍLIA. Mais cedo, dezenas de estudantes se reuniram em uma vigília no portão da Escola Estadual Thomazia Montoro, Os grupos levaram cartazes, flores e velas para prestar homenagem à professora de Ciências. Um dos cartazes tinha a foto da educadora e a mensagem: "Chega de violência!!!" O encontro foi marcado por choro e comoção.

Além de estudantes, moradores do bairro e pessoas comovidas com a brutalidade do episódio também participaram da vigília a poucas quadras da Estação Vila Sônia do Metrô. ● ÍTALO LO RE E EMILIO SANT'ANNA

'(Ele) dizia que estava treinando, se preparando'

A professora de Matemática Karina Barbosa, de 34 anos, foi uma das pessoas que depuseram ontem na investigação do caso. Ela conta ter denunciado o autor dos ataques, há pouco mais de um mês, na escola em que estudou até o começo deste ano, em Taboão da Serra. A reclamação foi apresentada para a diretoria após o filho dela, de 12 anos, receber ameaças via WhatsApp do ex-colega.

"Teve um vídeo que ele estava com uma arma, não sei dizer de que tipo, atirava em alguns objetos e dizia que estava treinando, se preparando para, de fato, fazer o que ele disse que ia fazer, matar todo mundo", disse Karina.

O **Estadão** teve acesso ao teor de algumas das mensagens, enviadas no mês passado. "Também teve um vídeo que ele me mandou que era um anúncio do *Jornal Nacional*, do William Bonner falando do ataque de Suzano. E ele dizia que ele era aquela pessoa, que era para o meu filho tomar cuidado", continuou a mãe.

Preocupada, a professora levou os materiais para a direção. "A escola, no outro dia que eu fui perguntar o que tinha sido feito, disse que tinha encaminhado ele para o Caps (*Centro de Atenção Psicossocial*) e para o Conselho Tutelar, e fazia acompanhamento." ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE:

MANHÃ	TARDE	NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
19°	30°	23°	25MM	60%

QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
19°/31°	19°/30°	20°/29°	18°/25°

SOL

NASCENTE: 6H13
POENTE: 18H08

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	28/3	23H32
CHEIA	6/4	1H34
MINGUANTE	13/4	6H11
NOVA	20/4	1H37

Estado de SP

● Predomínio de sol e calor. O ar quente e úmido favorece a formação de nuvens carregadas a partir da tarde. Há risco de temporal.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: L 16 nós — Ondas: 2,5 m

HOJE			QUINTA, 30		
4h17	↓	0,7	4h56	↓	0,6
7h45	↑	0,8	9h36	↑	0,9
16h25	↓	0,5	17h06	↓	0,5
23h25	↑	1,1	23h46	↑	1,2

SEXTA, 31			SÁBADO, 01		
5h27	↓	0,6	0h08	↑	1,3
10h33	↑	1,1	5h57	↓	0,6
17h40	↓	0,4	11h14	↑	1,3
			18h12	↓	0,3

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/30°	MACEIÓ	23°/29°
BELÉM	23°/31°	MANAUS	24°/29°
BELO HORIZONTE	19°/32°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	24°/34°	PALMAS	21°/33°
BRASÍLIA	18°/29°	PORTO ALEGRE	20°/31°
CAMPO GRANDE	23°/32°	PORTO VELHO	23°/31°
CUIABÁ	23°/35°	RECIFE	24°/29°
CURITIBA	15°/26°	RIO BRANCO	23°/33°
FLORIANÓPOLIS	21°/30°	RIO DE JANEIRO	21°/33°
FORTALEZA	24°/29°	SALVADOR	24°/29°
GOIÂNIA	20°/31°	SÃO LUÍS	23°/31°
JOÃO PESSOA	24°/30°	TERESINA	23°/31°
MACAPÁ	24°/29°	VITÓRIA	22°/30°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	23°/36°	MÉXICO	-3	15°/26°
ATENAS	5	7°/14°	MIAMI	-1	20°/32°
BARCELONA	4	11°/20°	MONTEVIDÉU	0	17°/27°
BERLIM	4	3°/7°	MOSCOU	5	2°/7°
BRUXELAS	4	8°/17°	NOVA YORK	-1	3°/12°
BUENOS AIRES	0	22°/29°	PARIS	5	8°/19°
CARACAS	-1	17°/27°	ROMA	5	6°/14°
CHICAGO	-3	0°/5°	SANTIAGO	0	11°/23°
ESTOCOLMO	4	-12°/-3°	SYDNEY	14	15°/26°
GENEBRA	4	2°/13°	TEL-AVIV	6	12°/18°
JOHANNESBURGO	3	14°/26°	TÓQUIO	12	10°/11°
LIMA	-2	23°/24°	TORONTO	-1	2°/7°
LISBOA	3	11°/23°	WASHINGTON	-1	5°/14°
LONDRES	3	10°/14°			
LOS ANGELES	-5	11°/20°			
MADRID	4	11°/24°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Tragédia na escola

Jovem tentou comprar arma na web, diz delegado

Polícia acredita que há dois anos ele planejava ação e adotou nas redes alcunha de um dos assassinos de Suzano

ÍTALO LO RE

O jovem agressor da Vila Sônia tentou, sem sucesso, comprar uma arma na internet. É o que afirmou ontem o delegado Marcos Vinicius Reis. Em depoimento, o garoto atribuiu o ataque a episódios de bullying.

Com o adolescente, além da faca de cozinha, usada no crime, foi encontrado um pedaço de tesoura. "Ele disse que tinha a intenção de adquirir uma arma de fogo, e não conseguiu", disse Reis. "Ele fez algumas pesquisas via internet e não conseguiu efetivamente adquirir ou ter uma arma, o que certamente provocaria uma letalidade maior."

Reis disse que a polícia já detectou que alguns perfis de redes sociais que interagiam com o agressor foram excluídos. Em outra frente de investigação, o objetivo é coletar os dados de quem estava por trás das interações com o agressor e se alguma pode configurar crime. "Ele já tinha esse perfil de violência internalizado e que ainda não tinha sido colocado em plena execução. Infelizmente aconteceu."

Bullying
'O que ele disse é que sofreu bullying em três escolas que estudou', afirma Vinicius Reis

Foi solicitado ao Poder Judiciário a quebra do sigilo telefônico do agressor, além de um HD externo encontrado na casa dele. "Vamos examinar até um Xbox", disse. A ideia é tentar apurar mais a fundo a motivação do crime e se houve apoio de terceiros.

MOTIVAÇÃO. "Enquanto a gente não fechar a investigação, a motivação está em aberto. Mas o que ele disse é que sofreu bullying em três escolas que estudou", afirmou o delegado. "Disse que falavam sobre a compleição física dele, que ele era franzino, sobre o cabelo dele, aquela coisa entre alunos que infelizmente a gente sabe que acontece." Questionado, o policial não especificou qual teria sido a terceira escola, além das de Taboão da Serra e de Vila Sônia.

O aluno já estudava cometer um atentado, segundo o delegado, há pelo menos dois anos. "Desde os 11 anos já tinha a ideia de fazer algo grave, de se contrapor a esse alegado bullying", disse. "Nas redes sociais, temos publicações com a alcunha de Taucci, que é justamente um dos participantes do massacre da escola de Suzano. Então se vê que, por essa alcunha, existia uma intenção já planejada, premeditada. Esse planejamento está manifestado nos bilhetes e cadernos. Há alguns dizeres que permitem inferir que ele estava se despedindo da família, que ia fazer algo de ruim." ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor cobra programa de poda de árvores

Reclamação de Elieser Souza: "Minha reclamação é sobre a falta de um programa da Prefeitura do Município de São Paulo no que se refere a poda, corte e substituição de árvores. Com o advento das chuvas torrenciais, acompanhadas de granizo e ventos fortes de rachadas, há grande número de quedas de árvores ou apenas de seus galhos."

Resposta: "A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal das Subprefeituras, afirma que atua em ações preventivas e logísticas, com serviços de poda e remoção de árvore em toda a capital paulista, bem como ações práticas de proteção e defesa civil e de zeladoria urbana, que contribuem na recuperação rápida da cidade em caso de situações de chuvas extremas e suas respectivas consequências. No ano de 2022 foram podadas 148.869 árvores, removidas 12.380 e plantadas 8469." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Aviação

Aerodromo Brasil - No dia 8 de abril realisa-se uma interessante tarde de aviadores presentes nessa capital. O programma do attrahente espectaculo contará de varias provas, destacando-se a queda da altura de 3.000 metros, pelo arrojado aviador Humberto Re e combates simulados.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Dalva de Carvalho – Aos 90 anos. Era viúva de Pedro de Carvalho. Deixa os filhos Mauricio, Mauro, Sergio, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Elza Dias Correia – Aos 90 anos. Era viúva. Deixa os filhos Marlene, Marina, José, Luiz, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Edite Rocha de Jesus – Aos 84 anos. Era solteiro. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Ana Aparecida Gomes – Aos 83 anos. Deixa os filhos Flávio, Clóvis, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Regiane Melo Bueno – Aos 53 anos. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Eliane de Oliveira Veiga do Nascimento – Aos 55 anos. Era casada com Paulo Roberto. Deixa os filhos Danilo, Deborah, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Antonio Ferreira de Souza – Aos 83 anos. Era viúvo de Irani Soares de Souza. Deixa o filho Wilson, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Luiz Maximo de Sousa – Aos 80 anos. Era casado. Deixa os filhos Raimundo, Isaias, Jeova, Miguel, Altina, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Wanderlei Aparecido Souza Coutinho – Aos 67 anos. Era casado com Izabel Garcia Coutinho. Deixa os filhos Igor, Wendel, Andreza, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Francisco de Assis Moreno de Carvalho – Aos 63 anos. Filho de Dario da Silva Marques de Carvalho e Aida Moreno de Carvalho. Era casado com Maria José Birraque. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.

IN MEMORIAM

Laércio Borba – Dia 1º, às 15 horas, na Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 35, Centro, Curitiba.

Os filhos Eduardo, Yara, Denise e Dani, nora, genros, netos e bisnetos do querido

Zoé Silveira d'Avila

agradecem as manifestações recebidas e convidam para a missa de 7º dia que será celebrada amanhã, 30 de março, às 12 horas na Igreja São José, à Rua Dinamarca, 32, Jardim Europa, SP.

A esposa Claudia, irmãos Domingos, Lauro, Reinaldo e Monica, cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas de

CANDIDO GAYA LOUREIRO DE MELLO (Tuto)

comunicam que sua missa de 7º dia será realizada em **30/03/23 às 19h00** na Igreja N. Sra. Perpétuo Socorro, Rua Honório Líbero, 90. Jd Paulistano.

Pandemia do coronavírus

OMS sugere reforço de vacina só para grupo de alto risco

Especialistas em vacinas da Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendaram ontem que as doses de reforço contra a covid-19 não sejam mais administradas à população que não esteja nos grupos de alto risco, dado o alto nível de imunização alcançado pelas populações em vários países.

Pela primeira vez, integrantes do Grupo Assessor Estratégico de Especialistas em Vacinas (SAGE) da OMS dividiram a população em três grupos de risco (alto, médio e baixo): a necessidade de novas doses de reforço permanece apenas para o primeiro, que inclui idosos, imunossuprimidos e profissionais de saúde.

A orientação foi definida após reuniões entre os dias 20 e 23. "É um reflexo de que grande parte da população já está vacinada, foi infectada com a covid-19, ou as duas coisas", afirmou Hanna Nohynek, presidente do SAGE.

Para pessoas com risco médio de covid-19 (adultos com menos de 60 anos e crianças ou adolescentes com determinados problemas de saúde), o SAGE recomenda apenas uma primeira dose completa da vacina mais um reforço após o período necessário (algo que em muitos países já foi concluído em 2022).

Em relação ao grupo de baixo risco (crianças e adolescentes), o SAGE reconhece os benefícios que as vacinas e doses de reforço podem ter na sua prevenção, embora recomende reconsiderar sua imunização. "Cada país deve considerar seu contexto específico ao decidir se deve continuar vacinando grupos de baixo risco, como crianças e adolescentes saudáveis, sem comprometer outras imunizações cruciais", disse Hanna Nohynek. ● EFE

Atenção básica

Indústria defende aumento de até 5,6% em remédios, a partir de abril

RENATA OKUMURA

Os preços dos medicamentos no Brasil devem subir até 5,6% a partir de abril, de acordo com projeção do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) divulgada nesta segunda-feira.

Calculado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão ligado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o índice de reajuste anual de preços de medicamentos, que ainda será anunciado, se baseia em uma fórmula cujo principal fator é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses até fevereiro. "Esse índice de reajuste repõe as perdas com a inflação e os aumentos de custos de produção. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação acumulada entre o período de março de 2022 e fevereiro de 2023 é de 5,6%", afirma o Sindusfarma.

A entidade justificou que o último ano foi bastante atípico para a indústria farmacêutica. "Numa frente, os efeitos persistentes da pandemia de SARS-CoV-2 afetaram a produção e impulsionaram os preços de IFAs (*insumos farmacêuticos ativos, cotados em dólar*); na outra, a Guerra da Ucrânia manteve os gastos com logística em patamares muito altos", disse em nota.

EM 10 ANOS. Por isso, mesmo reajustando preços pelo índice autorizado ou sendo obrigadas a reduzir descontos em alguns produtos, várias indústrias farmacêuticas fecharam o balanço de 2022 com margens reduzidas, de acordo com a entidade. De 2012 a 2022, a inflação geral somou 90,24%, ante uma variação nos preços dos medicamentos de 76,79%, segundo o Sindusfarma.

Além do IPCA, a recomposição anual da tabela de Preços Máximos ao Consumidor (PMC) de medicamentos é calculada por fórmula estabelecida pela CMED, que também considera a produtividade da indústria farmacêutica e os custos de produção não captados pelo IPCA, como variação cambial, tarifas de eletricidade e variação de preços de insumos. Conforme a entidade farmacêutica, o órgão interministerial responsável pela regulação do mercado de remédios no Brasil se reúne na sexta. ●

Pandemia do coronavírus

Covid já causou 700 mil mortes; e se mantém como emergência e mais letal que a gripe

Barrada pela vacina, agressividade do vírus reduz, mas acumulado de perdas ainda é maior do que o de outras doenças

CINDY DAMASCENO
LUCAS THAYNAN
BRUNO PONCEANO

Desde a primeira morte oficial por covid-19 no Brasil, relatada em 12 de março de 2020, o País registra mais de 26 mortes por hora, em média. Ontem, três anos após o início da crise sanitária, os dados chegaram aos 700 mil, sem que se possa ainda dizer que a pandemia acabou ou se tornou mais fraca que uma gripe, por exemplo, apesar de a vacinação ter contido a emergência mundial.

Só os Estados Unidos, hoje com 1,15 milhão de vítimas, estão em patamar superior de casos e mortes, considerando balanços oficiais. A história da pandemia no Brasil envolveu dúvidas sobre como frear e tratar o vírus, máscaras e hospitais lotados, divergência sobre medidas de isolamento social, percalços nas campanhas de imunização e ondas de fake news. Os registros oficiais mostram também reflexos desiguais pelo País.

Proporcionalmente, o Nordeste foi a Região onde a covid se mostrou menos agressiva – o Maranhão teve a menor taxa, com 156 mortes a cada 100 mil habitantes. Já o Centro-Oeste aparece como a Região mais afetada, com Mato Grosso na pior posição (433 óbitos por 100 mil).

DADOS

Marca de 700 mil mortes foi atingida nesta terça-feira. Patamar atual ainda supera óbitos por outras doenças respiratórias

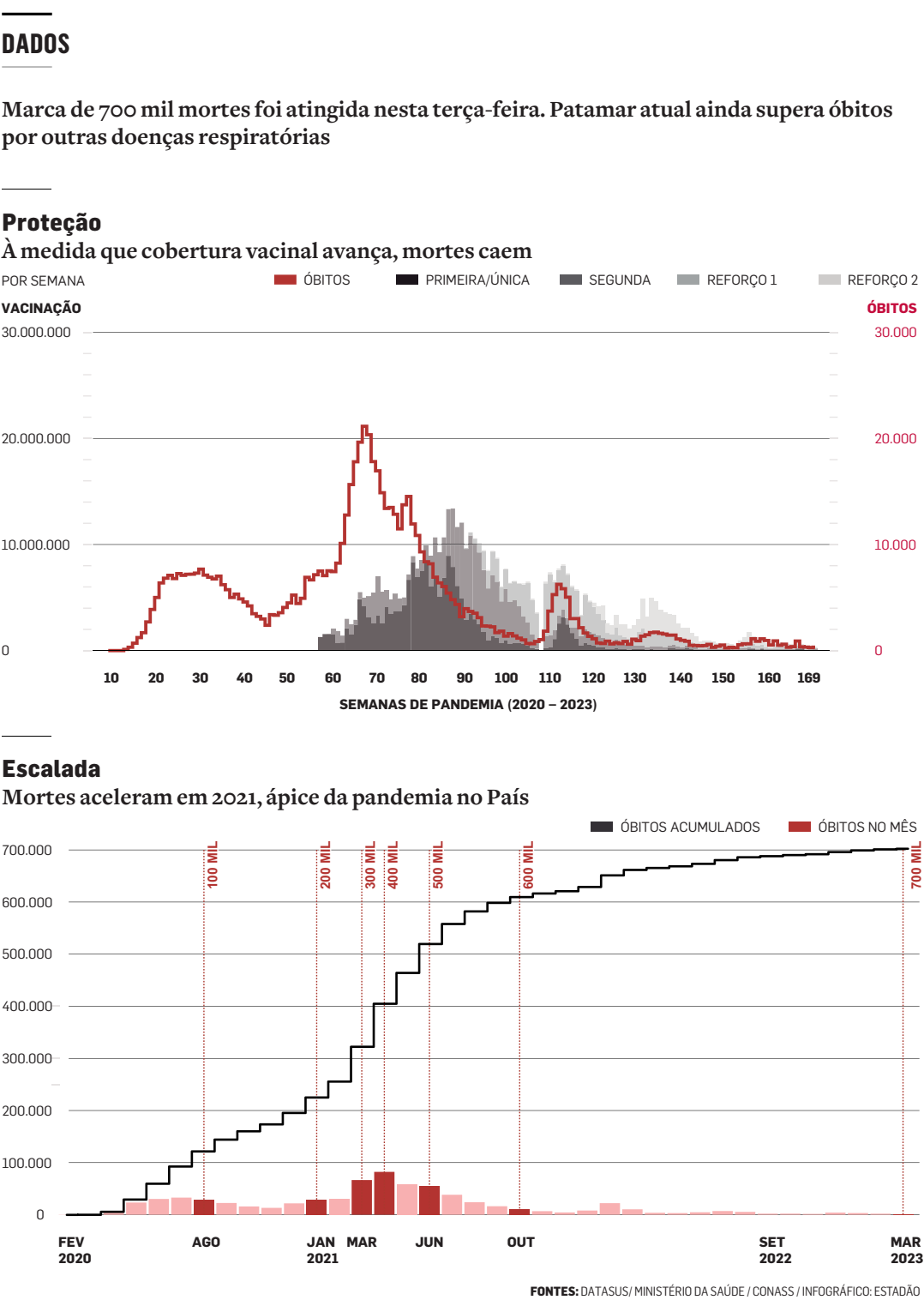
Proteção
À medida que cobertura vacinal avança, mortes caem

Escalada
Mortes aceleram em 2021, ápice da pandemia no País

FONTES: DATASUS/ MINISTÉRIO DA SAÚDE / CONASS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

DÁ PARA DIZER QUE ACABOU? É a vacina, liberada para todos os adultos só a partir do segundo semestre de 2021, que interrompeu a escalada de óbitos. A cronologia da emergência sanitária mostra que o Brasil chegou a 100 mil óbitos já em agosto de 2020 e a 200 mil em meio à crise do oxigênio em Manaus, em janeiro de 2021.

Dois meses depois, na maior escalada até então, se chegou a 300 mil casos. O avanço crescente levou ao endurecimento das medidas de isolamento social, que haviam sido relaxadas. Como consequência desse "repique", algumas medidas, como o uso obrigatório de máscaras em transportes públicos pelo País e aviões, só voltaria a ser relaxado neste mês, quando se chegou aos 700 mil mortos.

Até hoje, o mês mais letal foi abril de 2021, responsável sozinho pela chegada à marca dos 400 mil mortos. Foi naquele momento que se instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 no Congresso.

Risco ainda alto
Imunizantes (ainda) não são capazes de eliminar o contágio e idosos são os mais vulneráveis

A marca dos 500 mil seria alcançada ainda em junho de 2021, apesar de a vacinação contra a doença, com sucesso, ter sido iniciada sete meses antes – até ali, por questões como fake news e pouca informação, apenas 30% dos brasileiros estava com a imunização completa. Quando 95% das cidades estenderam a vacinação de reforço, em outubro seguinte, a marca já era de 600 mil mortes. De lá para cá, os registros de óbitos tiveram clara redução.

E VIROU GRIPE? A doença está menos agressiva, mas ainda mata bem mais do que outros vírus respiratórios com os quais o Brasil já convivia no mundo pré-pandêmico, como o Influenza A (H1N1). Marcelo Gomes, pesquisador em saúde pública na Fiocruz, atenta para esses paralelos. A covid trouxe uma repercussão analítica sobre síndromes gripais no Brasil, além de deixar a rede de saúde mais atenta para os vírus respiratórios. "Antes da pandemia, nem todas as unidades de saúde de fato notificavam casos de SRAG (síndrome respiratória aguda grave), o que torna difícil comparar diretamente os volumes de 2020 em diante ante dados até 2019", explica.

Por outro lado, olhar para a dinâmica recente dos dois vírus no País ajuda a situar em que pé estamos na pandemia hoje. Em 2023, o influenza A vitimou semanalmente uma média de quatro pacientes. Já a covid, no mesmo intervalo, tirou 103 vidas por semana.

Hoje, o registro confirmado de um dia sem mortes pelo coronavírus ainda é raro. Haverá, no futuro, semanas sem nenhuma morte pela covid? Difícil dizer com certeza, ponderam os cientistas. As vacinas (pelo menos ainda) não são capazes de eliminar o contágio e grupos vulneráveis – como idosos e quem têm doenças crônicas, no perfil das principais vítimas atuais – ainda estão mais suscetíveis a complicações. Além disso, há parcela significativa de não imunizados.

Para os especialistas, o caminho para chegarmos ao fim da crise sanitária é ampliar a vacinação e aplicar os reforços necessários. Também é preciso monitorar novos picos da doença e possíveis mutações e novas variantes – há o risco de que uma versão do vírus possa driblar a barreira. "Ainda tem gente muito suscetível ao vírus, o que permite um potencial de multiplicação muito alto por mais que você não veja o efeito mais nefasto da doença. Pode ser que a gente chegue a um período de cinco anos com mais casos e depois reduza um pouco", afirma o virologista Fernando Spilki, também coordenador da Rede Corona-Ômica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

AINDA EMERGÊNCIA MUNDIAL. "A gente compara anos em que houve muitas mortes por gripe com o que ocorre em um mês com a covid-19. Ela ainda mata muito mais, especialmente os não vacinados", afirma o virologista. No começo deste ano, o Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional, grupo técnico que avalia crises sanitárias dentro da Organização Mundial de Saúde (OMS), manteve a covid como emergência mundial.

Em 2009, a mudança de status em relação ao H1N1 (a 'gripe suína') ocorreu quando o vírus passou a circular de forma sazonal, ou seja, em intervalos específicos do ano com outros patógenos da gripe comum. Só após essa dinâmica, a OMS reduziu os alertas e mudou a leitura da situação de "pandemia" para "pós-pandemia".

Ainda não há, porém, sazonalidade clara para o novo coronavírus, mas picos de transmissão sem padrão definido. "Precisamos identificar qual o nível de casos semanais 'normal'. Um nível basal, que é quando a gente não está nesse ritmo de aumento. Não conseguimos definir porque os picos de alta estão cada vez mais baixos", explica Gomes

Haverá sazonalidade?
Para cientistas, dinâmica natural só será vista agora, sem interferência de máscaras e isolamento

A dinâmica natural do vírus, sem interferência humana direta para reduzir a transmissão (como máscaras e medidas de isolamento social), só começa a ficar mais evidente agora. Doenças mais antigas já têm a sazonalidade mais definidas, como a gripe comum (geralmente no inverno) e a dengue (após as estações chuvosas). Ou seja, ainda há o que cuidar com a covid-19. ●

Bélgica bate Alemanha em amistoso e Escócia surpreende a Espanha

Pia Sundhage

‘Meu maior desafio é arrumar a estrutura do futebol feminino’

Treinadora diz que seu trabalho vai muito além do campo, mas alerta que é preciso ter paciência

LUISA GONZALEZ/REUTERS

Pia diz que Brasil está preparado para fazer bom papel na Copa

ENTREVISTA

Técnica da seleção brasileira feminina desde 2019, ela tem dois ouros olímpicos com os EUA e uma prata com a Suécia

MARCIO DOLZAN
PAULO CHACON

Prestes a completar quatro anos à frente da seleção brasileira feminina, a sueca Pia Sundhage está cautelosa, mas otimista, quanto ao potencial do time para a Copa do Mundo, que será disputada no meio do ano na Austrália e na Nova Zelândia. Pia renovou a equipe, deu a ela novo padrão de jogo, conquistou a Copa América e, nas suas próprias palavras, tem o céu como limite no Mundial.

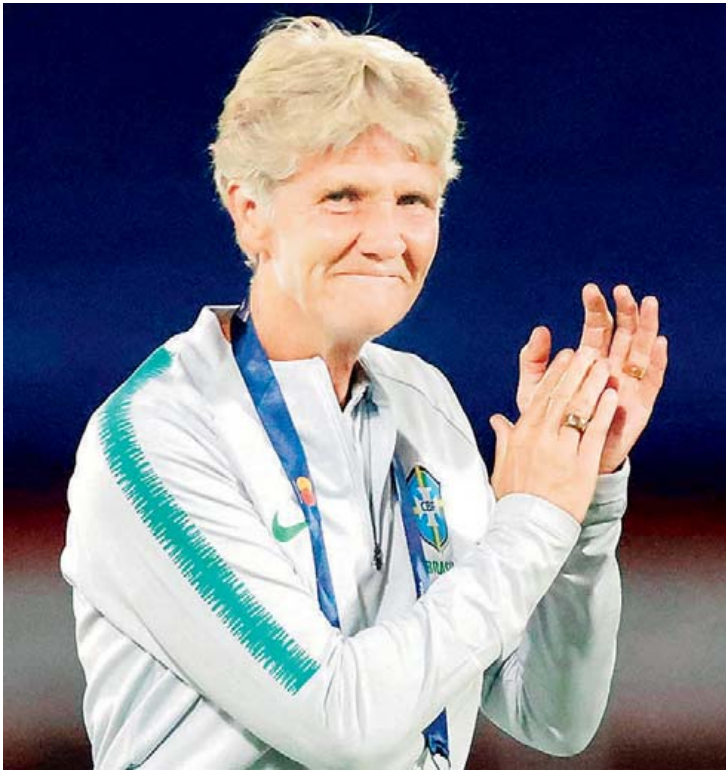
Nesta entrevista ao Estadão, Pia fala sobre seu trabalho na seleção, sobre as perspectivas para a Finalíssima diante da Inglaterra no próximo dia 6 e, principalmente, sobre Copa do Mundo e o futuro da seleção feminina.

Como a Finalíssima e o amistoso com a Alemanha (dia 11 de abril) servem de parâmetro para a Copa?
Com certeza, teremos algumas respostas. Se você joga com os melhores times, saberá onde está tendo sucesso e onde precisa trabalhar ainda mais para melhorar em busca do seu objetivo.

Qual o potencial da seleção brasileira para a Copa?
Eu gostaria muito que tivéssemos um pouco mais de tempo. Existe uma série de coisas que gostaria de trabalhar um pouco mais. Na Copa do Mundo, temos uma chance. Sou uma pessoa que tem pensamento positivo e vou fazer com que as atletas também acreditem nisso. Vamos tentar botar para quebrar na Austrália.

Como você vê a seleção brasileira do momento em que chegou e agora?
É bem diferente agora por causa das mudanças. Não temos mais Bárbara, Formiga, Cristiane e Andressa Alves, que eram experientes. Mas temos Nycole, Kerolin, Adriana. Penso que estamos jogando de uma maneira parecida defensivamente, em um 4-4-2 que lembra a forma como a seleção sueca se defende. Jogando dessa forma, conseguimos fazer bom papel defensivo na Olimpíada (de Tóquio). No ataque está um pouco diferente por causa da técnica, das combinações e da dinâmica, principalmente no nosso meio de campo.

> **Contrato até a Olimpíada**
> **Pia Sundhage tem contrato com a CBF até agosto de 2024; acordo se encerra com os Jogos de Paris**

Quando você chegou, o Brasil tinha a Marta, ainda tem, mas existe vida na seleção sem ela?
Cedo ou tarde ela vai ter de parar ou diminuir um pouco. Ela é uma atleta que joga para o time. Hoje ela não é tão rápida ou intensa quanto era em 2008, quando enfrentei o Brasil como treinadora, mas ela está ainda mais rápida no pensamento e ainda mais inteligente. Sou totalmente grata pelo que ela pode nos ajudar, realmente Marta é única.

Você é a primeira técnica estrangeira a comandar a seleção. Quais são as dificuldades, os desafios de se treinar no Brasil?
Existe uma razão para que a CBF tenha escolhido um estrangeiro, que é o fato de que buscam uma mudança e diferentes tipos de experiência. Eu preciso compartilhar as minhas ideias e minha experiência. Mas, da mesma maneira que preciso buscar as atletas e fazer isso, preciso me colocar no lugar dos brasileiros. Isso leva tempo. Tudo isso acontece bem se as jogadoras abrirem a mente e eu também abrir a mente. Sempre disse que o maior desafio para mim aqui no Brasil era arrumar a estrutura e a organização, não só no campo, que está indo muito bem, mas também fora dele. Me preocupo como faremos para ir de palavras para ações. Mas é preciso ter paciência. Com paciência as coisas acontecem, cedo ou tarde.

O que mudou da treinadora Pia da Suécia, que passou pelos EUA, para a treinadora Pia do Brasil?
Eu posso dizer que com certeza sigo sendo eu mesma. Mas quando eu pego a organização sueca e o desejo de competição das americana e chego em um Brasil muito mais emocional durante os jogos, fica claro para mim que é preciso separar o resultado do desempenho. Claro que isso sempre é importante, mas aqui é mais importante ainda. Porque se perdemos é uma devastação total para alguns, mas para mim é em momentos de derrota que você aprende mais por causa dos seus erros. O Brasil é muito emocional. Acredito que achar um equilíbrio entre as coisas é a minha busca. Achando isso, nós vamos bem para a Copa do Mundo. ●

Copa Libertadores

Palmeiras joga quarta e Corinthians na quinta

O Palmeiras vai estrear na Libertadores na próxima quarta-feira. O Corinthians jogará na quinta. Os dias e horários das partidas da primeira fase da competição foram divulgados ontem pela Conmebol, assim como a escala de transmissão pela TV dos confrontos.

O jogo do Alviverde contra o Bolívar, às 21h30 da quarta-feira em La Paz, será exibido em São Paulo pela TV Globo, que volta a transmitir o torneio, e pela ESPN. Ontem, o Palmeiras acertou oficialmente a contratação do volante colombiano Richard Ríos, de 22 anos, que vem do Guarani, e vai inscrevê-lo a tempo de participar desta partida na Bolívia.

O Alvinegro, por sua vez, joga na quinta-feira, dia 6, contra o Liverpool, em Montevidéu, às 19 horas. A transmissão será da Paramount +.

A Globo também transmitirá, para o Rio, Sporting Cristal x Fluminense, outro jogo das 21h30 de quarta, dia em que o atual campeão, o Flamengo, encara o Aucas no Equador, às 17 horas, com ESPN e Star +.

Na quinta-feira, o Atlético-MG irá enfrentar o Libertad, às 19 horas (ESPN e Star +). O primeiro brasileiro a estrear será o Athletico-PR, que encara o Alianza Lima, no Peru, às 19 horas de terça-feira (ESPN e Star +). Mais tarde, no mesmo dia, o Internacional visita o Independiente de Medellín, na Colômbia, às 21 horas, com Paramount +. ●

Paulistão

Primeiro jogo da decisão será domingo

A Federação Paulista de Futebol definiu ontem datas, locais e horários das finais do Estadual entre Água Santa e Palmeiras. O primeiro jogo será domingo, dia 2, às 16h, e a finalíssima está marcada para o domingo seguinte, dia 9, no mesmo horário. A primeira partida, de mando do Água Santa, será na Arena Barueri. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● **ATP 1000 e WTA 1000 de Miami**
14h e 20h / ESPN 2 e ESPN 3

BASQUETE
● **Euroliga**
Real Madrid x Fenerbahçe
15h40 / BandSports
● **NBA**
Mavericks x Philadelphia 76ers
20h30 / ESPN 2
Timberwolves x Phoenix Suns
23h / ESPN 2

FUTEBOL
● **Brasileiro Sub-20**
São Paulo x Grêmio
20h / SporTV

Superação

Palestra para lidar com esquizofrenia. E um monólogo

João Ribeiro convive há 30 anos com a doença, atua em peça que escreveu e dá oficinas de filosofia

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-16/3/2023

'Pessoas com esquizofrenia não precisam ser excluídas', diz Ribeiro

MARCIO DOLZAN

João Ribeiro tinha 19 anos quando foi diagnosticado com esquizofrenia, um transtorno que afeta 1% da população e, em geral, leva a uma enorme perda de qualidade de vida. Mais de três décadas depois, atua em um monólogo que escreveu e faz palestras em que a esquizofrenia é o tema central.

Está na Sig Residência Terapêutica, no Pacaembu, zona oeste paulistana. Lá, ele participa de oficinas e ensina filosofia, com a qual se envolveu depois de saber que era portador de esquizofrenia. "O processo psicanalítico me parecia muito vago. Não conseguia entender o que eles falavam, não conseguia aplicar aquilo no dia a dia", diz.

As respostas foram encontradas com muita leitura. "Foi difícil, sobretudo pela medicação. Um dos dramas da esquizofrenia é a medicação, que é muito forte, é sofrida. Mas eu sempre gostei de filosofia, e isso me ajudou. Me ajudou a não ficar totalmente paranoico e também a me expressar."

Seus filósofos preferidos são os estoicos da Grécia e Roma antigas – o estoicismo pregava a necessidade de manter a mente calma e racional, concentrando-se naquilo que é possível controlar –, além do indiano Shankara e do chinês Zhu Xi. "A filosofia é uma coisa mística na minha vida, me acompanha como se fosse Deus", relata João.

Agora, tudo o que aprendeu – e enfrentou – na vida tem sido levado a outras pessoas. Ribeiro já realizou mais de 30 palestras e escreveu o monólogo *Ninguém*, no qual atua, apesar de ser tímido. "Mas eu sinto como se houvesse uma presença divina que me protege", explica João. "Tenho a sensação de que há um intermediário entre mim e o público, que me ampara e me defende."

As palestras e a peça teatral buscam conscientizar as pessoas sobre como é conviver com a esquizofrenia. "Levo uma mensagem de paz e de que as pessoas com esquizofrenia não precisam ser excluídas. Uma mensagem de que temos alternativas na vida, não precisa ser só a terapia ortodoxa", afirma.

CONTRA O ESTIGMA. Diretora da Sig-SP, Solange Tedesco explica que João tem papel fundamental na luta contra o estigma. "Um dos trabalhos que a gente tem de pesquisa mostra que a informação mais eficiente é feita pela pessoa que passa a experiência", diz. "Há dois anos, ele vem fazendo essa peça, que concentra a experiência dele, mas também a experiência coletiva. Essa experiência potencializa a informação."

O próprio João diz ter sido muito estigmatizado ao longo das três últimas décadas. "No momento que você tem o diagnóstico de esquizofrenia, eu costumo dizer que é um documento, um atestado de que você nunca mais vai ter razão de nada na vida. É um silenciamento muito grande", afirma. "Por isso que ter a oportunidade de fazer esta peça e mostrar ao público é muito bom." ●

B37 Varejo

Grupo Petrópolis entra em recuperação judicial para renegociar dívida de R$ 4,2 bi

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B40)

Empréstimos Nova taxa

Bancos retomam consignado do INSS com teto de juros em 1,97%

BB, Caixa e Bradesco anunciam a reabertura dos empréstimos a aposentados e pensionistas depois de o governo fixar nova taxa em acordo entre Previdência e Fazenda

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco anunciaram ontem à noite a retomada das operações de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O anúncio foi feito depois que o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou aumento para o teto de juros nos contratos, de 1,7% para 1,97% ao mês. A proposta teve o aval prévio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi apresentada pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, que preside o conselho. A expectativa é de que outros bancos também retomem suas operações nos próximos dias.

Recuo
Nova proposta reviu a decisão do dia 13, que havia derrubado a taxa de 2,14% para 1,7%

A decisão do conselho representou um recuo em relação à decisão tomada no último dia 13, quando a taxa foi derrubada dos 2,14% anteriores para 1,7%. Como reação, os bancos deixaram de liberar novos financiamentos, com o argumento de que as operações não eram mais lucrativas. Quase metade dos beneficiários do INSS são titulares de empréstimos no consignado (*leia mais nesta página*).

A medida também provocou uma crise no governo. Lupi foi acusado de apoiar o corte sem consultar antes a área econômica do governo. O novo patamar ficou dentro do "meio-termo" negociado entre Lupi e os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil).

A proposta foi aprovada por membros do governo, aposentados e trabalhadores. Houve abstenção dos empregadores, representados por organizações formadas por bancos, e voto contrário do Sindicato Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), que defendia uma taxa máxima de 1,90%.

No caso do cartão de crédito do consignado – que funciona como um cartão de crédito comum, com o valor da fatura podendo ser descontado, total ou parcialmente, do valor do benefício –, o teto dos juros será de 2,89% ao mês. Lupi declarou que Lula pediu análise, nos próximos 30 dias, sobre o futuro do consignado e do cartão de crédito vinculado.

'REMUNERAÇÃO ADEQUADA'. Em nota, a Caixa informou que voltará a operar a modalidade assim que a decisão for publicada no *Diário Oficial* da União. As operações vão embutir juros de 1,87% ao mês, abaixo do teto. A instituição já oferecia linha com taxa parecida quando o limite era de 2,14%. "A Caixa informa que aguarda a publicação da instrução normativa do INSS em atendimento à recomendação do Conselho Nacional de Previdência Social para retomar a oferta do crédito consignado aos beneficiários do INSS", diz o texto.

Também em nota, o BB afirmou que foi restabelecida uma "remuneração adequada" nas operações. "O BB entende que as novas regras conciliam a remuneração adequada da linha com a oferta de crédito condizente com as necessidades financeiras de seus clientes." Já a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que "a proposta representa um importante avanço em relação ao teto anterior de 1,70%, contribuindo para encerrar o impasse".

Na semana passada, a Associação Brasileira de Correspondentes Bancários (Abcorban) calculou que, só nos dez primeiros dias de suspensão, o volume retido no consignado INSS ultrapassou os R$ 2 bilhões. Segundo a entidade, a suspensão afetou diretamente 400 mil correspondentes bancários, que formam um dos principais canais de concessão desse crédito.

COMPROMETIMENTO. Haddad afirmou ontem que o governo quer debater se a margem de 45% para comprometimento da renda mensal nos empréstimos é "excessiva". "Vai ser rediscutido o comprometimento da renda com o consignado. Que foi elevado de 30% para 45%, e o presidente pediu um estudo para saber se esse patamar é adequado ou se esse comprometimento está excessivo à luz da situação das famílias hoje", afirmou. De acordo com Haddad, a questão será tratada no mês de abril, dentro de um pacote de medidas que serão apresentadas ao Congresso Nacional para melhorar o crédito.

Na semana passada, Lula chegou a classificar como "boa" a iniciativa do CNPS de baixar o teto de juros da modalidade, mas criticou a decisão de Lupi de implementar a medida sem que antes fosse negociada com os bancos privados e tivesse seu anúncio acertado com outros ministros. ● COM BROADCAST

Quase metade dos beneficiários do INSS tem consignado

Entre os 37 milhões de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 16,6 milhões (45%) têm algum empréstimo consignado, segundo o próprio órgão.

De acordo com dados do Banco Central de janeiro (os mais recentes disponíveis), a taxa de juros média na modalidade estava em 27,7% ao ano – 2,05% ao mês. Com o novo limite de 1,97% ao mês, a taxa máxima anual será de 26,37%.

Em janeiro, foram concedidos R$ 9 bilhões no consignado do INSS. O estoque – ou seja, o total emprestado nessa modalidade – estava em R$ 230 bilhões.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 42% dos tomadores do consignado do INSS estão negativados, ou seja, são pessoas inadimplentes em alguma modalidade de crédito.

O crédito consignado tem a menor taxa do mercado porque a parcela já é descontada da folha de pagamento – ou, no caso do INSS, do benefício. Os aposentados e os pensionistas podem comprometer até 45% do benefício com a parcela do empréstimo. ●

ANNA CAROLINA PAPP/BRASÍLIA

O que a indústria pode esperar das novas tecnologias

ARTIGO

Laercio Aniceto Silva
Superintendente de Negócios da Fundação Certi

Mesmo com os desafios de um cenário econômico adverso e incertezas em relação a recursos energéticos e à logística, a digitalização das indústrias deve se intensificar em 2023. Os Estados Unidos lideram um movimento que traz de volta a produção de 1,8 mil empresas, que também se repete em outros países. Pela falta de mão de obra e salários mais altos, os países mais desenvolvidos, para reduzir o custo de produção, aumentam os investimentos para tornar as fábricas mais inteligentes e garantir o crescimento da produtividade.

Pesquisas como a *Voice of the Industry: Digital Survey*, da Euromonitor International, indicam que 62% das empresas em todo o mundo planejam aumentar seus investimentos em computação em nuvem nos próximos cinco anos, enquanto cerca de 50% das empresas planejam investir em inteligência artificial, internet das coisas e ferramentas de automação da produção. As empresas precisam otimizar suas operações. As grandes indústrias, dos mais distintos segmentos, estão conscientes disso, mas médias e pequenas empresas também começam a despertar para a digitalização. Há também uma atenção cada vez maior para soluções tecnológicas que aceleram a agenda ESG (*environmental*, *social* e *governance*) nas indústrias.

Médias e pequenas empresas também começam a despertar para a digitalização

O 5G vai impactar a indústria de forma rápida e transformadora. Pessoas e robôs colaborativos trabalhando de forma conjunta em ambientes de automação inteligente, incluindo veículos autônomos em chão de fábrica, será um cenário cada vez mais comum.

O mantra segue o mesmo, aumentar a produtividade e reduzir custos, melhorando a qualidade. E a tecnologia é um aliado indispensável nesse processo para todo o setor industrial e as novas oportunidades trazidas pelo mercado. O avanço acelerado da mobilidade elétrica, por exemplo, é também uma tendência em alta para 2023, aposta certeira para quem trabalha com inovação e empreendedorismo.

Outra frente que avança é o desenvolvimento de soluções tecnológicas para a bioeconomia. Estão permanentemente na pauta dos grandes centros de inovação a atenção para a preservação do meio ambiente, a contenção do aquecimento global e a promoção de um empreendedorismo de impacto em áreas verdes. Através dele, é possível atuar na base da cadeia produtiva da bioeconomia aumentando a lucratividade com a floresta em pé e garantindo um futuro sustentável para as próximas gerações. São iniciativas que reconhecem a tecnologia como aliada para atender às demandas que as indústrias e a sociedade precisam agora. O futuro é hoje. ●

Política monetária Ata do Copom

Sob ataque, BC diz que definição de juros exige 'serenidade e paciência'

Em aceno ao governo, autarquia diz que âncora fiscal 'crível' pode ajudar a derrubar expectativas de inflação futuras

EDUARDO RODRIGUES
CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA

Em ata da mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), publicada ontem, o Banco Central fez acenos ao Ministério da Fazenda, mas repetiu que "não hesitará em retomar o ciclo" de alta da Selic caso a inflação não caia e citou por duas vezes no texto que a condução da política monetária exige "paciência e serenidade".

"O Copom enfatizou que a execução da política monetária, neste momento, requer serenidade e paciência para incorporar as defasagens inerentes ao controle da inflação através da taxa de juros e, assim, atingir os objetivos no horizonte relevante de política monetária", diz o texto. Realizada na semana passada, a reunião do Copom terminou com a manutenção da taxa básica de juros em 13,75%, a despeito das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de integrantes do governo. Lula argumenta que a manutenção da atual Selic representa o fator preponderante para o baixo crescimento hoje da economia.

Em outra passagem da ata, vista no mercado como um aceno ao governo, o BC fala que a apresentação de uma proposta "crível" de nova âncora fiscal – em substituição ao atual modelo de teto de gastos – pode ter efeito positivo sobre as expectativas da inflação. "O comitê destaca que a materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de inflação, a incerteza na economia e o prêmio de risco associado aos ativos domésticos."

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a nova proposta deve ser apresentada ainda nesta semana (*leia mais informações na página B3*).

Os integrantes do Copom afirmaram ainda que o compromisso da equipe econômica com a execução de pacote fiscal que estabeleceu, entre outras medidas, a volta dos impostos federais (PIS/Cofins) sobre os preços da gasolina ajuda a atenuar os estímulos fiscais sobre a demanda, reduzindo o risco de alta da inflação no curto prazo.

"O Copom enfatizou que a execução da política monetária, neste momento, requer serenidade e paciência para incorporar as defasagens inerentes ao controle da inflação através da taxa de juros e, assim, atingir os objetivos no horizonte relevante de política monetária"
Trecho da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária divulgada ontem pelo Banco Central

Na ata, o comitê voltou a destacar a deterioração das expectativas de inflação para prazos mais longos e, mais uma vez, citou a possibilidade até de voltar a aumentar a Selic. "O comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação, como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas, que mostrou deterioração adicional, especialmente em prazos mais longos. O comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados, e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado."

DESACELERAÇÃO. Para garantir que cumpra sua tarefa de entregar a inflação na meta, após dois anos de fracasso e caminhando para o terceiro sem atingir o objetivo, o Copom argumentou que a desaceleração econômica atual é necessária para garantir o sucesso de sua missão.

Conforme a ata, os dados de atividade no Brasil seguem indicando um ritmo de crescimento mais moderado, e os dados de emprego sugerem moderação. "O Copom segue avaliando que a desaceleração econômica em curso é necessária para garantir a convergência da inflação para suas metas, particularmente após período prolongado de inflação acima das metas."

Em relatório, o Itaú Unibanco avalia que a principal mensagem da ata foi que a política monetária deve ser conduzida de forma "paciente", o que fecha a porta para uma redução dos juros no curto prazo. "O comitê aguardará o impacto da desaceleração econômica e anúncios de política econômica antes do início do corte de juros", diz o banco.

O relatório compara essa função de reação à exercida pela autoridade monetária em 2008, de "esperar para cortar", diferentemente da vista em 2011, de "cortar antes do início evidente da desinflação".

O economista do Santander Mauricio Oreng também avalia que a ata reafirmou o plano de voo do BC, "que parece não contemplar corte de juros no curto prazo". O Santander manteve suas projeções para a trajetória da taxa Selic – de redução só a partir de novembro, com os juros fechando em 13%, neste ano, e 11% em 2024. ●

Para Haddad, BC precisa 'ajudar' economia a crescer

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o Banco Central precisa "ajudar" a garantir o crescimento da economia com inflação baixa. A resposta do ministro foi ao pedido de "paciência e serenidade" incluído na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem.

"O Banco Central também tem de nos ajudar, é um organismo que tem dois braços, um ajudando o outro. Eu sempre insisto nessa tese de que dá impressão de que um é espectador do outro, e não é assim que a política econômica tem de funcionar. São dois lados ativos concorrendo para o mesmo propósito, que é garantir crescimento com baixa inflação. E isso só é possível pela harmonização da política fiscal com a monetária", disse o ministro.

Como uma resposta às críticas que vem recebendo do governo de olhar apenas para a inflação e não cuidar de seus objetivos relacionados à atividade, o Copom reforçou que a harmonia entre as políticas monetária e fiscal reduz distorções, diminui a incerteza, facilita o processo de desinflação e fomenta o pleno emprego ao longo do tempo. ● GIORDANNA NEVES

Política fiscal Suspense sobre o novo arcabouço

Mercado espera âncora que freie as despesas

Às vésperas de divulgação de nova regra, analistas financeiros alertam para risco de o foco ficar em elevar receita

ADRIANA FERNANDES
ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

Às vésperas da divulgação da nova regra fiscal, o mercado financeiro espera que, para ser efetivo, o novo arcabouço tenha controle sobre as despesas e não seja focado apenas no aumento das receitas para estabilizar o crescimento da dívida pública nos próximos anos.

Números que têm circulado nos últimos dias entre os analistas do mercado apontam que uma regra global de despesa crescendo com base no Produto Interno Bruto (PIB) per capita contribuiria com um ajuste anual de apenas 0,12% do lado dos gastos. Um ajuste considerado muito lento na avaliação dos analistas, que já dão como praticamente certo que o grande "protagonista" do arcabouço fiscal será mesmo o aumento de receitas.

Projeções indicam a necessidade de um aumento de R$ 100 bilhões de arrecadação gerada pela segunda etapa da reforma tributária, que trata das mudanças no Imposto de Renda, para as contas públicas saírem do vermelho.

Para o crescimento da dívida pública se estabilizar e voltar a cair, o esforço fiscal necessário exigido pode chegar a R$ 300 bilhões, para que o resultado das contas públicas saia de um déficit de 1% do PIB, estimado em 2023, para um superávit de 2%.

Há dúvidas, porém, se o governo conseguirá aprovar no Congresso uma reforma com

Avaliação
Quanto mais rápido for o processo decisório de Lula, maior será o poder da Fazenda, dizem analistas

aumento da carga tributária nessa magnitude, o que aumenta as incertezas. Há uma desconfiança crescente de que o novo arcabouço será mais frouxo para estabilizar o crescimento da dívida pública nos próximos anos do que se esperava.

"Ao jogar a responsabilidade para a receita de fazer este trabalho, há sérios riscos de enfrentarmos fortes resistências do Congresso e da sociedade ao aumento da carga tributária", disse Jeferson Bittencourt, ex-secretário do Tesouro e economista da Asa Investments. "E, aí, a regra deixaria de cumprir o seu principal papel, que é manter a dívida em trajetória sustentável", acrescentou.

Segundo ele, é preocupante a ausência de perspectivas de ter uma contribuição significativa da despesa para se alcançar os resultados necessários para estabilizar a dívida.

"É improvável que a regra que venha a ser proposta seja mais dura do que a despesa toda crescendo com base no PIB per capita, que já faz um ajuste muito lento do lado da despesa", avaliou. Ele alertou que a despesa cairia com proporção do PIB se a população estivesse crescendo. Mas a perspectiva é de a população crescer cada vez menos e, em pouco mais de 20 anos, esta contribuição se torna cada vez mais insignificante. Para ele, é difícil construir expectativa com base num cenário que conta muito com a arrecadação futura.

O ponto central que ronda as análises das instituições do mercado é que, quanto mais rápido for o processo decisório do presidente Lula, maior será o poder do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na governança sobre o texto final. E vice-versa. Se o anúncio passar desta semana, Haddad ficará mais exposto ao escrutínio de várias instâncias dentro e fora do governo, perdendo o protagonismo na definição do projeto.

Haddad informou que terá hoje uma reunião conclusiva para bater o martelo sobre o novo arcabouço fiscal. De acordo com ele, a nova âncora será divulgada ainda nesta semana.

Nova regra

O que já se sabe sobre o novo arcabouço fiscal

● **Despesas**
Regra de controle de gastos para estabilizar o aumento da dívida a médio prazo

● **Gatilhos**
Instrumentos de retorno à trajetória se as contas se desviarem do previsto

● **Flexibilidade**
Mecanismo para cortar gastos em momentos de queda da atividade; e, em épocas de expansão, para que nem tudo seja gasto

FRUSTRAÇÃO. Economistas avaliam que as falas de Haddad sobre a divulgação da nova regra acabaram frustrando expectativas do mercado. "Ia ser antes do Copom; depois, antes da viagem à China; agora, nos próximos dias. Isso vai gerando uma ansiedade no mercado e dúvidas se é só uma questão de ajustar os detalhes ou se há pontos que ainda não foram concordados", avalia o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale.

"A sensação que dá é de que, na reunião com o presidente Lula, algo não deu certo. Se essa regra não sair logo, vai ser muito ruim", afirma José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos e professor da PUC-Rio. Ele avalia que, para o arcabouço ser eficaz, precisa não só ter uma regra de controle de despesas capaz de estabilizar a trajetória da dívida, mas também gatilhos que sejam acionados quando os gastos baterem o limite estabelecido.

Megale afirma que há preocupações de que algumas despesas fiquem fora da regra, como gastos com saúde e educação. "Uma regra que vale para todas as despesas dá mais previsibilidade e força a escolher, a ajustar dentro da regra geral, o que é mais prioritário para a sociedade." ●

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – EXTRATO DE CONTRATO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 008.12/2022-CP – Extrato do Instrumento Contratual Nº 008.12/2022-01, resultando da Concorrência Pública N° 008.12/2022-CP. Cujo **OBJETO** é a Construção de 10 (dez) campos de futebol (areninhas), em diversas localidades do município de Itapipoca no âmbito do programa de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Socio Ambiental de Itapipoca/CE PRODESA. **CONTRATADA: MS OBRAS E SERVIÇOS LTDA,** CNPJ Nº 41.356.135/0001-71, com **VALOR TOTAL** de **R$ 5.445.415,03** (Cinco Milhões Quatrocentos e Quarenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Quinze Reais e Três Centavos). Maiores Informações: na sede da Comissão Especial de Licitação, com endereço: Rua Antônio Oliveira Menezes, por trás do Camelódromo, SN, Centro, Itapipoca/CE, no horário de 08h às 17h de segunda a sexta feira e nos Endereços Eletrônicos: site do www.tce.ce.gov.br/licitações e https://itapipoca.ce.gov.br/. **Antônio Vitor Nobre de Lima – Secretário de Infraestrutura.**

URBA DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.
CNPJ/MF nº 10.571.175/0001-02 - NIRE 31.300.101.49-5
Companhia Aberta– Categoria A – Código CVM 25437

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 16 de março de 2023, às 10:00 horas, na sede da Urba Desenvolvimento Urbano S.A., localizada na Avenida Professor Mário Werneck, 621, 10º andar, conjunto 01, bairro Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30455-610 ("Companhia" ou "Urba"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 17, parágrafo segundo, de seu Estatuto Social. **3. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza e secretariados pelo Sr. José Roberto Diniz Santos. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a cessão, pelas suas controladas, **URBA 5 LOTEAMENTOS LTDA**., inscrita no CNPJ sob o nº 36.525.003/0001-96 ("Urba 5"), e **RESIDENCIAL PROGRESSO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.570.689/0001-08 ("Residencial Progresso SPE" e, em conjunto com a Urba 5, as "Cedentes"), de forma irrevogável e irretratável, de Créditos Imobiliários, com valor presente cedido de R$40 milhões, representando um valor nominal de R$61 milhões (sessenta e um milhões de reais); **(ii)** a constituição de fundo de despesas pelas Cedentes ("Fundo de Despesas"); **(iii)** a constituição de fundo de reserva pelas Cedentes ("Fundo de Reserva"); **(iv)** autorização aos diretores da Companhia e das Cedentes para, observadas as disposições legais, praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações aprovadas incluindo, mas não se limitando à negociação e celebração do Contrato de Cessão (conforme definido abaixo), das Escrituras de Emissão de CCI (conforme definido abaixo), do contrato de distribuição dos CRI, do contrato de servicing de gestão, do contrato de servicing de revenda e de quaisquer outros documentos que se façam necessários para a efetivação da Emissão dos CRI; **(v)** a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pelos diretores da Companhia e das Cedentes necessários à implementação das deliberações aprovadas; e **(vi)** a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a análise e discussão das matérias objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: **(i)** aprovar a cessão, pelas controladas da Companhia, Urba 5 e Residencial Progresso SPE, de forma irrevogável e irretratável, de créditos imobiliários, com valor presente cedido de R$40 milhões, representando um valor nominal de R$61 milhões (sessenta e um milhões de reais); devidos por adquirentes de lotes dos empreendimentos imobiliários residenciais do tipo "loteamento" denominados "Smart Urba Vila Profeta", "Smart Urba Dunlop", "Smart Urba Dunlop II" e "Residencial Progresso", ("Empreendimentos", "Lotes" e "Adquirentes", respectivamente), oriundos dos "*Contratos Particulares de Compra e Venda com Opção de Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia*" ou "*Contratos Particulares de Promessa de Compra e Venda*", conforme o caso, firmados entre as Cedentes, na qualidade de vendedoras, e cada um dos adquirentes ("Adquirentes" ou "Devedores"), tendo por objeto a compra e venda de cada um dos Lotes ("Créditos Imobiliários" e "Instrumentos de Venda e Compra de Lote" respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças*", a ser celebrado entre as Cedentes, a Opea Securitizadora S.A., companhia securitizadora devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 477, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Europa, CEP 01455-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Cessionária" ou "Securitizadora"), a Companhia e a Serv+ Gestão Imobiliária Ltda (CNPJ 28.788.205/0001-00), na qualidade de intervenientes anuentes ("Contrato de Cessão") sendo representados, cada um dos Instrumentos de Venda e Compra de Lote, por 1 (uma) cédula de crédito imobiliário integral, emitida pela respectiva Cedente, sob a forma escritural ("CCI" e "Escritura de Emissão de CCI"). A Operação contará com as seguintes garantias: Fundo de Reserva, o Fundo de Despesas e podem ser garantidos pela alienação fiduciária dos respectivos Lotes, constituída nos termos dos referidos Instrumento de Venda e Compra de Lote ("Alienação Fiduciária de Lote"). A Securitizadora vinculará os Créditos Imobiliários, cedidos pelas Cedentes aos Certificados de Recebíveis Imobiliários de sua 127ª emissão ("CRI" e "Emissão dos CRI"); **(ii)** aprovar a constituição do Fundo de Despesas pelas Cedentes, para pagamento das despesas da Emissão dos CRI, caso assim seja negociado; **(iii)** aprovar a constituição do Fundo de Reserva pelas Cedentes, para garantia do pagamento das obrigações referentes aos CRI, caso assim seja negociado; **(iv)** autorizar os diretores da Companhia e das Cedentes para, observadas as disposições legais, praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações aprovadas, incluindo, mas não se limitando à negociação e celebração do Contrato de Cessão, das Escrituras de Emissão de CCI, do contrato de distribuição dos CRI, do contrato de servicing de gestão, do contrato de servicing de revenda e de quaisquer outros documentos que se façam necessários para a efetivação da Emissão dos CRI; **(v)** ratificar de todos e quaisquer atos até então praticados pelos diretores da Companhia e das Cedentes necessários à implementação das deliberações aprovadas; **(vi)** aprovar a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Belo Horizonte, 16 de março de 2023. Mesa: Rubens Menin Teixeira de Souza – Presidente; e José Roberto Diniz Santos – Secretário. Conselheiros presentes: (i) Rubens Menin Teixeira de Souza; (ii) Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza; e (iii) José Felipe Diniz. *Declara-se para todos os fins, que há uma* cópia fiel *e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio.* Confere com o original: **José Roberto Diniz Santos -** Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 10180025 em 17/03/2023 da Empresa URBA DESENVOLVIMENTO URBANO S.A., Nire 31300101495 e protocolo 231461950 - 17/03/2023. Autenticação: 4BC89516BD99EB192F98DF9CD6E5933C5ACDCB86. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Itaú
Itaú Unibanco Holding S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23 Companhia Aberta NIRE 35300010230

Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os(As) senhores(as) acionistas do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.** ("Companhia") são convidados(as) pelo Conselho de Administração a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, que se realizará no dia 25.04.2023, às 11h, de modo exclusivamente digital, a fim de:

1. tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022;
2. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
3. fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração e eleger os integrantes dos Conselhos de Administração, incluindo os membros independentes, e Fiscal para o próximo mandato anual. Tendo em vista as determinações da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 70/22, fica consignado que, para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração, os requerentes deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante; e
4. deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

A descrição consolidada das matérias propostas bem como sua justificativa constam do Manual da Assembleia.

Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas no site de relações com investidores da Companhia (www.itau.com.br/relacoes-com-investidores), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Os acionistas também podem solicitar cópia de referidos documentos pelo e-mail ri@itau-unibanco.com.br.

A Assembleia será realizada através de sistema eletrônico com link e instruções de acesso a serem disponibilizados pela Companhia aos acionistas que enviarem para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br, até o dia 23.04.2023, os seguintes documentos:

a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/estatuto social e comprovante de eleição dos administradores, devidamente registrado na junta comercial competente.

b) Pessoas Físicas: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do acionista.

Os acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o procurador envie seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada). Esclarecemos que o representante do acionista pessoa jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.

b) Pessoas Físicas: procuração com firma reconhecida em cartório.

Objetivando facilitar os trabalhos na Assembleia, a Companhia sugere que os acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 23.04.2023, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br.

De modo a incentivar a participação dos acionistas na Assembleia, a Companhia implementou o sistema de votação a distância, nos termos da Resolução CVM 81/22, conforme alterada, possibilitando que sejam enviados boletins de voto a distância (i) diretamente à Companhia, (ii) aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou (iii) à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, conforme procedimentos descritos no Manual da Assembleia.

São Paulo (SP), 24 de março de 2023.

Renato Lulia Jacob
Diretor de Relações com Investidores e Inteligência de Mercado (27/28/29)

Fábio Alves

E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve

O adulto na sala

A ata da última reunião do Copom foi tecnicamente impecável e, na opinião de muitos analistas, a melhor já escrita na gestão de Roberto Campos Neto à frente do Banco Central. Contra argumentos tão rasos como em brigas de rua, disparados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelas lideranças do PT, a ata mostrou por que ainda não é possível baixar os juros.

Um desses argumentos é de que há uma crise de crédito em curso no Brasil e que o patamar atual da taxa Selic, de 13,75%, somente irá agravar a situação. Na ata, alguns membros do Copom admitem que o aperto nas concessões de crédito foi até mais intenso do que o esperado, mais limitado em segmentos específicos.

Já outros diretores acreditam que essa moderação no mercado de crédito está em linha com o esperado para a fase atual do ciclo de aperto monetário, "considerando a elevação de juros empreendida até meados do segundo semestre de 2022". Eles também esperam uma desaceleração adicional no mercado de crédito, além de um aumento na inadimplência, porém nada diferente do que já se observou em ciclos anteriores de alta de juros.

Se, por acaso, essa contração na concessão de crédito surpreender e chegar a ser mais abrupta do que o esperado, a ata lembra que o BC possui os instrumentos de natureza macroprudencial para prover liquidez e lidar com "fricções relevantes localizadas". E que, para lidar com as pressões inflacionárias, os juros continuam sendo o instrumento mais apropriado.

> **Em vez de espernear contra os juros, Lula deveria ajudar o Banco Central a baixar a inflação**

A realidade indica que a inflação ainda está elevada e caminha para ficar acima do teto da meta perseguida pelo BC pelo terceiro ano consecutivo em 2023, quando o mercado projeta um índice de preços ao consumidor de 5,93%. E são os pobres quem mais sofrem com a inflação alta. Se Lula estivesse preocupado com os mais vulneráveis, em vez de ficar esperneando contra o nível dos juros, trataria de ajudar o BC no combate à inflação, entregando uma proposta de um arcabouço fiscal robusta e crível.

Aliás, a ata precisou destacar o óbvio ao dizer que a harmonia entre as políticas monetária e fiscal reduz distorções, diminui a incerteza, facilita a desinflação e promove o pleno emprego. O Copom manda um recado também para o BNDES: a importância de que a concessão de crédito público e privado se mantenha com taxas competitivas e sensíveis à taxa básica de juros. No passado, isso resultou em inflação e recessão.

Com explicações técnicas, a ata será lida por Lula como uma declaração de guerra. Mas era preciso um adulto na sala para lidar com a inflação. No caso, o BC. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Reformas

Tebet afirma que tributária é 'salvação da lavoura'

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou ontem que a reforma tributária é a "única bala de prata" que o governo possui para recuperar o crescimento econômico do País. Em outro momento, falou que será a "salvação da lavoura". As declarações foram feitas durante a 24.ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

"O Brasil não vai crescer e não vai gerar emprego se não aprovarmos a reforma tributária. A reforma tributária é a salvação da lavoura, a única bala de prata que temos. Fiquem tranquilos que nenhum município vai perder na tributária", disse.

Segundo Tebet, a reforma aliviará a carga da indústria, setor que gera os empregos com maior qualidade e renda. Ela ainda destacou que a proposta terá um fundo para compensar as perdas dos entes da federação e um para o desenvolvimento regional.

A ministra destacou que a criação dos dois fundos foi um pedido dela para o relator da matéria, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que acatou o pleito. Também presente no evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as estimativas de impacto da aprovação da proposta na economia são de pelo menos 10% do PIB. ● EDUARDO RODRIGUES e ANTONIO TEMÓTEO/BRASÍLIA

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

CNPJ 44.673.382/0001-90

Relatório da Administração

Em outubro de 2022 a Omint Saúde completou 42 anos de história no Brasil e, ao longo desse período, milhares de vidas foram impactadas positivamente pelas soluções oferecidas pela companhia, reforçando assim sua missão de cuidar de pessoas, principalmente em um cenário pós-pandêmico, onde pessoas e empresas se mostraram mais conscientes sobre a importância de investir em saúde e bem-estar.
Para a Omint e para o setor, o ano foi desafiador em relação aos custos médicos. No entanto, com a retomada das contratações, os planos Médicos e Odontológicos da Omint, que contam com uma rede credenciada de alto padrão, acesso aos melhores, mais avançados e eficientes serviços, tratamentos e programas de saúde, se mostraram um poderoso diferencial no pacote de benefícios das empresas, o que favoreceu a ampliação da nossa carteira de clientes, tanto por meio de novas vendas quanto pela inclusão de beneficiários nas empresas clientes. Com isso, as principais metas estabelecidas pela Omint Saúde foram alcançadas.
Os bons resultados foram conquistados também por meio de uma estratégia comercial bem executada, que contemplou a ampliação de parceiros comerciais e atuação assertiva no fechamento de novos contratos e manutenção de nossos clientes.
A qualidade dos produtos e serviços oferecidos, a implementação de programas de gestão de saúde e qualidade de vida junto à sua base de clientes, além de uma rede credenciada médica e odontológica de excelência e alta resolutividade mantiveram a marca como uma das mais reconhecidas e desejadas no mercado.
Para 2023, a meta é manter o crescimento sustentável, estreitar ainda mais o relacionamento com os parceiros comerciais, continuar a desenvolver ações de educação e combate às fraudes de reembolso e dar visibilidade à marca por meio de ações de comunicação nas mídias sociais do Grupo e imprensa, reforçando a excelência da rede credenciada e das soluções oferecidas, assim como a importância de um cuidado contínuo, preventivo e holístico da saúde.

Programas de Saúde

A Omint Saúde desenvolveu ao longo dos seus mais de 40 anos de atuação, programas prevenção e promoção de saúde que são referência no mercado. Essa grande experiência é um dos motivos pelos quais a companhia é reconhecida pela qualidade da gestão, com ganhos para toda a cadeia de valor.
Ganham os colaboradores, com acesso aos melhores, mais avançados e eficientes serviços e tratamentos. Ganham as empresas, com um poderoso diferencial no seu pacote de benefícios, atrelado a um modelo de gestão eficiente e inovador. Ganham os profissionais e instituições credenciados, que têm com a Omint uma relação de parceria e respeito à conduta médica. E ganha a Omint, por contar com altíssimo índice de recomendação de seus planos e tempo de permanência das empresas clientes muito superior à média.
Os clientes Omint têm à sua disposição, conforme as políticas e regras estabelecidas, programas como:

- Screening de Saúde: diagnóstico das necessidades dos colaboradores e parceria na priorização e implementação de ações e programas de saúde e prevenção.
- Invita: gerenciamento de patologias crônicas previamente estabelecidas com acompanhamento personalizado a longo prazo.
- Coaching da Saúde: orientação e recomendação de profissionais credenciados para o tratamento mais adequado ou, ainda, indicação para participação em outros programas de saúde.
- Dr. Omint Digital – Telemedicina: orientação médica por videoconferência, para casos pontuais e de baixa gravidade, com médicos de confiança.
- Leve na boa: orientação nutricional personalizada.
- Projeto Coluna: acompanhamento de reabilitação e fortalecimento de com queixas recorrentes de dores na coluna.
- Concierge de Medicamentos: entrega em domicílio de medicamentos de alto custo.
- Gerenciamento de Casos: atendimento pontual para portadores de patologias crônicas passíveis de gerenciamento.
- Gerenciamento de Longa permanência: acompanhamento da saúde de beneficiários a partir de 60 anos com alguma condição crônica.
- Pontualmente: serviço de apoio psicológico através de atendimentos por vídeoconferência para beneficiários que estejam apresentando situações emocionais pontuais;
- Boa Hora: atendimento personalizado para mães e bebês durante o pré e pós-parto, com estímulo ao aleitamento, esclarecimento de dúvidas e identificação das necessidades emocionais.
- Programa 60+ e 80+: ações com abordagens específicas para cada faixa etária e perfil, a fim de proporcionar um envelhecimento produtivo e com qualidade de vida.
- Home Care: continuidade do tratamento no domicílio do cliente, através de uma equipe multidisciplinar com estrutura especializada e protocolos de segurança.

Inovação e Experiência do Cliente

Conectividade, mobilidade, ausência de burocracia, agilidade, praticidade e transparência vão ao encontro da expectativa dos nossos clientes. Por isso, temos investido continuamente em inovação, desenvolvendo soluções digitais que carregam a mesma excelência da experiência proporcionada pelos demais canais de relacionamento e de atendimento da companhia.
O Minha Omint é um exemplo disso. O aplicativo está em constante evolução, sempre acrescentando soluções tecnológicas e de processos para a melhor experiência dos clientes. Em 2023, essas iniciativas terão foco ainda maior, com a renovação da sua interface e usabilidade para oferecer experiências ainda mais práticas, seguras e completas. Com ênfase na privacidade de dados pessoais, o aplicativo oferece acesso a diversos serviços, como o Dr. Omint Digital, em que o cliente pode se consultar com um médico por meio de videoconferência. No App, o cliente pode ainda acessar a sua credencial digital, solicitar e acompanhar processos de reembolso, acionar o atendimento por WhatsApp, buscar os médicos, dentistas, clínicas, centros de diagnóstico e hospitais do seu plano e receber o token para atendimento sem papel na rede credenciada.

Cenário Econômico

A desaceleração da pandemia, a alta na inflação e a invasão da Ucrânia marcaram o ano de 2022, com impactos significativos nos cenários doméstico e internacional, modificando a trajetória da economia mundial.
A economia do Brasil cresceu 2,9% em 2022, acima do esperado, segundo o IBGE. Isso pode ser explicado em grande parte pela retomada dos serviços com o abrandamento da pandemia e pelo estímulo econômico aquecido por conta dos programas sociais.
No primeiro trimestre de 2022, depois de três anos, o Brasil voltou a figurar entre as 10 maiores economias do mundo, em 9º lugar, com Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 1,8 trilhão, de acordo com o ranking de crescimento das economias compilado pela agência de classificação de risco Austin Rating.
Segundo economistas, as expectativas para 2023 são de crescimento mais lento, com a economia reduzindo seu ritmo para 1,0%, que pode ser encarado como uma correção cíclica após uma forte recuperação dos últimos dois anos. Os resultados futuros dependerão da capacidade do novo governo em dar continuidade na agenda de reformas e garantir medidas para o equilíbrio das contas públicas a longo prazo.

Setor de Saúde

A FenaSaúde apresentou dados importantes do segmento: de outubro de 2021 a outubro de 2022, o número de planos de saúde teve um aumento de 3,27%, atingindo a marca de 25% da população brasileira coberta por essa assistência. Desses, 69% correspondem a planos de saúde empresariais contratados. Nos 12 meses, o crescimento foi de 4,7%.
Do ponto de vista do desempenho econômico-financeiro, de acordo com dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) referentes ao 3º trimestre de 2022, de janeiro a setembro deste ano, o setor registrou resultado líquido negativo de R$ 2,5 bilhões, concentrado especialmente em operadoras de assistência médica de grande porte.
No total, as operadoras médico-hospitalares apresentaram resultado líquido negativo de R$ 3,4 bilhões. Já as operadoras exclusivamente odontológicas e administradoras de benefícios tiveram resultado líquido positivo de R$ 958,5 milhões.
A sinistralidade acumulada do ano registrou aumento, passando de 88,84% no 2º trimestre de 2022 para 90,30% no terceiro trimestre. A mediana dos últimos doze meses (valor central de uma amostra) ficou estável em cerca de 84,5%, com patamar superior ao período pré-pandemia, quando oscilou entre 80% e 82%. Esses números indicam que praticamente 90% do arrecadado com os planos é gasto com assistência à saúde

Desempenho Econômico-Financeiro

Apesar do cenário desafiador, o Grupo Omint encerrou 2022 com um faturamento de R$ 1.982.113.633, 11% maior em comparação ao ano anterior. A estratégia aplicada nos últimos anos foi determinante para o crescimento, resultando na criação de valor para a companhia e seus clientes.
Para o ano de 2023, a Omint continuará investindo em projetos que ofereçam experiências ainda mais acessíveis, seguras e convenientes, o que também colabora para agregar valor às relações com seus stakeholders.

Destinação dos Lucros

Conforme Contrato Social, a Operadora poderá levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores, para fim de apurar o lucro do período neles compreendido, podendo tal lucro ser, por deliberação de sócias "s" representando a maioria do capital social: (i) distribuído, na proporção da participação das sócias no capital social ou de forma desproporcional, conforme deliberação das socias; ou (ii) capitalizado.
A Operadora tem reinvestido parte do lucro anual dentro do próprio negócio, por meio de retenção dos lucros como reserva e distribuição sob a forma de dividendos conforme decisão em Assembleia de Quotistas.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos atuou através dos programas de apoio a estratégia, entrega, excelência operacional, melhora na gestão de custos e criação de atrativos para os novos segurados.
Para isso foram realizados em 2022 (janeiro a dezembro):

- Através da nossa ferramenta de e-learning (GPT – Gestão. Protagonismo. Talento.), realizamos trilhas de treinamento para 491 colaboradores. Os treinamentos foram direcionados para trilhas obrigatórias (Prevenção a Fraudes e Lavagem de Dinheiro e Gestão de Riscos), reciclagem de processos, segurança da informação, LGPD, qualidade de vida, integração e outros diversos temas. Total de horas de capacitação na ferramenta ao longo do ano: 18.141.
- 868 Ações de Comunicação Interna através dos nossos canais internos de comunicação: E-mail Corporativo, Yammer (rede social corporativa), Portal Omint (intranet), TVs Corporativas e Revista Digital.
- 57 Ações do Programa de Qualidade de Vida, com participações nas frentes de Saúde e Esporte, Lazer e Cultura e Responsabilidade Socioambiental, com uma avaliação positiva de 98% na pesquisa de satisfação.
- Acompanhamento da produtividade e administração da rotatividade de nossos colaboradores.

As ações de Recursos Humanos são desenvolvidas para todas as empresas do Grupo Omint, incluindo a Omint Saúde.
As ações voltadas ao Treinamento e Desenvolvimento dos colaboradores foram realizadas no formato presencial, com todos os cuidados de saúde para a segurança e proteção de todos (disponibilização de máscaras e ambientes abertos).

Responsabilidade Social

As ações de Responsabilidade Socioambiental fazem parte do Programa Bom Dia e tem como finalidade construir ideias de sustentabilidade, voluntariado, inclusão e saúde social. No ano de 2022 continuamos com o patrocínio Institucional do Grupo Omint ao Centro Assistencial Cruz de Malta. Ações com foco nas Campanhas para doação de agasalho, incentivo a doação de sangue, ação bucal com crianças e adolescentes, Páscoa e Natal solidários e doação de itens de higiene.

Agradecimentos

A Omint agradece aos acionistas pela confiança e apoio, indispensáveis para o desenvolvimento contínuo da companhia. Aos médicos, dentistas, profissionais da saúde, centros de diagnóstico e hospitais credenciados, parceiros de negócios e, principalmente, aos nossos clientes, a quem procuramos retribuir com um atendimento que satisfaça suas necessidades de serviços de saúde com qualidade e conveniência. Expressamos também o reconhecimento aos nossos colaboradores pelo esforço que têm dedicado à Omint, levando-a a excelentes resultados e à constante melhoria de nossos serviços.

São Paulo, 24 de março de 2023.

A Diretoria.

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo					
Circulante		913.403	619.821	922.774	626.281
Disponível	4	3.494	1.793	3.558	1.851
Realizável		909.909	618.028	919.216	624.430
Aplicações Financeiras	5	882.372	589.253	889.478	593.892
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		342.670	248.419	342.670	248.419
Aplicações Livres		539.702	340.834	546.808	345.473
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		5.751	11.714	5.751	11.714
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	6.1	2.688	1.810	2.688	1.810
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6.2	3.063	9.904	3.063	9.904
Créditos Op. Assist. a Saúde Não Rel. P. de Saúde da Operadora		73	–	73	–
Despesas Diferidas		4.824	4.507	4.824	4.507
Comissões Diferidas de Operações de Assistência à Saude		4.824	4.507	4.824	4.507
Créditos Tributários e Previdenciários	7	16.252	11.547	16.313	11.645
Bens e Títulos a Receber		599	947	2.419	2.266
Despesas Antecipadas		38	60	69	89
Estoque	8	–	–	289	317
Não Circulante		38.369	345.165	29.149	338.805
Realizável a longo prazo		22.235	331.162	22.272	331.200
Ativo Fiscal Diferido	7	5.617	74.615	5.617	74.615
Créditos Tributários e Previdenciários	7	6.072	6.072	6.072	6.072
Bens e Títulos a Receber		399	400	399	400
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	10.147	250.075	10.184	250.113
Investimentos	10	11.951	9.758	–	–
Outros Investimentos		11.951	9.758	–	–
Imobilizado	11	3.872	3.679	6.566	7.039
Imobilizado de Uso Próprio		3.836	3.641	6.350	7.001
Não Hospitalares/Odontológicos		3.836	3.641	6.350	7.001
Outras Imobilizações		36	38	36	38
Intangível	11	311	566	311	566
Total do ativo		951.772	964.986	951.923	965.086

	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo					
Circulante		239.679	206.714	239.830	206.814
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	209.709	177.080	207.594	175.236
Provisões de Prêmios/Contraprestações		238	68	238	68
Provisão para Remissão		238	68	238	68
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		21	39	21	39
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		98.348	95.104	96.233	93.260
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		111.102	81.869	111.102	81.869
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		7.214	27	7.214	27
Receita Antecipada de Contraprestação		6.886	–	6.886	–
Comercialização sobre Operações		328	27	328	27
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	13.691	10.677	14.645	11.470
Débitos Diversos	14	9.065	18.930	9.699	19.582
Fornecedores		–	–	678	499
Não Circulante		12.602	254.002	12.602	254.002
Provisões	15	12.602	254.002	12.602	254.002
Provisões para ações judiciais		12.602	254.002	12.602	254.002
Patrimônio líquido		699.491	504.270	699.491	504.270
Capital social	16	53.889	53.889	53.889	53.889
Reservas		645.602	450.381	645.602	450.381
Reservas de lucros		645.602	450.381	645.602	450.381
Total do passivo + patrimônio líquido		951.772	964.986	951.923	965.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por cota)*

	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		1.959.392	1.755.765	1.959.392	1.755.765
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		1.981.943	1.783.488	1.981.943	1.783.488
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	18a.	1.982.114	1.783.520	1.982.114	1.783.520
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(171)	(32)	(171)	(32)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	18b.	(22.551)	(27.723)	(22.551)	(27.723)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos		(1.714.404)	(1.447.620)	(1.689.371)	(1.426.739)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	18c.	(1.685.170)	(1.440.428)	(1.660.137)	(1.419.547)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(29.234)	(7.192)	(29.232)	(7.192)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		244.988	308.145	270.021	329.026
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	18d.	14.288	2.160	14.027	1.986
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18d.	–	1.410	4.999	5.827
Outras Receitas Operacionais		–	1.410	4.999	5.827
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(24)	–	(1.720)	(1.429)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(2.374)	(4.375)	(2.374)	(4.375)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	18d.	346	(1.722)	346	(1.722)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais Assistência à Saúde		37	–	37	–
Provisão para Perdas Sobre Créditos	18d.	(2.757)	(2.653)	(2.757)	(2.653)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	18d.	(9.825)	(9.190)	(9.825)	(9.190)
Outras Despesas Operacionais		–	–	(20.547)	(18.085)
Resultado Bruto		247.053	298.150	254.581	303.760
Despesas de Comercialização		(73.301)	(62.009)	(73.301)	(62.009)
Despesas Administrativas	18e.	(198.124)	(192.105)	(203.013)	(196.080)
Resultado Financeiro Líquido	18f.	367.836	26.405	368.450	26.512
Receitas Financeiras		369.056	29.511	369.784	29.746
Despesas Financeiras		(1.220)	(3.106)	(1.334)	(3.234)
Resultado Patrimonial		2.204	1.186	14	21
Receitas Patrimoniais		2.435	1.435	245	330
Despesas Patrimoniais		(231)	(249)	(231)	(309)
Resultado antes dos impostos e participações		345.668	71.627	346.731	72.204
Imposto de Renda	18g.	(22.516)	(20.138)	(23.287)	(20.553)
Contribuição Social	18g.	(8.563)	(7.604)	(8.855)	(7.766)
Impostos Diferidos	18g.	(68.998)	7.467	(68.998)	7.467
Resultado Líquido		245.591	51.352	245.591	51.352
Quantidade de cotas		53.889.032	53.889.032	–	–
Lucro por cota		4,56	0,95	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua…

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

CNPJ 44.673.382/0001-90

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado líquido	245.591	51.352	245.591	51.352
Resultado abrangente	245.591	51.352	245.491	51.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.889	517.735	–	571.624
Ajustes provisão CSLL/IRPJ	–	1.294	–	1.294
Distribuição de lucros	–	(120.000)	–	(120.000)
Resultado líquido	–	–	51.352	51.352
Transferências para reserva de lucros	–	51.352	(51.352)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	53.889	450.381	–	504.270
Distribuição de lucros	–	(50.000)	–	(50.000)
Resultado líquido	–	–	245.591	245.591
Transferências para reserva de lucros	–	245.221	(245.591)	(370)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	53.889	645.602	–	699.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Atividades operacionais				
(+) Recebimento de Planos Saúde	2.289.110	1.823.148	2.289.110	1.823.148
(+) Recebimento de serviços odontológicos	–	–	5.626	5.621
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	1.088.431	1.003.360	1.109.958	1.023.791
(+) (Resgate) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	5	5	5	6
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.037	3.116	2.037	3.116
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(1.682.308)	(1.416.392)	(1.662.348)	(1.399.996)
(-) Pagamento de Comissões	(70.757)	(62.503)	(70.757)	(62.503)
(-) Pagamento de Pessoal	(53.303)	(49.172)	(65.097)	(60.383)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(7.149)	(8.994)	(7.149)	(8.994)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(49.970)	(39.248)	(55.214)	(43.076)
(-) Pagamento de Tributos	(94.171)	(117.024)	(100.333)	(122.408)
(-) Pagamento de Aluguel	(16.881)	(16.453)	(16.881)	(16.453)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(15.574)	(30.988)	(15.574)	(30.988)
(-) Aplicações Financeiras	(1.315.031)	(958.350)	(1.338.462)	(977.400)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(21.503)	(12.718)	(21.984)	(13.061)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	52.926	117.787	52.937	120.420
Atividades de investimentos				
(+) Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado	242	280	345	341
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(1.467)	(1.274)	(1.475)	(4.214)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(1.225)	(994)	(1.230)	(3.873)
Atividades de financiamento				
(-) Distribuição de lucros	(50.000)	(120.000)	(50.000)	(120.000)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(50.000)	(120.000)	(50.000)	(120.000)
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	1.701	(3.207)	1.707	(3.453)
CAIXA – Saldo Inicial	1.793	5.000	1.851	5.304
CAIXA – Saldo Final	3.494	1.793	3.558	1.851
Ativos Livres no Início do Exercício (*)	1.793	5.000	1.851	5.304
Ativos Livres no Final do Exercício (*)	3.494	1.793	3.558	1.851
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – Recursos Livres	1.701	(3.207)	1.707	(3.453)

Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	245.591	51.352	245.591	51.352
Ajustes por:				
(-) Resultado da equivalência patrimonial	(2.193)	(1.155)	–	–
(+) Baixa imobilizado	232	249	232	249
(+) Depreciação	1.042	1.012	1.714	1.345
(+) Amortização	254	312	254	312
(+) Outras perdas	7.136	–	7.136	60
(+/-) Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	29.233	7.193	29.233	7.193
(+/-) Variação da provisão de remissão	170	32	170	32
(+/-) Variação de crédito tributário diferido	68.998	(7.467)	68.998	(7.467)
(+/-) Variação de PPSC	2.758	2.653	2.758	2.653
(+/-) Variação de provisões e reversões	(5.550)	3.081	(5.553)	3.020
(-) Rendimento de aplicação financeira	(78.903)	(25.169)	(78.903)	(25.169)
(+/-) Juros e variação monetária	(1.255)	(559)	(1.255)	(559)
(+/-) Recuperação credito imp. s/lucro	(2.197)	(772)	(2.197)	(772)
(+/-) Ajustes provisão CSLL/IRPJ	–	(1.294)	–	(1.294)
Diminuição (aumento) das contas do ativo				
Aplicações financeiras	(214.216)	48.800	(216.682)	50.006
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	3.205	29.879	3.205	29.879
Créditos Oper. Assitência à Saúde Nâo relacionados P. Saúde	(73)	–	(73)	–
Despesas diferidas	(317)	(2.678)	(317)	(2.678)
Bens e títulos a receber	349	(175)	(152)	(257)
Créditos tributários e previdenciários	(3.450)	687	(3.412)	879
Depósitos judiciais e fiscais	239.928	(7.832)	239.929	(7.829)
Despesas antecipadas	22	8	20	9
Estoque	–	–	28	10
Aumento (diminuição) das contas do passivo				
Provisão de eventos a liquidar	3.226	22.643	2.955	22.568
Tributos e contribuições a recolher	3.014	(17.325)	3.175	(17.279)
Débitos de operações de assistência à saúde	7.187	(260)	7.187	(260)
Fornecedores	–	–	179	(240)
Outras contas a pagar	(9.865)	4.618	(9.883)	4.704
Provisões para ações judiciais	(241.400)	9.954	(241.400)	9.954
Depósitos de beneficiários e terceiros	–	–	–	(1)
Caixa líquido das atividades operacionais	52.926	117.787	52.937	120.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Omint Serviços de Saúde Ltda. (Omint ou Operadora), localizada na Rua Franz Schubert, nº 33, no bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo, tem por atividade a intermediação na prestação de serviços médicos, odontológicos e hospitalares, a administração de planos de saúde e a participação em outra sociedade, na qualidade de sócia, cotista ou acionista.
A operadora é integrante do Grupo Omint, cuja a composição do capital social está demonstrado na nota 16a.
A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pela Diretoria foi realizada em 24 de março de 2023.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS e inclusive as normas instituídas pela própria Agência.
Na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi observado o modelo de plano de contas contido na Resolução Normativa RN nº 527/22 e RN 472/21 o que é aplicável para 2022, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26.

2.1. Base para mensuração
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Investimentos mensurados por equivalência patrimonial;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS; e
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

2.2. Comparabilidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Para o balanço patrimonial, utilizamos as informações constantes no exercício findo imediatamente precedente (31 de dezembro de 2021).

2.3. Base de consolidação
i) Controladas
O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o investidor obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.
Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.
Relação de entidades controladas

	Participação acionária %		
	País	2022	2021
Del Sol Odontologia Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%

ii) Transações eliminadas na consolidação
Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício no próximo período contábil:
- Nota 3b e 5 – Aplicações financeiras
- Nota 3d e 6.1- Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde
- Nota 7 – Créditos tributários e previdenciários
- Nota 3j e 12 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
- Nota 3k e 15 – Provisões judiciais

2.6. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora
Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Operadora, não causando, no entanto, nenhum impacto relevante sobre os valores atualmente registrados. O CPC convergiu para esse novo pronunciamento e emitiu o CPC 48 – Intrumentos Financeiros, com adoção para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A ANS adotará o pronunciamento a partir do exercício de 2023, conforme disposto na Resolução 472 de 29 de setembro de 2021.
O IFRS 17 (CPC 50) "Contratos de Seguros" (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º Janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. Em 2021 com a publicação da Resolução 472 de 29 de setembro de 2021 a ANS formalizou que não recepcionará o IFRS 17 (CPC 50).
O IFRS 16 (CPC 06) "Arrendamentos" (emitido em dezembro de 2017) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Em 2021 com a publicação da Resolução 472 de 29 de setembro de 2021 a ANS recepcionou o IFRS 16 (CPC 06) a partir do exercício de 2022. A operadora observa e adota a norma conforme requerido.
A Operadora pretende adotar as demais normas aplicáveis quando houver a aprovação do órgão regulador. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no patrimônio líquido ou no resultado da Operadora.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalente de caixa
Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias, investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição da controladora. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pelas rubricas "Caixa e equivalente de caixa", conforme apresentado na nota explicativa nº 4.

b) Instrumentos financeiros (aplicações financeiras)
Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias:
Valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Operadora compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde).
Valor justo: é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data do balanço.
Quando disponível, a Operadora determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.
O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (I) Os certificados de depósitos bancários, são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam do valor justo. (II) As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

c) Impairment de ativos financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC
Conforme determina a Resolução Normativa RN nº 527/22 e RN 472/21 o que é aplicável para 2022, a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC é constituída, nos planos individuais com preço pré-estabelecido, pela totalidade do crédito do contrato, a partir da existência de uma parcela vencida há mais de 60 dias. Para todos os demais planos, pela totalidade do crédito do contrato, a partir da existência uma parcela vencida há mais de 90 dias.

e) Estoques
Na controlada Del Sol, o estoque é composto por materiais odontológicos e estão avaliados a custo.

f) Investimentos
O investimento na controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido das investidas.

g) Imobilizado
Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por impairment, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado, sendo móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos de 05 anos.

h) Impairment de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros do Grupo são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

i) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda do exercício e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que excede R$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa-RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

continua...

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

i) *Provisão de Prêmio ou Contraprestação Não Ganhas (PPCNG)*
A provisão para contribuições não ganhas (PPCNG) corresponde ao rateio diário – "pró-rata" dia das contribuições a decorrer, relativamente ao período de cobertura do risco. Os valores constituídos são apropriados ao resultado no último dia do mês, cuja vigência tenha iniciado.

ii) *Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL*
A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL representa o montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela OPS.

iii) *Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL SUS*
A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL representa os ressarcimentos ao SUS que são registrados mediante avisos de beneficiários identificados (ABI), notificados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados por prestadores de serviços até a data do encerramento do exercício.

iv) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)*
A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial com a finalidade de fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. A provisão é calculada com base em método estatístico-atuarial, conhecido como "triângulos de run-off" e "sinistralidade esperada", que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, observado o período de 12 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

v) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – SUS*
A provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, é referente à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à OPS.

vi) *Provisão para Remissão*
A provisão para remissão é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, utilizando-se como metodologia o "Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura".

vii) *Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC*
A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, referente à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada. Conforme cálculos atuariais, a operadora não apresentou insuficiência.

viii) *Teste de Adequação de Passivo – TAP*
Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as operadoras de planos de saúde consideradas de grande porte (acima de 100.000 beneficiários) devem realizar o Teste de Adequação de Passivo I TAP.
A ANS, através da Resolução Normativa RN nº 527/22 e RN 472/21, definiu os requisitos mínimos para serem utilizados no teste, tais como: segregação da carteira por modalidade de contratação, estimativa do fluxo de caixa limitado a 8 anos, utilização da tábua BR-EMS, os fluxos de caixa deverão ser descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.
A Omint segregou a carteira em contratos com Planos Individuais/Familiares, Planos Coletivos Medicina e Planos Coletivos Odontológicos, para cada grupo foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Os parâmetros médios utilizados foram:

Carteira	Tábua BR-EMS	Taxa de decremento a.a.	Reajuste (1)	VCMHO (2)	Desp. Adm.	Desp. Com.	ETTJ
Individual	por sexo	6,103%	11,23%	10,43%	1,30%	0,0%	Anbima- PRÉ-FIXADA
Coletivo Medicina	por sexo	22,67%	8,29%	8,24%	13,10%	4,40%	Anbima- PRÉ-FIXADA
Coletivo Odontologia	por sexo	21,87%	8,10%	4,36%	9,40%	4,40%	Anbima- PRÉ-FIXADA

(1) Não contempla o efeito do reajuste por alteração de faixa etária, pois o mesmo já está incluído na curva de crescimento da receita em função da idade.
(2) Não contempla o efeito da idade, pois o mesmo já está incluído na curva de crescimento do custo em função da idade.
Parâmetros mínimos para a elaboração da TAP:
- Cálculo da estimativa do número de expostos – Foram aplicadas as taxas da tábua e de decremento da carteira (saída sem ser por óbito) a partir do mês base.
- Cálculo do faturamento anual – Foi calculado a partir da multiplicação do número de expostos, receita por faixa etária e taxa de reajuste anual.
- Cálculo do custo assistencial anual – Foi calculado a partir da multiplicação do número de expostos, custo por idade (calculado a partir de uma função de ajuste linear, polinomial e/ou exponencial) e taxa anual de variação dos custos.
- Cálculo das despesas administrativas e comerciais foram calculadas a partir da multiplicação das taxas pelo faturamento; os impostos foram calculados multiplicando as taxas pelo resultado bruto da operação.
- Os resultados líquidos obtidos para os próximos 8 anos foram trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ).

O teste de adequação de passivos realizado para a data base de 31 de dezembro de 2022, apresentou insuficiência de R$ 5.9 milhões para a carteira de Planos Individuais e/ou Familiares, mas o resultado global da Omint é positivo, compensado pelo bom desempenho da carteira de planos coletivos. A ANS no capítulo 1 – Normas Gerais, item 10.12.2, não obriga o reconhecimento de eventual deficiência apurada no resultado conforme Resolução Normativa-RN Nº 435 publicada em 23 de novembro de 2018 e suas atualizações.

k) Ativos e passivos contingentes (provisões)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25. As obrigações legais fiscais são reconhecidas independente da probabilidade de êxito das ações, conforme previsto no item 10.23.5 da Resolução Normativa RN nº 527/22 e RN 472/21 o que é aplicável para 2022.
Ativos contingentes – Os ativos contingentes são registrados contabilmente quando transitado em julgado.
Passivos contingentes – São constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas.

l) Empréstimos e financiamentos
Determinando quando um contrato contém um arrendamento
No início da operação é efetivada uma avaliação se um contrato contém elemento de arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referente aos outros elementos do mesmo com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação.
Ativos arrendados
Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.
Juros de arrendamentos
Os juros efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m) Benefícios aos empregados
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.
O Grupo fornece ao seu quadro de colaboradores, benefícios como: plano de saúde e odontológico aos funcionários e dependentes, seguro de vida e vale refeição.

n) Apuração do resultado
(i) *Receitas operacionais de saúde* – As receitas decorrentes dos planos de assistência médico-odontológico são contabilizadas pelo regime de competência e de acordo com a vigência do risco.
(ii) *Custos médicos* – Os custos de atendimento médico-odontológico dos planos de assistência são contabilizados no resultado de acordo com a notificação de aviso dos eventos.
(iii) *Receita operacional com prestação de serviço odontológico* – A receita da controlada decorre de prestação de serviços de assistência odontológica e está sendo contabilizada pelo regime de competência.

4 DISPONÍVEL – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Banco Conta Corrente	2.401	1.331	2.454	1.367
Caixa e Equivalente de Caixa	1.093	462	1.104	484
Total	3.494	1.793	3.558	1.851

Os valores que compõe caixa e equivalentes de caixa são compostos por aplicações automáticas dos bancos e fundos substancialmente não exclusivos.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por categoria

Controladora

Ativos	Hierarquia de valor justo	Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Aging Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Classificação Ganho/Perda não realizado (G – F)	Total 31/12/2022 (E)	%	31/12/2021 (H)	%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		247.568	250.706	48.270	335.827	882.372	–	882.372	882.372	882.372	100%	589.253	100%
Fundos de Investimentos Abertos		–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	3.907	1%
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos-Alfa Cash	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	3.907	100%
Fundos de Investimento Exclusivos		198.166	181.822	46.199	114.362	540.549	–	540.549	540.549	540.549	61%	336.927	57%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	134.949	87.430	–	–	222.379	–	222.379	222.379	222.379	41%	84.202	25%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	13.123	6	–	13.129	–	13.129	13.129	13.129	2%	11.071	3%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	48.554	–	–	–	48.554	–	48.554	48.554	48.554	9%	44.611	13%
Cotas de Fundos de Investimentos	2	–	–	–	106.368	106.368	–	106.368	106.368	106.368	20%	–	0%
Operações Compromissadas	1	–	6.306	36.481	–	42.786	–	42.786	42.786	42.786	8%	64.919	19%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	13.969	74.625	9.713	8.015	106.323	–	106.323	106.323	106.323	20%	132.196	39%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	693	338	–	(22)	1.009	–	1.009	1.009	1.009	0%	(73)	0%
Fundos de Investimento Exclusivos – Córdoba e Recoleta		49.403	68.884	2.070	221.466	341.823	–	341.823	341.823	341.823	39%	248.419	42%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	38.978	39.935	–	218.928	297.841	–	297.841	297.841	297.841	87%	212.590	86%
Operações Compromissadas	1	9.954	–	–	–	9.954	–	9.954	9.954	9.954	3%	2.858	1%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	470	28.949	2.070	2.339	33.828	–	33.828	33.828	33.828	10%	33.055	13%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	199	199	–	199	199	199	0%	(84)	0%
Total		247.568	250.706	48.270	335.827	882.372	–	882.372	882.372	882.372	100%	589.253	100%

Consolidado

Ativos	Hierarquia de valor justo	Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Aging Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Classificação Ganho/Perda não realizado (G – F)	Total 31/12/2022 (E)	%	31/12/2021 (H)	%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		247.919	253.772	48.747	339.039	889.478	–	889.478	889.478	889.478	100%	593.892	100%
Fundos de Investimentos Abertos		–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	3.907	0%
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos-Alfa Cash	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	3.907	0%
Fundos de Investimento Exclusivos		198.517	184.889	46.677	117.573	547.656	–	547.656	547.656	547.656	0%	341.566	0%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	135.206	89.017	–	–	224.223	–	224.223	224.223	224.223	0%	85.295	0%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	13.311	108	–	13.419	–	13.419	13.419	13.419	0%	11.365	0%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	48.554	–	–	–	48.554	–	48.554	48.554	48.554	0%	44.611	0%
Cotas de Fundos de Investimentos	2	–	–	–	109.580	109.580	–	109.580	109.580	109.580	0%	–	0%
Operações Compromissadas	1	–	6.306	36.657	–	42.963	–	42.963	42.963	42.963	0%	66.352	0%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	14.064	75.916	9.912	8.015	107.907	–	107.907	107.907	107.907	0%	134.014	0%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	693	338	–	(22)	1.009	–	1.009	1.009	1.009	0%	(72)	0%
Fundos de Investimento Exclusivos – Córdoba e Recoleta		49.403	68.884	2.070	221.466	341.823	–	341.823	341.823	341.823	0%	248.419	0%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	38.978	39.935	–	218.928	297.841	–	297.841	297.841	297.841	87%	212.590	0%
Operações Compromissadas	1	9.954	–	–	–	9.954	–	9.954	9.954	9.954	3%	2.858	0%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	470	28.949	2.070	2.339	33.828	–	33.828	33.828	33.828	10%	33.055	0%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	199	199	–	199	199	199	0%	(84)	0%
Total		247.919	253.772	48.747	339.039	889.478	–	889.478	889.478	889.478	100%	593.892	100%

b) Hierarquia do valor justo
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros.
A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo foram definidos como a seguir:
- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Taxa de juros contratada
A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). A composição da carteira de investimentos da empresa é 100% em cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos.

d) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Saldo no início do exercício	589.253	612.884	593.892	618.729
Aplicações	1.416.531	958.350	1.439.961	977.400
Resgates	(1.189.931)	(1.003.359)	(1.211.458)	(1.023.790)
Rendimento	78.877	25.136	79.588	25.356
IRRF/IOF s/ receitas de aplicações financeiras	(12.358)	(3.758)	(12.505)	(3.803)
Saldo no final do exercício	882.372	589.253	889.478	593.892

e) Garantia das provisões técnicas

	Controladora	
	2022	**2021**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	342.670	248.419
Aplicações livres	539.702	340.834
Total ativos garantidores	882.372	589.253
Provisões técnicas		
Provisão para remissão	238	68
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	111.102	81.869
Provisão de eventos avisados a liquidar e Provisão SUS em mais de 30 dias	2.075	2.778
Provisão de eventos avisados a liquidar em até 30 dias	96.294	92.365
Total a ser coberto	209.709	177.080
Suficiência de cobertura	672.663	412.173

6 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

6.1. Contraprestação pecuniária/prêmio a receber

a) Composição dos saldos

	Controladora e consolidado	
	2022	**2021**
Pessoa jurídica	6.427	5.107
Pessoa física	1.713	2.105
Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(5.452)	(5.402)
Total	2.688	1.810

continua...

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

b) Idade dos saldos

	Controladora e consolidado 2022	Controladora e consolidado 2021
A vencer de 1 a 30 dias	9	16
Vencidos de 1 a 30 dias	2.096	1.355
Vencidos de 31 a 60 dias	583	439
Vencidos de 61 a 90 dias	152	141
Vencidos há mais de 90 dias	5.300	5.261
Subtotal	8.140	7.212
Provisão para perdas sobre créditos	(5.452)	(5.402)
Total	2.688	1.810

6.2. Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde

a) Composição dos saldos

	Controladora e consolidado 2022	Controladora e consolidado 2021
Participação dos beneficiários em eventos	2.230	8.824
Créditos de Operadoras	–	444
Outros Créditos de Operacões com plano de saúde *	833	636
Total	3.063	9.904

Os valores referem-se a participação dos beneficiários em eventos e aporte e aos valores a receber de contraprestação referente ao reajuste. A ANS em 2020 orientou, através de comunicado no site (www.ans.gov.br), sobre a suspensão do reajuste e qual tratamento contábil deveria ser dado. A orientação para as operadoras foi que o valor correspondente ao reajuste não cobrado deveria ser registrado a débito da conta 1239X1088 e à crédito na conta de receita de contraprestações correspondente à modalidade do plano.

7 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
IRPJ e CSLL a compensar (*)	10.262	5.376	10.292	5.443
Credito Previdência Social (*)	–	–	–	3
ISS – PMRJ (*)	–	615	–	615
Pis e Cofins (*)	5	4	36	32
Créditos Lei 10.833 (*)	101	94	101	94
Créditos IRPJ-CSLL (*)	5.884	5.458	5.884	5.458
Total ativo circulante	16.252	11.547	16.313	11.645

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Outros Créd.tributários e previdenciários	6.072	6.072	6.072	6.072
Impostos de renda diferido (IRPJ)	4.130	64.071	4.130	64.071
Contribuição social diferida (CSLL)	1.487	10.544	1.487	10.544
Total ativo não circulante	11.689	80.687	11.689	80.687
Total	27.941	92.234	28.002	92.332

(*) Referem-se a antecipações, saldo negativos e incentivos fiscais de impostos e contribuições.

8 ESTOQUE

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Estoque material odontológico	–	–	289	317
Total	–	–	289	317

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Grupo está envolvido em ações judiciais, como autora ou ré, e este saldo se refere a depósitos efetuados para garantir as ações em discussão judicial, conforme segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fiscais	7.113	247.308	7.113	247.308
ISS (*)	407	240.602	407	240.602
Tributos federais	6.706	6.706	6.706	6.706
Trabalhistas	421	434	458	472
Cíveis	2.613	2.333	2.613	2.333
Total	10.147	250.075	10.184	250.113

(*) Em 2022, houve recebimento de R$283.151 de depósitos judiciais conforme mencionado na nota 15.

10 INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

O investimento nas controladas foi avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cuja variação foi a seguinte:

a) Movimentação dos investimentos

	2022 Total	2021 Total
Saldo inicial	9.758	8.603
Equivalência patrimonial	2.193	1.155
Saldo final	11.951	9.758

b) Cálculo da equivalência patrimonial

	Del Sol 2022	Del Sol 2021
Informações das controladas		
Total do ativo	14.219	11.703
Total do patrimônio líquido	11.952	9.759
Total do resultado do exercício	2.193	1.166
Participação	99,99%	99,99%
Valor do investimento	11.951	9.758
Resultado da equivalência patrimonial	2.193	1.155

11 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

	Controladora				Consolidado			
			2022	2021			2022	2021
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Instalações	6.504	(6.350)	154	200	6.679	(6.387)	292	356
Equipamentos	10.342	(8.221)	2.121	1.727	13.051	(10.320)	2.730	2.457
Móveis e utensílios	5.780	(5.101)	678	899	5.995	(5.274)	720	951
Veículos	1.133	(249)	884	815	1.133	(249)	884	815
Bens não depreciáveis	13	–	13	13	13	–	13	13
Outras Imobilizações – Não Hospitalar/ Odonto	27	(4)	23	25	27	(4)	23	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	–	–	–	–	2.595	(692)	1.903	2.422
Total	23.798	(19.927)	3.872	3.679	29.493	(22.927)	6.566	7.039

b) Movimentação do imobilizado

b.1) *Controladora*

	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos	Bens não depreciáveis	Instalações	Outras Imobilizações	Total
Custo de aquisição							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.707	955	8.784	13	6.497	–	21.956
Aquisições	75	379	788	–	6	27	1275
Baixa – doação	–	(299)	(128)	–	–	–	(427)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.782	1.035	9.444	13	6.503	27	22.804
Aquisições	–	394	1072	–	–	–	1467
Baixa – doação	(2)	(296)	(173)	–	–	–	(472)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.780	1.133	10.343	13	6.503	27	23.799
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.662)	(204)	(7.170)	–	(6.254)	–	(18.290)
Depreciação do exercício	(220)	(98)	(643)	–	(50)	(2)	(1.013)
Alienações	–	82	96	–	–	–	178
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.882)	(220)	(7.717)	–	(6.304)	(2)	(19.125)
Depreciação do exercício	(219)	(132)	(641)	–	(46)	(3)	(1.042)
Alienações	1	103	136	–	–	–	240
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(5.101)	(249)	(8.222)	–	(6.350)	(5)	(19.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	679	884	2.121	13	153	22	3.872

b.2) *Consolidado*

	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos	Bens não depreciáveis	Instalações	Outras Imobilizações	Benfeitorias em Imóveis	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.894	955	11.524	175	6.619	–	–	25.167
Aquisições	103	803	788	–	61	27	2.595	4.377
Alienações	–	(299)	(582)	(162)	–	–	–	(1.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.997	1.459	11.730	13	6.680	27	2.595	28.501
Aquisições	–	394	1.078	–	–	–	–	1.473
Alienações	(2)	(296)	(183)	–	–	–	–	(481)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.995	1.557	12.626	13	6.680	27	2.595	29.493
								- 0
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.818)	(204)	(9.407)	–	(6.259)	–	–	(20.688)
Depreciação do exercício	(228)	(98)	(779)	–	(66)	(2)	(173)	(1.346)
Alienações	–	82	491	–	–	–	–	573
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(5.046)	(220)	(9.695)	–	(6.325)	(2)	(173)	(21.461)
Depreciação do exercício	(229)	(132)	(768)	–	(64)	(3)	(519)	(1.715)
Alienações	1	103	146	–	–	–	–	249
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(5.274)	(249)	(10.318)	–	(6.389)	(5)	(692)	(22.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	720	1.308	2.308	13	291	22	1.903	6.566

c) Composição do Intangível

	Controladora e Consolidado			
			2022	2021
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Sistema de Computação	3.056	(2.768)	288	543
Marcas	23	–	23	23
Total	3.079	(2.768)	311	566

d) Movimentação do intangível

d.1) *Controladora e Consolidado*

	Sistema de Computação	Marcas	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.056	23	3.079
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.056	23	3.079
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.056	23	3.079
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.201)	–	(2.201)
Amortização do exercício	(312)	–	(312)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.513)	–	(2.513)
Amortização do exercício	(254)	–	(254)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.767)	–	(2.768)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	289	23	311

12 PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Provisão para remissão (nota 12.a)	238	68	238	68
Provisão de eventos a liquidar SUS (12.c)	21	39	21	39
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores - circulante (nota 12.c)	98.348	95.104	96.233	93.260
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (nota 12.b)	111.102	81.869	111.102	81.869
Total	209.709	177.080	207.594	175.236
Circulante	209.709	177.080	207.594	175.236

a) Provisão para remissão (controladora)

Esta provisão técnica é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes a cobertura de assistência à saúde e está constituída em sua totalidade. Em 31 dezembro de 2022, o saldo da provisão era de R$ 238 (R$ 68 em 31 de dezembro de 2021).

b) Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (controladora)

A provisão, que visa registrar por estimativa os custos de atendimentos já incorridos, mas ainda não avisados, é constituída por meio de cálculo atuarial. Em 31 dezembro de 2022, o saldo de R$111.102 (R$ 81.869 em 31 de dezembro de 2021) contempla a provisão necessária para fazer frente a eventuais demandas.

c) Provisão de eventos a liquidar e SUS

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Hospitais	63.062	60.278	63.062	60.278
Clínicas e laboratórios	31.745	31.476	29.630	29.632
Outros	3.541	3.350	3.541	3.350
SUS	21	39	21	39
Total	98.369	95.143	96.254	93.299

d) Idade dos saldos – Provisão de eventos a liquidar e SUS

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
A vencer	96.736	92.496	94.621	90.652
Vencidos de 1 a 30 dias	69	246	69	246
Vencidos de 31 a 60 dias	44	69	44	69
Vencidos de 61 a 90 dias	23	65	23	65
Vencidos de 91 a 120 dias	69	60	69	60
Vencidos há mais de 120 dias	1.428	2207	1.428	2.207
Total	98.369	95.143	96.254	93.299

13 OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

a) Tributos e encargos a recolher

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
PIS	176	243	191	256
COFINS	1.081	1.494	1.159	1.562
Impostos sobre serviços	1.797	1.769	1.849	1.814
Imposto de renda retido na fonte	1.836	1.630	2.011	1.774
INSS	4.467	3.005	4.821	3.338
FGTS	406	387	523	503
Outros tributos e encargos	1.817	1.351	1.831	1.363
Subtotal	11.580	9.879	12.385	10.610

b) Provisão para IRPJ e CSLL

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Provisão para IRPJ	–	–	104	44
Provisão para CSLL	2.111	798	2.156	816
Subtotal	2.111	798	2.260	860
Total	13.691	10.677	14.645	11.470

14 DÉBITOS DIVERSOS DA OPERADORA

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Obrigações com pessoal	5.573	5.141	6.207	5.793
Fornecedores	3.039	6.088	3.039	6.088
Depósitos de beneficiários e de terceiros	419	7.681	419	7.681
Outros debitos a pagar	34	20	34	20
Total	9.065	18.930	9.699	19.582

15 CONTINGÊNCIAS

A Operadora está envolvida como ré ou como requerente em algumas ações trabalhistas, fiscais e cíveis. As obrigações legais e ações, cujas chances de perda são consideradas prováveis, estão provisionadas e totalizam os valores abaixo:

	Saldo no início do exercício	Principal	Reversão/ pagamento	Saldo no final do exercício
Fiscais	249.207	7.835	(249.018)	8.024
ISS (a)	241.279	7.497	(248.261)	515
Outras ações fiscais	7.928	338	(757)	7.509
Trabalhistas	99	129	(119)	109
Cíveis	4.696	9.124	(9.351)	4.469
Total	254.002	17.089	(258.489)	12.602

As ações, cujas chances de perda foram consideradas possíveis pelos assessores jurídicos não estão provisionadas. Para o ano de 2022, apenas os valores de ações fiscais (possíveis) foram provisionadas em atendimento ao item 10.23.5 da Resolução Normativa RN nº 528/22 e RN 472/21 o que é aplicável para 2022:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Cíveis	5.797	4.198	5.797	4.198
Trabalhistas	482	482	662	662
Total	6.279	4.680	6.459	4.860

(a) Entre os anos de 2000 e 2020, a Omint manteve questionamento judicial junto à Prefeitura municipal de São Paulo em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS incidente sobre as contraprestações emitidas cuja probabilidade foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível.

Em 14 de dezembro de 2020, transitou em julgado a decisão favorável à Omint, conforme certidão emitida de trânsito e termo de baixa emitida no Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1500808/SP (2019/0133539-4). Diante da decisão, que reconhece expressamente o direito da Omint de excluir da base do ISS os valores relativos a repasses e reembolsos, a Omint a partir de fevereiro de 2021, passou a realizar os depósitos judiciais nos autos do processo de cumprimento de sentença, considerando a apuração desse imposto de acordo com a decisão.

Em 2022, houve a decisão dos autos do processo de cumprimento de sentença. Os valores das demonstrações de 2022 de Ativos e Passivos foram revertidos e os depósitos judiciais foram levantados pela Operadora (R$ 283.151) em outubro de 2022. A diferença foi revertida em renda a favor da Prefeitura de São Paulo (R$ 83.694).

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Controladora é de R$ 53.889 (2021 – R$ 53.889), totalmente integralizado, está distribuído entre os cotistas conforme composição abaixo.

2022			
Distribuição do Capital Social (Controladora)	**Nº quotas**	**R$**	**%**
Villa Larroudet y Compañia S.A.	28.580.129	28.580	53,04
Cobo Cichero y Compañia S.A.	24.669	25	0,05
Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.	25.284.234	25.284	46,91
Total	53.889.032	53.889	100

2021			
Distribuição do Capital Social (Controladora)	**Nº quotas**	**R$**	**%**
Villa Larroudet y Compañia S.A.	28.580.129	28.580	53,04
Cobo Cichero y Compañia S.A.	24.669	25	0.05
Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.	25.284.234	25.284	46,91
Total	53.889.032	53.889	100

b) Capital Base (CB)

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, pela RDC nº 39/00, enquadra a Operadora no Segmento Medicina de Grupo – ST e Região de Atuação nº 4. Conforme o estabelecido na RN nº 451/20 da ANS e alterações posteriores.

O CB é calculado a partir da multiplicação do fator "K" (0,2581), obtido na tabela do Anexo I da RN nº 451/20, pelo capital de referência de R$ 10.883 totalizando R$ 2.809. A Administração mantém CB superior ao exigido.

	Controladora 2022	Controladora 2021
Patrimônio líquido	699.491	504.270
Ajustes	(5.173)	(5.133)
(-) Despesas diferidas	(4.824)	(4.507)
(-) Ativo intangível	(311)	(566)
(-) Despesas antecipadas	(38)	(60)
(=) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	694.318	499.137
Margem de solvência		
A – 0,20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses	396.423	356.704
B – 0,33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses	473.471	427.833
C – Margem de solvência (maior entre A e B)	473.471	427.833
Margem de solvência – 75%	355.103	320.875
(=) Suficiência (PLA – M.S.)	339.215	178.262

O cálculo da margem de solvência, conforme determinado pela RN nº 451 de 6 de março de 2020, foi apurado mensalmente considerando o maior montante entre os seguintes valores: 33% da média anual dos últimos 36 meses da soma de 100% dos eventos indenizáveis na modalidade de preço pré-estabelecido e 20% a soma dos 12 ultimos meses de 100% das contraprestações na modalidade de preço pré-estabelecido.

A Operadora adotou o percentual fixo de 75% (setenta e cinco por cento) para fins de cálculos da margem de solvência conforme dispõe o artigo 15 da RN 451. A

continua...

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

opção sobre a forma escalonada foi formalizada junto a ANS através do termo de compromisso assinado pelo representante e enviado a ANS.

c) Destinação dos lucros

Conforme Contrato Social, a Operadora poderá levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores, para fim de apurar o lucro do período neles compreendido, podendo tal lucro ser, por deliberação de sócias "s" representando a maioria do capital social: (i) distribuído, na proporção da participação das sócias no capital social ou de forma desproporcional, conforme deliberação das sócias; ou (ii) capitalizado. O contrato social não delibera a constituição de reserva legal.

A Operadora tem reinvestido parte do lucro anual dentro do próprio negócio, por meio de retenção dos lucros como reserva e distribuição sob a forma de dividendos conforme decisão em Assembleia de Quotistas. Para o exercício de 2022, a Operadora distribuiu e pagou o valor de R$ 50.000 (cinquenta milhões) conforme ata de reunião de sócias realizada em 10 de janeiro de 2022.

17 PARTES RELACIONADAS

a) Del Sol Odontologia Ltda.

A controlada Del Sol Odontologia Ltda., mantém contrato com a Omint e presta serviços odontológicos a seus segurados. Os eventos odontológicos são pagos pela Omint em bases mensais em razão do volume de serviços prestados. Em 2022, os serviços prestados pela Del Sol contra a Omint totalizaram R$ 25.033 (R$ 20.881 em 31 de dezembro de 2021) e o saldo a pagar à Del Sol em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 2.116 (R$ 1.844 em 31 de dezembro de 2021).

As empresas do Grupo Omint compartilham os serviços administrativos para a consecução de suas atividades, negócios e objetivos sociais, com o propósito de otimizar a utilização de recursos. Em 2022 a Del Sol pagou pelos serviços compartilhados o valor de R$ 261 (R$ 174 em 31 de dezembro de 2021) a título de rateio de despesas.

b) Cinco de Mayo Empreendimentos Imobiliarios Ltda.

A Omint Saúde pagou aluguel no valor de R$ 16.698 em 2022 (R$ 16.129 em 31 de dezembro de 2021) referente aos imóveis, à Cinco de Mayo Empreendimentos Imobiliários, empresa do Grupo Omint.

c) Omint Seguros S.A.

Os contratos de seguro de viagem, acidentes pessoais e de vida em grupo dos funcionários e carteira de clientes do Grupo Omint foram contratados com a própria Seguradora.

O total de prêmio emitido na Omint Seguros contra a Omint Saúde em 2022 foi de R$ 10.105 (2021 R$ 8.920). O total de Sinistro avisados em 2021 foi de R$ 4.441 (2021 R$ 2.455).

18 DETALHAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Contraprestações líquidas

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Planos individuais e familiares	426.671	433.157
Planos coletivos pré-estabelecidos	1.555.441	1.340.363
Total	1.982.114	1.783.520

b) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
PIS	(1.854)	(2.382)
COFINS	(11.411)	(14.660)
ISS	(1.789)	(2.372)
ISS judicial	(7.497)	(8.309)
Total	(22.551)	(27.723)

c) Eventos conhecidos ou avisados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rede credenciada	(1.233.396)	(1.068.007)	(1.208.363)	(1.047.126)
Rede Indireta	(9.980)	–	(9.980)	–
Reembolsos a usuários	(441.755)	(372.276)	(441.755)	(372.276)
Ressarcimento ao SUS	(39)	(145)	(39)	(145)
Total	(1.685.170)	(1.440.428)	(1.660.137)	(1.419.547)

d) Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas	14.288	3.570	19.026	7.813
Outras receitas operacionais de Planos de Assistência à Saúde	14.288	2.160	14.027	1.986
Receitas de Assist. Saúde não relacionada c/ Plano Saúde	–	1.410	4.999	5.827
Créditos compartilhados	–	468	–	468
Créditos tributários	–	134	–	134
Outras receitas	–	808	4.999	5.225
Outras despesas	(12.223)	(13.565)	(13.919)	(14.994)
Outras despesas operacionais de plano de saúde	346	(1.722)	346	(1.722)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais Assist.Saude	37	–	37	–
Provisão para perdas sobre créditos	(2.757)	(2.653)	(2.757)	(2.653)
Tributos diretos de outras atividades	(24)	–	(1.720)	(1.429)
Outras despesas operacionais	(9.825)	(9.190)	(9.825)	(9.190)
Total	2.065	(9.995)	5.107	(7.181)

e) Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	(96.925)	(94.175)	(96.925)	(94.175)
Serviços de terceiros	(45.490)	(34.096)	(46.089)	(34.790)
Localização e funcionamento	(26.829)	(25.544)	(30.460)	(28.465)
Despesas com publicidade e propaganda	(14.350)	(31.995)	(14.594)	(32.025)
Despesas com contribuições e donativos	(340)	(335)	(340)	(335)
Tributos e taxas	(2.092)	(2.154)	(2.149)	(2.210)
Multas e acréscimos moratórios	(140)	(73)	(140)	(73)
Outras	(11.958)	(3.733)	(12.316)	(4.007)
Total	(198.124)	(192.105)	(203.013)	(196.080)

f) Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas com fundos de investimento	78.876	25.136	79.586	25.356
Juros sobre equivalentes de caixa	27	33	27	35
Atualização dos créditos tributários	1.593	784	1.593	784
Juros por recebimentos em atraso	2.065	2.260	2.065	2.260
Outras receitas financeiras	286.495	1.298	286.513	1.311
Receitas financeiras	369.056	29.511	369.784	29.746
Juros e multas s/ tributos	(48)	(148)	(48)	(148)
Descontos concedidos	(143)	(2.006)	(143)	(2.006)
Atualização monetária	(11)	(13)	(11)	(13)
Outras	(1.018)	(939)	(1.132)	(1.067)
Despesas financeiras	(1.220)	(3.106)	(1.334)	(3.234)
Total	367.836	26.405	368.450	26.512

g) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos impostos	345.668	71.627	345.668	71.627	346.731	72.204	346.731	72.204
Adições	15.003	22.162	15.003	22.162	15.036	22.211	15.036	22.211
Exclusões	(262.980)	(10.369)	(259.073)	(7.033)	(263.112)	(10.438)	(259.073)	(7.033)
Resultado fiscal do exercício	97.691	83.420	101.598	86.756	98.655	83.977	102.694	87.382
Tributo calculado pela alíquota oficial	24.132	20.706	9.144	7.808	24.903	21.121	9.436	7.970
(-) Recuperação créd. Imp. s/ lucro	(1.616)	(568)	(581)	(204)	(1.616)	(568)	(581)	(204)
Total dos impostos	22.516	20.138	8.563	7.604	23.287	20.553	8.855	7.766
(-) Imposto e contribuição diferidos	59.941	(5.491)	9.057	(1.976)	59.941	(5.491)	9.057	(1.976)
Alíquota efetiva	7%	24%	2%	9%	7%	24%	3%	9%

Em 2022 a Operadora possui um estorno do saldo de diferença temporárias referente o IRPJ e CSLL Diferida no montante de R$ 68.998 (em 2021 R$ 7.466). Houve o registro do ativo fiscal diferido relativo à alíquota de 25% do IRPJ Diferido de R$ 4.130 (R$ 5.491 em 31/12/2021) e a alíquota de 9% da CSLL Diferida de R$ 1.487 (R$ 1.976 em 31/12/2021), o qual será recuperável nos períodos futuros quando esses passivos forem dedutível para determinar o lucro tributável, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 e RN nº 527/22.

h) Corresponsabilidade assumida

Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de Assistência Médico-Hospitalar (grupo 411X1)	Corresponsabilidade assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2022	2021
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(894)	(1.217)
Total	(894)	(1.217)

Contraprestação Assumida (grupo 311X1)	Corresponsabilidade assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2022	2021
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	1.771	2.045
Total	1.771	2.045

A Operadora não possui corresponsabilidade cedida.

19 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos é essencial em todos os processos da Operadora e tem como objetivo garantir a continuidade e o crescimento sustentável do negócio. Em função disso e buscando atender os requisitos normativos, a Omint Saúde designou recursos e iniciou a implantação de uma estrutura responsável por gestão de riscos e controles internos, que tem como objetivos: i) identificação dos principais riscos inerentes aos negócios da Operadora e que possam impactar no atingimento de suas metas e objetivos; ii) avaliação da efetividade dos controles internos existentes para mitigar os riscos; iii) classificação do grau de exposição dos riscos residuais, considerando a probabilidade de ocorrerem e os impactos sobre os negócios, inclusive, sobre a imagem da empresa, caso se materializassem; e iv) monitoramento dos planos de ação elaborados para aprimoramento dos processos internos assim como da estrutura de governança corporativa da Operadora.

A cultura de gestão de riscos e controles internos é disseminada ao Grupo Omint, ressaltando a importância de mitigação dos riscos de acordo com a complexidade do negócio, onde métodos e controles adequados foram definidos para assegurar o cumprimento das leis, normas, regulamentos e aderência às políticas e procedimentos internos.

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos atua em conjunto com a Diretoria e os gestores das áreas, com a adoção de um enfoque que estabelece o gerenciamento dos seguintes riscos:

Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. A área de Gestão de Riscos e Controles Internos avalia os processos internos da Operadora, identifica os riscos operacionais existentes, realiza testes para avaliar a efetividade dos controles internos e define as ações corretivas, quando necessário. Esta avaliação contempla os riscos de ocorrência de erros, intencionais ou não, na realização das atividades comerciais, técnicas, administrativas e operacionais, assim como falha da infraestrutura e dos processos de tecnologia da informação.

Os mecanismos de gestão de risco operacional contemplam também os processos voltados para segurança das informações, adotados como parte integrante das práticas empresariais da Omint, com o objetivo de gerar um valor intrínseco à empresa, incrementando sua credibilidade, sua reputação e cumprindo com seu dever de salvaguardar as informações confidenciais de clientes e parceiros, assim como o investimento de seus acionistas principais.

Risco legal e regulatório

Risco relacionado ao não cumprimento de leis, regulamentações, acordos ou padrões éticos aplicáveis, assim como o risco legal inerente às características dos produtos comercializados.

A Omint possui uma área de Compliance responsável por acompanhar e divulgar, às áreas responsáveis, as atualizações ocorridas na legislação, nas políticas, normas e procedimentos, visando manter a Operadora em conformidade com a lei e os colaboradores alinhados às diretrizes e processos.

A Omint possui uma política de compliance que tem por finalidade estabelecer as diretrizes de acordo com as políticas aplicáveis, legislação brasileira e regulamentações emanadas pela ANS

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de atividades nas quais o êxito depende de cumprimento pela outra parte, emitente ou tomador, em relação a termos contratuais acordados. A Omint Saúde utiliza como controle e avaliação do risco de crédito a classificação das emissões não bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Sempre que duas ou mais agências classificarem o mesmo título e valor mobiliário, a Operadora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora.

A Omint Saúde conta com um comitê de Risco de Crédito na qual concentra a governança de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito, bem como, assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros, distribuídos por ratings de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco e os ativos classificados na categoria "sem rating" são Fundos de Investimentos, Empréstimos e Recebíveis e ações de empresas que não possuem rating definido por agências de risco.

	Controladora 31/12/2022					
	AAA	AA	A	BBB	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	–	2.415	2.415
Equivalente de caixa	–	–	–	–	1.079	1.079
Quotas de Fundos de Investimentos – Restritos ao Grupo Econômico	816.260	44.297	3.874	501	17.440	882.372
Prêmio a Receber	–	–	–	–	5.751	5.751
Exposição máxima ao risco de Crédito	816.260	44.297	3.874	501	26.685	891.617

	31/12/2021		
	BB-	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	1.343	1.343
Equivalente de caixa	–	450	450
Quotas de Fundos de Investimentos – Restritos ao Grupo Econômico	589.253	–	589.253
Prêmio a Receber	–	11.714	11.714
Exposição máxima ao risco de Crédito	589.253	13.507	602.760

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade da instituição não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O Grupo possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez, realizados pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos e Investimento.

O objetivo geral do gerenciamento deste risco é acompanhar a necessidade de liquidez frente ao vencimento projetado dos compromissos, evitando descasamentos e, ao mesmo tempo, otimizando a rentabilidade dos ativos. São realizados comitês para a gestão de ativos e passivos, com periodicidade no mínimo semestral tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas em um horizonte de dois anos. O caixa é monitorado diariamente, com reportes aos gestores e diretores responsáveis.

Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.

Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Diretoria Financeira, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

	Controladora 2022			
	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	–	3.494	–	3.494
Aplicações financeiras	–	882.372	–	882.372
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	–	5.742	9	5.751
Créditos Op. Assist. a Saúde Não Rel. P. de Saúde da Operadora	–	73	–	73
Despesas diferidas	–	4.824	–	4.824
Créditos tributários e previdenciários	–	16.252	–	16.252
Bens e títulos a receber	–	599	–	599
Despesas antecipadas	–	38	–	38
Total do ativo circulante	–	913.394	9	913.403
Passivo circulante				
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(1.632)	(111.341)	(96.736)	(209.709)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	–	–	(7.214)	(7.214)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(13.691)	(13.691)
Débitos diversos	–	–	(9.065)	(9.065)
Total do passivo circulante	(1.632)	(111.341)	(126.706)	(239.679)

	Controladora 2021			
	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	–	1.793	–	1.793
Aplicações financeiras	–	589.253	–	589.253
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	–	11.698	16	11.714
Despesas diferidas	–	4.507	–	4.507
Créditos tributários e previdenciários	–	11.547	–	11.547
Bens e títulos a receber	–	947	–	947
Despesas antecipadas	–	60	–	60
Total do ativo circulante	–	619.805	16	619.821
Passivo circulante				
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(2.647)	(81.937)	(92.496)	(177.080)
Débitos de comercialização sobre operações	–	–	(27)	(27)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(10.677)	(10.677)
Débitos diversos	–	–	(18.930)	(18.930)
Total do passivo circulante	(2.647)	(81.937)	(122.130)	(206.714)

	Consolidado 2022			
	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	Total
Ativo circulante consolidado				
Caixa e equivalente de caixa	–	3.558	–	3.558
Aplicações financeiras	–	889.478	–	889.478
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	–	5.742	9	5.751
Créditos Op. Assist. a Saúde Não Rel. P. de Saúde da Operadora	–	73	–	73
Despesas diferidas	–	4.824	–	4.824
Créditos tributários e previdenciários	–	16.313	–	16.313
Bens e títulos a receber	–	2.419	–	2.419
Despesas antecipadas	–	69	–	69
Estoques	–	289	–	289
Total do ativo circulante	–	922.765	9	922.774
Passivo circulante consolidado				
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(1.632)	(111.341)	(94.621)	(207.594)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	–	–	(7.214)	(7.214)
Provisão para IR e CSLL	–	–	(2.260)	(2.260)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(12.385)	(12.385)
Débitos diversos	–	–	(9.699)	(9.699)
Fornecedores	–	–	(678)	(678)
Total do passivo circulante	(1.632)	(111.341)	(126.857)	(239.830)

	Consolidado 2021			
	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	Total
Ativo circulante consolidado				
Caixa e equivalente de caixa	–	1.851	–	1.851
Aplicações financeiras	–	593.892	–	593.892
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	–	11.698	16	11.714
Despesas diferidas	–	4.507	–	4.507
Créditos tributários e previdenciários	–	11.645	–	11.645
Bens e títulos a receber	–	2.266	–	2.266
Despesas antecipadas	–	89	–	89
Estoques	–	317	–	317
Total do ativo circulante	–	626.265	16	626.281
Passivo circulante consolidado				
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(2.647)	(81.937)	(90.652)	(175.236)
Débitos de comercialização sobre operações	–	–	(27)	(27)
Provisão para IR e CSLL	–	–	(860)	(860)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(10.610)	(10.610)
Débitos diversos	–	–	(19.582)	(19.582)
Fornecedores	–	–	(499)	(499)
Total do passivo circulante	(2.647)	(81.937)	(122.230)	(206.814)

Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros, uma vez que em suas carteiras ativas e passivas, podem apresentar descasamentos de prazos e indexadores. Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados. O Grupo Omint não possui riscos significativos de mercado.

continua...

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Sistema de controles internos
O gerenciamento do ambiente de Controles Internos tem como premissas que os riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos do Grupo devem ser identificados e avaliados, considerando a probabilidade de ocorrerem e os impactos sobre os negócios, inclusive, sobre a imagem da empresa, caso se materializassem. A cultura de controles internos é disseminada ao Grupo Omint, ressaltando a importância de mitigação dos riscos de acordo com a complexidade do negócio, onde métodos e controles adequados foram definidos para assegurar o cumprimento das leis, normas, regulamentos e aderência às políticas e procedimentos internos.
Tecnologia da informação
O Grupo Omint entende que a informação e os equipamentos de Tecnologia Informática utilizados para seu tratamento são recursos estratégicos e considera a Segurança da Informação como parte integrante de suas práticas empresariais, convencido de que estas medidas darão um valor intrínseco à empresa, incrementado sua credibilidade, sua reputação e cumprindo com seu dever de salvaguardar o investimento de seus acionistas principais.
Plano de continuidade de negócios (PCN)
O Grupo Omint desenvolveu um Plano de Continuidade de Negócios com a finalidade de garantir que os serviços essenciais sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um desastre e até o retorno à situação normal de funcionamento da empresa dentro do contexto do negócio, atualmente encontra-se documentado, publicado e em fase de implantação.

20 OUTRAS INFORMAÇÕES

O ano de 2022 foi marcado ainda pela crise sanitária que afeta a produção industrial, oferta de serviços e causa escassez de mão de obra mundo afora.
Tivemos também a invasão Russa no território Ucraniano, tal acontecimento gerou uma forte redução das commodities, fazendo com que a inflação global disparasse obrigado os BC`s a elevarem os juros, colocando uma possível resseção global no radar dos agentes econômicos.
No âmbito doméstico, tivemos a consolidação da taxa de juros em dois dígitos e mesmo sendo um ano eleitoral de grande apreensão, os mercados responderam de maneira cautelosa.
Para 2023, esperamos a manutenção das altas taxas de juros e uma inflação equilibrada, mas ainda assim, superior à meta estipulada pelo BACEN.

21 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2023, a Operadora distribuiu dividendos no valor de R$ 225.000 (Duzentos e vinte e cinco milhões de reais) para as sócias.

Diretoria

Juan Carlos Villa Larroudet
André do Amaral Coutinho

Eduardo Octaviano Filho
Eduardo Monteiro Lopes dos Santos

Cícero Venício Barreto de Souza

Contadora

Luiza de Marilac Freire Araujo
CRC 1CE 015.592/O-0 “T” SP

Atuário

Gilberto Mendonça de Oliveira
MIBA 2150

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e Cotistas da
Omint Serviços de Saúde Ltda.
São Paulo-SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omint Serviços de Saúde Ltda. (“Operadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omint Serviços de Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Diretoria da Operadora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
• Concluímos sobre a adequação do uso, peladiretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional;
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023.

EY
Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 034.519/O

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC RJ 076.328/O

Mercado **Após quebras do SVB e do Signature**

Força de bancos médios alimenta receio de crise nos EUA

ALINE BRONZATI
CORRESPONDENTE
NOVA YORK
ALTAMIRO SILVA JUNIOR
SÃO PAULO

Epicentro da turbulência bancária das últimas semanas, bancos regionais e de médio porte nos Estados Unidos passaram a ter a saúde financeira questionada após dois deles fecharem as portas no país em questão de dias. Diferentemente do Brasil, onde as instituições financeiras menores são mais de nicho e costumam ter atuação limitada a pequenas e médias empresas, nos EUA esse segmento dá suporte aos pequenos negócios, garante a maior parte do dinheiro para a compra da casa própria e têm em mãos metade dos depósitos dos americanos, dividindo o palco com pesos-pesados de Wall Street como JPMorgan Chase e Citigroup.

Embora sejam chamados de "pequenos", esses bancos têm escala nacional e, por isso, há preocupação com um efeito dominó no setor e seus impactos para a maior economia do mundo. Nos EUA, esses bancos detêm metade dos depósitos, boa parte não segurada, e presença marcante no crédito, respondendo até por mais de 50% em algumas modalidades de empréstimos. Como comparação, no Brasil os oito maiores conglomerados financeiros têm 80% dos ativos e a maioria dos correntistas pessoas físicas.

"Essa grande classe de bancos é muito valiosa para pequenas e médias empresas. Eles são financiados em grande parte por depósitos não segurados, e que foram revelados um risco muito maior do que qualquer um imaginava nas últimas semanas", afirmou o vice-presidente e diretor associado para bancos da FactSet, Sean Ryan, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*. ●

Instituições perdem US$ 100 bilhões em depósitos, indicam dados do Fed

Desde a quebra do Silicon Valley Bank (SVB), os bancos de pequeno porte nos EUA sofreram uma queda recorde no volume de depósitos, mostram dados recentes do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). O volume recuou mais de US$ 100 bilhões, para US$ 5,46 trilhões na semana encerrada em 15 de março – a maior redução desde março de 2007. Poucos dias depois da falência do SVB, o Signature também teve de fechar as portas ao enfrentar uma corrida de saques.

"Hoje, existe dúvida se ainda há outros bancos em condições semelhantes, o que levou a uma corrida irracional tanto por parte dos acionistas como dos depositantes", diz Carlos Lobo, sócio do escritório de advocacia americano Hughes Hubbard & Reed LLP.

Para a britânica Capital Economics, a preocupação com a fuga de depósitos deveria ser maior do que com a perda de valor de títulos públicos que os bancos possuem em meio à subida de juros nos EUA. Ambos os fatores combinados levaram o SVB, então 16.º maior banco do país, à bancarrota. Depois de algumas tentativas de venda, o banco foi adquirido pelo First Citizens Bank, com mais de US$ 100 bilhões em ativos e uma história de aquisições.

Reguladores americanos têm adotado medidas de emergência para conter a hemorragia de depósitos e garantir liquidez aos bancos. Também foi iniciado um processo de revisão da supervisão e regulamentação do setor, cujos resultados serão divulgados até 1.º de maio. Novas ações estão em estudo, como a extensão da garantia de depósitos, após cobranças do setor e de megainvestidores como Bill Ackman.

O principal pedido é uma garantia, ao menos temporária, para depósitos acima de US$ 250 mil caso a turbulência bancária nos EUA se alastre. A FDIC, uma espécie de Fundo Garantidor de Crédito (FGC) dos EUA, prometeu novidades até 1.º de maio. ● A.B. e A.S.J.

Mudança
Autoridades americanas avaliam revisar as regras de supervisão bancária no país

A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA TORNA PÚBLICO O EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BENS COM ENTREGA IMEDIATA: AQUISIÇÃO DE ENVELOPES PLÁSTICOS PARA USO LABORATORIAL (SEM LACRE DE SEGURANÇA) PARA A SPTC – PARTICIPAÇÃO AMPLA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SPTC/D.A n.° 06/2023
PROCESSO SPTC/D.A nº SPTC-PRC-2023/00026
OFERTA DE COMPRA Nº 180216000012023OC00010
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:23/03/2023
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/04/2023 – as10h30min

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 121/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF - SERVIÇO DE ALMOXARIFADO.
OBJETO: CONSTITUI O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EMBALAGENS DESCARTÁVEIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 29 de março de 2023 a 14 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 14 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 14 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 28 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Even Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 43.470.988/0001-65 – NIRE 35.300.329.520

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Even Construtora e Incorporadora S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1400, 2º andar, Conjunto 22, CEP 01455-000, **com possibilidade de participação digital**, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), sem prejuízo da possibilidade de votar por meio de Boletim de Voto a Distância, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes; ii. Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos, ratificando o pagamento já realizado por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de novembro de 2022; iii. Revisar o Orçamento de Capital que fundamentou a retenção de parte do lucro do exercício social 2021 por 3 (três) exercícios (2022-2024), aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2022; iv. Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; v. Dispensar o candidato ao Conselho de Administração, Sr. Marcio Botana Moraes, dos requisitos previstos no artigo 147, § 3º, inciso I, da Lei nº 6.404/76; vi. Eleger os membros do Conselho de Administração, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; vii. Delegar, ao Conselho de Administração, a definição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho, conforme previsto no parágrafo 9º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia; e viii. Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **Informações Relevantes:** 1. A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na AGO ("Proposta da Administração") foi disponibilizada no dia 28.03.2023, na forma prevista na Resolução nº 81 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29.03.2022 ("Resolução CVM 81/22"), e pode ser acessada através dos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (www.even.com.br/ri). 2. Nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos, conforme descrito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso; e (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. 3. Os Acionistas que optarem por **participar presencialmente da AGO** devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Antes da instalação da AGO, os Acionistas assinarão o Livro de Presença. Recomenda-se aos interessados em participar da AGO que se apresentem no local com antecedência de 1 (uma) hora em relação ao horário indicado. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, todos os documentos mencionados acima poderão, a critério do Acionista, ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o *e-mail* <ri@even.com.br>. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, a Companhia solicita que os referidos documentos sejam enviados preferencialmente com 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGO. 4. Os Acionistas que desejarem **participar remotamente da AGO, através da Plataforma Digital**, devem enviar a documentação indicada acima para o *e-mail* <ri@even.com.br>, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até as **10:00 horas (horário de Brasília) do dia 26 de abril de 2023** e solicitar o acesso ao sistema. Os Acionistas que não apresentarem os documentos obrigatórios para sua participação na Assembleia até a referida data não poderão participar remotamente da Assembleia. 5. Os Acionistas que optarem por **exercer seu direito de voto à distância**, nos termos do Artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM 81/22, devem preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo: (i) diretamente à Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores, para o *e-mail*: < ri@even.com.br>; (ii) ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) aos seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante. 6. A eleição do Conselho de administração poderá se dar por voto múltiplo, se este for solicitado por Acionistas titulares de pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, conforme disposto no Artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e nos Artigos 1º, inciso III, e 3º da Resolução CVM nº 70, de 22.03.2022.

São Paulo, 28 de março de 2023.
Rodrigo Geraldi Arruy - Presidente do Conselho de Administração

DEXCO

Dexco S.A.

CNPJ. 97.837.181/0001-47 Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Os senhores acionistas da **DEXCO S.A.** ("Companhia") são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará em **27.04.2023, as 11h, na forma exclusivamente digital**, a fim de: **Em pauta ordinária:** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; 2) Deliberar sobre proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e ratificação a distribuição de juros sobre o capital próprio e sua imputação ao dividendo mínimo obrigatório; 3) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; 4) Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; 5) Deliberar sobre a independência dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração; 6) Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; 7) Fixar a verba global destinada à remuneração dos administradores para o exercício social de 2023; e 8) Fixar a remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023. **Em pauta extraordinária**: deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para ajustes no Estatuto Social: 1) Alterar o Artigo 5º, para atualizar o capital social; 2) Alterar os Artigos 12.1, 18, item "(xiii)", 21, item "(i)", e 25.1, para aprimoramento de redação e/ou ajuste de remissão; e 3) Incluir os Artigos 17.1, 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, para o aperfeiçoamento da redação acerca do tratamento de conflito de interesses no Conselho de Administração. **Informações gerais**: 1) Legitimação, Representação e Participação na Assembleia: os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, munidos de documento de identidade, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante Artigo 126 da Lei 6.404/76, poderão participar da Assembleia ou participar e votar de forma virtual por meio de **Plataforma Digital**, nos termos da Resolução CVM n 81/22. Para tanto, os acionistas deverão enviar solicitação acompanhada da documentação necessária em formato PDF para o site da plataforma da Assembleia Plataforma Digital ALFM Easy Voting (link: encr.pw/DexcoAGOE), **até as 11h do dia 25.04.2023**. As orientações, o *link*, os dados para conexão e a senha de acesso serão enviados até 11h do dia 26.04.2023, somente àqueles que manifestarem tal interesse e apresentarem a integralidade da documentação necessária até as 11h do dia 25.04.2023, conforme instruções detalhadas no **Manual da Assembleia**. 2) Voto à Distância: os acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto à distância deverão preencher o Boletim de Voto à Distância e enviá-lo, **até 20.04.2023**, ao escriturador das ações da Companhia, aos agentes de custódia (corretoras) ou diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no **Manual da Assembleia**; 3) Voto Múltiplo: os acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos da Resolução CVM n 70/22 e requerer com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia; 4) Eleição em Separado: os acionistas minoritários poderão eleger, em votação em separado, membro para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, observadas as condições previstas nos Artigos 141 e 161 da Lei 6.404/76, conforme o caso, sendo que em relação à eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária desde **27.01.2023**, nos termos do Artigo 141, §6º, da Lei 6.404/76; e 5) Documentos à disposição dos acionistas: todos os documentos e informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.dex.co/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

São Paulo (SP), 27 de março de 2023.
Conselho de Administração
Alfredo Egydio Setubal
Presidente do Conselho de Administração (28/29/30)

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Pregão Eletrônico 045/SGAF/2023 Objeto: Ata de registro de preços para fornecimento de polpas de frutas congeladas. Abertura: 13/04/2023 às 09h00.
Informações: Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00.
José Cláudio Marcondes Paiva - Diretor do Departamento de Recursos Materiais.
Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - PROCESSO Nº 0004.2023.PREG-I.PE.0004.SAD.SEDUC Objeto: Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual do gênero alimentício **Macarrão com Ovos Tipo Espaguete Longo**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), para atender a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Educação de Pernambuco. Valor estimado: R$ 7.004.849,1800 (sete milhões, quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos). Entrega das propostas: até 13/04/2023, às 09h30. Início disputa: 13/04/2023 às 09h45 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados**. Renata Ferraz Nunes, Pregoeira I - GGGOL**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PROCESSO Nº 0003.2023.PREG-IV.PE.0003.SAD.SEDUC Objeto: Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual do gênero alimentício **Biscoito Salgado – Tipo Cream Cracker**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I do edital), para atender a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Educação de Pernambuco. Valor máximo estimado: R$ 9.805.399,4850 (Nove milhões, oitocentos e cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos) Entrega das propostas: até 14/04/2023, às 09:45. Início disputa: 14/04/2023, às 10h (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. **Letícia Carvalho Lacerda de Melo, Pregoeira IV.**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER

COMUNICADO DE ADIAMENTO (REPOSIÇÃO DE PRAZO)
DA LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 013/23 – CONDER

A Comissão Permanente de Licitação – COPEL, comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é a ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE TRABALHO SOCIAL PTS DE PÓS OCUPAÇÃO E REASSENTAMENTO EM EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL PARAGUARI I, PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – BAHIA*** que, em razão do Esclarecimento nº 01 e anexos disponibilizados no site da CONDER, no campo da licitação em questão, no dia 29/03/2023, a data para recebimento e abertura das propostas fica remarcada para o dia **20 de abril 2023 às 09h:30m** na Sede da CONDER, sito Av. Edgard Santos nº 936 – Narandiba – Salvador – BA.

Salvador, 28 de março de 2023.
Maria Helena de Oliveira Weber
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 120/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA CLÍNICA, UTILIZANDO SOFTWARE DEDICADO PARA EQUIPAMENTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS QUE ENVOLVE A ENGENHARIA CLÍNICA, A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, MANUTENÇÃO CORRETIVA, ANÁLISE DE SEGURANÇA ELÉTRICA E CALIBRAÇÕES NOS REFERIDOS EQUIPAMENTOS, COM A INCLUSÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, QUANDO NECESSÁRIOS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DO REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 29 de março de 2023 a 14 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 14 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 14 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 28 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 122/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BIODIGESTORES ANAERÓBICOS COM INSTALAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 29 de março de 2023 a 14 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 14 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 14 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 28 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

João Doria
Ex-governador de SP e cochairman do Lide

‘Reverter o risco climático é uma tarefa de todos’

De volta à economia privada, ele alerta: recuperar o ambiente não é missão apenas de governos

CENÁRIOS

SONIA RACY

Filiado por 22 anos ao PSDB, e tendo governado com o segundo e o terceiro maiores orçamentos do País – como prefeito de São Paulo e governador do Estado –, João Doria começa esta conversa com Cenários com um esclarecimento: “Acabou o exercício da política. Fiquei no PSDB por 22 anos e entendi, sem nenhuma mágoa ou ressentimento, que era o momento da desfiliação”. O aviso vem com o lançamento – na segunda-feira passada, na livraria Travessa do Iguatemi – do livro *João Doria – O Poder da Transformação*, do jornalista Thales Guaracy (ed. Matrix). Na conversa, o ex-tucano adverte: não é preciso estar na política para ajudar e contribuir. E dá como exemplo as ações do Lide, o Grupo de Líderes Empresariais, que ele criou e do qual é agora cochairman, ao lado de Henrique Meirelles e Celso Lafer.

E o Brasil de 2023? Doria apoia a atuação do ministro Fernando Haddad, da Fazenda, “por sua visão mais técnica, mais plural”, respeitando o mercado e o setor produtivo, que podem fazer o País “marchar por um bom caminho”. Na questão ambiental, não vê “contraposição entre gerar resultados financeiros e proteger o meio ambiente”. E a tarefa de levar o Brasil a uma posição de destaque mundial nessa área “não é só de governos, mas também de empresas e da sociedade civil. Houve um descuido generalizado, precisamos reverter o processo. E a responsabilidade é de todos”. A seguir, os principais trechos da conversa.

Como ex-governador, de volta ao setor privado, como vê hoje o debate sobre a economia do País?
Essa não é uma pergunta de US$ 1 milhão, mas de US$ 1 bilhão. É possível constatar divergências entre a equipe econômica, liderada pelo ministro Fernando Haddad, e a equipe política do governo. Fico com a opção de Haddad, uma visão mais técnica, mais plural e de auscultagem – e eu o parabenizo por isso – no mercado, no setor produtivo. Se ele avançar no programa de reformas, entendendo que a economia privada precisa ser preservada, que é necessário um teto de gastos e boas oportunidades para investidores externos, o Brasil pode marchar por um bom caminho.

LUIZ BLANCO

Doria: ‘Entrei na política como liberal e saí como liberal-social’

Quando no governo, como você lidou com esse antagonismo que vemos hoje?
Lidei com diálogo e bom senso. Ouvindo todos, os que têm razão e os que não têm, sabendo qual direção tomar, assumindo riscos. O que não é razoável é deixar os confrontos prosperarem. Espero, sinceramente, que Lula se mantenha ao lado do ministro.

De volta à iniciativa privada, o que você trouxe da vida política?
Bons aprendizados. A vida pública também ensina – não só o setor privado – pelos maus exemplos, o que não se deve fazer. Pela capacidade de ouvir, discernir, sem confronto ou agressão. E saber ouvir. Essa foi uma grande lição que tive da política. Uma outra boa lição foi que entrei na vida pública em 2016 como um liberal e saí, em 2021, como um liberal-social. Aprendi que não só o liberalismo econômico pode oferecer soluções ao País, mas também o liberalismo social. É a combinação entre os valores da livre iniciativa, a compreensão de que o privado geralmente realiza mais e melhor. E ampliando a responsabilidade social para mitigar a pobreza, reduzir as vulnerabilidades, investir em educação, saúde, casa popular. Não há hipótese de o setor privado atender na plenitude essas necessidades.

> **Aprendizado**
> **Para ele, ‘a vida pública também ensina. A ouvir, discernir, sem confronto ou agressão’**

Já decidiu quais os seus planos daqui para frente?
Criei uma consultoria, a D. Advisors, D de Doria. Uma empresa pequena, vamos atender apenas dez clientes. No momento temos oito, um deles é o Lide, que tive a alegria de fundar e hoje tem como presidente executivo meu filho João Doria Neto, o Johnny. E o Luis Fernando Furlan como chairman of the world – eu sou cochairman ao lado do Henrique Meirelles e do Celso Lafer. Um dos campos da D. Advisors é a solução de conflitos. Mas expansão de negócios e geração de novas atividades fazem parte do projeto.

Você vai a Londres no começo de abril. Fazer o quê?
Ajudar o Brasil. O “Brazil Investment Forum”, nos dias 20 e 21, vai reunir altas figuras, públicas e privadas, e mostrar a nova face do País. Depois temos outro encontro em Nova York, dias 9 e 10 de maio.

Muito se fala sobre o Brasil vir a ser um líder da economia verde. Concorda?
Já poderíamos ter essa posição há algum tempo. E entendo que o atual governo tem um compromisso ambiental diferente do anterior. Com destaque para preservação ambiental, energia solar, respeito às populações indígenas. Esses passos podem ajudar o País a conseguir essa notoriedade mundial, pela construção de uma potência verde, não só pela Amazônia, mas incluindo todo o País.

Esse modo de abordar as coisas significa que acabou a política para você?
Acabou o exercício da política. Não tenho mais nenhum partido. Fui filiado ao PSDB durante 22 anos e entendi, sem mágoas ou ressentimento, que era a hora de me desfiliar. Mas vou continuar oferecendo minha contribuição. Para isso não é preciso estar na política, mas respeitá-la. Contribuir com atitudes, não só pela crítica. ●

NA WEB
No Facebook e no Twitter do ‘Estadão’, no LinkedIn, no YouTube do ‘Estadão’ e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br/e/diniz

Empreendedorismo Comando feminino

Mulheres cervejeiras conquistam mercado exigente

Donas de cervejarias premiadas internacionalmente usam a bebida para discutir assuntos delicados como a desigualdade de gênero

BRUNA KLINGSPIEGEL

"Não é uma cervejaria para mulher. É só cerveja", diz Luiza Tolosa, dona da Dádiva, eleita por dois anos consecutivos (2019/20) como a melhor do Brasil, segundo o site Rate Beer. Apesar de minoria no mercado cervejeiro, mulheres como ela têm conquistado os consumidores mais exigentes e se destacado internacionalmente com criatividade, ativismo e qualidade.

Enquanto a Dádiva usa rótulos como ferramenta para chamar a atenção ao combate à desigualdade de gênero, a niteroiense Noi diversifica e expande os negócios da família. Já a Japas Cervejaria traz a identidade nipo-brasileira para as cervejas artesanais, o que levou quatro amigas a se destacar no mercado americano com produção de cervejas únicas em Nova York.

Representação
Cervejarias sob o comando de mulheres representam só 11% do mercado das artesanais

Em comum, as empresas fazem parte da pequena parcela de 11% de cervejarias artesanais comandadas por mulheres, segundo pesquisa do DataSebrae em parceria com a Associação Brasileira de Cervejarias Artesanais (Abracerva). As empreendedoras reconhecem evolução no mercado, com um número cada vez maior de mulheres na produção da bebida, mas apontam a necessidade de acelerar esse movimento.

A partir de sua vivência no mercado cervejeiro, com mais de 15 anos de atuação, Bárbara Buzin, diretora da cervejaria Noi, relata que a presença feminina em cursos no setor, por exemplo, era extremamente limitada, chegando a ter apenas duas mulheres para cada 48 homens. No entanto, nos últimos anos, ela tem notado uma mudança significativa nesse cenário, com salas de aula apresentando uma presença feminina de até 50%.

"Se as pessoas nos veem nos eventos, a gente 'tá' ali trocando o barril, carregando gás. Nossa presença vai trazendo normalidade para o assunto. Estamos começando a chegar a esse lugar que também é nosso por direito", afirma.

Segundo o presidente da Abracerva, Gilberto Tarantino, a conscientização é um trabalho de educação constante. Ele destaca a importância de colocar cada vez mais mulheres no mercado de trabalho, mas ressalta que é preciso trabalhar de maneira organizada, capacitando profissionais para sobreviver financeiramente a longo prazo. "Tem muita gente que não faz ideia de como as mulheres estão presentes nesse segmento. Ainda há muito espaço para crescer no mercado."

PRECONCEITO. Com mais de 75 prêmios nacionais e internacionais, a Noi é gerenciada por três mulheres: as irmãs Bárbara e Bianca Buzin e Beatrice Signor, que desde pequenas trabalhavam juntas nos negócios gastronômicos que pertenciam à família. Formadas em administração, as três receberam a responsabilidade de cuidar da cervejaria criada pelo pai das irmãs, um ano após a fundação, em 2008.

Na linha de frente da produção e há 15 anos no mercado, Bárbara viu uma evolução muito grande em relação à presença das mulheres no setor, mas relata que ainda é subestimada e questionada sobre sua capacidade e conhecimento. "Eu vou aos eventos, e as pessoas me questionam o tempo todo se sou a filha ou a esposa do dono. Preciso me impor o tempo todo, é uma mistura de desprezo e desrespeito", conta.

ALEXANDER LANDAU

Beatrice Signor e as irmãs Bianca e Bárbara Buzin comandam a cervejaria Noi, fundada em Niterói

CLAUS LEHMANN

Luiza Tolosa, fundadora da Dádiva, eleita a melhor do País

Destaque no mercado nacional, Luiza Tolosa compartilha do mesmo sentimento. A necessidade de provar sua experiência e conhecimentos é constante tanto no contato com o público quanto no contato com outros cervejeiros. "Preciso apresentar meu currículo antes de falar", diz a empreendedora com experiência no mundo corporativo e no mercado financeiro. "O mercado quer nos rotular de uma coisa ou outra, mas a gente sempre quis fazer uma cerveja que atendesse públicos diferentes. Cerveja não tem gênero e é isso que queremos passar", diz Luiza.

TRANSFORMAÇÃO. Antes, quando se falava em cervejas artesanais, a primeira imagem que vinha à mente das pessoas era a de homens barbudos segurando garrafas com rótulos pretos, decorados com caveiras, dragões, animais assustadores e outros símbolos tipicamente masculinos. No entanto, cervejarias como a Dádiva e a Japas transformaram essa bebida em uma ferramenta de ativismo e em uma maneira de promover discussões sérias por meio da identidade visual.

Em 2021, por exemplo, a Dádiva lançou a cerveja 3/4 que apresenta a desigualdade salarial entre homens e mulheres. A cerveja foi embalada em duas latas diferentes: uma com 473 ml, representando o salário dos homens, e outra com 350 ml, representando o rendimento das mulheres. Para Luiza Tolosa, é importante utilizar esse espaço para colocar o dedo em algumas feridas e levar os valores da marca de forma prática e direta.

"O ativismo é importante, mas precisa ter um lastro. Colocamos nas latas os valores que estão enraizados na empresa, que estão no dia a dia do negócio", diz.

No caso da Japas, cervejaria nipo-brasileira e criada por quatro mulheres, os rótulos também funcionam como uma expressão da identidade da marca e das sócias. A diretora Yumi Shimada diz que, possivelmente, no Japão, que tem uma cultura "supertradicional", é muito diferente saberem que existem quatro mulheres por trás de uma marca de cerveja.

No Brasil, surpreende que sejam quatro mulheres descendentes de japoneses por trás da mesma empresa. "A gente levanta discussões só de existir, mas também tentamos imprimir isso nas nossas cervejas e nos nossos rótulos", diz Yumi. "Cada bebida tem sua história, relembramos os antepassados, celebramos nossa identidade e olhamos para o futuro." ●

Comércio exterior Novos mercados

Com ingredientes locais, cerveja atrai estrangeiros

Cervejaria Japas já vende seus produtos para o mercado dos EUA, enquanto a Dádiva mantém negócios na Europa

BRUNA KLINGSPIEGEL

Quatro mulheres nipo-brasileiras – Maíra Kimura, Yumi Shimada, Fernanda Ueno e Tânia Matsuoka – se uniram graças à paixão pela cerveja para fundar a Cervejaria Japas.

Além da produção das bebidas, elas criaram uma marca de roupas e acessórios, chamada Arigatou by Japas, e a Kurafato, uma feira de produtos artesanais nipo-brasileira contemporânea. "A marca fala muito sobre nós. Desde os ingredientes até a identidade visual é tudo sobre nós, nossa história", diz Maíra.

Com a cerveja, a marca alçou voos mais altos. O conhecimento multidisciplinar da equipe – algumas das sócias são mestres cervejeiras, sommelières e/ou publicitárias – deu às donas um olhar 360º do negócio que logo se tornou um diferencial competitivo.

Em pouco tempo, a Japas se tornou uma marca forte, possibilitando que ela vislumbrasse espaço em um dos mercados mais competitivos de cerveja artesanal do mundo: os Estados Unidos.

IDENTIDADE. Ao incorporar sua identidade cultural, elas desenvolveram cervejas únicas que combinam elementos das culturas japonesa e brasileira, como o wasabi e a jabuticaba. O estranhamento positivo do mercado americano, explica Fernanda, fez com que a cervejaria se destacasse.

"Não é só mais uma marca fazendo Pilsen, IPA e Sour. A gente também faz isso, mas colocar nosso lado autoral transparece para o mercado. Tem muita autenticidade no que a gente está fazendo", explica.

Todas as cervejas produzidas no Brasil também são produzidas nos EUA desde 2019, explica Fernanda. Com um mercado muito mais maduro, hoje em dia a venda das bebidas no país americano é maior do que no Brasil.

Para se ter uma ideia, as vendas nos EUA são quase oito vezes o volume que vendem aqui. A previsão é de que a companhia também chegue à Europa e à Ásia, com produtos iguais ou o mais semelhantes possível aos nacionais.

INGREDIENTES TÍPICOS. A diversidade dos ingredientes e a qualidade da bebida também levaram as cervejas produzidas pela Dádiva para a Europa.

BRUNO FUJII

Paixão pela cerveja levou quatro mulheres a montar uma cervejaria

Desde 2018 comercializando seus produtos, durante o período de 2019 a 2022 houve um aumento significativo no envio das cervejas para países como Holanda, Dinamarca, Suécia, Suíça, Bélgica, França, Finlândia e Luxemburgo, entre outros.

Esse volume de envio triplicou no período. Entre os rótulos mais buscados estão as cervejas com ingredientes típicos brasileiros como castanha-de-baru, baunilha-do-cerrado, cumaru, goiaba e maracujá.

No segundo semestre de 2022, Luiza Tolosa diz que ocorreu uma interrupção causada pelos impactos da guerra da Ucrânia. Como resultado, estão sendo traçadas novas estratégias e novas rotas para este ano. ●

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO LIFE CENTER II e III

Rua Dr. Nicolau de Sousa Queirós, 406 – São Paulo/SP
CNPJ 55.444.244/0001-55
AVISO DE CONVOCAÇÃO
(em forma reduzida)

Ficam os senhores condôminos e demais moradores convocados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia **05/04/2023** (quarta-feira), em primeira ou em segunda convocação, às 19:00 horas ou 20:00 horas, respectivamente, nas dependências do prédio (salão de festas). Este "Aviso" é publicado de forma reduzida, sendo que aquele do qual foi extraído será divulgado no condomínio de inteiro teor, podendo também ser retirado na administração.

São Paulo, 28 de março de 2.023. Lourdes Fujita - Síndica

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81 - N.I.R.E. 35.300.170.563
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de Acionistas

Ficam os Senhores Acionistas da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária**, a serem realizadas no próximo dia **28 de abril de 2023, às 9h50 e às 10h,** respectivamente, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, sem prejuízo do uso de boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a fim de apreciarem e deliberarem sobre os seguintes itens constantes da Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Extraordinária - 9h50: (i) Aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal da Companhia, a vigorar imediatamente após a aprovação. 2. Em Assembleia Geral Ordinária - 10h: (i)** Apreciação do Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** Instalação e eleição dos membros do Conselho de Fiscal; e **(iv)** Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2023. **Informações Gerais:** 1) Os Acionistas deverão apresentar, até a data indicada no item 3, abaixo: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária; (ii) tratando-se de pessoa jurídica ou fundo de investimento, (1) cópia autenticada do estatuto, contrato social ou do regulamento, (2) do instrumento de eleição ou indicação do representante legal que comparecer à Assembleia ou outorgar poderes a procurador, e (3) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei, do estatuto, contrato social ou regulamento do acionista representado; (iii) tratando-se de pessoa física, (1) cópia do documento que comprove a identidade do acionista, e (2) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos acima referidos poderão ser enviados digitalmente à Companhia até o dia 21/04/2023, no endereço eletrônico ri@ctgbr.com.br. 2) A participação do acionista poderá ser (i) virtual, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, podendo ocorrer por si mesmo, por representante legal ou procurador devidamente constituído, ou (ii) exclusivamente para a Assembleia Geral Ordinária, via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data. Os acionistas também poderão participar acompanhando os trabalhos da Assembleia virtualmente, sem votar. 3) Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação à Companhia, para o endereço eletrônico ri@ctgbr.com.br, até as 10:00 horas do dia 26 de abril de 2023. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do solicitante, bem como cópia simples de todos os documentos necessários para permitir a participação do acionista na Assembleia, conforme detalhado neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data e disponível no endereço eletrônico https://ri.ctgbr.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes-de-conselho-rio-paranapanema-energia/, além do site da CVM e B3. 4) Na forma do disposto no inciso V do artigo 133 e §3° do artigo 135 da Lei 6.404/76 e nos artigos 7º e 10º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, todos os documentos pertinentes à ordem do dia a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária, incluindo a Proposta da Administração, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas, a partir desta data, para consulta, no endereço eletrônico da Companhia, https://ri.ctgbr.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes-de-conselho-rio-paranapanema-energia/, bem como no sistema IPE mantido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). 5) Ademais, em linha com o disposto na Subseção I da Seção I do Capítulo IV da Resolução CVM nº 80/22 - "Conteúdo e Forma das Informações", a Rio Paranapanema Energia S.A. informa que adotará o procedimento de voto a distância disposto na Resolução CVM nº 81/22, dessa forma, a participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária poderá ser realizada via boletim de voto a distância, a ser enviado diretamente à Companhia, acompanhado dos documentos mencionados no item 1, subitens (i), (ii) e/ou (iii) do presente Edital de Convocação, via excepcionalmente eletrônica para o seguinte endereço: ri@ctgbr.com.br, até o dia 21 de abril de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2023
Liyi Zhang - Presidente do Conselho de Administração

LPS BRASIL - Consultoria de Imóveis S.A.

LPSBrasil
Companhia Aberta
CNPJ/ME 08.078.847/0001-09 - NIRE 35.300.331.494
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023

Ficam os Senhores Acionistas da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e dos artigos 3° e 5° da Resolução nº 81, de 29 de março de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários, conforme alterada ("Resolução CVM 81" e "CVM"), a reunirem-se em assembleia geral ordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 28 de abril de 2023, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** proposta da administração sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da AGO, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia: **(a)** documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; **(b)** comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; **(c)** cópia do instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida em cartório; e/ou **(d)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição competente. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1°, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1° e § 2°, da Lei n° 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, com assinatura digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1°, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por tabelião público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia solicita o envio dos documentos necessários para participação na AGO com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, ou seja, até às 11:00 do dia 26 de abril de 2023, para o e-mail ri@lopes.com.br. A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. **Participação via Plataforma Digital:** Para participação na Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais ou procuradores deverão enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@lopes.com.br, até às 11:00 do dia 26 de abril de 2023, solicitando a participação e acompanhado da documentação necessária para a participação virtual. Aqueles que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para a participação virtual no prazo estipulado não poderão participar da Assembleia. A solicitação de participação deverá vir acompanhada da identificação do acionista ou representante legal ou procurador constituído, além do telefone de contato e e-mail do participante da Assembleia para o qual a Companhia deverá enviar o link de acesso à Assembleia, acompanhada da documentação descrita no campo "Informações Gerais" deste Edital de Convocação. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores. O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@lopes.com.br, com até, no máximo, duas horas de antecedência do horário de início da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. **Participação por Boletim de Voto a Distância:** Nos termos da Resolução CVM 81, os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio do boletim de voto a distância por seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, sendo que, no segundo caso, o boletim preenchido deverá ser recebido pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data da AGO, ou seja, até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive). Os boletins de voto a distância foram disponibilizados pela Companhia na página da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), contendo as instruções para o preenchimento e a documentação exigida. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estão à disposição dos acionistas no site da Companhia (http://ri.lopes.com.br), e foram enviados à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 (www.b3.com.br). Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio (i) dos telefones +55 (11) 3067-0520, +55 (11) 3067-0691 +55 (11) 3067-0324 ou (ii) do e-mail ri@lopes.com.br. São Paulo, 29 de março de 2023. **LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.**

AGÊNCIA ESTADO S.A.

CNPJ nº 62.652.961/0001-38 - NIRE 35300202112
AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da AGÊNCIA ESTADO S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, 3º e 6º andares, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de março de 2023. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 08.294.224/0001-65 - NIRE 35.300.333.578 - Companhia Aberta
Edital de Convocação
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convidamos os senhores acionistas da **JHSF Participações S.A.** ("Companhia") a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas, conjuntamente, no dia 27 de abril de 2023, às 10h, exclusivamente presencial, na sede da Companhia, localizada na Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 3, Continental Tower, 27º andar (parte), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05502-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.2. Deliberar sobre o orçamento de capital para os fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76; 1.3. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.4. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, apreciar a eleição de seus membros, incluindo a aderência ao critério de independência, bem como a indicação do Presidente do Conselho de Administração; 1.5. Apreciar a proposta de instalação do Conselho Fiscal, definir o número de membros e apreciar a respectiva eleição destes, caso aprovada a instalação; e 1.6. Fixar a remuneração global anual para o exercício social de 2023 dos Administradores da Companhia e do Conselho Fiscal, caso instalado. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Apreciar a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia em relação: (i) ao artigo 21, para atualizar os valores de alçada do Conselho de Administração; (ii) aos artigos 1°, 15, 18, 26, 27 e 30, para fins de ajuste de redação, em linha com o Regulamento do Novo Mercado; e (iii) ao artigo 5°, para refletir o cancelamento de ações mantidas em tesouraria, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 16 de maio de 2022, conforme Proposta da Administração; e 2.2. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia com as alterações aprovadas. Poderão participar da AGOE os acionistas titulares das ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto a distância. Para que sejam admitidos na AGOE, os acionistas da Companhia deverão portar os seguintes documentos: (i) documento de identidade, (ii) instrumento de mandato em caso de acionista representado por procurador, outorgado nos termos da legislação, (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente, e (iv) prova de poderes de representação, no caso das pessoas jurídicas e fundos de investimento. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3° da Resolução CVM n° 70/22. A Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas, bem como os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na AGOE e o Boletim de Voto a Distância estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos endereços eletrônicos da Companhia (http://ri.jhsf.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

São Paulo, 27 de março de 2023.
JHSF Participações S.A.
José Auriemo Neto - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023 – Trata da realização de Chamada nº 001/2023 a que alude a Lei Municipal nº 2.251 de 21 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Programa Municipal de Organizações Sociais e dá outras providências. O Prefeito do Município de Arujá, em cumprimento ao disposto na Lei Municipal nº 2.251 de 21 de agosto de 2009, em especial os artigos 9º e 10º do capítulo III do referido Diploma Legal, resolve: Realizar a presente Chamada Pública das entidades sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social, nos termos da Lei Municipal nº 2.251 de 21 de agosto de 2009, que tenham interesse em celebrar Contrato de Gestão com a Prefeitura Municipal de Arujá para prestar atendimento multidisciplinar, complementar e integrativo aos munícipes em tratamento oncológico manifestando, por escrito, seu interesse perante o Prefeito Municipal de Arujá, no período de 30/03/2023 a 28/04/2023. Já o pedido de qualificação como OS daquelas que ainda não detém o título, deverá ser protocolado no período compreendido entre 30/03/2023 a 18/04/2023, junto ao Fácil Arujá. As entidades qualificadas interessadas deverão apresentar os ENVELOPES: 01 – DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO, 02 – DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E PLANILHA FINANCEIRA, até as 16h30min do dia 28/04/2023 com a abertura no dia 02/05/2023 (terça-feira) às 9h (presença facultativa dos interessados). O Edital completo poderá ser solicitado através do e-mail: pma.licitacoes@aruja.sp.gov.br ou serão fornecidos em pendrive, devendo o interessado apresentá-lo para a cópia no departamento de compras sito à Rua José Basílio Alvarenga, 90 – Vila Flora Regina – Arujá, a partir de 30/03/2023, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h30 e também através do site oficial do Município: www.aruja.sp.gov.br. Informações pelo fone: (11) 4652-7609 – depto de compras.

Dr. Leonardo Santos dos Reis
Secretário Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Arujá, 27 de Março de 2023.

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 49.263.189/0001-02
NIRE 35.300.340.337 | Código CVM nº 20877

Helbor sinta-se em casa 45 ANOS

B3 BRASIL BOLSA BALCÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/22, convocamos os senhores acionistas da Helbor Empreendimentos S.A. ("Helbor" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *"Zoom"*, a fim de: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023; (iv) Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos; (vi) Nomear o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (vii) Deliberar sobre o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. **Instruções Gerais:** Encontram-se disponíveis para consulta na sede da Helbor, nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) e no website de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.helbor.com.br) (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e os demais documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A. e o art. 10 da Resolução CVM nº 81/22; e (ii) o Manual de Participação na AGOE, contendo *(a)* a Proposta da Administração para Assembleia; *(b)* orientações para participação na Assembleia; e *(c)* todos os demais documentos pertinentes às matérias da ordem do dia, nos termos dos artigos 10, 11, 13 e 14 da Resolução CVM nº 81/22. Plataforma *"Zoom"*: Os dados para participar da Assembleia por meio da plataforma *"Zoom"* serão encaminhados aos acionistas que enviem solicitação ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, preferencialmente de forma eletrônica (ri@helbor.com.br) até 26 de abril de 2023 (inclusive). Para tanto, a solicitação deverá ser acompanhada de documentação que comprove (i) a identidade do acionista ou de seu representante (se for o caso), e (ii) os poderes de representação do acionista na Assembleia (se for o caso), conforme detalhada no Manual de Participação da AGOE. Boletim de voto a distância: Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio de boletim de voto a distância deverão observar as instruções detalhadas no Manual de Participação na AGOE e nos próprios boletins de voto a distância da AGOE. **Eleição do Conselho de Administração:** A eleição do Conselho de Administração da Companhia ocorrerá pelo sistema de chapas, salvo se acionistas representando no mínimo 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto de emissão da Companhia requererem a adoção do procedimento de voto múltiplo até as 15 horas do dia 26 de abril de 2023, nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70/22. Além da documentação mencionada acima, o acionista que desejar exercer a faculdade de que trata o art. 141, §4º, da Lei das S.A., independentemente do meio escolhido para participação na Assembleia, deverá enviar ao Departamento de Relações com Investidores da Helbor, até as 10 horas do dia 28 de abril de 2023, comprovante da titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses imediatamente anterior à realização da Assembleia, emitido pela entidade competente com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência em relação à data da AGOE - ou seja, não antes de 25 de abril de 2023 (inclusive).

Mogi das Cruzes, 28 de março de 2023
Henrique Borenstein
Presidente do Conselho de Administração

www.helbor.com

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BR Partners Holdco Participações S.A. (Companhia) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **Política de distribuição de dividendos:** A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	5	77.471	94.133
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6a	–	–	6.361.883	2.368.744
- Títulos públicos		–	–	5.727.370	1.803.817
- Títulos privados		–	–	445.733	325.438
- Cotas de fundos de investimento		–	–	188.780	239.489
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6b	–	–	780.966	257.594
- Títulos privados		–	–	746.216	230.759
- Cotas de fundos de investimento		–	–	34.750	26.835
Instrumentos financeiros derivativos	7a	–	–	267.367	149.852
Ativos financeiros ao custo amortizado	8a	–	–	274.999	81.568
- Operações de crédito		–	–	237.537	56.823
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	37.462	24.745
Outros ativos	8b	14.343	23.209	19.354	71.300
Dividendos a receber		2.720	21.278	–	–
Tributos a recuperar		13	16	13.834	3.076
Pagamentos antecipados		–	–	3.311	6.704
Ativo fiscal diferido	18b	–	–	24.957	28.154
Investimentos em controladas	10	365.935	350.246	–	–
Imobilizado		–	–	46.596	4.721
Intangíveis		–	–	14.673	5.360
Total do ativo		**383.016**	**394.754**	**7.885.411**	**3.071.206**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Passivos financeiros ao custo amortizado		–	–	6.744.701	1.959.047
- Recursos de operações compromissadas	12	–	–	4.983.415	1.228.129
- Recursos de clientes	12	–	–	1.297.008	671.741
- Recursos de emissão de títulos	12	–	–	459.930	59.177
- Outros passivos financeiros		–	–	4.348	–
Instrumentos financeiros derivativos	7a	–	–	113.837	70.478
Valores a pagar		14.858	63.792	94.687	192.709
- Fornecedores		214	220	3.562	53.464
- Outros valores a pagar	11	14.644	63.572	60.572	139.245
- Outros valores a pagar – arrendamento	11	–	–	30.553	–
Impostos a recolher		83	35	15.217	7.202
Passivo fiscal corrente		–	–	34.596	40.801
Passivo fiscal diferido	18b	–	–	76.016	53.084
Total do passivo		**14.941**	**63.827**	**7.079.054**	**2.323.321**
Patrimônio líquido					
Capital social	13a	218.671	212.735	218.671	212.735
Reservas de capital		71.625	68.230	71.625	68.230
Reservas de lucros		82.214	51.820	82.214	51.820
Outros resultados abrangentes		(2.014)	(833)	(2.014)	(833)
Ações em tesouraria		(2.421)	(1.025)	(2.421)	(1.025)
Participação de não controladores		–	–	438.282	416.958
Total do patrimônio líquido		**368.075**	**330.927**	**806.357**	**747.885**
Total do passivo e patrimônio líquido		**383.016**	**394.754**	**7.885.411**	**3.071.206**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

			Reservas de lucros							
	Capital social	**Reservas de capital**	**Reserva legal**	**Outras reservas**	**Outros resultados abrangentes**	**Ações em tesouraria**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2020	**80.817**	**68.233**	**3.553**	**22.153**	**–**	**(8.731)**	**–**	**166.025**	**147.089**	**313.114**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	63.300	63.300	–	63.300
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(833)	–	–	(833)	–	(833)
Resultados abrangentes do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**(833)**	**–**	**63.300**	**62.467**	**–**	**62.467**
Variação líquida na participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	269.869	269.869
Aumento de capital	132.118	–	–	–	–	–	–	132.118	–	132.118
Capital a realizar	(200)	–	–	–	–	–	–	(200)	–	(200)
Constituição de reservas	–	–	3.165	45.101	–	–	(48.266)	–	–	–
Deságio na alienação de ações em tesouraria	–	(1.123)	–	–	–	–	–	(1.123)	–	(1.123)
Empréstimo de ações	–	–	–	–	–	22.955	–	22.955	–	22.955
Atualização de empréstimo de ações	–	1.120	–	–	–	–	–	1.120	–	1.120
Aquisição de ações próprias	–	–	–	–	–	(15.249)	–	(15.249)	–	(15.249)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(15.034)	(15.034)	–	(15.034)
Dividendos de outros exercícios	–	–	–	(22.152)	–	–	–	(22.152)	–	(22.152)
Transações com acionistas e constituição de reservas	**131.918**	**(3)**	**3.165**	**22.949**	**–**	**7.706**	**(63.300)**	**102.435**	**269.869**	**372.304**
Em 31 de dezembro de 2021	**212.735**	**68.230**	**6.718**	**45.102**	**(833)**	**(1.025)**	**–**	**330.927**	**416.958**	**747.885**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	63.093	63.093	–	63.093
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(1.181)	–	–	(1.181)	–	(1.181)
Resultados abrangentes do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.181)**	**–**	**63.093**	**61.912**	**–**	**61.912**
Variação líquida na participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	21.324	21.324
Aumento de capital	5.936	–	–	–	–	–	–	5.936	–	5.936
Constituição de reservas	–	–	3.155	41.406	–	–	(44.561)	–	–	–
Ajustes reflexos de controladas	–	881	–	–	–	–	–	881	–	881
Atualização de empréstimo de ações	–	2.514	–	–	–	–	–	2.514	–	2.514
Aquisição de ações próprias	–	–	–	–	–	(1.396)	–	(1.396)	–	(1.396)
Dividendos antecipados	–	–	–	–	–	–	(18.532)	–	–	(18.532)
Dividendos de outros exercícios	–	–	–	(14.167)	–	–	–	(14.167)	–	(14.167)
Transações com acionistas e constituição de reservas	**5.936**	**3.395**	**3.155**	**27.239**	**–**	**(1.396)**	**(63.093)**	**(6.232)**	**21.324**	**(3.440)**
Em 31 de dezembro de 2022	**218.671**	**71.625**	**9.873**	**72.341**	**(2.014)**	**(2.421)**	**–**	**368.075**	**438.282**	**806.357**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Lucro líquido		**63.093**	**63.300**	**63.093**	**136.074**
Ajustes para:					
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		–	–	2.870	18.892
Perda por redução ao valor recuperável		–	–	(249)	(76)
Depreciações e amortizações		–	–	4.458	1.437
Impostos diferidos		–	–	26.129	14.182
Provisão para contingências		–	–	694	143
Resultado de participações em controladas		(66.934)	(65.884)	–	–
Outros ajustes		–	–	–	2
Lucro líquido/ (prejuízo) ajustado		**(3.841)**	**(2.584)**	**96.995**	**170.654**
Variações em:					
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		–	–	(3.993.139)	(1.828.395)
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	(74.156)	(56.741)
Ativos financeiros ao custo amortizado					
- Operações de crédito		–	–	(180.465)	(27.945)
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	(17.729)	32.063
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		–	–	(524.553)	(257.594)
Tributos a recuperar		3	(16)	(10.758)	24.343
Pagamentos antecipados		–	–	3.393	(5.518)
Outros ativos		8.866	(23.209)	56.957	(71.298)
Valores a pagar – Fornecedores		(6)	87	(49.902)	49.650
Passivos financeiros ao custo amortizado					
- Recursos de operações compromissadas		–	–	3.755.286	419.962
- Recursos de clientes		–	–	625.267	1.228.129
- Recursos de emissão de títulos		–	–	400.753	52.156
- Outros passivos financeiros		–	–	4.348	(29.616)
Impostos a recolher		48	23	66.962	36.200
Outros valores a pagar		(48.928)	14.971	(79.367)	87.655
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais		**(43.858)**	**(10.728)**	**79.892**	**(176.295)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(65.152)	(51.082)
Caixa líquido gerado (utilizados nas) atividades operacionais		**(43.858)**	**(10.728)**	**14.740**	**(227.377)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento de investimento Companhia investida		–	(152.475)	–	–
Dividendos recebidos		69.503	22.492	–	–
Aquisição de imobilizado de uso		–	–	(45.669)	(3.526)
Aquisição de intangível		–	–	(9.976)	(277)
Caixa gerado (utilizado nas) atividades de investimento		**69.503**	**(129.983)**	**(55.645)**	**(3.803)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recursos provenientes de emissão de ações		5.936	131.918	5.936	290.858
Participação de não controladores no patrimônio		–	–	21.324	–
Empréstimo de ações		2.514	22.955	3.395	22.955
Recompra de ações		(1.396)	(15.249)	(1.396)	(15.249)
Passivos de arrendamento		–	–	30.553	(1.463)
Dividendos pagos		(32.699)	–	(32.699)	–
Caixa gerado (utilizado nas) atividades de financiamento		**(25.645)**	**139.624**	**27.113**	**297.101**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**–**	**(1.087)**	**(13.792)**	**65.921**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5	1.092	94.133	47.104
Efeito das mudanças das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa		–	–	(2.870)	(18.892)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	5	5	77.471	94.133
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**–**	**(1.087)**	**(13.792)**	**65.921**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receitas de juros e ganhos com instrumentos financeiros		70	69	3.427.169	2.063.752
Despesas de juros e perdas com instrumentos financeiros		–	–	(3.264.642)	(1.946.912)
Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros	15	**70**	**69**	**162.527**	**116.840**
Receitas de prestação de serviços	14	–	–	251.046	262.400
Despesas de serviços técnicos especializados		–	(32)	–	(12.569)
Outras receitas		–	–	–	394
Total de receitas de prestação de serviços		**70**	**(32)**	**251.046**	**250.225**
Total de receitas		**70**	**37**	**413.573**	**367.065**
Despesas de pessoal		–	–	(85.278)	(84.283)
Despesas administrativas	16	(239)	(324)	(53.968)	(24.505)
Despesas tributárias	17	–	–	(39.049)	(38.408)
Reversão/(perda) por redução ao valor recuperável		–	–	249	76
Outras receitas		–	–	831	–
Outras despesas		(3.672)	(2.297)	(6.833)	(3.569)
Despesas operacionais		**(3.911)**	**(2.621)**	**(184.048)**	**(150.689)**
Resultado não operacional		–	(1)	(1.147)	105
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial		**(3.841)**	**(2.585)**	**228.378**	**216.481**
Resultado de equivalência patrimonial	10	66.934	65.885	–	–
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**63.093**	**63.300**	**228.378**	**216.481**
Tributos sobre lucros		–	–	(85.119)	(80.407)
Lucro líquido do exercício		**63.093**	**63.300**	**143.259**	**136.074**
Atribuível a					
Acionistas controladores				63.092	63.300
Acionistas não controladores				80.167	72.774
				143.259	**136.074**
Número total de ações ordinárias (mil)				16.428.531	16.138.031
Lucro por mil ações no final do exercício – R$ mil				0,0087	0,0084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido do exercício	**63.093**	**63.300**	**143.259**	**136.074**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de controladas sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
- Ajuste ao valor justo (ORA)	(1.181)	(833)	(2.595)	(1.792)
Resultado abrangente do exercício	**61.912**	**62.467**	**140.664**	**134.282**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas da Companhia				
Resultado abrangente atribuído a controladores	61.912	62.467		
Resultado abrangente atribuído a não controladores	78.752	71.815		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

A BR Partners Holdco Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 1 de fevereiro de 2013, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A Companhia controla diretamente a BR Advisory Partners Participações S.A. ("BRAP S.A."), é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas em *units* na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3 S.A.") sob o código BRBI11. Cada *unit* é composta por 2 ações preferenciais e 1 ação ordinária da Companhia.

continua …

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destacamos as empresas controladas (diretas e indiretas) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Ramo de atividade	País	% Participação Saldo em 2022	% Participação Saldo em 2021
Controlada direta				
BR Advisory Partners Participações S.A.	*Holding*	Brasil	45,50	45,65
Controladas indiretas				
BR Partners Assessoria Financeira Ltda. (1)	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Gestão de Recursos Ltda. (1)	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (1)/(4)	Prestação de Serviços	Brasil	–	99,99
BR Partners Participações Financeiras Ltda. (1)	*Holding* Financeira	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Banco de Investimento S.A. (1)/(3)	Banco de investimento	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Europe B.V. (4)	Prestação de Serviços	Holanda	100	100
Fundos de investimento (2)				
Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado	Fundo de Investimento	Brasil	100	100
BR Partners Capital	Fundo de Investimento	*Cayman*	100	100

(1) Percentuais inferiores a 100% referem-se à participação da BR Partners Holdco Participações S.A. (*Holding*).
(2) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Grupo assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.
(3) A BR Partners Participações Ltda. é controladora direta do BR Partners Banco de Investimento S.A. e a BR Partners Assessoria Financeira Ltda. é controladora direta da BR Partners Europe B.V..
(4) Os eventos de incorporação/ aquisição realizado no Grupo está sendo apresentado na nota explicativa abaixo.

Reorganização societária e aquisições (eventos ocorridos nas controladas da BRAP S.A.)

Incorporação

Em 1 de junho de 2022, conforme Protocolo de Incorporação, a empresa BR Partners Assessoria Financeira Ltda. (incorporadora) adquiriu a totalidade das quotas da BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (incorporada) e, posteriormente, realizou a incorporação dos respectivos ativos e passivos. A transação foi realizada pelo valor patrimonial da incorporada em 1 de junho de 2022, avaliado em R$ 183 por meio de laudo de avaliação contábil. A liquidação financeira da transação ocorreu em 30 de junho de 2022.

Aquisições

A BR Partners Assessoria Financeira Ltda. realizou a aquisição por valor patrimonial da BR Partners Europe B.V., no valor de R$ 7.353 milhões. Essa aquisição faz parte da estratégia de expansão do Grupo nas prestações de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e outros. Em 29 de novembro de 2022, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades reguladoras, foi concluída a aquisição de 100% do capital social da BR Partners Europe B.V..

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
As demonstrações financeiras da Companhia devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de sua controlada direta BR Advisory Partners Participações S.A., emitida em 9 de fevereiro de 2023, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando que as bases de elaboração, divulgação e principais práticas contábeis são equivalentes e que os principais números e transações apresentados no consolidado advêm de suas controladas indiretas.
As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.
As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de "Receitas de juros e ganhos com instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e perdas com instrumentos financeiros".
Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações financeiras como receitas ou despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros. Para o investimento no exterior que possui moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de "Outros Resultados Abrangentes".

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

d. Demonstrações financeiras consolidadas

No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

3. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Para o CPC 48/*IFRS* 9 – Instrumentos Financeiros, o Grupo realiza: (i) modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros; e (iii) requisitos sobre a contabilização de *hedge*, mantendo as principais orientações relacionadas ao reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do *IAS* 39.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado. A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").

Identificação e avaliação de *Impairment*

Modelo de perdas em créditos esperadas: O CPC 48/*IFRS* 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.
Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

c. Instrumentos financeiros derivativos e *Hedge Accounting*

Derivativos

A utilização dos derivativos está de acordo com sua Política de Gestão de Riscos. Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A.. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer as tolerâncias do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos (*mark-to-market*). Diariamente são verificadas as oscilações das variáveis de mercado que influenciam no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, e são incorporadas automaticamente em seu valor. As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria e área de riscos. As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação.
São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *Hedge Accounting* estão registrados no Banco, classificado como *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros de DI e DAP, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.
Para avaliar a eficácia da estratégia, o Grupo adota a metodologia do "*dollar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.
O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme evidenciado na nota explicativa 7b.

d. Passivos financeiros

Os passivos são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "pro-rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

e. Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
Para a Controladora e demais empresas exceto o BR Partners Banco de Investimento S.A. e BR Partners Gestão de Recursos Ltda., o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.
Para o Banco a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 14 de julho de 2021 foi promulgada a Lei 14.183, que alterou a Lei 7.689/88, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, passando a vigorar com alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, convertida na Lei nº 14.446, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelos Bancos, passando de 20% para 21%, com efeito até 31 de dezembro de 2022.
Para a Gestão de Recursos utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente.
Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.
Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.
Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

f. Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICPC 22/*IFRIC* 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (*IAS* 32 – *Income Taxes*) ("CPC 32/ *IAS* 12") quando houver incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

g. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:
Ativos contingentes: é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão sob controle total do Grupo. Não haverá registro de ativos contingentes nos livros contábeis do Grupo.
Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras.
Obrigações legais – fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

h. Arrendamento

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 – arrendamento utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.
Conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

i. Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

j. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

k. Receita de contrato com cliente

Para as receitas de contrato com o cliente é utilizado o CPC 47/*IFRS* 15 – Receita de contrato com os clientes, usando o método de efeito cumulativo (sem expediente prático). Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30/*IAS* 18 Receitas.
A Companhia avaliou seus contratos com clientes. A Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas prestações de serviços e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. O reconhecimento de receita ocorre no momento que o serviço é concluído e entregue ao cliente, geralmente por ocasião da conclusão dos trabalhos.

Reconhecimento de receitas com prestação de serviços

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.
A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão, estruturação e colocação de títulos – *Treasury Sales & Structuring*	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessora seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobrados pelo serviço prestado.
Assessoria e consultoria financeira – *Investment Banking*	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, *joint ventures* e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá, em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação dos negócios.

l. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e as informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da controladora e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que essas possuem recursos para dar continuidade os seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras em CPC/IFRS foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar na mensuração do valor justo.
Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

Ativos fiscais diferidos

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de

continua …

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização.

Redução ao valor recuperável do ágio (*"impairment"*)

O Grupo avalia se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa ("UGCs") independentes e a alocação de ágio para essas unidades.

A modelagem econômico-financeira foi conduzida de forma a demonstrar sua capacidade de geração de caixa estimada no período considerado sob plenas condições operacionais e administrativas, com as seguintes premissas:

• O fluxo de caixa livre foi projetado analiticamente para um período de 8 anos e considerada a perpetuidade após 2027, com crescimento nominal de 5,7%;

• Para o período anual, foi considerado o ano fiscal de 1 de janeiro até 31 de dezembro;

• Para o cálculo do valor presente, foi considerada a convenção de meio ano (*mid-year Convention*) ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano (*mind-year point*) é aquele que melhor representa o ponto médio de geração de caixa da Companhia; e

• O fluxo foi projetado em moeda corrente e o valor presente calculado com taxa de desconto nominal (considerado a inflação).

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia *Capital Asset Pricing Model* ("*CAPM*"), na qual o custo de capital é estimado com base no retorno estimado exigido pelos acionistas da Companhia.

O cálculo do valor operacional é a partir do fluxo de caixa dos dividendos projetados para os próximos 8 anos e do valor residual do Banco a partir de então (considerando uma taxa de crescimento na perpetuidade "g" de 6,5%), descontados estes valores a valor presente, utilizando a taxa de desconto nominal.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 8 anos e perpetuidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou o teste anual de *impairment* da sua *UGC* e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente e são constituídas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo.

4. Gerenciamento de risco

No curso normal de suas operações, o Grupo é exposto a diversos riscos financeiros, sendo divididos em: mercado, crédito, liquidez e gestão de capital. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e *Compliance*, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de *Underwriting*, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital (índice de basileia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial do Grupo BR Partners são: BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e pelos fundos de investimento exclusivos, Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital ("BR Capital").

Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Patrimônio de referência	**663.360**	**632.783**
Patrimônio de referência nível I	663.360	632.783
Capital principal	663.360	632.783
Ativos ponderados pelo risco (*RWA*)	**2.727.479**	**1.834.927**
Risco de Crédito	1.316.057	874.706
Risco de Mercado	1.172.206	850.558
Risco Operacional	239.216	109.663
Índice de Basileia	**24,32%**	**34,49%**
Nível I (IN1)	24,32%	34,49%
Capital principal (ICP)	24,32%	34,49%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil.

b. Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devido às flutuações adversas dos preços, taxas de mercado, ações e mercadorias ("*commodities*"), sobre as posições da carteira do Grupo. Define-se o gerenciamento de risco de mercado como o processo contínuo de identificação, mensuração, avaliação, mitigação, monitoramento e o reporte das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e mercadorias ("*commodities"*), com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e gerenciais que são estabelecidos nos respectivos comitês e reportado à Diretoria. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR ("*Value at Risk*"), análise de sensibilidade e *Stress Testing*. O IRRBB ("*Interest Rate Risk of Banking Book*") é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira *banking*. Os riscos da carteira *banking* são apurados e reportados mensalmente através da metodologia Delta NII, conforme estabelecido pelo regulador e diariamente é controlado seu limite através das abordagens de valor econômico ("*Economic Value of Equity*" – EVE), além da análise de sensibilidade, tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de *Stress Testing*. A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características (respectivos fatores de Risco), na carteira de não negociação ("*Banking*") ou na carteira de negociação ("*Trading*"). Para a carteira *Trading*, utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros ("DV01"), observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco. A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos (carteira de crédito) e passivos (carteira de captação) do Grupo. A carteira *Banking* utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco.

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros. O Grupo avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com relação aos contratos com cliente.

d. Risco de liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade de o Grupo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa do Grupo dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Grupo quanto fatores externos. O caixa do Grupo é gerenciado de forma centralizada pela área de Tesouraria. O controle do risco de liquidez no Grupo BR Partners é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Grupo.

e. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao Dólar ou ao Euro, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do período não apresentaria nenhuma variação significativa em Reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Bancos – Conta corrente e caixa [1]	1	1
Aplicações financeiras [2]	4	4
Total	**5**	**5**

Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Bancos – Conta corrente e caixa [1]	6	3.608
Reservas livres	570	1.387
Disponibilidades em moedas estrangeiras [1]	48.376	60.287
Aplicações em compromissadas [2]	28.519	28.851
Total	**77.471**	**94.133**

(1) Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A., *JP Morgan Chase N.Y., JP Morgan Chase Frankfurt* e Bradesco *Cayman.*

(2) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as aplicações compromissadas estavam com data de revenda para o dia 3 de janeiro de 2023 e 3 de janeiro de 2022, respectivamente.

6. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

	Valor de mercado/ contábil	
Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Títulos públicos [1]	5.727.370	1.803.817
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	229.326	131.611
- Letras do tesouro nacional (LTN)	–	49.982
- Notas do tesouro nacional (NTN-B)	5.498.044	1.622.224
Títulos privados	445.733	325.438
- Certificados de recebíveis imobiliários [2]	257.652	260.126
- Certificados de recebíveis do agronegócio [3]	52.967	15.823
- Debêntures [7]	135.114	49.489
Cotas de fundos de investimento	188.780	239.489
- Cotas de fundos de investimento imobiliário	57.407	125.332
- BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações [4]	75.947	75.333
- Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios [5]	39.714	26.834
- BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	15.712	11.990
Total	**6.361.883**	**2.368.744**

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	Valor de mercado/ contábil	
Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Títulos privados	746.216	230.759
- Certificados de recebíveis imobiliários (2)	419.527	147.589
- Certificados de recebíveis do agronegócio (3)	30.746	83.170
- Cédula do produto rural (6)	49.704	–
- Debêntures (7)	212.721	–
- Notas comerciais	33.518	–
Cotas de fundos de investimento	34.750	26.835
- Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (5)	34.750	26.835
Total	**780.966**	**257.594**

(1) Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

(2) Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A.), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(3) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio são classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e estão na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A.), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(4) A carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações é composta substancialmente por ações da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.. Os valores das aplicações foram apurados e contabilizados com base em valor justo, mediante emissão de laudo técnico em fevereiro de 2022.

(5) As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios são classificadas como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), e reconhecidos inicialmente a valor justo.

(6) As Cédulas de Produto Rural classificados como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), são reconhecidos inicialmente a valor justo e os ganhos e perdas são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes". Esses títulos privados são registrados e custodiados na B3 S.A., e sua valorização está atrelada ao CDI.

(7) As debêntures estão registradas na B3 S.A. e estão classificadas ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), sendo remuneradas a 100% do IPCA ou CDI + cupom de juros.

7. Instrumentos financeiros derivativos – Consolidado

a. Composição por indexador

	Saldo em 2022			
	Ativo		**Passivo**	
	Valor a receber	**Valor nominal**	**Valor a pagar**	**Valor nominal**
Swap	**241.819**	**5.270.428**	**(66.790)**	**1.485.811**
IPCA x CDI	17.881	150.000	–	–
CDI x Dólar	59.964	505.074	(9.008)	116.208
CDI x IPCA	163.554	4.503.889	(23.724)	844.603
Dólar x CDI	–	–	(26.814)	200.000
CDI x CDI	420	111.465	–	–
Pré x CDI	–	–	(7.244)	325.000
NDF	**15.053**	**748.518**	**(32.497)**	**1.369.038**
Dólar x Pré	3.726	316.489	(26.485)	978.845
Pré x Dólar	11.327	432.029	(5.071)	365.396
Pré x Euro	–	–	(941)	24.797
Opções	**1.657**	**160.360**	**(2.762)**	**130.568**
Compra de opção de compra	1.015	85.253	–	–
Compra de opção de venda	642	75.107	–	–
Venda de opção de compra	–	–	(2.000)	100.882
Venda de opção de venda	–	–	(762)	29.686
Futuros	**8.838**	**1.299.673**	**(11.788)**	**1.972.351**
Posição comprada	**962**	**1.033.756**	**(904)**	**518.682**
DAP	85	267.359	(202)	327.227
DDI	106	13.950	–	–
DI1	771	752.447	–	79.274
DOL	–	–	(702)	112.181
Posição vendida	**7.876**	**265.917**	**(10.884)**	**1.453.669**
DAP	5	67.791	(113)	83.461
DDI	1.165	186.438	(4.563)	558.658
DI1	–	–	(107)	183.322
WDO	73	11.688	(14)	18.634
DOL	–	–	(5.026)	609.594
Commodities	6.333	–	(1.061)	–
Total	**267.367**	**7.478.979**	**(113.837)**	**4.957.768**

	Saldo em 2021			
	Ativo		**Passivo**	
	Valor a receber	**Valor nominal**	**Valor a pagar**	**Valor nominal**
Swap	**87.253**	**2.450.047**	**(11.357)**	**685.791**
IPCA x CDI	14.982	150.000	–	–
CDI x Dólar	29.759	466.637	(1.056)	40.791
CDI x IPCA	40.110	1.633.410	(10.301)	645.000
Dólar x CDI	2.402	200.000	–	–
NDF	**41.024**	**1.001.991**	**(21.566)**	**868.053**
Dólar x Pré	10.176	205.976	(10.745)	706.901
Pré x Dólar	13.149	731.046	(10.449)	141.022
Commodities	17.699	64.969	(372)	20.130
Futuros	**21.575**	**(308.431)**	**(37.555)**	**748.104**
Posição comprada	**853**	**714.387**	**(17.851)**	**1.475.414**
DAP	304	293.648	(433)	363.140
DDI	–	–	(5.691)	276.751
DI1	532	263.466	(8)	225.295
WDO	–	–	(11.719)	610.228
DOL	17	157.273	–	–
Posição vendida	**20.722**	**(1.022.818)**	**(19.704)**	**(727.310)**
DAP	–	–	(54)	(22.329)
DDI	5.646	(271.803)	–	–
DI1	7	(4.725)	(5)	(621.654)
WDO	1	(1.292)	–	–
DOL	15.068	(744.998)	–	–
Commodities	–	–	(19.645)	(83.327)
Total	**149.852**	**3.143.607**	**(70.478)**	**2.301.948**

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A., são representadas por títulos públicos federais e totalizam R$ 235.401 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 99.947 em 31 de dezembro de 2021), registradas como vinculados à prestação de garantias.

b. Derivativos designados como contabilidade de *hedge*

	Saldo em 2022				
	Objetos de *Hedge*			**Instrumentos de *Hedge* [1]**	
Estratégia	**Valor contábil (Passivo)**	**Valor justo (Passivo)**	**Variação no valor justo reconhecida no resultado (acumulado) (3)**	**Valor nominal**	**Variação no valor justo utilizada para calcular a inefetividade do *Hedge***
Risco de taxa de juros					
Hedge de Captações [2]					
Captações prefixadas	146.234	146.636	2.598	121.457	(2.168)
Captações pós-fixadas	178.049	176.635	2.414	178.049	(2.180)
Total	**324.283**	**323.271**	**5.012**	**299.506**	**(4.348)**

	Saldo em 2021				
	Objetos de *Hedge*			**Instrumentos de *Hedge* [1]**	
Estratégia	**Valor contábil (Passivo)**	**Valor justo (Passivo)**	**Variação no valor justo reconhecida no resultado (acumulado) (3)**	**Valor nominal**	**Variação no valor justo utilizada para calcular a inefetividade do *Hedge***
Risco de taxa de juros					
Hedge de Captações [2]	88.215	86.961	1.254	86.241	(1.308)
Total	**88.215**	**86.961**	**1.254**	**86.241**	**(1.308)**

(1) O Grupo utiliza contratos futuros de DI e DAP, negociados na B3 S.A., como instrumento de proteção relacionado ao risco de taxa de juros das captações prefixadas e pós-fixadas selecionadas para *hedge.* Os ajustes diários relacionados aos contratos futuros estão registrados na rubrica de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros". A variação no valor justo dos instrumentos representa a parcela da marcação a mercado dos futuros.

(2) Captações prefixadas e pós fixadas registradas na rubrica de "Recursos de clientes", relacionadas ao produto Certificado de Depósito Bancário ("CDB").

(3 Refere-se a variação acumulada do valor justo dos CDBs, desde o início da estratégia de *hedge* contábil.

8. Ativos financeiro ao custo amortizado e outros ativos

a. Avaliados ao custo amortizado

Não houve saldo na controladora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Consolidado	
	Saldo em 2022	**Saldo em 2021**
Operações de crédito [1]	237.537	56.823
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	37.462	24.745
- Serviços a receber [2]	35.269	19.667
- Depósitos judiciais	564	625
- Outros valores	1.629	4.453
Total	**274.999**	**81.568**

(1) Saldo refere-se a operações com clientes do BR Partners Banco de Investimento S.A., representado por Cédulas de Crédito Bancário e Cédulas de Crédito Imobiliário.

(2) Referem-se a serviços prestados a clientes e reembolsos a receber sobre despesas definidos em contrato na prestação de serviço.

b. Outros ativos

	Controladora		**Consolidado**	
	Saldo em 2022	**Saldo em 2021**	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Empréstimo de ações [1]	14.343	23.209	19.354	23.209
Debêntures a liquidar [2]	–	–	–	48.091
Total	**14.343**	**23.209**	**19.354**	**71.300**

(1) Refere-se ao contrato de empréstimo de ações firmado com os acionistas da Companhia, corrigido com base no CDI + 2% a.a. as ações utilizadas nessa transação foram retiradas da rubrica de "Ações em Tesouraria".

(2) Refere-se ao compromisso firme de compra (negociação a termo) de debêntures do setor de infraestrutura, cuja liquidação financeira ocorreu no dia 3 de janeiro de 2022, com o respectivo ingresso da custódia do ativo.

continua …

www.brpartners.com.br

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas abaixo foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes.

	Coligadas e controladas	
Controladora	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Ativo/(Passivo)		
Valores a receber	17.064	44.485
Certificado de depósitos bancários (5)	4	4
Dividendos a pagar (6)	–	(15.034)
Obrigações por aquisição de bens e direitos (7)	(14.644)	(28.070)
Total	**2.424**	**1.385**
Resultado		
Receita de juros (5)	69	69
Total	**69**	**69**

	Coligadas e controladas (2)		Pessoal chave da Administração (3)	
Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Ativo/(Passivo)				
Valores a receber	–	–	14.343	23.207
Cotas de fundos em participações (8)	91.660	87.323	–	–
Certificado de depósito bancários (9)	(9.716)	(9.821)	(1.051)	(505)
Letras de crédito imobiliário (10)	–	–	(9.680)	(5.774)
Letras de crédito do agronegócio	–	–	(3.590)	–
Dividendos a pagar sociedades ligadas (6)	–	(15.034)	–	–
Obrigações por aquisição de bens e direitos (7)	(14.445)	(28.070)	–	–
Total	**67.499**	**34.398**	**22**	**16.928**
Resultado				
Receita/(despesas) de aplicação em fundo de investimento (8)	2.080	2.701	–	–
Despesas de juros (9)	(1.566)	(439)	(1.427)	(352)
Total	**514**	**2.262**	**(1.427)**	**(352)**

(1) BR Partners Holdco Participações S.A.
(2) Demais empresas do Grupo BR Partners, BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações e BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.
(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.
(4) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 8 de dezembro de 2025 à taxa variável de 100% a 115% do DI.
(5) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 9 de maio de 2028 à taxa varia entre 94% a 100% do DI + 1% a.a..
(6) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 22 de agosto de 2023 à taxa variável de 94% a 100% do DI.

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

a. Remuneração do pessoal-chave

Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Pró-labore	18.345	3.478
Encargos sociais	3.669	696
Total	**22.014**	**4.174**

O pessoal-chave da Administração é representado pela diretoria estatutária e diretoria regida pela Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT") da Companhia que, além dos dividendos decorrentes de suas participações na BR Partners Holdco Participações S.A., recebem uma remuneração pelos serviços prestados na Companhia, que é registrada em Despesas Administrativas.

b. Outras partes relacionadas

No consolidado, além das empresas apresentadas na nota explicativa 10, acrescentamos: BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A., que são investimentos que compõem a carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações gerido pela BR Partners Gestão de Recursos Ltda.. Adicionalmente, o BR Partners Pet S.A. e BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado também são considerados como parte relacionada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

c. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:

• Diretores e membros dos conselhos administrativos da Companhia, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; e

• Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social na Companhia.

10. Investimentos em controladas

i. Controladas diretas

• BR Advisory Partners Participações S.A. (Nota1)

	Saldo em 2022	**Saldo em 2021**
Saldo inicial investimento	**350.246**	**146.655**
Incorporação/aquisição de investimento	–	32.681
Variação na participação relativa	881	120.843
Dividendos a receber	(50.945)	(14.985)
Resultado de equivalência patrimonial	66.934	65.885
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.181)	(833)
Saldo final	**365.935**	**350.246**

ii. Controladas indiretas

• BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e demais operações de intermediação de participações societárias, dentro e fora do território nacional, e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

• BR Partners Gestão de Recursos Ltda.

Prestadora de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários e de gestão de recursos de terceiros, a atuação nos mercados financeiros e de capitais como gestor ou administrador de fundos de investimento em geral, nos termos da regulamentação aplicável e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no Brasil e no exterior, quaisquer que sejam seus objetos.

• BR Partners Participações Financeiras Ltda.

Empresa detentora de participações societárias no BR Partners Banco de Investimento S.A., na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

• BR Partners Europe B.V.

Empresa com sede em Amsterdam, Holanda, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial.

• BR Partners Banco de Investimento S.A.

O Banco BR Partners tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio.

O Banco BR Partners é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela Companhia, *holding* do Grupo.

iii. Fundos de investimento ("Fundos exclusivos")

• Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM")

O Total FIM foi constituído em 29 de dezembro de 2010 sob a forma de condomínio aberto, iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 2011, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a receber investimentos de seu único cotista, o Banco BR Partners, investidor qualificado e tem por objetivo proporcionar ao seu cotista, rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira, renda variável e derivativos, de forma que o Total FIM fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator especial. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

• BR Partners Capital ("BR Capital")

O BR Capital é um fundo domiciliado nas Ilhas *Cayman,* administrado pelo Banco Bradesco S.A., com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

11. Outros valores a pagar

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2022	**Saldo em 2021**	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Obrigação com manutenção de ações em tesouraria (1)	14.644	47.866	14.644	47.866
Passivo de arrendamento	–	–	30.554	–
Dividendos a pagar (2)	–	15.034	–	32.981
Obrigação por aquisição de cotas (3)	–	672	–	672
Provisão a pagar despesas de pessoal	–	–	43.818	54.685
Provisão para contingência	–	–	1.478	1.468
Valores a pagar clientes	–	–	–	635
Provisão para garantias de fianças prestadas	–	–	53	373
Resultado de exercício futuro	–	–	273	565
Outros valores	–	–	305	–
Total	**14.644**	**63.572**	**91.125**	**139.245**

(1) Refere-se a aquisição de ações ao valor pós-fixado de ex-acionistas da Companhia, com vencimentos semestrais até 31 de dezembro de 2023, corrigidas por 98% do CDI.
(2) Trata-se dos dividendos mínimos obrigatórios apurados de acordo com o estatuto social da Companhia, representando 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76.
(3) Refere-se a aquisição de cotas ao valor pós-fixado de ex-cotistas da BR Partners Holdco Participações Ltda. (incorporada pela Companhia), com vencimentos semestrais até 30 de junho de 2022, corrigidas por 98% do CDI.

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

12. Passivos financeiros

Depósitos, Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

Consolidado	**Até 3 meses**	**4 a 12 meses**	**1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Recursos de clientes						
- Depósitos a Prazo (1)	251.678	691.161	223.468	–	1.166.307	671.744
- Depósitos Interfinanceiros	130.705	–	–	–	130.705	–
Recursos de operações compromissadas						
- Captações no mercado aberto (2)	4.983.415	–	–	–	4.983.415	1.228.129
Recursos de emissão de títulos						
- Letras de Crédito Imobiliário (3)	126.327	26.867	36.639	3.679	193.511	59.177
- Letras de Crédito do Agronegócio (4)	46.601	1.652	–	–	48.253	–
- Letras Financeiras (5)	–	35.804	182.361	–	218.166	–
Total	**5.538.726**	**755.484**	**442.468**	**3.679**	**6.740.357**	**1.959.050**

(1) Para os Certificados de Depósito Bancário ("CDB") prefixado, a taxa de remuneração está entre 5,73% a 14,77% a.a. e para os CDB pós-fixado a taxa de remuneração é de 100% a 140% do DI, 100% DI + 0,68% a 1,61% a.a. e IPCA + 0,37% e 7,91% a.a..
(2) Para as operações compromissadas atreladas aos títulos públicos (NTN-B) a taxa de remuneração é de 13,65% a.a. e para os títulos privados (Debêntures, "CRI" e "CRA") a taxa de remuneração está entre 93% do DI.
(3) Para as Letra de Crédito Imobiliário ("LCI") pós-fixados, a taxa de remuneração está entre 89% a 100% do DI e IPCA + 5,49% e 6,10% a.a..
(4) Para as Letra de Crédito do Agronegócio ("LCA") pós-fixados, a taxa de remuneração está entre 92% a 100% do DI.
(5) Para as Letra Financeira ("LF") prefixado, a taxa de remuneração está entre 12,88% a 14,16% a.a., e para as LF pós-fixado a taxa de remuneração está entre 100% do DI + 1,17% a 1,76% e 100% do IPCA + 5,30% e 6,69% a.a..

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

13. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 16.428.531.221 (dezesseis bilhões quatrocentos e vinte e oito milhões quinhentos e trinta e um mil duzentos e vinte e um) ações nominativas e sem valor nominal, totalizando o montante de R$ 218.671 em 2022. Em 2021, o capital social da Companhia era de R$ 212.735, representado por 16.138.031.116 (dezesseis bilhões, cento e trinta e oito milhões, trinta e um mil, cento e dezesseis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Outras reservas de lucros referem-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no Artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, § 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Do lucro líquido de 2022 foram deduzidas: (i) parcela de reserva legal no montante de R$ 3.155 (R$3.165 em 2021); (ii) parcela para formação de reservas registrada em "Outras reservas", no montante de R$ 41.406 (R$ 45.101 em 2021); (iii) destinados dividendos aos acionistas no montante de R$ 18.532 (R$15.034 em 2021).

14. Receitas de prestação de serviços

A receita de serviços prestados está substancialmente representada por serviços de consultoria econômica e financeira e de comissões de intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pelas empresas do Grupo, conforme relacionadas abaixo:

Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Controlada indireta		
BR Partners Banco de Investimento S.A.		
- Comissões e intermediação e estruturação de títulos	39.221	23.930
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.		
- Assessoria e consultoria financeira no país	206.173	231.468
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.		
- Gestão de recursos de terceiros	5.415	3.077
- Intermediação de negócios	237	3.925
Receitas de prestação de serviços	**251.046**	**262.400**

15. Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros

Controladora	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Receitas de juros – Aplicações em títulos de renda fixa	70	69
Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros	**70**	**69**

Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Receitas de juros		
- Rendas de operações de crédito e outros créditos	19.925	4.076
- Descontos concedidos	–	(387)
- Rendas de garantias prestadas	679	1.634
Ativos financeiros		
- Ao valor justo por meio do resultado	663.813	291.782
Total de receitas de juros	**684.417**	**297.105**
Despesas de juros		
- Despesas de captação	(529.160)	(60.250)
- Ajuste positivo de valor de mercado – captação (Objeto de *Hedge*)	3.757	1.254
Ativos financeiros		
- Ao valor justo por meio do resultado	(63.080)	(28.459)
Total de despesas de juros	**(588.553)**	**(87.455)**

Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Rendas de câmbio	118.428	67.873
Despesas de câmbio	(142.971)	(44.964)
Total	**(24.543)**	**22.909**

Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Rendas em operações com derivativos	2.559.745	1.696.630
TVM – ajuste positivo ao valor de mercado	65.443	503
Despesas em operações com derivativos	(2.225.854)	(1.668.942)
TVM – ajuste negativo ao valor de mercado	(308.198)	(143.910)
Total	**91.136**	**(115.719)**
Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros	**162.527**	**116.840**

16. Despesas administrativas

Controladora	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Despesas de publicações	190	279
Despesas tributárias	15	–
Despesas de serviços de terceiros	32	32
Outros	2	13
Total	**239**	**324**

Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Despesas administrativas no exterior (2)	460	671
Despesas de processamento de dados	7.046	5.344
Despesas de serviços do sistema financeiro	7.352	2.153
Despesas de promoções e relações públicas	1.627	2.609
Despesas com amortização e depreciação	4.458	3.069
Despesas tributárias	1.775	1.822
Despesas de comunicações	3.466	2.146
Despesas de aluguéis	3.126	1.763
Despesas de propaganda e publicidade	1.725	804
Despesas de serviços de terceiros	15.192	1.832
Despesas de viagem	1.579	1.079
Despesas de condomínio	1.635	638
Despesas de manutenção e conservação de bens	423	382
Despesas de água, energia e gás	316	350
Despesas de serviços de segurança e vigilância	174	178
Despesas de transportes	175	111
Despesas de material	283	209
Outras despesas	3.156	3.226
Total	**53.968**	**28.386**
Reversão de despesas administrativas (1)	–	(3.881)
Total	**53.968**	**24.505**

(1) Refere-se a custos com taxas e registros, consultorias e assessorias com a Oferta Pública (*IPO)*, bem como outras despesas administrativas.
(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor de R$ 460 (R$ 671 em 2021) refere-se a despesas administrativas da empresa do Grupo, BR Partners *Europe B.V*.

17. Despesas tributárias

Os montantes de outras despesas são compostos da seguinte forma para os exercícios:

Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
Receitas de prestação de serviços		
- PIS	3.692	4.031
- COFINS	16.912	18.748
- ISS	12.398	13.028
Resultado de instrumentos financeiros líquido de juros		
- PIS	777	350
- COFINS	5.270	2.251
Total	**39.049**	**38.408**

18. Tributos sobre lucros

a. A tributação sobre o resultado do exercício está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2022		Saldo em 2021	
Controladora	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes do IR e CSLL – deduzido a participações nos lucros	63.093	63.093	63.300	63.300
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(15.770)	(5.677)	(15.825)	(5.697)
Adições/Exclusões Permanentes	–	–	–	–
Adições/Exclusões Temporárias	(1)	(1)	(22)	(8)
Adições/Exclusões de resultado de equivalência patrimonial	16.733	6.024	16.471	5.930
Prejuízo fiscal	(962)	(346)	(624)	(225)
Despesa com IRPJ/CSLL	**–**	**–**	**–**	**–**

O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 6.048 (R$ 4.740 em 31 de dezembro de 2021), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Consolidado	**Saldo em 2021**	**Constituição**	**Realização /(Baixa)**	**Saldo em 2022**
Diferenças temporárias	23.719	9.589	(14.586)	18.722
Ajuste a valor justo de ativos financeiros registrados no Patrimônio líquido	1.375	2.934	(1.134)	3.175
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.060	7.050	(7.050)	3.060
Total de ativo fiscal diferido	**28.154**	**19.573**	**(22.770)**	**24.957**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	53.084	39.859	(16.927)	76.016
Total de passivos diferidos	**53.084**	**39.859**	**(16.927)**	**76.016**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(24.930)**	**(20.286)**	**(5.843)**	**(51.059)**

Consolidado	**Saldo em 2020**	**Constituição**	**Realização /(Baixa)**	**Saldo em 2021**
Diferenças temporárias	12.470	19.370	(8.121)	23.719
Ajuste a valor justo de ativos financeiros registrados no Patrimônio líquido	–	2.115	(740)	1.375

continua …

www.brpartners.com.br

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554/0001-78

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Saldo em 2020	Constituição	Realização /(Baixa)	Saldo em 2021
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	–	16.034	(12.974)	3.060
Total de ativo fiscal diferido	**12.470**	**37.519**	**(21.835)**	**28.154**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	23.218	34.200	(4.334)	53.084
Total de passivos diferidos	**23.218**	**34.200**	**(4.334)**	**53.084**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(10.748)**	**3.319**	**(17.501)**	**(24.930)**

A Administração, em avaliação inicial não identificou impactos relevantes em relação a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas instituições financeiras, conforme a Medida Provisória 1.115/22. Com base nas projeções de resultados, a Administração entende que irá auferir resultados tributáveis para absorver os créditos tributários registrados conforme demonstrado a seguir:

	Expectativa de realização		Valor presente	
Consolidado	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**	**Saldo em 2022**	**Saldo em 2021**
2022	–	23.649	–	21.571
2023	18.964	3.084	16.914	2.566
2024	3.222	98	2.562	74
2025	147	587	104	406
A partir de 2026	2.624	736	1.112	302
Total	**24.957**	**28.154**	**20.692**	**24.919**

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média do DI 0,9581% ao mês em 2022 (0,7691% em 2021).

O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de Prejuízo Fiscal R$ 11.684 (R$ 9.801 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa R$ 4.472 (R$ 3.596 em 31 de dezembro de 2021), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador – CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da
BR Partners Holdco Participações S.A. – São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Partners Holdco Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BR Partners Holdco Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

André Dala Pola
Contador
CRC 1SP 214.007/O-2

www.brpartners.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Suspensão

Concorrência Pública 001/2023; P.A. 15572/2022; Objeto: Execução de recapes em diversas vias da Vila Guarani.
A Comissão de Licitações, comunica aos interessados que o certame em epígrafe, fica ***SUSPENSO SINE DIE***, visando correções no Edital. José Luiz Ribeiro de Macedo – Secretário de Obras.

PREFEITURA DO CAMPUS USP DA CAPITAL - PUSP-C

USP PREFEITURA Campus da Capital

CNPJ: 63.025.530/0002-95

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO BEC N°: 5/2023 - PUSP-C. PROCESSO Nº: 23.1.00029.49.6. OFERTA DE COMPRA Nº: 102140100582023OC00007. A Prefeitura do Campus Usp da Capital torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob N°: 5/2023 - PUSP-C, do tipo menor preço, cujo objeto é SERVICO DE LIMPEZA VEGETAL, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/03/2023 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 13/04/2023 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 29/03/2023, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br."

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE FERNANDÓPOLIS E REGIÃO com fulcro na letra "h" do artigo 22 combinado com as letras "e" e "o" do artigo 31 de seu Estatuto Social e dispositivos legais aplicáveis convoca todos (as) os seus **ASSOCIADOS (AS)** regularmente em dia com suas obrigações estatutárias a virem participar da Assembleia Geral Extraordinária que ocorrerá no próximo dia 03/04/2023, às 18:00 horas em primeira chamada NA SEDE SOCIAL DA ENTIDADE SITUADA NA RUA CURITIBA, 553 – JARDIM SANTA RITA, NA CIDADE DE FERNANDÓPOLIS/SP para fins de apresentação, debates, deliberações e votações das seguintes propostas/temas constantes da ordem do dia : **A-)** Alienação de imóvel pertencente à entidade cuja descrição sumária é a seguinte : "Uma propriedade rural designada de área B, com denominação especial de Estância Renascer, com área de 2,4200 HÁ (dois hectares e quarenta e dois ares) de terras, encravada na Fazenda Marinheiro ou Barra das Pedras, objeto da certidão de matrícula número 57673 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fernandópolis com edificações de 08 (oito) apartamentos, 02 (duas) piscinas, 02 (dois) vestiários e 01 (um) refeitório." **B-)** Proposição de aquisição do imóvel descrito na letra "A" (apreciação somente na hipótese de aprovação da proposta constante da letra "A"). **C-)** Outorga de poderes à Diretoria do Sindicato para firmar os documentos necessários à formalização dos atos negociais e de venda desde que aprovados os alvitres mencionados nas letras "A" e "B". Não obtido o quórum mínimo para realização da Assembleia em primeira convocação a mesma será realizada após o transcurso de 10 (dez) dias com qualquer número de associados com direito a voto. Fernandópolis, 29/03/2023. **José Jeson da Silva - Presidente**

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 004/2023
Processo nº 249551/2022/SES

Objeto: "Registro de Preços para eventual e futura aquisição de equipamentos hospitalares, para atender as necessidades das Unidades da Rede Estadual de Saúde e eventuais doações aos municípios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência". Abertura: 17/04/2023 às 10h00min (horário de Brasília); Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/). **Informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL, localizado na Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís/MA. CEP: 65.076-820; E-mail: csl.sesmaranhao@gmail.com e Fones: (98) 3198-5558 e 3198-5559, edital disponível no **site:** www.saude.ma.gov.br/csl.

São Luís - MA, 23 de março de 2023.

Mario dos Santos Lameiras Neto
Pregoeiro da CSL/SES.

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

CNPJ nº 47.902.648/0001-17 - NIRE 3530004507-6

AVISO DE ABERTURA

EXPEDIENTE Nº 0931/22
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/23
OBJETO: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial nos Edifícios Ocupados pela CET.
MODO DE DISPUTA: Aberto
REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Total
Encontra-se aberto o **PREGÃO** acima mencionado, podendo os interessados obter o Edital e seus Anexos via Internet nos sites do **COMPRASNET**: www.gov.br/compras/pt-br, da **PMSP:** http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br e da **CET:** http://www.cetsp.com.br.
A proposta comercial das empresas interessadas deverá ser inserida a partir da disponibilização do sistema até as **10h29min** do **dia 26/04/2023** no site www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ocorrerá às **10h30min** do **dia 26/04/2023,** no site www.gov.br/compras/pt-br.

São Paulo, 21 de março de 2023
Diretor Administrativo e Financeiro

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 60.730.348/0001-66

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Aviso

Convidamos os senhores Acionistas da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** ("AGOE"), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 09h00min, de modo **exclusivamente digital** por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams e, portanto, considerada esta como realizada no endereço da sede da Companhia, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberação sobre a Proposta da Administração para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 1.512 mil e consequente distribuição de dividendos, e (iii) Fixar o montante global de remuneração dos administradores, para o exercício social de 2023. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a alteração dos artigos 3º e 12º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) Consolidação do Estatuto Social. **Aviso:** Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os documentos do Artigo 133, Lei 6.404/76, relativos ao exercício de 2022. São Paulo, 29 de março de 2023.

Hélio Magalhães - Presidente do Conselho de Administração

Instruções Gerais: **(1)** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGOE ora convocada, bem como manual de utilização e votação da plataforma Microsoft Teams, encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia e na página da Companhia (www.melhoramentos.com.br), bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S/A – Brasil Bolsa Balcão, em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/09. **(2)** Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGOE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de e-mail de contato e dos documentos ora relacionados diretamente à Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, os quais deverão, portanto, ser enviados digitalizados através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br, com pelo menos 48h (quarenta e oito horas) de antecedência à data e horário previstos para o início da AGOE, independentemente da natureza do Acionista: **(i)** para aqueles Acionistas que se fizerem representar por procuração, cópia do instrumento de mandato com reconhecimento da firma do representado em cartório, com prazo de vigência inferior a um ano e outorgado em favor de instituição financeira, advogado, Acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, § 1°, da Lei nº 6.404/76), especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(ii)** se pessoa física, cópia autenticada de documento de identidade oficial com foto; e **(iii)** se pessoa jurídica, cópia autenticada do estatuto social ou contrato social registrados no órgão competente, acompanhada de cópia autenticada do ato registrado no órgão competente, que comprove a eleição dos administradores que representarem o Acionista na AGOE, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(iv)** se fundo de investimento, cópia autenticada do regulamento do fundo, acompanhada dos documentos previstos no item "(iii)" acima, relativamente à pessoa jurídica responsável por exercer o direito de voto em nome do fundo de investimento, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams. **(3)** Solicitamos ainda que, juntamente com o envio dos documentos descritos no item "3" acima, os Acionistas indiquem se desejam apenas participar da AGOE ou se desejam participar e votar também, observando-se que, nos termos do Art. 21-C, §2º da Instrução CVM 481/09, caso um acionista que já tenha enviado o boletim de voto à distância queira participar e votar na AGOE via Microsoft Teams, todas as instruções de voto recebidas por meio do boletim de voto à distância daquele acionista serão desconsideradas. **(4)** Os Acionistas que decidirem participar e votar na AGOE através da plataforma Microsoft Teams receberão, com até 12 (doze) horas de antecedência ao horário previsto do início da AGOE, nos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos conforme item "3" acima, as confirmações de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma, considerando-se este como protocolo digital de que trata o artigo 5 º, § 4º da Instrução CVM nº 622/20, cabendo exclusivamente aos Acionistas a obrigação de guarda, zelo e utilização de seus acessos. O acesso via Microsoft Teams estará restrito aos Acionistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Acionistas Credenciados"), sendo vedada a participação de Acionistas que não tenha previamente se habilitado, conforme item "3" acima. **(5)** O Acionista que desejar também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância. Neste caso, até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive), o Acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) aos seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia; ou 2) diretamente à Companhia, preferencialmente através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br. Para informações adicionais, o Acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia conforme item "1" acima. **(6)** A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma Microsoft Teams com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGOE a fim de evitar eventuais problemas operacionais e permitir que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams, para que possam participar da AGOE sem intercorrências. A Companhia não se responsabilizará por má ou indevida utilização de seus acessos, bem como problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, de forma que a Companhia recomenda que garantam, com antecedência, a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). **(7)** Acionistas Credenciados, ou seus respectivos representantes legais e procuradores, que participarem via Microsoft Teams de acordo com as instruções da Companhia serão considerados presentes na AGOE e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, devendo na abertura da sessão se identificar, informar o nome completo e, se for o caso, indicar os Acionistas sob sua representação, para que a Companhia possa identificar a sua identidade de acordo com a documentação previamente recebida. **(8)** Em cumprimento a ICVM 622/2020, informamos que a AGOE será gravada.

INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA

MAUÁ

Edital - Reunião Ordinária da Assembleia Geral

De conformidade com o disposto nos Estatutos desta Instituição, a Diretoria do Instituto Mauá de Tecnologia, com sede na Rua Pedro de Toledo, nº 1071, convoca os senhores Associados da Entidade para a Reunião Ordinária da Assembleia Geral, a realizar-se no *campus* de São Caetano do Sul, na Praça Mauá, nº 1, no município de São Caetano do Sul, no **dia 13 de abril de 2023 (quinta-feira), às 19h,** em primeira convocação, se estiverem presentes ou representados mais da metade dos Associados, ou às 19h30, em segunda convocação, com um quarto deles, no mínimo, com a seguinte **Ordem do Dia:** 1 - Apreciação e deliberação sobre o **"Relatório e Contas"** do exercício de 2022; 2 - Apresentação da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente ao relatório das demonstrações financeiras do ano de 2022, seguida de manifestação do Conselho Fiscal; 3 - Eleição e posse de 10 (dez) Associados para integrarem o Conselho Diretor, de acordo com o estabelecido na letra "b" do art. 16 e no parágrafo 1º do art. 25 dos Estatutos e eleição e posse de 2 (dois) Associados para integrarem o Conselho Diretor, nos termos do parágrafo 3º do art. 25 dos Estatutos, para cumprimento de mandato complementar, em decorrência de falecimentos; 4 - Designação de Associado Cooperador, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 6º e 7º do art. 10 dos Estatutos; 5 - Indicação das entidades com representação no Conselho Diretor, de acordo com o estabelecido na letra "d" do art. 16 e na letra "t" e no parágrafo 2º do art. 24 dos Estatutos; 6 - Designação da comissão para assinar a ata da reunião ora convocada, nos termos do estabelecido no art. 23 dos Estatutos. São Paulo, 29 de março de 2023. Luiz Carlos de Queiros Cabrera - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDERC - SINDICATO DAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES
COLETIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pelo presente edital, ficam convocadas as empresas da categoria econômica de restaurantes para coletividade, na base territorial do Estado de São Paulo, a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 13 de Abril de 2023, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na sede do sindicato na Av. Queiroz Filho, 1.560, auditório, Vista Verde Offices, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Analisar e deliberar sobre as Pautas de Reivindicações dos Sindicatos Laborais do Estado de São Paulo de data-base junho SEERC-ABCDMRP, SEERC-SJC, SINDINUTRISP, SINTERCAMP, SINTERCOJ, SINTERCUB, SINDIREFEIÇÕES-COTIA, SINDIREFEIÇÕES-SP, SINDIREFEIÇÕES-SOROCABA, SINDIREFEIÇÕES-SUZANO, SINDIREFEIÇÕES-GUARULHOS, SEERCO-OSASCO, SINTERC-NORTE/OESTE e SINTENUTRI e Formalizar Pauta Patronal; b) Indicação dos Componentes da Comissão de Negociações; c) Outros Assuntos relacionados à Categoria. Não havendo na hora indicada, número mínimo legal para instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada no mesmo dia e local em segunda convocação às 10h00 (dez horas), com qualquer número de associados.

São Paulo, 29 de março de 2023
ELIEZER PEREIRA SOUZA - Presidente

ASSOCIAÇÃO BRASIL

CNPJ 76.559.830/0001-15
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Em cumprimento ao artigo 65 do Estatuto Social, ficam convocados todos os Associados em condições de voto para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária no dia 29 de abril de 2023 as 08h30min (oito horas e trinta minutos), em primeira convocação, com a presença de cinqüenta por cento dos sócios eleitores, ou às 09h. (nove horas) em segunda convocação, com qualquer número de sócios presentes, para cumprirem a seguinte ordem do dia:
Apreciação das contas, balanços e relatórios da Administração Central, à vista de pareceres exarados pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, referente ao exercício de 2022.
O local de realização da Assembléia será o Salão Social do Clube de Campo Avelino Antonio Vieira, localizado na BR 116, Km 118,5 - nº 25.600 - Bairro Tatuquara, na Cidade de Curitiba/PR.

Curitiba, 27 de março de 2023.
OSVALDO LUIZ PATRÃO
Presidente do Conselho de Administração

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 011/2023
Processo nº 15034/2023/SES

Objeto: "Registro de Preços para eventual e futura aquisição de FÓRMULAS ALIMENTARES – LEITE ESPECIAL para atender as necessidades da Superintendência de Assistência Farmacêutica (SUAF), de acordo com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência". Abertura: 12/04/2023 às 10h00min (horário de Brasília); **Local:** Site do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/). **Informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL, localizado na Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís/MA. CEP: 65.076-820; **E-mail:** csl.sesmaranhao@gmail.com e **Fones:** (98) 3198-5558 e 3198-5559, edital disponível no site: www.saude.ma.gov.br/csl.

São Luís - MA, 24 de março de 2023.

Mario dos Santos Lameiras Neto
Pregoeiro da CSL/SES.

AVISO DE RETOMADA

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 294/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR (LINHA GERAL I), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a)da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, no dia 03 de abril de 2023 às 10h00min. **(Horário de Brasília)** haverá a RETOMADA PARA OS ITENS 3, 17 E 21 do processo em epígrafe, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. Maiores pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 28 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

INFORMATIVO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA **Nº. 003/2023.**
ORIGEM:SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE 05 (CINCO) AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV.
TIPO DE LICITAÇÃO:MELHOR TÉCNICA.
O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL,** declara que o Aviso de Convocação da CP 003/2023 publicada no dia 27 de março de 2023 nos meios de publicidade DOM, local e nacional, ocorreu uma atecnia sendo necessário a publicação do Informativo nos mesmos meios, que:
ONDE SE LÊ:"O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os **Envelopes** contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preços serão recebidos no dia 15 de maio de 2023, no horário compreendido entre 10h00min às 10h15min.(horário local) na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, CEP:60.140-060 – Fortaleza-CE, e iniciada a **Abertura dos Envelopes** contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preços no dia 28 de abril de 2023 às 10h15min."
LEIA-SE: "O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os **Envelopes** contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preços serão recebidos no dia 15 de maio de 2023, no horário compreendido entre 10h00min às 10h15min.(horário local) na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, CEP:60.140-060 – Fortaleza-CE, e iniciada a **Abertura dos Envelopes** contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preços no dia 15 de maio de 2023 às 10h15min."

Fortaleza-CE, 28 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL

BMW GROUP
Serviços Financeiros

BMW FINANCEIRA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.
CNPJ nº 04.452.473/0001-80.

THE iX

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. - CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Ativos Totais:** Os ativos totais atingiram, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 2.845.788 mil (R$ 2.417.941 mil em 31 de dezembro de 2021). **Operações de Crédito:** A BMW Financeira S.A. - CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira. A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R$ 2.642.650 mil em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.519.526 mil em 31 de dezembro de 2021). A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito atingiu o montante de R$ 55.857 mil em 31 de dezembro de 2022 (R$ 35.499 mil em 31 de dezembro de 2021). **Patrimônio Líquido e Resultado:** O Patrimônio Líquido total atingiu, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 462.260 mil (R$ 431.856 mil em 31 de dezembro de 2021). A Instituição registrou aumento de Capital no valor de R$ 50.000 mil a ser integralizado com Reservas Especiais de Lucros durante o exercício de 2022. A BMW Financeira S.A. - CFI encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2022 com um lucro líquido de R$ 29.890 mil (R$ 84.011 mil em 31 de dezembro de 2021). **Remuneração dos Acionistas:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Financeira S.A. - CFI.

A Administração

Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2022	2021
Circulante		**1.735.398**	**1.320.337**
Disponibilidades	4	**90.429**	**138.821**
Ativos financeiros		**-**	**51.184**
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	51.184
Operações de crédito		**1.527.277**	**1.076.076**
Financiamentos - setor privado	6	1.560.719	1.095.123
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(33.442)	(19.047)
Outros créditos		**117.675**	**54.256**
Diversos	13 - H	117.675	54.256
Outros valores e bens		**17**	**-**
Despesas antecipadas		17	-
Realizável a longo prazo		**1.108.276**	**1.096.133**
Ativos financeiros		**4.681**	**12.289**
Instrumentos financeiros derivativos	5	4.681	12.289
Operações de crédito		**1.059.516**	**1.047.951**
Financiamentos - setor privado	6	1.081.931	1.064.403
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(22.415)	(16.452)
Outros créditos		**44.079**	**35.893**
Crédito tributário	10	43.369	35.147
Diversos	13 - H	710	746
Permanente		**2.114**	**1.471**
Imobilizado de uso		**620**	**512**
Outras imobilizações de uso	3 - G	2.804	2.506
Depreciações acumuladas	3 - G	(2.184)	(1.994)
Intangível		**1.494**	**959**
Ativos intangíveis	3 - G	1.494	959
Total do ativo		**2.845.788**	**2.417.941**

Passivo	Notas	2022	2021
Circulante		**1.729.358**	**1.267.647**
Depósitos		**758.673**	**158.235**
Depósitos interfinanceiros	7	54.051	108.583
Depósitos a prazo	7	704.622	49.652
Obrigações por empréstimos		**745.441**	**1.035.220**
Empréstimos no exterior	8	745.441	1.035.220
Instrumentos financeiros derivativos		**105.857**	**12.272**
Instrumentos financeiros derivativos	5	105.857	12.272
Outras obrigações		**119.387**	**61.920**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	13 - I	1.801	1.202
Sociais e estatutárias	13 - I	284	798
Fiscais e previdenciárias	13 - I	43.116	35.693
Diversas	13 - I	74.186	24.227
Exigível a longo prazo		**654.170**	**718.438**
Depósitos		**254.363**	**-**
Depósitos a prazo	7	254.363	-
Obrigações por empréstimos		**361.878**	**678.200**
Empréstimos no exterior	8	361.878	678.200
Instrumentos financeiros derivativos		**12.510**	**13.182**
Instrumentos financeiros derivativos	5	12.510	13.182
Outras obrigações		**25.419**	**27.056**
Obrigações fiscais diferidas	13 - I	4.672	16.652
Provisão para passivos contingentes	11	8.014	8.003
Diversas	13 - I	12.733	2.401
Patrimônio líquido		**462.260**	**431.856**
Capital social		**254.296**	**204.296**
De domiciliados no exterior	9	254.296	204.296
Reserva de lucros		**207.964**	**227.560**
Reserva legal	9	16.757	15.262
Reservas especiais de lucros	9	191.207	212.298
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.845.788**	**2.417.941**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestre findo em 31/12/2022 e Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Lucros			
	Capital integralizado	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**204.296**	**11.061**	**182.921**	**-**	**398.279**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	84.011	**84.011**
Dividendos pagos (nota 9 - c)	-	-	(50.000)	-	**(50.000)**
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	4.201	-	(4.201)	-
Dividendos	-	-	-	(798)	**(798)**
Reservas especiais de lucros	-	-	79.012	(79.012)	-
Reversão de dividendos provisionados (nota 9 - b)	-	-	365	-	**365**
Saldos em 31/12/2021	**204.296**	**15.262**	**212.298**	**-**	**431.856**
Mutações do exercício	**-**	**4.201**	**29.377**	**-**	**33.578**
Saldos em 31/12/2021	**204.296**	**15.262**	**212.298**	**-**	**431.856**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.890	**29.890**
Aumento de capital (nota 9 - a)	50.000	-	(50.000)	-	-
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	1.495	-	(1.495)	-
Dividendos	-	-	-	(284)	**(284)**
Reservas especiais de lucros	-	-	28.111	(28.111)	-
Reversão de dividendos provisionados (nota 9 - b)	-	-	798	-	**798**
Saldos em 31/12/2022	**254.296**	**16.757**	**191.207**	**-**	**462.260**
Mutações do exercício	**50.000**	**1.495**	**(21.091)**	**-**	**30.404**
Saldos em 30/06/2022	**254.296**	**16.030**	**162.298**	**14.588**	**447.212**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	14.534	**14.534**
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	727	-	(727)	-
Dividendos	-	-	-	(284)	**(284)**
Reservas especiais de lucros	-	-	28.111	(28.111)	-
Reversão de dividendos provisionados (nota 9 - b)	-	-	798	-	**798**
Saldos em 31/12/2022	**254.296**	**16.757**	**191.207**	**-**	**462.260**
Mutações do semestre	**-**	**727**	**28.909**	**(14.588)**	**15.048**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") pertence ao Grupo BMW. A Instituição foi criada em 21/12/2000 e teve sua constituição homologada pelo Banco Central do Brasil em 24/04/2001, iniciando suas operações em 2/07/2001. A Instituição tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e "Floorplan". "Floorplan" é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW fornecido pela BMW do Brasil Ltda. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo BMW, inclusive a BMW do Brasil Ltda e BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazonia Ltda, as quais atuam de forma integrada no mercado. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Entre 2008 e 2022, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN): a) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil - homologado pela Resolução CMN nº 4975/21, com vigência a partir de 1º/01/2025; h) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; i) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; j) CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; k) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; l) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; m) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20. n) CPC 41 - Resultado por Ação - homologado pela Circular CMN nº 3.959/19; o) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19. p) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º/01/2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31/12/2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (Nota - 3 n). A Resolução CMN n° 4.966/2021 estabelece novas regras para classificação, mensuração e contabilização de instrumentos financeiros, provisões para perdas de crédito esperadas, relações de proteção (operações de hedge) e divulgações. O objetivo é harmonizar os critérios contábeis do COSIF (Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil) aos requerimentos da norma internacional IFRS 9, com vigência a partir de 1°/01/2025. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º/01/2025. A adoção da Resolução CMN n° 4.966/2021, os impactos fiscais e a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão previstos no Plano de Implementação do BMW Serviços Financeiros. Durante o ano de 2022 foi elaborado Plano de Ação com cronograma previsto para execução ao longo dos anos de 2023 e 2024. Neste documento estão mapeados os temas que impactam a BMW Serviços Financeiros e previsões para avaliação de recursos disponíveis, elaboração de políticas e procedimentos, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, acompanhamento junto aos fornecedores de sistemas, demais impactos fiscais e regulatórios, considerando que ainda há dependência de emissões de normativos pelo Banco Central do Brasil para implementação total. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela diretoria em 23/03/2023. **3. Principais políticas contábeis: a) Apuração dos resultados:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. **b) Disponibilidades:** Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo inferior a 90 dias. **c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** A Instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em: **i. Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e **ii. Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período. **e) Hedge:** No momento da designação inicial do hedge, a Instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A Instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80% a 125%. O item objeto de hedge também é ajustado a mercado produzindo efeitos em despesas com empréstimos e repasses, quando o ajuste for negativo ou, outras receitas operacionais em caso de inversão de saldo. **f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A reclassificação de operações para categoria de menor risco é admitida quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança de nível de risco. Para os créditos com atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias, é vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza assim como disposto na Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 9º. **g) Imobilizado de uso e intangível:** Conforme disposto nas Resoluções nº 4.534/16 e 4.535/16, os intangíveis e imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, impostos de importação, impostos não recuperáveis e demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. A amortização ou depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Instituição espera utilizar o ativo. Os ativos da Instituição são compostos das rubricas abaixo:

	Prazo de vida útil
Instalações	10 anos
Móveis e Equipamentos	10 anos
Mobiliário	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos
Sistemas de Processamento de Dados	5 anos

h) Passivos circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240, ou seja, R$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo. Os valores registrados no ativo, na rubrica "Outros créditos - créditos tributários", foram constituídos sobre diferenças temporárias (Vide nota explicativa nº 10b). Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15% para provisão para devedores duvidosos, marcação a mercado em operações com derivativos (SWAP) e outras provisões operacionais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20 e Instrução CVM nº 371/02. Para instituições financeiras, a alíquota da contribuição social foi elevada de 15% para 20% para o período base compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, conforme Lei nº 14.183/21, e elevada de 15% para 16% no período compreendido entre 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, conforme Lei nº 14.446/22. **j) Contingências:** Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o aprovisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas. As contingências classificadas como possíveis são apresentadas em nota explicativa, mas sem registro de provisão conforme requisitado pela norma. **k) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços. **l) Mensuração ao valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN n° 4.748/19 entrou em vigor em 1°/01/2020. Não foram identificados impactos financeiros significativos dada a sua adoção. **i. Hierarquia de valor justo:** O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. Neste nível estão derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo. Nível 2: Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com o uso de modelos reconhecidos que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, utilizando-se técnicas de avaliação em que as variáveis utilizadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo índices e moedas. Nível 3: Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação, que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis e/ou não observáveis. **m) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, assim como sua efetiva realização, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. **n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 2 o resultado não corrente é definido como aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A instituição estabelece através de política interna os critérios considerados na determinação do resultado não recorrente como sendo a receita ou despesa que não tem relação direta com o resultado das operações da Instituição e que não tendem a se repetir no futuro e receitas ou despesas inesperadas e que não ocorreram em exercícios anteriores ou que não se espera que ocorram nos próximos exercícios. Para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, não foram identificados itens classificados como itens não recorrentes. **4. Disponibilidades:** Em 31/12/2022 e 2021, as disponibilidades estão compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades - Caixa	1.778	25.199
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i) - Não ligadas	88.651	113.622
Total	**90.429**	**138.821**

(i) Operações aplicadas no método "overnight". **5. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos passivos próprios encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações de instrumentos similares e/ou dos parâmetros de índices e moedas obtidos divulgadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A estratégia de hedge da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como os testes de efetividade, estão documentados e confirmam que os derivativos são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. Em 31/12/2022, a Instituição tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e foram realizadas no mercado de balcão, com instituições financeiras não ligadas e estão classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo. **a) Avaliação a valor de mercado:** Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de hedge, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

31/12/2022 — Diferencial a receber/(pagar)

	Valor nominal	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Receita (Despesa)
Ativo					
EUR X PRÉ	115.938	121.299	125.980	4.681	296.365
Total do ativo	**115.938**	**121.299**	**125.980**	**4.681**	**296.365**
Passivo					
EUR X PRÉ	1.060.979	1.099.705	981.338	(118.367)	(670.157)
Total do passivo	**1.06.979**	**1.099.705**	**981.338**	**(118.367)**	**(670.157)**
TOTAL	**1.176.917**	**1.221.004**	**1.107.318**	**(113.686)**	**(373.792)**

31/12/2021 — Diferencial a receber/(pagar)

	Valor nominal	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Receita (Despesa)
Ativo					
EUR X PRÉ	998.260	987.304	1.050.777	63.473	389.602
Total do ativo	**998.260**	**987.304**	**1.050.777**	**63.473**	**389.602**
Passivo					
EUR X PRÉ	677.688	688.096	662.642	(25.454)	(405.720)
Total do passivo	**677.688**	**688.096**	**662.642**	**(25.454)**	**(405.720)**
TOTAL	**1.675.948**	**1.675.400**	**1.713.419**	**38.019**	**(16.118)**

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento:

31/12/2022

Faixa de vencimento	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses	-	(35.051)	(35.051)
De 03 a 12 meses	-	(70.806)	(70.806)
De 01 a 03 anos	4.681	(12.210)	(7.829)
Total	**4.681**	**(118.367)**	**(113.686)**

31/12/2021

Faixa de vencimento	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses	18.165	(5.999)	12.166
De 03 a 12 meses	33.019	(6.273)	26.746
De 01 a 03 anos	12.289	(13.182)	(893)
Total	**63.473**	**(25.454)**	**38.019**

c. **Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	2022	2021
Rendas com operações de SWAP	296.365	389.602
Despesas com operações de SWAP	(670.157)	(405.720)
Total	**(373.792)**	**(16.118)**

6. Operações de crédito: A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu critérios de classificação das operações de crédito e arrendamento mercantil, e regras para constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa (provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito). A classificação das operações deve ser amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração, pontualidade e atrasos nos pagamentos.

a) Composição da carteira de crédito por segmento econômico e nível de risco:

31 de dezembro 2022

Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	10.768	3.044	37.653	86.769	138.234	0,00%	-
A	88.075	92.159	230.513	845.352	1.256.099	0,50%	6.280
B	69.689	225.797	124.150	455.259	874.895	1,00%	8.749
C	21.587	126.941	42.416	113.459	304.403	3,00%	9.131
D	1.132	-	2.170	10.654	13.596	10,00%	1.396
E	1.382	361	7.723	20.004	29.470	30,00%	8.841
F	68	-	666	4.475	5.209	50,00%	2.605
G	646	-	473	3.977	5.096	70,00%	3.567
H	816	-	1.103	13.369	15.288	100,00%	15.288
Total	**194.163**	**448.302**	**446.867**	**1.553.318**	**2.642.650**		**55.857**

31/12/2021

Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	6.620	1.573	22.057	29.074	59.324	0,00%	-
A	80.474	71.838	191.042	685.987	1.029.341	0,50%	5.147
B	61.839	178.552	105.285	442.797	788.473	1,00%	7.885
C	10.333	68.224	29.363	136.262	244.182	3,00%	7.324
D	386	-	995	6.257	7.638	10,00%	764
E	1.124	189	4.006	15.802	21.121	30,00%	6.336
F	25	-	437	1.512	1.974	50,00%	987
G	-	-	627	764	1.391	70,00%	974
H	694	43	699	4.646	6.082	100,00%	6.082
Total	**161.495**	**320.419**	**354.511**	**1.323.101**	**2.159.526**		**35.499**

continua

Demonstrações do Resultado - Semestre findo em 31/12/2022 e Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Receitas da intermediação financeira		**210.193**	**618.751**	**265.257**
Operações de crédito	6 - E	226.313	394.864	266.203
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		6.304	12.935	4.775
Operações de empréstimos e repasses	8	(22.424)	210.952	(5.721)
Despesas da intermediação financeira		**(138.874)**	**(477.590)**	**(35.888)**
Operações de captação no mercado	7 - D	(53.740)	(71.307)	(11.843)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5 - C	(69.118)	(373.792)	(16.118)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6 - C	(16.016)	(32.491)	(7.927)
Resultado bruto da intermediação financeira		**71.319**	**141.161**	**229.369**
Receitas/Despesas operacionais		**(47.818)**	**(91.361)**	**(85.011)**
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	13 - J	7.712	12.392	8.883
Despesas de pessoal		(10.798)	(22.153)	(18.684)
Outras despesas administrativas	13 - K	(15.924)	(28.367)	(24.321)
Despesas tributárias	13 - L	(5.301)	(9.542)	(6.052)
Outras receitas operacionais	13 - M	2.016	3.196	3.565
Outras despesas operacionais	13 - N	(25.523)	(4.695)	(48.402)
Resultado operacional		**23.501**	**49.800**	**144.358**
Resultado não operacional		**-**	**-**	**(2)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**23.501**	**49.800**	**144.356**
Imposto de renda e contribuicao social		**(8.967)**	**(19.910)**	**(60.345)**
Provisão para imposto de renda	10	(13.276)	(24.851)	(20.245)
Provisão para contribuição social	10	(8.400)	(15.262)	(13.982)
Ativo/Passivo fiscal diferido	10	12.709	20.203	(26.118)
Lucro líquido do semestre/Exercício		**14.534**	**29.890**	**84.011**
Lucro líquido do semestre/Exercício por ação - em R$		**0,0978**	**0,2011**	**0,5652**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Semestre findo em 31/12/2022 e Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Lucro líquido do semestre/Exercício	**14.534**	**29.890**	**84.011**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/Exercício	**14.534**	**29.890**	**84.011**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Semestre findo em 31/12/2022 e Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício/Semestre	**14.534**	**29.890**	**84.011**
Ajustes ao lucro líquido	**51.577**	**(157.977)**	**39.477**
Amortizações e depreciações	133	269	258
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	16.016	32.491	7.927
Variação cambial de empréstimos no exterior	22.426	(210.951)	5.721
Provisão para passivos contingentes	293	11	(547)
Impostos diferidos	12.709	20.203	26.118
Variações patrimoniais	**(117.380)**	**80.607**	**(23.155)**
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(74.166)	151.705	149.403
(Aumento) redução em operações de créditos	(105.215)	(495.257)	(184.391)
(Aumento) redução em outros créditos	(71.292)	(85.933)	(28.239)
(Aumento) redução em outros valores e bens	511	(17)	-
Aumento (redução) em depósitos	378.290	854.801	(51.227)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(275.839)	(395.150)	79.246
Aumento (redução) em outras obrigações	30.331	50.458	12.053
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	**(51.269)**	**(47.480)**	**100.333**
Atividades de investimento			
Aquisição (baixa) de imobilizado de uso	(264)	(298)	(136)
Aquisição (baixa) de intangível	(425)	(614)	(780)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	**(689)**	**(912)**	**(916)**
Atividades de financiamento			
Divendos pagos	-	-	(50.000)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamentos	**-**	**-**	**(50.000)**
Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	**(51.958)**	**(48.392)**	**49.417**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/Semestre	142.387	138.821	89.404
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/Semestre	90.429	90.429	138.821
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(51.958)**	**(48.392)**	**49.417**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação

b) Composição da carteira de crédito por vencimento:

	31/12/2022		
Parcelas em curso normal:	**CDC**	**Floor Plan**	**Total**
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	293.728	103.262	396.990
De 91 até 360 dias	847.040	302.755	1.149.795
Acima de 360 dias	1.081.931	-	1.081.931
Subtotal	**2.222.699**	**406.017**	**2.628.716**
Parcelas vencidas:			
De 15 até 180 dias	11.905	-	11.905
De 180 até 360 dias	2.029	-	2.029
Subtotal	**13.934**	-	**13.934**
Total	**2.023.633**	**406.017**	**2.642.650**
	31/12/2021		
Parcelas em curso normal:	**CDC**	**Floor Plan**	**Total**
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	169.628	76.900	246.528
De 91 até 360 dias	633.131	210.579	843.710
Acima de 360 dias	1.064.403	-	1.064.403
Subtotal	**1.867.162**	**287.479**	**2.154.641**
Parcelas vencidas:			
De 15 até 180 dias	4.089	-	4.089
De 180 até 360 dias	796	-	796
Subtotal	**4.885**	-	**4.885**
Total	**1.872.047**	**287.479**	**2.159.526**

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	CDC	**Floor Plan**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	**34.066**	**6.801**	**40.867**
Constituições	14.799	2.667	17.466
Reversões	(3.942)	(5.597)	(9.539)
Baixas	(13.295)	-	(13.295)
Saldo em 31/12/2021	**31.628**	**3.871**	**35.499**
Saldo em 31/12/2021	**31.628**	**3.871**	**35.499**
Constituições	30.436	9.553	39.989
Reversões	(228)	(7.270)	(7.498)
Baixas	(12.133)	-	(12.133)
Saldo em 31/12/2022	**49.703**	**6.154**	**55.857**
Saldo em 30/06/2022	**40.131**	**7.087**	**47.218**
Constituições	17.112	4.495	21.607
Reversões	(163)	(5.428)	(5.591)
Baixas	(7.377)	-	(7.377)
Saldo em 31/12/2022	**49.703**	**6.154**	**55.857**

	2022	**2021**
Renegociações CDC	81.202	54.544
Recuperações	5.225	7.604

d) Concentração dos maiores devedores:	**31/12/2022**		**31/12/2021**	
10 maiores clientes	244.243	9%	174.349	8%
50 seguintes maiores clientes	205.349	8%	147.865	7%
100 seguintes maiores clientes	81.510	3%	73.025	3%
Demais clientes	2.111.548	80%	1.764.287	82%
Total	**2.642.650**	**100%**	**2.159.526**	**100%**

e) Resultado de operações de crédito:	**2022**	**2021**
Rendas com operação de "CDC"	320.371	221.831
Rendas com operação de "Floorplan"	69.268	36.768
Recuperações de crédito	5.225	7.604
Total	**394.864**	**266.203**

7. Depósitos: a) Interfinanceiros: Referem-se às captações de recursos com a BMW Leasing do Brasil S.A e instituições financeiras, com vencimento até outubro/2023, a taxas pré-fixadas que variam entre 12,87% a 13,25% ao ano (8,28% a 11,60% ao ano com vencimento até dezembro/2022 em 31/12/2021). **b) A prazo:** Referem-se às captações de recursos com concessionárias BMW, com a BMW do Brasil e com a BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda., com vencimento até junho/2027, a taxas pós-fixadas de 97% a 100,5% CDI (97% do CDI com vencimento até fevereiro/2022 em 31/12/2021). **c) Composição da carteira de depósitos por vencimento:**

Depósitos Interfinanceiros:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Até 90 dias	40.157	70.711
De 91 até 360 dias	13.894	37.872
Total	**54.051**	**108.583**
Depósitos a prazo:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Até 90 dias	314.931	49.652
De 91 até 360 dias	389.691	-
Acima de 360 dias	254.363	-
Total	**958.985**	**49.652**

d) Despesas com captação no mercado:	**2022**	**2021**
Despesas de depósitos interfinanceiros	(6.759)	(8.489)
Despesas de depósitos a prazo	(64.548)	(3.354)
Total	**(71.307)**	**(11.843)**

8. Obrigações por empréstimos e repasses: Referem-se às captações no exterior provenientes das entidades na Holanda - BMW Holding B.V., no total de R$ 1.107.319 em 31/12/2022 (R$ 1.713.420 em 31/12/2021), vide nota 12. As captações têm como último vencimento janeiro/2025, com indexadores em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre -0,06% a 2,78% ao ano (último vencimento em abril/2024 e taxas pré-fixadas que variam entre -0,05% a 0,62% ao ano em 31/12/2021). As taxas praticadas estão de acordo com a política do Grupo BMW, que utiliza ferramentas próprias de precificação com base no mercando internacional, e respeitam os preceitos exigidos para fins locais. No exercício findo em 31/12/2022, o total do resultado com obrigações por empréstimos e repasses foi de R$ 210.952 (R$ 5.721 em 31/12/2021).

9. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é representado por 185.014.272 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 25/04/2022, foi efetuada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que tratou de (a) aprovar, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (b) consignar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; (c) reeleger a Diretoria para o presente exercício social, mantendo-se a mesma remuneração do exercício anterior, (d) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de reservas, no montante de R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com a emissão de 36.377.755 (trinta e seis milhões, trezentas e setenta e sete mil, setecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 04/05/2022 e homologada em 14/06/2022 e a Ata de Assembleia foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 18/07/2022. **b) Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social. A assembleia de acionistas pode, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, nos termos do art. 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76. Nesse contexto, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 25/04/2022 foi deliberado que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas referente ao exercício findo em 31/12/2021. A reversão dos dividendos foi realizada após a homologação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária pelo Banco Central do Brasil. **c) Reservas: Reserva legal:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. **Reservas especiais de lucros:** Referem-se aos lucros que deixaram de ser distribuídos aos acionistas. De acordo com a legislação em vigor, o saldo em Reservas de Lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o Capital Social. Atingido esse limite, à Assembleia deliberará a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

10. Imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2022	
a) Imposto de renda e contribuição social - valores correntes e diferidos:	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**49.800**	**49.800**
Adições/(-) Exclusões permanentes:	(7.435)	(8.226)
Adições/(-) Exclusões temporárias:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	32.493	32.493
Recuperação de créditos	(9.628)	(9.628)
Marcação a mercado - Swap e Empréstimos	29.950	29.950
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	10	10
Provisões operacionais	4.310	4.310
Base de cálculo	**99.500**	**98.709**
Alíquota (IR 15%)	(14.925)	-
Adicional (IR 10%)	(9.926)	-
Alíquota (CS 15%)	-	(7.975)
Alíquota (CS 16%) - (Nota 3 - I)	-	(7.287)
Ativo/passivo fiscal diferido	12.627	7.576
Efeito do IR e CS no resultado	**(12.224)**	**(7.686)**

	31/12/2021	
	Imposto de Renda	**Contribuição Social**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**144.356**	**144.356**
Adições/(-) Exclusões permanentes:	(2.062)	(2.600)
Adições/(-) Exclusões temporárias:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.927	7.927
Recuperação de créditos	(11.789)	(11.789)
Marcação a mercado - Swap e Empréstimos	(55.604)	(55.604)
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(547)	(547)
Provisões operacionais	(1.250)	(1.250)
Base de cálculo	**81.031**	**80.493**
Alíquota (IR 15%)	(12.155)	-
Adicional (IR 10%)	(8.079)	-
Alíquota (CS 15%)	-	(6.351)
Alíquota (CS 20%) - (Nota 3 - I)	-	(7.631)
Benefício PAT	131	-
Exercícios anteriores	(142)	-
Ativo fiscal diferido	(16.324)	(9.794)
Efeito do IR e CS no resultado	**(35.569)**	**(23.776)**

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:	**Saldo em 31/12/2021**	**Adição**	**(-) Baixa**	**Saldo em 31/12/2022**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**29.269**	7.864	(1.370)	**35.763**
Outras (contingências, provisões operacionais, MTM e empréstimos)	**5.878**	3.346	(1.618)	**7.606**
Total	**35.147**	**11.210**	**(2.988)**	**43.369**
	Saldo em 31/12/2020	**Adição**	**(-) Baixa**	**Saldo em 31/12/2021**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**32.426**	1.128	(4.285)	**29.269**
Outras (contingências, provisões operacionais, MTM e empréstimos)	**12.187**	1.365	(7.674)	**5.878**
Total	**44.613**	**2.493**	**(11.959)**	**35.147**

c) Movimentação do passivo fiscal diferido:	**Saldo em 31/12/2021**	**Adição**	**(-) Baixa/ Adição**	**Saldo em 31/12/2022**
MtM Swap e Empréstimos	**(16.652)**	(3.337)	15.317	**(4.672)**
Total	**(16.652)**	**(3.337)**	**15.317**	**(4.672)**
	Saldo em 31/12/2020	**Adição**	**(-) Baixa/ Adição**	**Saldo em 31/12/2021**
MtM Swap e Empréstimos	**-**	(16.652)	-	**(16.652)**
Total	**-**	**(16.652)**	**-**	**(16.652)**

A Administração da Instituição referendou o estudo técnico da realização dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020. Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. O valor presente dos créditos tributários, constituído na data do balanço, calculado com base na Yield Curve é de R$ 38.371 (R$ 32.644 em 31/12/2021). O valor presente dos passivos diferidos, constituído na data do balanço, calculado com base na Yield Curve é de R$ 4.120 (R$ 15.025 em 31/12/2021). O valor atual dos créditos tributários, líquido de passivo diferido é de R$ 38.696 (R$ 18.495 em 31/12/2021). Em 31 de dezembro, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	31/12/2022			
	Crédito Tributário e Passivo Diferido			
	Valor Nominal	**Valor Presente**	**Valor Nominal**	**Valor Presente**
Em 2023	21.167	18.659	(4.423)	(3.899)
Em 2024	8.338	7.400	(262)	(232)
Em 2025	4.338	3.853	(13)	(11)
Em 2026	2.251	1.999	-	-
Em 2027	7.275	6.460	-	-
Total	**43.369**	**38.371**	**(4.672)**	**(4.120)**

11. Passivos contingentes: Os passivos contingentes são registrados nos livros contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem considerados riscos de perda de uma ação judicial ou administrativa, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **a) Contingências cíveis:** São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. **b) Contingências trabalhistas**: São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da instituição - empregados ou não - em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. **c) Contingências passivas:** Os passivos contingentes mencionados nos itens anteriores tratam-se das ações movidas contra a instituição e/ou que possuem algum tipo de pleito contrário à mesma. Os passivos classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

Provisão para passivos contingentes	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31/12/2021	**(628)**	**(2.723)**	**(4.652)**	**(8.003)**
(-) Constituições	(62)	(246)	(421)	(729)
Reversões	260	-	458	718
Saldo em 31/12/2022	**(430)**	**(2.969)**	**(4.615)**	**(8.014)**
Saldo em 31/12/2020	**(413)**	**(2.485)**	**(5.652)**	**(8.550)**
(-) Constituições	(479)	(238)	(943)	(1.660)
Reversões	264	-	1.943	2.207
Saldo em 31/12/2021	**(628)**	**(2.723)**	**(4.652)**	**(8.003)**

d) Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Qtde. Processos	**Montante R$**	**Qtde. Processos**	**Montante R$**
Cíveis	67	6.547	85	4.429
Trabalhistas	-	-	2	258
Fiscal	1	835	-	-
Total	**68**	**7.382**	**87**	**4.687**

As causas classificadas como possíveis referem-se a ações judiciais nas quais ainda não se pode precisar a probabilidade de perda, em razão da fase processual em que se encontram, bem como de divergência jurisprudencial sobre os temas discutidos. As causas classificadas como remotas referem-se a ações judiciais nas quais a probabilidade de perda é considerada inexistente, de baixa probabilidade, ou onde seja impossível, no momento da avaliação, mensurar o risco, por falta de elementos de fato ou valorativos. **12. Partes relacionadas:** As operações da Instituição são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09. O controlador da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW España Finance, S.L. **a) Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 31/12/2022 e 2021 podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo)		**Receitas (Despesas)**	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
BMW do Brasil Ltda.				
Outros créditos - diversos	54	240	-	-
Equalizações a receber	21.152	3.581	81.298	33.681
Depósitos a prazo	(915.231)	-	(59.942)	(1.761)
Outras obrigações - diversas	(511)	(1.221)	(2.776)	(2.616)
BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda.				
Outros créditos - diversos	169	401	-	-
Equalizações a receber	1.951	565	21.944	11.397
Depósitos a prazo	(9.336)	(9.243)	(724)	(304)
BMW Leasing do Brasil S.A.				
Depósitos interfinanceiros	(54.051)	(50.716)	(5.924)	(2.273)
Valores a pagar - ligadas	(7)	(35)	-	-
BMW AG				
Outras obrigações - diversas	(146)	-	(2.938)	(4.016)
BMW Finance N.V.				
Empréstimos em moeda estrangeira	(1.117.311)	(1.717.655)	(360.814)	(114.321)
BMW North America				
Outras obrigações - diversas	-	-	(790)	(761)

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Instituição e é composto pelos membros estatutários.

Salários e honorários da Administração	**2022**	**2021**
Remuneração da administração	4.658	3.932

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

13. Outras informações: a) Resumo da Descrição da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos: Com o objetivo de atender as disposições dos normativos vigentes aplicáveis, emitidos pelos órgãos reguladores competentes, o Departamento de Riscos das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto BMW Serviços Financeiros, é o responsável pelo gerenciamento dos riscos da instituição, sendo eles: - Risco de Crédito; - Risco Operacional; - Risco de Mercado e IRRBB (variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária); - Risco de Liquidez; - Risco de Segurança Cibernética; e - Risco Social, Ambiental e Climático. O Departamento de Riscos junto à instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, emitindo diretrizes e fixando os limites definidos pela Alta Administração, em linha com as normas estabelecidas pelo Grupo BMW, conforme descrito nos materiais disponibilizados no sítio da Instituição. Em suas atividades, a BMW Serviços Financeiros gerencia os riscos sob o qual está exposta de forma integrada, respeitando o seu Apetite a Risco, visando alcançar os objetivos estratégicos definidos. Para tanto, o Departamento de Riscos possui processos para identificar, mensurar, avaliar, reportar, controlar e mitigar os riscos sob os quais a instituição está sujeita. **b) Risco de crédito:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Visando realizar uma efetiva gestão e gerenciamento do risco de crédito, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira. **c) Risco operacional:** Os Riscos Operacionais são definidos como aqueles capazes de causar perdas, financeiras ou não, em função das falhas nas atividades executadas por pessoa, sistemas, inadequação de processos, além daquelas causadas por eventos externos. Como parte do processo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, existe um ciclo de atividades desenvolvidas durante cada exercício, no sentido de rever e identificar novos cenários de Risco Operacional, bem como Planos de Ação para mitigar os mesmos. Também faz parte deste ciclo, o treinamento dos colaboradores da instituição. **d) Risco de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRBB):** Risco de Mercado: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). Risco de Liquidez: Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - ocasionando em "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. IRRBB: Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Em linha com os princípios da norma local aplicável, a BMW Serviços Financeiros definiu uma política de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, aprovada pela Diretoria. Não obstante, o controle das exposições de Risco de Mercado/Liquidez, é realizado dentro do comitê de riscos e com a matriz da BMW no exterior. **e) Demais riscos: Risco Segurança Cibernética:** Em linha com os princípios da norma local aplicável, a BMW Serviços Financeiros definiu uma Política de Segurança Cibernética e Plano de Ação e Respostas a Incidentes, aprovada pela Diretoria, contemplando dentre outros aspectos, diretrizes que buscam assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados. **Risco Social, Ambiental e Climático:** Conforme os princípios da norma local aplicável, a BMW Serviços Financeiros estabelece processos para mitigar a exposição ao risco socioambiental e climático, com o objetivo de reduzir a capacidade desses riscos potencializarem demais riscos. Esse processo de mitigação passa pela identificação e pelo monitoramento da relação desses riscos com os riscos de crédito e liquidez. **f) Patrimônio líquido exigido:** Em 31/12/2022 e 2021, a BMW Serviços Financeiros, encontra-se enquadrada no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares. O índice da Basileia, apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial da BMW Serviços Financeiros, conforme as Resoluções nº. 4.192/13 e 4.193/13, em 31/12/2022 é de 18,47% (21,50% em 31/12/2021). Conforme apresentado abaixo:

	2022	**2021**
Patrimônio de Referência (PR)	516.425	483.292
PR Mínimo para RWA	167.744	179.860
Margem para o Limite de Basileia - sem o RBAN	135.181	303.432
IB - Índice da Basileia	18,47%	21,50%
Valor Correspondente ao RBAN	223.658	94.760
Margem para o Limite de Basileia - com o RBAN	257.592	208.672

g) Gestão de Capital: Em cumprimento às disposições da Resolução nº 4.557/2017 e suas alterações, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto "BMW Serviços Financeiros". A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizadas informações oriundas de metodologias oficiais de planejamento do Grupo BMW, garantindo o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital.

h) Outros créditos:	**2022**	**2021**
Créditos tributários (Nota 10 - b)	43.369	35.147
Créditos - Disponibilização bancária	52.328	13.580
Impostos e Contribuições - Antecipações	37.647	31.773
Valores a receber - Partes relacionadas (Nota 12 - a)	23.326	4.787
Impostos a compensar	3.280	3.196
Depósitos judiciais	710	746
Diversos	1.094	920
Total	**161.754**	**90.149**
Circulante	117.675	54.256
Longo Prazo	44.079	35.893
Total	**161.754**	**90.149**

i) Outras obrigações:	**2022**	**2021**
Provisões para pagamentos a efetuar	(14.697)	(12.278)
Provisões para passivos contingentes (Nota 11 - c)	(8.014)	(8.003)
Provisões folha de pagamento	(1.665)	(1.306)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(1.801)	(1.202)
Sociais e estatutárias	(284)	(798)
Fiscais e previdenciárias	(47.788)	(52.345)
Valores a pagar - Ligadas	(7)	(35)
Equalização de taxas - Partes Relacionadas (Nota 12 - a)	(69.030)	(10.627)
Diversas	(1.520)	(2.382)
Total	**(144.806)**	**(88.976)**
Circulante	(119.387)	(61.920)
Longo Prazo	(25.149)	(27.056)
Total	**(144.806)**	**(88.976)**

j) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias:	**2º semestre/2022**	**2022**	**2021**
Receita com taxa de cadastro	7.630	12.224	8.724
Receita de prestação de serviços diferenciados	82	168	159
Total	**7.712**	**12.392**	**8.883**

k) Outras despesas administrativas:	**2º semestre/2022**	**2022**	**2021**
Despesa com processamento de dados	(6.689)	(10.709)	(9.910)
Despesa com serviços de terceiros	(2.620)	(4.903)	(4.086)
Despesa com serviços técnicos especializados	(2.448)	(4.418)	(3.773)
Despesas com marketing	(957)	(2.061)	(1.722)
Despesa com aluguel	(690)	(1.372)	(1.344)
Despesas com cobrança	(805)	(1.650)	(1.208)
Despesas bancárias	(691)	(1.339)	(942)
Diversos	(1.024)	(1.915)	(1.336)
Total	**(15.924)**	**(28.367)**	**(24.321)**

l) Despesas tributárias:	**2º semestre/2022**	**2022**	**2021**
PIS/COFINS	(3.706)	(7.592)	(4.009)
Impostos sobre importação (serviços)	(1.143)	(1.236)	(1.501)
ISS	(403)	(649)	(469)
Outros tributos	(49)	(65)	(73)
Total	**(5.301)**	**(9.542)**	**(6.052)**

m) Outras receitas operacionais:	**2º semestre/2022**	**2022**	**2021**
Reversão de provisão para contingências	-	283	709
Outras reversões de provisão	-	-	368
Receitas de acordos operacionais	2.015	2.906	2.438
Outras receitas operacionais	1	7	50
Total	**2.016**	**3.196**	**3.565**

n) Outras despesas operacionais:	**2º semestre/2022**	**2022**	**2021**
Despesas com comissões e premiações	(11.884)	(24.355)	(30.791)
Despesas com provisão para contingências	(293)	(293)	(162)
Despesas com indenizações	(209)	(271)	(1.142)
Outras despesas com provisão	(2.185)	(3.154)	(668)
Despesas com liquidações antecipadas	(10.000)	(16.991)	(13.555)
Despesas com subsídio e desconto BMW do Brasil Ltda.	(340)	(586)	(384)
Outras despesas operacionais	(612)	(1.236)	(1.700)
Total	**(25.523)**	**(46.886)**	**(48.402)**

Diretoria

Mario Andreas Janssen - Diretor-Presidente
Holger Manfred Spiegel - Diretor
Marianne Resmond Cruz Losito - Diretora

Thais Andrade Costa - Contadora - CRC 1SP269365/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2023

pwc **PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

BANCO KEB HANA DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 02.318.507/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Cumprindo as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter a V.Sas., as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o qual apresentou um resultado positivo de R$ 11.568, correspondentes a um lucro de R$ 0,0000991553 por lote de mil ações respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários somavam R$ 243.301 mil, sendo que R$ 16.169 mil estavam vinculados à prestação de garantia com a "B3 - Bolsa, Brasil Balcão"e estavam classificados na categoria "Mantidos até o vencimento". De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, esta administração declara que tem a intenção e capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados naquela categoria.

São Paulo, 24 de março de 2023

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/22	31/12/21
Disponibilidades	4	**119.541**	**103.080**
Instrumentos Financeiros		**957.658**	**1.099.203**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5(a)(b)	8.598	177.196
Aplicações em depósitos interfinanceiros		8.598	177.196
Títulos e valores mobiliários	6(a)	**243.301**	**296.431**
Carteira própria		227.132	261.048
Vinculados a prestação de garantias		16.169	35.383
Relações interfinanceiras		**311.424**	**320.943**
Repasses interfinanceiros	7(a)	235.118	175.756
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7(b)	73.847	142.384
Créditos vinculados - Depósito no Banco Central		2.459	2.803
Operações de Crédito	8(a)	**352.000**	**294.970**
Empréstimos		138.308	85.450
Repasse Externo		102.773	209.520
Títulos e Créditos a Receber		110.919	–
Outros ativos financeiros	9(a)	**42.335**	**9.663**
Carteira de câmbio		42.335	9.663
(Provisões para perdas esperada associada ao risco de crédito)	8(b)	**(1.401)**	**(1.054)**
(–) Empréstimos		(352)	(151)
(–) Repasse Externo e Cessão de Crédito		(1.049)	(903)
Ativos fiscal diferido	14(b)	**156**	**-**
Outros Ativos	9(c)	**4.570**	**3.468**
Rendas a receber		46	45
Adiantamentos salarias e despesas administrativas		4	3
Devedores para depósito em garantias		216	358
Impostos e contribuições a compensar		4.263	2.998
Despesas antecipadas		41	18
Outros		–	46
Imobilizado de uso		**2.405**	**2.039**
Intangível		**507**	**507**
(Depreciações e Amortizações acumuladas)		**(2.002)**	**(1.589)**
Total do ativo		**1.081.434**	**1.205.654**

Passivo	Nota	31/12/22	31/12/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**901.219**	**1.034.770**
Depósitos	11	**520.042**	**606.846**
Depósito a vista		103.956	132.436
Depósito a prazo		416.086	474.410
Captações no mercado aberto		**–**	**32.999**
Carteira própria		–	32.999
Obrigações por empréstimos e repasses		**373.771**	**383.582**
Repasses do exterior	12(a)	337.140	383.055
Empréstimos no exterior	12(b)	36.631	527
Outros passivos financeiros	9(a)	**7.406**	**11.343**
Carteira de Câmbio		7.406	11.343
Provisões	13	**106**	**233**
Passivos contingentes		106	233
Outros passivos	10	**10.498**	**12.608**
Patrimônio Líquido		**169.611**	**158.043**
Capital Social		126.351	126.351
Reservas de lucros		43.260	31.692
Total do passivo e Patrimônio Líquido		**1.081.434**	**1.205.654**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO 2022

(Em milhares de reais)

				Reserva de lucros			
Eventos	**Nota**	**Capital realizado**	**Aumento de Capital**	**Legal**	**Especiais**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 01/01/2021		**69.726**	**56.625**	**66**	**19.135**	**–**	**145.552**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	12.490	12.490
Aumento Capital		56.625	(56.625)	–	–	–	–
Destinações:							
Reservas especiais de lucro		–	–	–	11.865	(11.865)	–
Reserva legal		–	–	625	–	(625)	–
Saldos em 31/12/2021		126.351	–	692	31.000	–	158.043
Mutações do período		**56.625**	**(56.625)**	**626**	**11.865**	**–**	**12.491**
Saldos em 31/12/2021		**126.351**	**-**	**692**	**31.000**	**–**	**158.043**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	11.568	11.568
Aumento Capital		–	–	–	–	–	–
Destinações:							
Reservas especiais de lucro		–	–	–	10.990	(10.990)	–
Reserva legal		–	–	578	–	(578)	–
Saldos em 31/12/2022		**126.351**	**–**	**1.270**	**41.990**	**–**	**169.611**
Mutações do período		**–**	**–**	**578**	**10.990**	**–**	**11.568**
Saldos em 30/06/2022		**126.351**	**–**	**930**	**35.553**	**–**	**162.834**
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	6.776	6.776
Aumento Capital							
Destinações:							
Reservas especiais de lucro		–	–	–	6.438	(6.438)	–
Reserva legal		–	–	339	–	(339)	–
Saldos em 31/12/2022		**126.351**	**–**	**1.269**	**41.991**	**–**	**169.611**
Mutações do período		**–**	**–**	**339**	**6.438**	**–**	**6.776**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de intermediação financeira		**121.582**	**248.164**	**196.811**
Operações de crédito	8(d)	99.623	196.171	144.051
Resultado de títulos e valores mobiliários	6(b)	17.794	40.542	32.924
Resultado de câmbio	9(b)	4.165	11.451	19.836
Despesas de intermediação financeira		**(102.677)**	**(211.873)**	**(154.655)**
Operações de Captações no Mercado	11(b)	(28.889)	(54.311)	(22.931)
Operações de Empréstimos e Repasses	12(c)	(73.788)	(157.562)	(131.724)
Resultado da intermediação financeira		**18.905**	**36.291**	**42.156**
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos		**(56)**	**(347)**	**(118)**
Despesas de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	8(e)	(56)	(347)	(118)
Resultado Bruto da intermediação financeira		**18.849**	**35.944**	**41.367**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(9.431)**	**(17.790)**	**(17.824)**
Receita de prestação de serviços		117	248	642
Rendas de tarifas bancárias		127	273	310
Despesas de pessoal	16	(4.620)	(8.461)	(8.610)
Outras despesas administrativas	17	(6.465)	(10.210)	(8.573)
Despesas tributárias	18	(1.124)	(2.219)	(2.273)
Outras receitas operacionais		2.534	2.579	9
Reversões/(Despesas) de Provisões	19	**(80)**	**(176)**	**(531)**
Trabalhistas		(80)	(176)	(531)
Resultado operacional		**9.338**	**17.978**	**23.012**
Resultado não operacional		**451**	**790**	**648**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**9.789**	**18.768**	**23.660**
Imposto de renda e contribuição social	14	**(3.013)**	**(7.356)**	**(11.170)**
Ativo fiscal diferido		**156**	**156**	**–**
Lucro liquido do semestre/ exercício		**6.932**	**11.568**	**12.490**
Numero de ações		126.351.415	126.351.415	126.351.415
Lucro líquido por ação		0,000054861	0,000091553	0,000098851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2022	2022	2021
Lucro Líquido do período	**6.932**	**11.568**	**12.490**
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Resultado abrangente do período	**6.932**	**11.568**	**12.490**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	2ºSemestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	6.776	11.568	12.490
(Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos	56	347	117
Depreciação a amortização	212	413	325
Provisão para contingências	(153)	(127)	401
Impostos diferidos	(156)	(156)	–
Lucro líquido ajustado	**6.735**	**12.045**	**13.333**
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários	63.738	(53.130)	(123.365)
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	61.237	(160.258)	243.842
Redução(aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	(133.962)	(9.109)	(73.192)
Redução (aumento) de operações de câmbio	899	36.609	21.065
Redução (aumento) de operações de crédito	(16.508)	56.830	(53.642)
Redução (aumento) de outros créditos e outros valores e bens	75	23	3
Redução (aumento) em ativos diferidos	156	156	–
Redução (aumento) em outros créditos	(2.671)	1.078	486
(Redução) aumento em depósitos	(44.554)	86.804	15.346
(Redução) aumento em obrigações por empréstimos e repasses	174.779	9.811	(77.029)
(Redução) em outras obrigações	5.043	35.236	40.395
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**108.232**	**4.050**	**(6.091)**
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(21)	366	(306)
Aquisição de ativo intangível	–	–	(26)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(21)**	**366**	**(332)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**114.946**	**16.461**	**6.910**
Modificações no caixa e equivalentes de caixa			
Inicio do semestre/exercício	4.595	103.080	96.170
Final do semestre/exercício	119.541	119.541	103.080
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**114.946**	**16.461**	**6.910**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco KEB Hana do Brasil S.A. ("Banco" ou "Banco KEB Hana do Brasil") foi constituído em 22 de setembro de 1997 como uma subsidiária integral do Korea Exchange Bank, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 940 - Torre II - 18º andar -Cj. 181.Está organizado sob forma de Banco Comercial, autorizado a operar com carteiras comercial e de câmbio. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente. **2 Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras do Banco Keb Hana do Brasil S.A., foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A administração revisa essas premissas e estimativas semestralmente. A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria em 24 de março de 2023. **Mudança na apresentação das demonstrações financeiras:** O Banco Keb Hana do Brasil S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras, no novo formato conforme está estabelecido na Resolução BCB nº 02/20, que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular BACEN nº 3.959/19. O objetivo principal dessas normas e trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, "International Financial Reporting Standards (IRFS)". **3. Descrição das principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas no resultado de acordo com o regime de competência. **b. Caixa e equivalente de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moedas estrangeiras, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos decorridos, calculados em base "*pro rata*" dia. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular CMN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira estão classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, atendendo ao seguintes critérios de contabilização: • **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. **e. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações com cláusulas de atualização monetária/cambial são atualizadas até a data do balanço, calculadas "*pro rata*" dia com base na variação do indexador pactuado e nas taxas das operações. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores. A constituição das provisões para perda são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo de AA a H. As rendas de operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H; e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **f. Imobilizado de uso:** Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada linearmente, com base no prazo de vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação são: 10% para móveis e equipamentos de uso, instalações e sistemas de comunicação; e 20% para veículos e sistemas de processamento de dados. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "*impairment*" são reconhecidos no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda. **h. Depósitos a prazo** Os depósitos a prazo estão registrados pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação até a data do balanço. **i. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil anuais, e a contribuição social à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. A Lei 14.183 de 14 julho de 2020 alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas pessoas jurídica do Setor Financeiro, vigente no período de 01 de Julho de 2021 à 31 de dezembro de 2021, passando de 20% para 25%. Em 28 da abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP") que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos Setores Financeiros, segurador e cooperativas, vigente no período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, passando para de 20% para 21%. **j. Outros ativos e passivos:** Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "*pro-rata*" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "*pro rata*" dia). **k. Ativos e passivos contingentes:** Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação. **l. Resultado recorrente/não recorrente:** As políticas internas do Banco Keb Hana do Brasil consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição prevista em seu Estatuto Social, ou seja, "prática de operações ativas, passivas acessórias e serviços autorizados aos bancos comerciais, com carteiras comerciais, de crédito, financiamento, operações de câmbio e carteira de valores mobiliários". Observando esse regramento, salienta-se que o lucro do Banco no exercício de 2022, no montante de R$ 11.568 mil, desse montante conforme a MP. 1115/2022, que estabeleceu a partir de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, a majoração da alíquota de 20% para 21%, portanto o cálculo de 1% foi considerado resultado não recorrente o valor de provisão para contribuição social de R$ 55. **4. Composição do caixa e equivalente de caixa:** O caixa e equivalente de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade		
Moeda Nacional	83.995	458
Moeda Estrangeira	300	64
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	35.246	102.558
Total	**119.541**	**103.080**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: a. Aplicações no mercado aberto: Tratam-se de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos com prazo de vencimento de 1 a 90 dias:

	31/12/2022	31/12/2021
Notas Tesouro Nacional (NTN)	–	9.496
Total	**–**	**9.496**

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São constituídas de aplicações em CDI junto a Instituições Financeiras.

Descrição	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Após 360 dias	Total 31/12/2022	Total 31/12/2021
CDI[1]	35.246	–	8.598	43.844	177.196
Total em 31.12.2022	**35.246**	**–**	**8.598**	**43.844**	**–**
Total em 31.12.2021	**93.062**	**–**	**–**	**–**	**177.196**
Circulante	**35.246**	–	–	**35.246**	**177.196**
Não Circulante	–	**–**	**8.598**	**8.598**	**–**

[1]O valor de R$ 35.246 está utilizado na composição do caixa e equivalente de caixa, devido ao seu vencimento até 90 dias. **6. Títulos e valores mobiliários:** Os saldos patrimoniais estão demonstrados conforme abaixo: **a. Diversificação por tipo:** ***(i) Títulos mantidos até o vencimento:***

	31 de dezembro 2022				31 de dezembro 2021
Emissor/tipo de aplicação	**Até 1 ano**	**Mais de 1 ano**	**Custo atualizado/ contábil**	**Valor de Mercado**	**Custo atualizado/ contábil**
Títulos Públicos					
Carteira própria:	–	–	–	–	–
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	–	–	–	32.014
Letras do Tesouro Nacional(LTN)	–	227.132	227.132	213.021	229.034
Vinculados à prestação de garantias:					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	16.169	16.169	15.184	35.383
Total em 31.12.2022	**–**	**243.301**	**243.301**	**228.205**	**–**
Total em 31.12.2021	**–**	**296.431**	**296.431**	**–**	**296.431**
Circulante			**–**		**–**
Não circulante			**243.301**		**296.431**

Em 31 de dezembro de 2022 os títulos públicos estavam registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic e o títulos privados, registrados na "B3- Bolsa, Brasil, Balcão". O valor de mercado determinado com base no preço unitário divulgado pela Anbima era de R$ 228.205 e ao custo contábil somavam R$ 243.301 classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" sendo que R$ 16.169 estavam vinculados à prestação de garantia com a "B3 - Bolsa, Brasil, Balcão". Atendendo do disposto no Artigo 8º da Circular CMN 3.068/01, o Banco declara que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. **b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:**

	2º Semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	8.231	20.049	16.144
Rendas de Títulos de renda fixa	8.910	19.517	15.586
Lucros com títulos de renda fixa	653	976	1.194
Total	**17.794**	**40.542**	**32.924**

c. Análise de sensibilidade-Hierarquia do valor justo: Os títulos de valores mobiliários apresentados em 31 de dezembro de 2022, são títulos mantidos até vencimento, com valor contábil de R$ 243.301, e seguido as normas vigentes CPC 46 o valor justo apresentado tem o mesmo montante de R$ 243.301, dados que o Banco Keb Hana apurou com base nos preços cotados em mercados ativos, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes, sendo assim foram classificadas com Nível 1[1]. [1]*Nível 1:Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em mercado ativo. Neste nível foram classificadas a maioria dos títulos do governo brasileiro e outros títulos negociados no mercado ativo.* **7. Relações Interfinanceiras: a. Repasse interfinanceiros:** Referem-se as operações cujos recursos foram captados no exterior com repasse, no montante de R$ 235.118 (R$ 175.756 em 31 de dezembro 2021) e com vencimentos em: 03/02/23; 31/07/23; 21/08/23; 21/11/23 e 08/12/23. **b. Pagamentos e Recebimentos a liquidar:**

Transações de pagamento	31/12/ 2022	31/12/ 2021
Sem características de concessão de crédito (i)	73.847	142.384
(–) Provisões para outros créditos	(369)	(712)
Total	**73.478**	**141.672**
Circulante	**73.478**	**141.672**
Não Circulante	**—**	**—**

(i)Refere-se as operações de compra de recebíveis sem coobrigações do cedente. **8. Operações de crédito:** As informações da carteira de operações de crédito são assim sumarizadas: **a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e vencimento das parcelas:**

	31/12/2022 Prazo				31/12/2021
Descrição	**De 1 a 90 dias**	**De 91 a 360 dias**	**Mais de 1 ano**	**Total**	**Total**
Indústria:					
Capital de giro	47.494	90.814	–	138.308	85.450
Repasse externo	26.583	76.190	–	102.773	150.942
Repasse externo - vinculado	–	–	–	–	58.578
Titulos e créditos a receber (ii)	110.919	–	–	110.919	
Total de 31 de dezembro 2022	**184.996**	**167.004**	**–**	**352.000**	**–**
Total de 31 de dezembro 2021	**–**	**294.970**	**–**	**–**	**294.970**

(ii) Refere-se às operações de compra de recebíveis sem coobrigações do cedente

b. Composição da carteira de operação de crédito e correspondente provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	2º Semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no inicio do previsão	(1.345)	(1.054)	(936)
Constituição de provisão	(1.009)	(1.738)	(149)
Reversão de provisão	953	1.391	31
Saldo no final do período	**(1.401)**	**(1.401)**	**(1.054)**

continua→

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO KEB HANA DO BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

Apresentamos a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:

31/12/2022

Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Total das Operações - Curso Normal	Total das Operações - Total	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Total
AA	0,0	380.756	380.756	–
A	0,5	280.209	280.209	1.401
Total		660.965	660.965	1.401

31/12/2021

Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Total das Operações - Curso Normal	Total das Operações - Total	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Total
AA	0,0	402.302	402.302	–
A	0,5	210.808	210.808	1.054
Total		613.110	613.110	1.054

c. Créditos recuperados, renegociados e/ou baixados para prejuízo: Durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo. Houve renegociações de operações de crédito no 2º semestre de 2022 no montante de R$ 145.058 (R$ 132.567 no 2º semestre de 2021). (*) As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registradas na rubrica "outras obrigações-câmbio" (vide nota explicativa nº 9): **d. Resultado com operações de crédito**

	2º Semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de empréstimos	40.593	88.501	72.306
Rendas de repasses interfinanceiros	39.988	72.486	59.683
Outras rendas variação cambial repasses (obrigações)	1.714	6.610	4.493
Rendas de títulos e créditos a receber	17.328	28.574	7.569
Total	**99.623**	**196.171**	**144.051**

e. Resultado com movimentação da provisão para perdas esperadas ao risco de crédito:

	2º Semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas para perdas associadas ao risco de crédito e outros créditos	(455)	(928)	(789)
Total	**(455)**	**(928)**	**(789)**

9. Câmbio: a. Carteira de câmbio:

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Câmbio comprado a liquidar	40.214	6.120
Direitos s/vendas de câmbio	3.737	5.243
Rendas a Receber de Adtos. Concedidos	16	–
(–) Adiantamentos moeda nacional recebidos	(1.632)	(1.700)
Total	**42.335**	**9.663**
Circulante	**42.335**	**9.663**
Não Circulante	**–**	**–**

Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Câmbio vendido a liquidar	3.714	5.225
Obrigações por compras de câmbio-Exportação	37.042	–
Obrigações por compras de câmbio-Financeiro	3.692	6.118
(–) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(37.042)	–
Total	**7.406**	**11.343**
Circulante	**7.406**	**11.343**
Não Circulante	–	–

b. Resultados com operações de câmbio:

	2º Semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Resultados de operações de câmbio	4.165	11.451	19.836
Total	**4.165**	**11.451**	**19.836**

c. Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais em ações trabalhistas	216	358
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.263	2.998
Rendas a receber	46	45
Adiantamentos salariais e despesas administrativas	4	3
Rendas antecipadas	41	18
Outras	–	46
Total	**4.570**	**3.468**
Circulante	**307**	**470**
Não Circulante	**4.263**	**2.998**

10. Outros passivos:

	31/12/2022	31/12/2021
Cobrança arrecad.trib. assemelhada	72	110
Fiscais e previdenciárias	9.751	11.910
Provisões para pagamentos a efetuar	610	515
Operações a liquidar - Receitas de Exercícios Futuro	65	73
Total	10.498	12.608
Circulante	**10.433**	**12.535**
Não Circulante	**65**	**73**

11. Depósitos: a. Composição dos depósitos:

	31/12/2022 Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 1 ano	Total	31/12/2021 Total
Depósito à vista	103.956	–	–	–	103.956	132.436
Depósito à prazo	–	16.186	212.520	187.380	416.086	474.410
Total em 2022	**103.956**	**16.186**	**212.520**	**187.380**	**520.042**	–
Total em 2021	**132.436**	**13.797**	**384.543**	**76.070**	–	**606.846**

Os depósitos com prazo superiores a 360 dias possuem cláusula de liquidez.

b. Despesas de captação de mercado:

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Depósitos a prazo	(26.686)	(43.324)	(21.885)
Depósito interfinanceiros	(1.318)	(3.603)	–
Captações no mercado aberto	(580)	(6.807)	(305)
Outros	(305)	(577)	(741)
Total	**(28.889)**	**(54.311)**	**(22.931)**

12. Obrigações por empréstimos e repasses: a. Repasses do exterior:

	2022 1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2021 Total
Repasses do exterior	31.738	95.784	–	127.522	195.121
Repasses do exterior - Vinculados	–	209.618	–	209.618	187.934
Total de 31 de dezembro 2022	**31.738**	**305.402**	**–**	**337.140**	–
Total em 31 de dezembro 2021	**69.251**	**313.804**	**–**	**–**	**383.055**

Referem-se a captações de recursos com o KEB Hana Bank Seoul e KEB Hana Bank London e com vencimentos em: 03/02/23; 31/07/23; 21/08/23; 21/11/23 e 08/12/23.

b. Empréstimos no exterior:

	2022 1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2021 Total
Empréstimos no exterior	36.631	–	–	36.631	527
Total de 31 de dezembro 2022	**36.631**	**–**	**–**	**36.631**	**–**
Total em 31 de dezembro 2021	**–**	**–**	**–**	**–**	**527**

c. Despesas operações de empréstimos e repasses

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Despesas operações de empréstimos e repasses:	(73.788)	(157.562)	(131.724)
Total	**(73.788)**	**(157.562)**	**(131.724)**

13. Contingências: Refere-se a uma ação trabalhista movida por ex-empregado, classificação como risco de perda provável, para a qual foi constituída uma provisão no montante de R$ 106 (R$ 233 em 31 de dezembro 2021). O Banco KEB Hana não possui contingências classificadas como possível em 2022 e 2021.

Movimentação da provisão:	31 de dezembro 2021 Saldo Final	Adição/ (Reversão)	31 de dezembro 2022 Saldo Final
Provisão para Contingências Trabalhistas	**233**	**(127)**	**106**

14. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social:

	2022 IRPJ	2022 CSLL	2021 IRPJ	2021 CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	18.768	18.768	**23.660**	**23.660**
Adições:				
Provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos	928	928	**789**	**789**
Provisão para contingências	33	33	**401**	**401**
Outros	71	71	**72**	**72**
Exclusões				
Reversão provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(581)	(581)	(671)	(671)
Reversão passivo contingência	(160)	(160)	–	–
Base de cálculo dos tributos	**19.059**	19.059	**24.251**	**24.251**
Alíquota base (15% para IRPJ)	(2.859)	–	**(3.638)**	–
Alíquota adicional (10% para IRPJ)	(1.882)	–	**(2.401)**	–
Alíquota base (20% para CSLL)	–	(3.812)	–	**(3.725)**
Alíquota base (25% para CSLL)	–	–	–	**(1.406)**
Alíquota base (1% para CSLL)	–	(54)	–	**–**
Despesa corrente	(4.741)	(3.866)	**(6.039)**	**(5.131)**
Imposto e Contribuição a compensar[1]	625	626	–	**–**
Despesa diferida	(87)	(69)	–	–
Total	**(4.203)**	**(3.309)**	**(6.039)**	**(5.131)**

[1] Valor referente à solicitação de PER/DCOMP "Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento e Declaração a compensação" pedido homologado via e-cac em 21/11/2022

b. Crédito tributário: O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucro tributáveis fundamentada em estudo técnico de viabilidade. (i) Natureza e origem do ativo fiscal diferido:

Base de Cálculo	**2022**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	347
Passivo contingente	(127)
Outros	71
Total	**291**
Cálculo Crédito Tributário	2022
IR -25%	87
CS-20%	69
Total	**156**

(ii) Expectativa de realização, conforme base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

Exercícios	**Expectativa de realização por exercício**	**Valor presente[1]**
2023	**156**	**137**

(iii) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	2022
Saldo no início período	–
Constituição no período	156
Reversão/Realização no período	–
Saldo no fim do período	156
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	0,09%

[1] O ativo diferido a valor presente foi utilizado a taxa Selic de 31 de dezembro de 2022 (13,75% a.a.) **15. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social está representado por 126.351 (126.351 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00, totalmente subscritas e integralizadas na data do balanço. **b. Reservas de lucros: • Legal** - É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social; **• Outras** - É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. **c. Dividendos:** O estatuto do Banco prevê a distribuição em cada exercício de um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de lucros ou pela sua retenção total. **16. Despesas com pessoal:**

	2º Semestre	2022	2021
Despesas com honorários	(1.135)	(2.412)	(3.554)
Despesas com proventos	(2.176)	(3.616)	(2.934)
Despesas com encargos sociais	(531)	(987)	(789)
Despesas com benefícios	(752)	(1.414)	(1.305)
Despesas com treinamentos	(26)	(32)	(28)
Total	**(4.620)**	**(8.461)**	**(8.610)**

17. Outras despesas administrativas:

	2º Semestre	2022	2021
Despesas de aluguéis	(337)	(674)	(674)
Despesas de processamentos de dados	(1.172)	(2.102)	(1.584)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.614)	(3.059)	(3.293)
Outras despesas administrativas	(269)	(523)	(487)
Despesas de comunicação	(435)	(898)	(841)
Despesas de propaganda e publicidade	(29)	(32)	(4)
Despesas de publicações	(7)	(48)	(52)
Despesas de promoção e relações públicas	(222)	(363)	(213)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(875)	(1.429)	(597)
Despesas de viagem ao exterior	(47)	(136)	(6)
Despesas de depreciação	(181)	(350)	(271)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(73)	(146)	(131)
Despesas de amortização	(32)	(63)	(64)
Despesas de transportes	(66)	(124)	(104)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(35)	(93)	(59)
Despesas de água energia e gás	(18)	(36)	(36)
Despesas de seguro	(18)	(23)	(16)
Despesas de viagem no país	(7)	(17)	(3)
Despesas de serviços de terceiros	(28)	(94)	(138)
Total	**(6.465)**	**(10.210)**	**(8.573)**

18. Despesas Tributárias:

	2º Semestre	2022	2021
Despesas tributárias	(83)	(325)	(179)
Despesas tributos municipais	(12)	(26)	(49)
Despesas COFINS	(885)	(1.607)	(1.759)
Despesas PIS	(144)	(261)	(286)
Total	**(1.124)**	**(2.219)**	**(2.273)**

19. Reversões/(Despesas) de Provisões:

	2º Semestre	2022	2021
Indenizações trabalhista	(80)	(176)	(531)
Total	**(80)**	**(176)**	**(531)**

20. Transações entre partes relacionadas: a. Operações: As operações com partes relacionadas envolveram, basicamente, as captações de recursos para repasse das operações de crédito que encontram-se descritas na nota explicativa nº 13.

	2022 Ativo	2022 Passivo	2021 Ativo	2021 Passivo
KEB Hana Bank - London	–	(209.618)	–	(195.121)
KEB Hana Bank - Korea	–	(127.522)	–	(187.934)
Total	**–**	**(337.140)**	**–**	**(383.055)**

b. Resultado nas transações entre partes relacionadas:

	2022 Receita	2022 Despesa	2021 Receita	2021 Despesa
KEB Hana Bank - London	8.322	(745)	3.782	(2.818)
KEB Hana Bank - Korea	1.679	(231)	4.872	(990)
Total	**10.001**	**(976)**	**8.655**	**(3.808)**

c. Remuneração dos administradores: Na Assembleia Geral Ordinária os acionistas fixam o montante global da remuneração dos administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2022 foi fixado o valor anual de remuneração dos Administradores do Banco no valor de R$ 6.180 para o exercício de 2022 e em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2020 foi fixado o valor anual de remuneração dos Administradores do Banco no valor de R$ 6.180 para o exercício de 2021. Os valores pagos foram os seguintes:

	2022	2021
Honorários	(2.412)	(3.553)
Total	**(2.412)**	**(3.553)**

O Banco concede aos administradores benefício de assistência médica. O Banco não concede benefícios pós-emprego aos seus administradores. **21. Gerenciamento de riscos:** O Banco implementou estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e de Risco de Crédito compatível com a natureza das suas operações, produtos, serviços, atividades, processos e sistemas proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. Esta estrutura está capacitada para identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar possíveis riscos próprios e de terceiros, dispondo de relatórios anuais, os quais são devidamente aprovados pela Diretoria do Banco, conforme disposto nas normas regulamentares emanadas pelo Banco Central do Brasil. Risco de mercado é o risco à condição financeira da Instituição resultante de movimentos adversos nas taxas ou preços de mercado, tais como taxa de câmbio, taxas de juros, preços de commodities, títulos ou participações. Risco de liquidez é definido como o risco de que a Instituição não consiga cumprir com suas obrigações nos vencimentos devido à inabilidade em liquidar ativos ou obter financiamento adequado (o chamado "risco de liquidez de financiamento") ou que não possa "rolar" ou postergar facilmente exposições específicas, sem baixar significativamente os preços de mercado por causa de quedas ou quebra de mercado ("risco de liquidez de mercado"). O instrumento "ALM" (Asset & Liability Management) é utilizado pelo Banco KEB para administrar os riscos de mercado e de liquidez, mais especificamente os riscos de taxas de juros e de liquidez. O Banco, por estratégia e política de sua matriz KEB Hana Bank, não opera com nenhum tipo de descasamento, como de prazo, de taxa de juros, ou de câmbio. Para tanto, a sua Tesouraria tem como a principal função o zeramento de cada operação financeira no momento em que ocorre, acompanhadas e aprovadas por sua alta administração. O Banco não opera com derivativos, renda variável, nem commodities. As instituições financeiras têm de manter patrimônio líquido mínimo de 10,5% dos seus ativos ponderados por grau de risco, conforme normas e instruções do BACEN. O Banco está devidamente enquadrado nesse limite operacional, apresentando em 31 de dezembro de 2022, 42,94% (51,99% em 31 de dezembro 2021). As informações relativas ao processo de gestão de riscos, a apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco e a apuração do Patrimônio de Referência encontram-se disponíveis na internet, através do endereço www.bancokebhana.com.br. **22. Outras informações: a. Outras receitas operacionais:** Está composta pela recuperação de encargos e despesas diversas no montante de R$ 94 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 9 em 31 de dezembro 2021) e recuperação de créditos baixado como prejuízo no montante de R$ 2.485 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021. **b. Resultado não operacional:** Refere-se, principalmente, a sublocação de imóvel sendo R$ 790 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 648 em 31 de dezembro 2021) relativo à receita com condomínio e aluguel. **c. Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos. **d. Acordo para compensação e liquidação de obrigações:** O Banco possui acordo de compensação e liquidação no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263 de 24/02/2005. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores. **e. Compromissos, garantias e outras informações;** Em 31 de dezembro de 2022 o Banco possuía em garantia na B3 S.A., o montante de R$ 16.169 em Letras Financeiras do Tesouro - LFT (R$ 35.383 em 31 de dezembro 2021) registradas em títulos e valores mobiliários - vinculados à prestação de garantia para realização de operações de câmbio interbancário dentro desta Câmara e contrato de prestação de garantia fidejussória a terceiros no montante de R$ 0 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021). **f. Normas emitidas pelo BACEN com vigência futura, Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, conforme estabelecido no Art. 76, o BANCO KEB HANA do Brasil, elaborou o Plano de Implementação da referida Resolução, onde estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluído a designação e o reconhecimento das das relações e proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O plano foi devidamente aprovado pela Diretoria do Banco. É importante mencionarmos que normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 estão pendentes de emissão pelo órgão regulador, em principal referente ao modelo simplificado de Perdas Esperadas a ser definido para as Instituições classificadas como S4, classificação do Banco. A adoção dos normativos anteriormente mencionados e dos potenciais normativos complementares relacionados ao tratamento contábil de instrumentos financeiros, incluindo a reestruturação do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, estamos acompanhado a evolução das mudanças conforme a divulgação pelo Banco Central do Brasil. O Plano de Implementação do Banco KEB HANA do Brasil, que está sendo proposto pela Resolução CMN nº 4966/21, prevê fases a serem executadas durante os exercício de 2023 e 2024 para efetiva implementação a partir de 1º de janeiro de 2025, a implementação será realizada com apaio de diversas áreas que estarão dedicadas à identificação dos impactos da adoção dos normativos e acompanhamento considerado, dentre outros aspectos, os impactos em processos e sistemas legados e revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis. Sempre ressaltando, como serão publicados normativos complementares pelo CMN e Banco Central do Brasil, novos ajustes ao Plano de Implementação podem ser realizados. A Administração está acompanhado o processo de adoção conforme a Resolução e os impactos nas Demonstrações Contábeis serão divulgadas a partir da definição completa do arcabouço regulatório. **g. ESG (Environmental, Social and Governance):** O BANCO KEB HANA do Brasil já possui uma PRSAC "Política de Risco Social Ambiental e Climática", aprovada pela Diretoria Executiva do Banco, entretanto visando adequá-la as exigências da Resolução CMN nº 4.945/21, estabeleceu um Plano de Ação com ações e cronograma para a sua revisão. Esse plano de ação compreendeu inclusive a contratação de consultoria jurídica externa. A área de Compliance está coordenando a implementação do Plano de Ação com a cooperação de todas as outras áreas do banco relevantes para essa adequação (Crédito, Cadastro, Tesouraria/Riscos, Contabilidade, RH, Diretoria, Produtos). A estrutura de gerenciamento de risco do banco também está sendo revista para se adequar à Resolução 4943/21, incluindo a incorporação do RSAC "Risco Social Ambiental e Climático", na RAS "Risk Appetite Statement" da instituição. O cronograma de adequação está previsto para 31/03/23.

DIRETORIA

A Diretoria

CONTADOR

Sérgio Augusto Macedo Silva - CRC 1SP 206500/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria do Banco KEB Hana do Brasil S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KEB Hana do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KEB Hana do Brasil S.A. ("Banco") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade de Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-0 F SP

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

BANCO JOHN DEERE S.A.

CNPJ nº 91.884.981/0001-32 | Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado s/nº Km 57,5 - Indaiatuba/SP

Demonstrações Financeiras para os Semestres e Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e Exercício de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondente ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022. **Resumo das Operações:** o Banco John Deere S.A. tem seus esforços voltados ao financiamento de máquinas, equipamentos e peças da marca John Deere. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de novas operações de crédito no montante de R$ 21.3 bilhões no exercício de 2022. O lucro líquido do exercício de 2022 foi de R$ 269.383 mil. **Aspectos Econômicos e de negócio:** As condições econômicas no mercado global e industrial no qual o Banco opera pode afetar diretamente o negócio, bem como a confiança de nossos clientes em função de exposição cambial e volatilidade da moeda, altas taxas de juros, inflação, clima, política e estabilidade social. O cenário projetado neste último trimestre demonstra contínuo crescimento de preços. A pandemia e, mais recentemente, a guerra na Rússia acabaram impactando toda a cadeia logística, deixando um mercado sobrecarregado e altamente desafiador. A John Deere continua trabalhando para manter o estoque de peças e insumos regularizado para suprir a crescente demanda por equipamentos e para cumprir os compromissos com seus clientes, buscando manter o equilíbrio em um cenário global desafiador para toda a indústria. O planejamento se tornou fundamental e o cliente já entende a necessidade de idealizar os investimentos e iniciarem as negociações com antecedência. O mercado agrícola no Brasil tem estimativa recorde de produção de soja em 154 milhões de toneladas métricas (MMT), 19% acima da safra do ano de 2021. A John Deere indicou que a expectativa de vendas para tratores e colheitadeiras na América Latina é de crescimento de até 5%. E também prevê aumento entre 15% e 20% em vendas líquidas de Agricultura de Precisão no ano fiscal de 2023 na região. **Aspectos Sociais:** O Banco reconhece a importância do engajamento corporativo em ações de responsabilidade social, por essa razão, anualmente, destina parte de seu lucro, a projetos sociais que ajudam na redução da desigualdade social, democratização do acesso à Cultura, Educação e Esporte. Todo esse trabalho é desenvolvido através do Instituto John Deere, fundada em 2004, a qual é responsável por gerenciar os programas de desenvolvimento. Suas ações estão focadas aos seguintes pilares de atuação: Educação, Desenvolvimento de Comunidades e Combate à Fome. As doações aos projetos sociais ocorrem no segundo semestre de cada ano-calendário. **Gerenciamentos de Riscos e de Capital:** em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2022, os limites operacionais do Banco, que são apurados de forma consolidada, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações. **Ouvidoria**: a missão da Ouvidoria é a de atuar como canal de comunicação entre o Banco John Deere S.A., seus clientes e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.

Balanços Patrimoniais

Ativo	NE	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	4	1.036	1.057
Aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações no mercado aberto	4	857.184	890.365
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.1	120.080	-
Relações interfinanceiras		183.194	2.504
Depósitos no Banco Central		183.194	2.504
Carteira de Crédito	5	13.626.644	8.968.887
Operações de crédito - setor privado		13.617.337	8.957.076
Outros créditos com característica de operação de crédito		9.307	11.811
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6	(354.971)	(330.747)
(Operações de Créditos)		(354.721)	(330.443)
(Outros Créditos)		(250)	(304)
Outros créditos		212.232	184.015
Ativos fiscais diferidos	13b	193.214	172.726
Diversos	7	19.018	11.289
Outros valores e bens		2.163	3.391
Outros valores e bens		1.634	2.398
Despesas antecipadas		529	993
Imobilizado de uso		4.103	4.326
Outras imobilizações de uso		7.148	6.778
(Depreciações Acumuladas)		(3.045)	(2.452)
Intangível		17.971	10.310
Ativos Intangíveis		34.142	23.853
(Amortização Acumulada)		(16.171)	(13.543)
Total do Ativo		**14.669.636**	**9.734.108**

Passivo	NE	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos	9	2.831.424	582.731
Depósitos à vista		237.071	237.185
Depósitos interfinanceiros		-	31.889
Depósitos a prazo		2.594.353	313.657
Relações interfinanceiras		-	14
Correspondentes		-	14
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	8	5.312.400	5.576.727
FINAME / BNDES		5.308.646	5.576.727
FNO - Fundo Constitucional do Norte		3.754	-
Obrigações por repasses Exterior	8	2.392.731	918.246
Obrigações por repasses do exterior em Moeda Estrangeira		2.392.731	918.246
Letras Financeiras	10a	1.883.779	715.935
Letras Financeiras		1.883.779	715.935
Letras de crédito LCA	10b	60.075	-
Letras de crédito LCA		60.075	-
Outras obrigações		185.933	185.495
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12a	3.592	1.618
Sociais e estatutárias	12a	9.684	8.567
Passivos fiscais correntes	11	139.924	112.373
Diversas	12a	24.126	61.705
Provisão para riscos contingentes	12a	1.739	1.232
Outros Passivos	16	6.868	-
Resultados de Exercícios Futuros	16	-	4.116
Resultados de exercícios futuros		-	4.116
Patrimônio Líquido			
Capital social - de domiciliados no País	14a	886.500	836.500
Capital social - a integralizar		118.500	50.000
Reserva de capital		323	323
Reservas de lucros	14b	997.328	863.415
Outros resultados abrangentes		643	606
Total do patrimônio líquido		2.003.294	1.750.844
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**14.669.636**	**9.734.108**

Demonstrações do Resultado

	NE	31.12.2022 Semestre	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Receitas da Intermediação Financeira				
Operações de crédito		721.707	1.183.397	846.580
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		55.648	87.668	34.815
Total		777.355	1.271.065	881.395
Despesas de Intermediação Financeira				
Operações de captação no mercado	9	(119.694)	(153.983)	(48.918)
Operações de captação com letras financeiras	10a	(123.051)	(187.570)	-
Operações de captação com letras de crédito do agronegócio	10b	(263)	(263)	-
Operações de empréstimos e repasses	8	(199.288)	(379.218)	(438.887)
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6.a	(76.942)	(93.650)	(9.285)
Total		(519.237)	(814.684)	(497.090)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		258.118	456.381	384.305
Outras Receitas e Despesas Operacionais				
Receitas de prestação de serviços	17	1.808	6.087	29.443
Rendas de tarifas bancárias		424	748	826
Despesas de pessoal	18	(27.454)	(47.999)	(42.343)
Outras despesas administrativas	19	(21.338)	(36.799)	(31.569)
Despesas tributárias		(15.123)	(26.959)	(22.240)
Provisões para riscos contingentes	12b	(783)	(700)	(284)
Outras receitas operacionais	20	1.905	54.187	47.282
Outras despesas operacionais		(441)	(723)	(760)
Total		(61.002)	(52.158)	(19.645)
Resultado Operacional		197.116	404.223	364.660
Outras receitas não operacionais		1.017	1.443	1.835
Prejuízo na alienação de valores e bens		(364)	(476)	(4.190)
Resultado Não Operacional		653	967	(2.355)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		197.769	405.190	362.305
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	(37.594)	(129.526)	(134.168)
Provisão para imposto de renda		(37.660)	(81.665)	(61.469)
Provisão para contribuição social		(33.309)	(68.378)	(57.702)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		33.375	20.517	(14.997)
Participações Estatutárias nos Lucros		(3.480)	(6.281)	(7.918)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		**156.695**	**269.383**	**220.219**
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício por Ação - R$		0,18	0,31	0,18

Demonstração do Resultado Abrangente

	NE	31.12.2022 Semestre	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Lucro Líquido do semestre/exercício		156.695	269.383	220.219
Avaliação atuarial	21b	66	66	4.000
Efeito fiscal	21b	(30)	(30)	(1.800)
Total de resultados abrangentes do período		**156.731**	**269.419**	**222.419**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	NE	31.12.2022 Semestre	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido ajustado		249.911	407.431	229.472
Lucro líquido do semestre / exercício		**156.695**	**269.383**	**220.219**
Ajustes ao lucro líquido		**93.216**	**138.048**	**9.253**
Provisão beneficio empregados		358	797	2.967
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12b	783	700	284
Efeito de variação cambial com partes relacionadas		46.381	59.798	(18.936)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	(33.375)	(20.517)	14.997
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		76.942	93.650	9.285
Depreciações e amortizações		2.127	3.620	656
Variação de Ativos e Obrigações				
Redução (aumento) em relações interfinanceiras		(118.265)	(180.676)	3.023
Redução (aumento) em operações de crédito	5	(4.158.623)	(5.302.437)	(883.973)
Juros recebidos em operações de crédito		241.308	668.902	477.873
Redução (aumento) em outros créditos	7	(4.056)	(7.697)	984
Redução (aumento) em outros valores e bens		758	1.228	12.738
Aumento (redução) em depósitos	9	1.799.779	2.248.693	(76.906)
Aumento (redução) em obrigações por repasses (BNDES/ FINAME)	8	985.677	8.261	(182.642)
Juros pagos em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)		(27.234)	(272.588)	(248.793)
Aumento em emissão de títulos (letras financeiras)	10a	195.084	1.167.843	414.358
Aumento em emissão de títulos (LCA)	10b	60.075	60.075	-
Aumento (redução) em outras obrigações		(39.306)	5.355	150.716
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		-	-	(3.342)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.745)	(124.760)	(125.746)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(836.637)**	**(1.320.369)**	**(232.240)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado de uso e intangível		(2.255)	(7.440)	(6.420)
Caixa líquido proveniente da (utilizado nas) atividades de investimentos		**(2.255)**	**(7.440)**	**(6.420)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		1.155.201	1.461.171	(82.748)
Juros pagos em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		(33.385)	(46.484)	(83.884)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**1.121.817**	**1.414.687**	**(166.632)**
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**282.925**	**86.878**	**(405.292)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	4	**695.375**	**891.422**	**1.296.713**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	4	**978.300**	**978.300**	**891.422**
Variação do caixa e equivalente no período		282.925	86.878	(405.291)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	NE	Capital social realizado	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva estatutária	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01.01.2021		**692.000**	**85.000**	**323**	**71.646**	**692.046**	**-**	**(1.594)**	**1.539.421**
Aumento de capital	14.a	144.500	(85.000)	-	-	(70.000)	-	-	(10.500)
Aumento de capital a integralizar	14.a	-	50.000	-	-	(50.000)	-	-	-
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.b	-	-	-	-	1.596	-	-	1.596
Lucro líquido do exercício	14.b	-	-	-	-	-	220.219	-	220.219
Destinações:									
Dividendos	14.c	-	-	-	-	-	(2.092)	-	(2.092)
Reserva legal	14.b	-	-	-	11.011	-	(11.011)	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	207.116	(207.116)	-	-
Outros eventos:									
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	-	2.200	2.200
Saldos em 31.12.2021		**836.500**	**50.000**	**323**	**82.656**	**780.759**	**-**	**606**	**1.750.844**
Saldos em 01.01.2022		**836.500**	**50.000**	**323**	**82.656**	**780.759**	**-**	**606**	**1.750.844**
Aumento de capital	14.a	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital a integralizar	14.a	-	118.500	-	-	(135.000)		-	(16.500)
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.a	-	-	-	-	2.092	-	-	2.092
Lucro líquido do exercício	14.b	-	-	-	-	-	269.383	-	269.383
Destinações:						-			-
Reserva legal	14.b	-	-	-	13.469		(13.469)	-	-
Dividendos	14.c	-	-	-	-	-	(2.559)	-	(2.559)
Reserva estatutária		-	-	-	-	253.355	(253.355)	-	-
Outros eventos:		-							
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	-	36	36
Saldos em 31.12.2022		**886.500**	**118.500**	**323**	**96.125**	**901.203**	**-**	**642**	**2.003.294**
Saldos em 01.07.2022		**836.500**	**50.000**	**323**	**82.656**	**782.847**	**112.688**	**607**	**1.865.623**
Aumento de capital	14.a	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital a integralizar	14.a	-	118.500	-	-	(135.000)	-	-	(16.500)
Lucro líquido do semestre	14.b	-	-	-	-	-	156.695	-	156.695
Destinações:									
Dividendos	14.c	-	-	-	-	-	(2.559)	-	(2.559)
Reserva legal	14.b	-	-	-	13.469	-	(13.469)	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	253.355	(253.355)	-	-
Outros eventos:									
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	-	36	36
Saldos em 31.12.2022		**886.500**	**118.500**	**323**	**96.125**	**901.203**	**-**	**643**	**2.003.294**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: O Banco John Deere S.A. ("Banco") é um Banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. Sua sede é na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado, s/n, km 57,5, Indaiatuba - SP. As operações de crédito do Banco referem-se basicamente a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da John Deere Brasil Ltda. ("Controladora") visando ao fomento da venda de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, emanadas das normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil nº 6.404/76 e respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN. As normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão aplicadas somente quando aprovadas pelo BACEN em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco na elaboração de suas demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamento	Descrição Pronunciamento	Homologação BACEN
CPC 00 (R2)	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Homologado pela Res. CMN nº 4.924/21;
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Homologado pela Res. CMN nº 3.566/08;
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Homologado pela Res. CMN nº 4.524/16;
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Homologado pela Res. CMN nº 3.604/08;
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	Homologado pela Res. CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	Homologado pela Res. CMN nº 3.750/09;
CPC 06 (R2)	Arrendamentos (Vigência a partir de 2025)	Homologado pela Res. CMN nº 4.975/21;
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	Homologado pela Res. CMN nº 3.989/11;
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Homologado pela Res. CMN nº 4.007/11;
CPC 24	Evento Subsequente	Homologado pela Res. CMN nº 3.973/11;
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Homologado pela Res. CMN nº 3.823/09;
CPC 27	Ativo Imobilizado	Homologado pela Res. CMN nº 4.535/16;
CPC 33	Benefícios a Empregados	Homologado pela Res. CMN nº 4.877/20;
CPC 41	Resultado por Ação	Homologado pela Res. CMN nº 3.959/19;
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	Homologado pela Res. CMN nº 4.748/19;
CPC 47	Receita de contrato com cliente	Homologado pela Res. CMN nº 4.924/21;
CPC 48	Instrumentos Financeiros - (Vigência a partir de 2025)	Homologado pela Res. CMN nº 4.966/21;

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.720/19, Resolução BCB nº 2/20, Circular BCB nº 3.959 e alterações posteriores, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos. **a) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros: i. Resolução CMN nº 4.966:** Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção. **ii. Resolução CMN nº 4.975:** de 16 de dezembro de 2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção. **iii. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022:** Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção. Em 23/03/2023 a Diretoria do Banco autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata temporis" até a data do balanço. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez com vencimento na data da aplicação menores do que 90 dias. As aplicações financeiras possuem o objetivo de atender compromissos de curto prazo, são contratadas com prazo de resgate de até 07 dias da data da aplicação, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até as datas dos balanços. **3.3. Operações de crédito:** As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. **3.4. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** Constituída em montante julgado suficiente pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações de crédito, dos riscos específicos e globais da carteira. Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e legislação complementar, o Banco classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor considerando a qualidade do devedor e da operação. A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação. **3.5. Imobilizado de uso e intangível:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação/amortização acumulada e, ajustados por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, estimada em: móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de uso - 10% e para veículos e sistema de processamento de dados - 20%. **3.6. Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros:** A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por ("*impairment*"), quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Não foram observados ajustes relevantes que possam comprometer a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2022. Os ativos não financeiros mantidos para venda são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. **3.7. Obrigações por empréstimos e repasses:** As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. O Banco reclassifica, quando aplicável, os saldos credores apresentados por contas de natureza devedora, decorrentes do registro de variação cambial incidente sobre operações passivas de repasses externos, para a rubrica "Outras rendas operacionais" no resultado. **3.8. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** A provisão do IRPJ é registrada pelo regime de competência, bem como calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual, excedente a R$ 240 mil. A provisão para CSLL, deverá ser calculada à alíquota de 20% até 31 de julho de 2022, sendo alterada para 21% durante o período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, de acordo com o disposto na Medida Provisória nº 1115/2022. À vista da sanção dessa Medida Provisória, qual dispôs acerca da majoração da alíquota de CSLL para 21% no período de Agosto a Dezembro de 2022, o ativo fiscal diferido a ser calculado e reconhecido até 31 de dezembro de 2022, será apurado considerando a expectativa de realização desse ativo por mês-calendário. A partir do novo ano calendário de 2023, a alíquota da CSLL volta a ser 20%. **3.9. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma: Provisões para riscos - são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados os classificados como perda remota. **3.10. Participação dos empregados:** A participação dos empregados no resultado é calculada sobre o lucro do período, sendo paga anualmente. **3.11. Benefícios a empregados:** Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15 com vigência a partir de 01.01.2016. Com a adoção desse pronunciamento, os ganhos e as perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial), líquido dos efeitos tributários. Os ganhos ou perdas decorrentes de mensurações atuariais do valor líquido de passivo ou ativo de planos de benefício definido, são registrados no patrimônio líquido, sem efeitos sobre o resultado anualmente. **3.12. Resultado de exercícios futuros:** Entende-se por receita de exercícios futuros aquela recebida antes do cumprimento da obrigação que lhe deu origem, sobre os quais não haja nenhuma perspectiva de exigibilidade e cuja apropriação,

Continua

Continuação

como renda efetiva, depende, apenas, da fluência do prazo. O Banco reconhece a receita de exercícios futuros para os contratos em que há recebimento de subsídio de taxa conforme Circular BACEN nº 1.273/87. **3.13. Demonstração dos fluxos de caixa:** É elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/08, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. **Transações que não afetam o caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Banco registrou eventos que não envolveram uso de caixa ou equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Transação	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos a pagar	2.559	2.092
(-) Estorno de dividendos a pagar	(2.092)	-
(-) Juros sobre capital próprio a pagar	(93.500)	(59.500)
Capital Social	93.500	59.500

3.14. Lucro por ação: O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 236/22. O Lucro por ação está apresentado nas "Demonstrações de Resultado" do semestre e exercício. **3.15. Estimativas Contábeis:** As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas utilizadas são aquelas que a Administração julga serem as que melhor refletem os saldos de suas operações, e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e revisados. Os principais grupos de Balanço impactados pelas estimativas contábeis são: • Provisão para perdas associadas ao risco de crédito; • Créditos tributários; • Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **3.16. Resultados recorrentes e não-recorrentes:** De acordo com a resolução BCB nº2 art. 34 é requerida a abertura de resultado recorrente e não recorrente. Para fins dessa demonstração financeira e conforme definição do BACEN considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Como política interna, o Banco estabelece uma análise no menor nível de conta contábil para identificação de efeitos no resultado que contenham as características anteriormente mencionadas. Quando identificado tais eventos os mesmos são considerados como não recorrentes. Quanto a mensuração, o valor considerado como não recorrente é o efeito no resultado na data original do seu lançamento.

	31.12.2022			31.12.2021		
	Resultado Recorrente	Resultado Não-Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado Não-Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	1.271.067	-	1.271.067	881.395	-	881.395
Despesas de Intermediação Financeira	(814.682)	-	(814.682)	(497.090)	-	(497.090)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	456.385	-	456.385	384.305	-	384.305
Receitas de prestação de serviços	6.086	-	6.086	29.443	-	29.443
Rendas de tarifas bancárias	748	-	748	826	-	826
Despesas de pessoal (a)	(48.000)	-	(48.000)	(42.180)	(165)	(42.345)
Outras despesas administrativas	(36.799)	-	(36.799)	(31.567)	-	(31.567)
Despesas tributárias	(26.959)	-	(26.959)	(22.242)	-	(22.242)
Provisões para riscos contingentes	(699)	-	(699)	(285)	-	(285)
Outras receitas operacionais	54.187	-	54.187	47.282	-	47.282
Outras despesas operacionais	(724)	-	(724)	(760)	-	(760)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(52.161)	-	(52.161)	(19.483)	(165)	(19.648)
Resultado Operacional	404.224	-	404.224	364.822	(165)	364.657
Resultado Não Operacional	967	-	967	(2.351)	-	(2.355)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	405.191	-	405.191	362.471	(165)	362.302
Imposto de Renda E Contribuição Social	(129.527)	-	(129.527)	(134.168)	-	(134.168)
Participações Estatutárias nos Lucros	(6.281)	-	(6.281)	(7.918)	-	(7.918)
Lucro Líquido do Exercício	**269.383**	**-**	**269.383**	**220.381**	**(165)**	**220.216**

a) Despesas com o Plano de Demissão Voluntária estabelecido pela John Deere Brasil e o Banco;

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Rendimento (a.a)	Vencimento	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Disponibilidades:				
Reserva no BACEN			1.036	1.057
Aplicações interfinanceiras de liquidez:				
Letras Financeiras do Tesouro	13,63 % a 13,64%	Jan.23	323.037	289.986
Letras do Tesouro Nacional	13,6 % a 13,65%	Jan.23	534.147	472.381
Notas do Tesouro Nacional	13,10 % a 13,15%		-	127.998
DI		Jan.23	120.080	-
Total Caixa e equivalentes de caixa			**978.300**	**891.422**

4.1. Relações Interfinanceiras:

	Rendimento (a.a)	Vencimento	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Relações interfinanceiras:				
Depósito Voluntário BACEN	100% CDI	Jan.23	179.730	-
Banco Central - Outros Depósitos		Jan.23	3.464	2.504
Total Relações interfinanceiras			**183.194**	**2.504**

5. Carteira de Crédito: As operações de crédito referem-se, basicamente, a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da Controladora para compra de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere. A posição da carteira de crédito está composta também, por financiamentos e valores a receber de devedores por compra de BNDU, como segue:

a) Diversificação por vencimento:

	31.12.2022 Valor	%	31.12.2021 Valor	%
Vencidas:				
Até 14 dias	925	0,01	694	0,01
De 15 até 60 dias	7.586	0,06	5.839	0,07
Acima de 60 dias	25.801	0,19	24.421	0,27
	34.312	0,25	30.954	0,35
A vencer:				
Até 90 dias	3.435.372	25,21	670.979	7,48
De 91 até 360 dias	3.019.657	22,16	2.417.052	26,95
Acima de 360 dias	7.137.303	52,38	5.849.902	65,22
	13.592.332	99,75	8.937.933	99,65
Total	**13.626.644**	**100**	**8.968.887**	**100**

	31.12.2022	31.12.2021
Circulante		
Operações de crédito - setor privado	6.486.800	3.116.373
Outros créditos com característica de operação de crédito	2.541	2.611
Não circulante		
Operações de crédito - setor privado	7.130.537	5.840.703
Outros créditos com característica de operação de crédito	6.766	9.199
Total	**13.626.644**	**8.968.887**

b) Diversificação por tipo de cliente e atividade econômica

	31.12.2022 Valor	% sobre o total da carteira	31.12.2021 Valor	% sobre o total da carteira
Pessoa Jurídica	5.659.384	41,53	2.158.420	24,07
Pessoa Física	7.967.260	58.47	6.810.468	75,93
Total	**13.626.644**	**100**	**8.968.887**	**100**

	31.12.2022 Valor	% sobre o total da carteira	31.12.2021 Valor	% sobre o total da carteira
Agropecuário	11.530.113	84,61	7.917.645	88,28
Construção	2.096.531	15,39	1.051.243	11,72
Total	**13.626.644**	**100**	**8.968.887**	**100**

c) Diversificação por nível de concentração:

	31.12.2022 Valor	% sbre o total da Carteira	31.12.2021 Valor	% sobre o total da carteira
Principal devedor	387.220	2,84	147.130	1,64
20 maiores devedores	3.286.713	24,12	1.124.806	12,54
Demais devedores	9.952.711	73,04	7.696.951	85,82
Total	**13.626.644**	**100**	**8.968.887**	**100**

d) Diversificação por moedas e indexadores:

	31.12.2022	31.12.2021
Juros prefixados	10.753.442	7.612.676
Dólar norte-americano (US$)	2.359.852	880.984
Outros	513.350	475.227
Total	**13.626.644**	**8.968.887**

e) Renegociações de crédito:

	31.12.2022	31.12.2021
Renegociações[1]	141.117	71.205
Total	**141.117**	**71.205**

[1] Renegociações: total de renegociações de operações da carteira ativa do Banco.

f) Recuperação de crédito por restabelecimento:

	31.12.2022 Semestre	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Recuperação de crédito por restabelecimento:	48.321	90.076	64.542
Total	**48.321**	**90.076**	**64.542**

[1] Recuperação de crédito por restabelecimento[1]: operações anteriormente levadas para "Prejuízo", de acordo com as premissas estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99 que foram restabelecidas e reconhecidas pelo regime de caixa.

6. Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito: A provisão para perdas associadas ao risco de crédito está composta como segue:

a) Movimentação do período:	31.12.2022 Semestre	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Provisão no início do exercício	282.438	330.747	354.835
Constituição com efeito em resultado	76.942	93.650	9.285
Constituição por reativação de operações restabelecidas	19.804	3.697	7.729
Baixas a prejuízo	(24.213)	(73.123)	(41.102)
Provisão no fim do exercício	**354.971**	**354.971**	**330.747**

	31.12.2022	31.12.2021
Circulante		
Operações de crédito	153.446	136.411
Outros créditos - devedores por compra de valores e bens	69	71
Não circulante		
Operações de crédito	201.275	194.033
Outros créditos - devedores por compra de valores e bens	181	233
Total	**354.971**	**330.747**

b) Níveis de risco e provisão:

Nível de risco	Percentual de provisão mínimo - nº 2.682/99	31.12.2022 Valor da carteira	31.12.2022 Valor da provisão	31.12.2021 Valor da carteira	31.12.2021 Valor da provisão
AA	-	1.591.505	-	827.107	-
A	0,50%	4.405.362	22.027	2.247.216	11.237
B	1,00%	3.684.203	36.842	2.654.047	26.540
C	3,00%	3.599.797	107.994	2.864.491	85.935
D	10,00%	118.127	11.813	130.990	13.099
E	30,00%	47.751	14.325	33.039	9.912
F	50,00%	25.153	12.577	48.946	24.473
G	70,00%	17.842	12.489	11.664	8.165
H	100,00%	136.904	136.904	151.387	151.387
Total		**13.626.644**	**354.971**	**8.968.887**	**330.747**

7. Outros Créditos - Diversos:

	31.12.2022	31.12.2021
Valores a receber intercompany (NE 15b)	15.457	10.496
Depósitos judiciais	-	85
Adiantamento de salários	2.297	642
Outros	1.264	65
Total	**19.018**	**11.289**

8. Obrigações por Empréstimos e Repasses:

	Remuneração	Condições de Amortização	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31.12.2022 Total	31.12.2021 Total
Repasses do país - Instituições Oficiais							
FINAME / BNDES	Pós-fixada: 0,95% a 3,5% a.a + Indexador Pré-fixada: 0,5% até 16,69% a.a.	parcelas vincendas até Abril de 2026	63.931	1.534.562	3.710.153	5.308.646	5.576.727
FNO - Fundo Constitucional do Norte	Pré-fixada: 2,83%	parcelas vincendas até fev de 2029	-	-	3.754	3.754	-
Repasses do Exterior							
John Deere Capital Corporation	Pré-fixada: (1,82% a.a. a 8,04% a.a.) ou Libor	parcelas vincendas até Outubro de 2027	1.566	546.433	1.844.732	2.392.731	918.246
		Total	**65.497**	**2.080.995**	**5.558.639**	**7.705.131**	**6.494.973**

(1) Indexadores: SELIC, TJLP e IPCA. (2) Operações atreladas ao dólar norte-americano (US$). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as despesas com obrigações por empréstimos e repasses foram de R$ 379.218 e R$ 438.887 no exercício findo 2021. Observa-se uma redução nas linhas de créditos do BNDES por escassez de recursos. Consequentemente, verifica-se uma migração de operações de crédito para dólar e recursos próprios.

9. Depósitos:

Vencimento	Depósitos à vista[1] 31.12.2022	Depósitos à vista[1] 31.12.2021	Depósitos a prazo[2] 31.12.2022	Depósitos a prazo[2] 31.12.2021	Depósitos Interfinanceiros[3] 31.12.2022	Depósitos Interfinanceiros[3] 31.12.2021	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Sem vencimento	237.071	237.185	-	-	-	31.889	237.071	269.074
Até 360 dias	-	-	725.474	-	-	-	725.474	-
Acima de 360 dias	-	-	1.868.879	313.657	-	-	1.868.879	313.657
Total	**237.071**	**237.185**	**2.594.353**	**313.657**	**-**	**31.889**	**2.831.424**	**582.731**

Composição por vencimento: [1] Depósitos à vista: Operações não indexadas. [2] Depósitos a prazo: Operações pós fixadas em taxa CDI. [3] Depósitos interfinanceiros: operações pré-fixadas. No exercício findo 31 de dezembro de 2022 a despesa com captação no mercado foi de R$ 153.983 e R$ 48.918 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Captações: a) Letras Financeiras:

	Remuneração	Condições de amortização	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	31.12.2022 Total	31.12.2021 Total
Letras Financeiras						
Emissão 23.09.2021	1,05% a.a. + 100% CDI	03/10/2023	259.418	-	259.418	-
Emissão 23.09.2021	1,20% a.a. + 100% CDI	23/09/2024	-	467.137	467.137	-
Emissão 23.09.2021	1,30% a.a. + 100% CDI	-	-	-	-	329.958
Emissão 23.09.2021	1,50% a.a. + 100% CDI	-	-	-	-	385.977
Emissão 04.05.2022	0,95% a.a. + 100% CDI	14/05/2024	-	301.906	301.906	-
Emissão 04.05.2022	1,10% a.a. + 100% CDI	05/05/2025	-	387.715	387.715	-
Emissão 04.05.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	04/05/2026	-	275.491	275.491	-
Emissão 08.09.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	08/09/2026	-	17.448	17.448	-
Emissão 08.09.2022	0,95% a.a. + 100% CDI	09/09/2024	-	17.377	17.377	-
Emissão 08.09.2022	1,10% a.a. + 100% CDI	08/09/2025	-	17.385	17.385	-
Emissão 03.11.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	03/11/2026	-	8.182	8.182	-
Emissão 08.11.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	09/11/2026	-	20.422	20.422	-
Emissão 08.11.2022	0,90% a.a. + 100% CDI	07/11/2024	-	20.410	20.410	-
Emissão 08.11.2022	1,10% a.a. + 100% CDI	07/11/2025	-	20.416	20.416	-
Emissão 14.12.2022	0,95% a.a. + 100% CDI	13/12/2024	-	70.472	70.472	-
			259.418	1.624.361	**1.883.779**	**715.935**

O Banco realizou emissão pública de letras financeiras totalizando a captação de R$ 944.400. No 2º semestre de 2022 foram realizadas novas emissões públicas de letras financeiras com características "bilaterais" no montante de R$ 192.111. No semestre e exercício findo 31 de dezembro de 2022 as despesas com captações de letras financeiras no mercado foi de R$ 64.519 e R$ 187.570 respectivamente e R$ 27.670 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **b) LCA - Letras de Crédito Agronegócio:** Em dezembro de 2022 o banco passou a ofertar ao mercado Letras de Crédito Agronegócio.

Variação %	Condições de amortização	Acima de 12 meses	31.12.2022 Total	31.12.2021 Total
96% CDI	Dez/2024	1.887	1.887	-
100% CDI	Dez/2024	58.188	58.188	-
		60.075	**60.075**	**-**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as despesas com captações de letras de crédito do agronegócio no mercado foram de R$ 263.

11. Outras Obrigações - Passivos fiscais correntes:

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão Imposto de Renda	57.465	44.139
Provisão Contribuição Social	53.220	45.751
Outros impostos	29.239	22.483
Total	**139.924**	**112.373**

12. Outras obrigações: a) Diversas:

	31.12.2022	31.12.2021
Valores a repassar/ com entidades do grupo (nota 15)	5.384	45.661
Provisão para riscos contingentes (b)	1.739	1.232
Benefícios pós-emprego (nota 16B)	5.821	5.090
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	7.533	7.485
Cobrança a classificar (2)	5.388	3.357
Provisão para participação nos lucros (PLR) (4)	7.125	6.477
Dividendos a Pagar (3)	2.559	2.092
Credores Diversos	3.592	1.728
Total	**39.141**	**73.122**
Circulante	31.581	66.800
Exigível a longo prazo	7.560	6.322

[1] Provisões relativas a despesas com pessoal e administrativas. [2] Transações cujo processo de identificação dos beneficiários se encontrava em andamento na data dos balanços. [3] Dividendos a pagar. [4] Provisão para participações nos lucros. **b) Provisão para passivos contingentes:** Os saldos de provisões para riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais constituídos com probabilidade de perda e as respectivas movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a seguir:

	Cíveis	Contingências Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**865**	**-**	**367**	**1.232**
Constituições, líquidas de reversões	488	311	(99)	700
Reversões por pagamento	-	-	(194)	(194)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.353**	**311**	**74**	**1.739**

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam ações avaliadas com probabilidade possível de perda. **Ações Fiscais:** ISS - Sobre Serviços Prestados. Durante o ano de 2022, o Banco John Deere passou por um processo de fiscalização da Prefeitura de Indaiatuba no que tange Imposto sobre serviços (ISS). Após finalização do processo de fiscalização, houve autuação relacionada aos serviços tomados e prestados, do qual, protocolamos defesas perante a Fazenda Municipal de Indaiatuba. Sob o aspecto dos serviços tomados, consideramos que a contingência é "possível" (chances de êxito em 50%), tendo em vista que temos argumentos mais sólidos a serem discutidos visando afastar as cobranças, com melhores repercussões na jurisprudência atual. Quanto aos serviços prestados, temos discussões com risco "possível" (chance de êxito em 60%) e "provável" (ou "êxito remoto"). Classificamos como "perda provável" a matéria relacionada ao valor remanescente de R$ 311 de valores realmente não tributados relacionados ao ISS. Com relação ao risco "possível", destacamos a matéria relacionada aos valores recolhidos (ISS) com erro de declaração, além dos valores não considerados no processo, que se referem a reclassificação contábil e/ou reversão de receitas, que juntos representam o total de R$ 2.167. **Ações Cíveis:** Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a desacerto comercial, alegação de defeito no bem financiado, alegação de prejuízo decorrente de produtos e serviços oferecidos ou não pelo BJD.

13. Tributos: a) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL):

	31.12.2022 Semestre	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Resultado antes do IRPJ e CSLL, após PLR	194.290	398.910	354.382
IRPJ à alíquota de 15%	(29.142)	(59.836)	(53.158)
IRPJ à alíquota de 10%, sobre adicional	(19.417)	(39.867)	(35.415)
CSLL à alíquota de 20%	(5.983)	(46.907)	(43.734)
CSLL à alíquota de 21%	(34.519)	(34.519)	(33.929)
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	**(89.061)**	**(181.129)**	**(166.237)**
Incentivo fiscal	2.818	2.934	3.200
Diferenças permanentes	49.327	49.342	32.072
Efeito da constituição/reversão da majoração da alíquota da CSLL	(678)	(673)	(3.204)
Despesa de IRPJ e CSLL	**(37.594)**	**(129.526)**	**(134.168)**

b) Ativos Fiscais Diferidos: I) Origem dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos:

	31.12.2022 IRPJ	31.12.2022 CSLL	31.12.2022 Total	31.12.2021 Total
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	88.680	70.944	159.624	148.700
Créditos baixados para perda não dedutíveis temporariamente	13.912	11.130	25.042	16.778
Rendas antecipadas	1.717	1.374	3.091	1.852
Plano de benefícios a empregados	1.455	1.164	2.169	2.291
Outros	1.541	1.297	2.838	3.105
Total	**107.305**	**85.909**	**193.214**	**172.726**

II) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos:

	31.12.2022 Semestre	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Saldo no início do exercício	159.869	172.726	189.524
Constituição de crédito tributário, líquida	34.021	21.160	(13.594)
Efeitos da lei 14.183/2021, de 14 de julho de 2021*	(676)	(673)	(3.204)
Saldo no fim do exercício	**193.214**	**193.214**	**172.726**

(*) Efeito da constituição da majoração da alíquota CSLL (de 20% para 21% - nota nº 13.a). **III) Previsão de realização dos créditos tributários:** Os créditos são registrados por seus valores nominais, sendo que, sua realização em períodos futuros é diretamente relacionada à consequente realização das diferenças temporárias que impactaram apuração dos tributos sobre o lucro. Ao passo que esse ativo é realizado, teremos o correspondente impacto na apuração do IRPJ e CSLL nos períodos subsequentes, observada a redução dos valores a serem recolhidos. Demonstramos a seguir, a projeção da expectativa de realização desse ativo anualmente.

2023	92.793
2024	44.514
2025	27.050
2026	17.354
2027	7.536
Até 2028	3.966
Total	**193.214**

O valor presente do crédito tributário em 31.12.2022 é de R$ 153.576, calculado com base na taxa média de captação de 12,25 % ao ano.

14. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social estava representado por 886.500 de ações no valor nominal de R$1,00 cada uma. A Controladora John Deere Brasil Ltda. possui a totalidade das cotas do capital social do Banco e 836.500 findo em 2021. Em 05.09.2022 o Banco apresentou a proposta de orçamento de capital para o ano de 2021, submetida à aprovação na Assembleia Geral Extraordinária para aumentar o capital social em R$ 50.000. O aumento de capital foi totalmente integralizado mediante as capitalizações de recursos provenientes de parte das reservas estatutárias de exercícios anteriores, observado no disposto na Lei das S.A. Em 21 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a distribuição a título de remuneração de capital próprio a controladora John Deere Brasil Ltda. no valor de R$ 110.000 do montante distribuído foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, perfazendo um total líquido de R$ 93.500 sendo deliberado em sua totalidade pela Assembleia de que o valor será pago a controladora, utilizado para aumento de capital no Banco, ainda à integralizar. **b) Reserva de lucros:** Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas "Legal" e "Estatutária". Com o objetivo de garantir a integridade do capital social, 5% do lucro líquido apurado é destinado para constituição da "Reserva legal", que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da "Reserva legal" e destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, é então destinado à constituição de outras reservas, permanecendo nessa condição até que a Assembleia delibere por sua destinação. Em 27 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a retenção da totalidade do lucro e da não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$2.092. O Banco submeterá à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente de reserva de lucros do ano calendário 2022, conforme requerido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76. O Banco apresentou a proposta de orçamento de capital para o ano de 2023, para aumentar o capital social em R$ 25.000. Essa proposta será apreciada em assembleia geral extraordinária no primeiro semestre de 2023. O aumento de capital será totalmente integralizado mediante as capitalizações de recursos provenientes de parte das reservas estatutárias de exercícios anteriores, observado no disposto na Lei das S.A. **c) Distribuição de Dividendos:** Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social de 1%, calculado após destinação das reservas legais. Em 31.12.2022, foi provisionado o montante de R$ 2.559 a título de dividendo mínimo obrigatório à controladora John Deere Brasil Ltda. (R$2.092 em 31.12.2021, posteriormente revertido e destinado para reserva estatutária - nota 14b). No exercício findo em 31.12.2022 não houve distribuição de dividendos adicionais.

15. Transações com Partes Relacionadas: a) Entidades controladoras: A Controladora imediata do Banco é a John Deere Brasil Ltda., sendo sua controladora final a entidade Deere & Company localizada nos Estados Unidos.

b) Transações com entidades do grupo:

	Ativo (Passivo) 31.12.2022	Ativo (Passivo) 31.12.2021	Receitas (despesas) 31.12.2022 Semestre	Receitas (despesas) 31.12.2022 Exercício	Receitas (despesas) 31.12.2021 Exercício
Depósitos à vista					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(92.187)	(175.587)	-	-	-
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	(31.602)	(22.439)	-	-	-
Ciber Equipamentos Rodoviarios Ltda (c)	(17.273)	-	-	-	-
John Deere Escavadeiras	(43.345)	-	-	-	-
Total	**(184.406)**	**(198.026)**	**-**	**-**	**-**
Depósito a prazo **(1)**					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(2.470.949)	(252.380)	(28.130)	(139.639)	(17.463)
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	(5.755)	(5.121)	(277)	(634)	(121)
Ciber Equipamentos Rodoviarios Ltda (c)	(66.767)	(56.156)	(2.101)	(5.083)	(1.237)
Dealer CDB (c)	(25.040)	-	-	-	-
John Deere Escavadeiras	-	-	(717)	(717)	-
UNIMIL	(25.841)	-	(1.441)	(1.441)	-
Total	**(2.594.353)**	**(313.657)**	**(32.665)**	**(147.514)**	**(18.821)**
Dividendos a pagar (Nota nº 14)					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(2.559)	(2.092)	-	-	-
Total	**(2.559)**	**(2.092)**	**-**	**-**	**-**
Outros ativos/ receitas (5)					
John Deere Brasil Ltda. (a)	9.531	6.421	7.860	13.364	7.599
John Deere Credit Compañia Financeira S.A (c)	4.937	3.650	843	1.604	3.181
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	-	-	-	-	6
John Deere Financial Mexico S.A (c)	174	262	723	1.341	2.540
John Deere Escavadeiras (c)	469	-	-	-	-
Total	**15.457**	**10.499**	**9.426**	**16.308**	**13.326**
Outros passivos/ despesas (2) (Nota nº 12)					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(1.105)	(40.203)	(866)	(2.104)	(2.009)
John Deere Financial (b)	(4.279)	(5.459)	(4.861)	(10.823)	(2.008)
Total	**(5.384)**	**(45.661)**	**(5.727)**	**(12.927)**	**(4.017)**
Receitas subsidiadas (3)					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(6.449)	-	66.299	232.662	44.010
P.L.A Maquinas Pulveriz e Fertiliz S.A (c)	(0)	-	551	3.169	432
Ciber Equipamentos Rodoviarios Ltda (c)	(419)	-	1.949	4.987	2.094
Total	**(6.868)**	**-**	**68.799**	**240.818**	**46.536**
Obrigações por repasses do exterior (4)					
John Deere Capital Corporation (b)	(2.392.731)	(918.246)	(17.995)	(55.417)	(138.087)
Total	**(2.392.731)**	**(918.246)**	**(17.995)**	**(55.417)**	**(138.087)**

(a) Controladora. (b) Controladora Indireta. (c) Ligada. (1) Operações pós fixada em CDI (depósitos a prazo) e prefixadas (depósitos interfinanceiros). (2) O saldo passivo é representado basicamente por recursos recebidos de concessionários por contratações com a John Deere Brasil Ltda., cujo repasse é realizado em D+1 contados a partir da data do recebimento. A despesa refere-se as cobranças com suporte de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados. (3) O saldo passivo refere-se aos resultados de exercícios futuros, não se trata de uma exigibilidade para com a entidade do grupo. (4) Saldos incluem impacto da variação cambial. (5) O saldo refere-se a valores a receber de reembolso de despesas com funcionários expatriados e reembolso de Serviços Compartilhados. **c) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades do Banco. A divulgação a seguir refere-se a despesa com a remuneração dos Diretores do Banco durante o exercício findo 31 de dezembro 2022 e de 2021.

	31.12.2022	31.12.2021
Benefícios de curto prazo a administradores	5.504	5.972
Outros benefícios de longo prazo[1]	279	292
Total	**5.782**	**6.264**

(1) Plano de benefício definido cuja intenção de resgate é de longo

Continuação

prazo. **d) Garantias:** Em 31 de dezembro de 2022 o saldo em garantias fornecida pela Controladora para operações de crédito representavam o montante de R$ 50.761 e R$ 78.671 em 31.12.2021.

	31.12.2022	31.12.2021
Convênios Operacionais	50.761	78.671
Total	**50.761**	**78.671**

16. Outros Passivos - (Resultados de Exercícios Futuros): Representam o saldo de receita de taxa de juros subsidiada pela Controladora e Ligadas, o qual foi recebido antecipadamente e será apropriado ao resultado, conforme prazo do contrato de financiamento aos quais se refere. Durante o semestre e exercício findo 31.12.2022, foram apropriados ao resultado os montantes de R$ 6.868, respectivamente (R$ 4.116 em dezembro de 2021), apresentados na rubrica "Receita de Operações de Crédito".

17. Receitas de Prestação de Serviços:

	31.12.2022		31.12.2021
Descrição	**Semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Receitas de prestação serviços (1)	-	2.245	23.071
Outras receitas	1.808	3.842	6.371
Total	**1.808**	**6.087**	**29.443**

[1] Referem-se principalmente aos serviços prestados na concessão de crédito para operações de financiamento aos fabricantes da marca John Deere, concessionárias e distribuidores. Com base em estudos e prática de mercado identificou-se que a natureza desta atividade não tem qualquer relação com a prestação de serviço, constituindo-se essa cobrança em mera equalização de taxa. Diante disso o Banco John Deere deixou de registrar o montante que apresenta a equalização de taxa.

18. Despesas de Pessoal:

	31.12.2022		31.12.2021
	Semestre	**Exercício**	**Exercício**
Remuneração	13.013	22.968	20.409
Encargos	8.137	14.080	12.662
Benefícios	3.621	6.588	5.642
Treinamento	491	769	346
Outras	2.192	3.594	3.285
Total	**27.454**	**47.999**	**42.343**

19. Outras Despesas Administrativas:

	31.12.2022		31.12.2022
	Semestre	**Exercício**	**Exercício**
Depreciações e Amortizações (1)	2.127	3.620	3.541
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	10.618	18.828	15.745
Comunicações	375	774	922
Processamento de Dados	1.000	1.884	1.776
Propaganda, Promoções e Publicidade	2.842	2.980	2.898
Aluguéis	661	1.280	1.485
Transportes e Viagens	880	1.552	183
Serviços do Sistema Financeiro	645	1.105	816
Serviços de Vigilância e Prediais	282	500	731
Material	53	130	415
Custas Judiciais e Desp. Cobrança	77	1.399	1.150
Outras	1.779	2.747	1.908
Total	**21.338**	**36.799**	**31.569**

20. Outras Receitas Operacionais:

	31.12.2022		31.12.2021
	Semestre	**Exercício**	**Exercício**
Variação Monetária Ativa	47	51.297	38.623
Recuperação de Encargos e Despesas	1.855	2.885	7.427
Outras	3	4	1.232
Total	**1.905**	**54.187**	**47.282**

[1] Corresponde a variação monetária das operações de crédito e variação cambial das operações de empréstimos e repasses no exterior realizadas com partes relacionadas.

21. Benefícios a Empregados: a) Plano de contribuição definida: O Banco aderiu ao Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada John Deere Prev, junto ao Bradesco Multipensions, que tem por finalidade básica a concessão de benefício a seus empregados de um complemento de aposentadoria, sendo esta através de um plano de contribuição definida. Não existe nenhuma obrigação atuarial oriunda desse plano que requeira reconhecimento contábil. As despesas de contribuição do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 totalizou R$ 1.189 e R$ 2.239 respectivamente e R$ 2.043 em 31.12.2021. **b) Plano de saúde:** O Banco oferece aos seus empregados aposentados, a exemplo dos empregados ativos, planos de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Com base nas características do benefício pós-emprego, foi efetuado pelo atuário independente o cálculo das obrigações do Banco relativo a esse benefício pós--emprego, gerando resultado conforme o seguinte demonstrativo:

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo atuarial no início do exercício	5.090	8.057
Custo dos serviços correntes	447	548
Juros sobre obrigações atuariais	431	594
Benefícios pagos pela empresa	(81)	(109)
Ajuste de avaliação atuarial	(36)	(2.200)
Imposto de renda e Contribuição Social	(30)	(1.800)
Saldo do passivo no fim do exercício	**5.821**	**5.090**

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são:

	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto atuarial - taxa real	6,23%	5,37%
Taxa de desconto atuarial - taxa nominal	10,75%	8,53%
Inflação projetada	4,25%	3,00%
Aumento por idade ("aging fator")	3,00%	3,00%

Tábua de mortalidade geral: AT-2000; Hipótese de rotatividade: [((2,00/idade do participante) - 0,04) + 0,05]. A partir de 50 anos de idade, as taxas são nulas.

22. Instrumentos Financeiros: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez. Em virtude das operações realizadas em moeda estrangeira, os resultados do Banco estão suscetíveis a variações dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados ao dólar norte-americano (US$). A exposição líquida do Banco ao risco de taxa de câmbio em dólar norte-americano (US$) é conforme a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Operações de crédito	2.359.852	880.984
Outros Créditos - Com partes relacionadas	5.110	3.913
Operações de empréstimos e repasses	(2.392.731)	(918.246)
Outras obrigações - Com partes relacionadas	(4.279)	(5.459)
Exposição líquida	**(32.047)**	**(38.808)**

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração. O Banco utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos com o propósito de reduzir a exposição da carteira de empréstimos decorrentes da variação cambial na exposição da análise das contas patrimoniais estimada do Banco. A política do Banco prevê contratações de derivativos, quando necessário, para proteção de curto prazo, sendo sua intenção a de mantê-los até o seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não havia derivativos contratados.

23. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Valor justo é o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data de mensuração/data-base para fins dessa demonstração financeira. Para fins da divulgação abaixo do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados contabilmente pelo custo amortizado, utilizamos a hierarquia conforme segue: • Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; • Nível 3: de técnicas de avaliação nos quais os inputs significativos não têm como base os dados observáveis de mercado. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento. Os instrumentos financeiros do Banco são mensurados contabilmente pelo custo amortizado, a tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros:

		31.12.2022		
		Valor Justo		
	Valor contábil	**Nivel 1**	**Nivel 2**	**Nivel 3**
Ativos				
Equivalentes de Caixa	978.300	1.036	977.264	-
Operações de Crédito	13.626.644	-	-	13.483.718
Total (1)	14.604.944	1.036	977.264	13.483.718
Passivos				
Depósitos à vista	237.071	237.071	-	-
Depósitos a prazo	2.594.353	-	2.593.914	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	1.883.779	-	1.883.432	-
Obrigações por emissão Letras de credito - LCA	60.075	-	60.065	-
Repasses do país - instituições oficiais	5.312.400	-	4.905.570	-
Obrigações por repasses Exterior	2.392.731	-	2.454.341	-
Total (1)	**12.480.409**	**237.071**	**11.897.323**	**-**

		31.12.2021		
		Valor justo		
	Valor contábil	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos				
Equivalentes de Caixa	891.422	1.057	890.056	-
Operações de crédito	8.968.885	-	-	7.672.224
Total (1)	9.860.307	1.057	8.562.280	7.672.224
Passivos				
Depósitos à vista	237.185	237.185	-	-
Depósitos interfinanceiros	31.889		30.182	
Depósitos a prazo	313.657	-	230.594	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	715.935	-	-	561.349
Repasses do país - instituições oficiais	5.576.728	-	4.464.371	-
Obrigações por repasses Exterior	918.246	-	847.897	-
Total (1)	**7.793.640**	**237.185**	**6.134.393**	**561.349**

(1) Valor justo dos instrumentos financeiros é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e taxas divulgadas pela B3 SA. - Brasil, Bolsa, Balcão.

24. Limites Operacionais: Em 31 de dezembro de 2022, os limites mínimos de capital exigidos foram de 8% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6% para o Índice de Nível I e de 4,5% para o Índice de Capital Principal. Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Basileia do Banco John Deere atingiu 14,48% (sendo composto somente pelo Nível I de capital). O Índice de Alavancagem, que é monitorado mensalmente, alcançou 12,83%, enquanto em 31.12.2021 apresentou um índice de 17,36%. A seguir os principais indicadores em 31 de dezembro de 2022 e o comparativo com o exercício anterior, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	Banco John Deere	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Patrimônio de Referência[1]	1.985.323	1.740.533
Nível I	1.985.323	1.740.533
Capital Principal	1.985.323	1.740.533
Capital Complementar		
Nível II		
Ativos Ponderados pelo Risco	13.706.062	8.503.098
Risco de Crédito[2]	13.132.957	7.977.143
Risco de Mercado[3]	13.053	5.530
Risco Operacional[4]	560.051	520.424
IRRBB[5]	300.542	64.383

Requerimentos Mínimos de Capital	Banco John Deere	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Índice de Capital Principal	14,48%	20,47%
Índice de Nível I	14,48%	20,47%
Índice de Basileia	14,48%	20,47%
Índice de Basileia Amplo (inclui IRRBB)	11,37%	18,70%
Índice de Imobilização	0,21%	0,25%

[1] O CMN, por meio da Resolução nº 4.955/21, define o Patrimônio de Referência, para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis, Nível I e Nível II, em que o Nível I consiste no somatório de Capital Principal e Capital Complementar. A apuração é composta por itens integrantes do patrimônio líquido aplicado deduções e ajustes prudenciais, além dos instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas. [2] Parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWAcpad), conforme estabelecidos na Circular BACEN nº 3.644/13. [3] Parcela referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada (RWAcam). O Banco não possui operações classificadas na carteira de negociação. [4] Parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAopad), de que trata a Circular BACEN nº 3.640/13. [5] De acordo com a Circula nº 3.876, o Banco John Deere considera os valores calculados para ΔEVE e ΔNII na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB). O Banco John Deere divulga, trimestralmente, informações (não auditadas) referentes à Gestão de Riscos. O relatório com maior detalhamento das premissas, da estrutura e das metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.johndeere.com.br/Banco. As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

25. Gerenciamento de Riscos e Gestão de Capital: Em conformidade com o disposto nas Resoluções CMN nº 4.553/17 e nº 4.557/17, o Banco John Deere mantém uma estrutura para gerenciamento de risco e capital compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos estabelecidos pela instituição. Esta estrutura é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição, além de ser capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e do mercado de atuação. • Risco de crédito: a gestão de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com a natureza do negócio. O modelo de negócio define os mercados de atuação, o qual é composto por financiamento de equipamentos, peças e serviços John Deere para clientes que tem sua atividade voltada aos mercados agrícola, construção civil e florestal, além dos concessionários e distribuidores John Deere. As políticas de crédito são definidas de acordo com as diretrizes globais da corporação, alinhadas aos objetivos de negócios e às práticas de mitigação de risco, e a política de gestão de risco de crédito define as principais ferramentas que são utilizadas para sua gestão. • Risco de mercado: o monitoramento do risco de mercado é realizado por meio do VaR - "Value at Risk", *Backtesting*, Teste de Estresse, Teste de Aderência e Limites Prudenciais. De acordo com a Circular nº 3.876 o Banco John Deere considera os valores calculados para ΔEVE e ΔNII na apuração do valor de **PR** mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB). O VaR é utilizado apenas como uma métrica para análises gerenciais. As atividades relacionadas ao processo de mensuração, avaliação, análise e reporte dos riscos estão descritas na política de risco de mercado. • Risco de liquidez: em consonância com a estratégia da instituição e considerando o atual modelo de negócios, o Banco John Deere utiliza como métrica a Análise de descasamentos (Gap), Limites de Risco de Liquidez e Análise de Sensibilidade para identificar fatores que possam comprometer a estabilidade financeira da instituição. Os princípios a serem utilizados no gerenciamento do risco de liquidez do Banco estão definidos na política de risco de liquidez. • Risco operacional: a gestão do risco operacional ocorre de forma integrada com a execução de processos pelas áreas de negócio. São considerados eventos de risco operacional aqueles que se referem às falhas, às fraudes, às deficiências ou às inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Adicionalmente, é realizado anualmente a revisão do processo de "Autoavaliação de Riscos e Controles". • Gestão de capital: o gerenciamento de capital é realizado por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais o Banco está sujeito e de planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As atividades são realizadas conforme diretrizes definidas na política de gerenciamento de capital do Banco. • Razão de alavancagem: conforme estabelecido na circular 3.748/15, a apuração da razão de alavancagem (RA) é dado pelo quociente do montante do Capital Nível I sobre a exposição total da instituição. O monitoramento do índice é realizado mensalmente. Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, bem como os relatórios relacionados, podem ser consultados no endereço eletrônico www.johndeere.com.br/Banco, que não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

26. Outras Informações: No início deste exercício de 2022 ocorreu a intensificação da tensão no leste europeu, com a guerra entre Rússia e Ucrânia. Em resposta a essa ação, muitos países sancionaram atividades econômicas à Rússia, o que ocasionou descontinuidade de atividades com este país. Atividades petrolíferas e agrícolas foram afetadas mundialmente, em função da representatividade de atuação da Rússia no fornecimento de petróleo e fertilizantes, os mercados financeiros globais inicialmente caíram acentuadamente e permanecem voláteis, e os preços das commodities dispararam. O Banco não identificou impactos diretos em suas atividades econômicas oriundas da ação entre os dois países, bem como não há reflexos nas Demonstrações financeiras. Os impactos causados pela guerra restringiram a oferta global e proporcionou aumentos de preços, os fluxos comerciais globais se deslocaram da Ucrânia/Rússia para outros grandes exportadores (Milho: EUA, Brasil, Argentina; Trigo: EUA, UE, Canadá, Argentina, Austrália), resultando em preços mais altos.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco John Deere S.A. foi formado por deliberação do Conselho de Administração em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e homologado pelo Banco Central do Brasil tendo dentre suas atribuições, o assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e acompanhamento do cumprimento das exigências legais e regulamentares. O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco John Deere S.A. manifesta que, reuniu-se ao primeiro trimestre de 2022 para análise de assuntos de sua competência, cujo funcionamento é disciplinado pelo seu regimento interno, e pelas regulamentações do Banco Central do Brasil. Nessas oportunidades, foram focados diversos temas, destacando-se: apresentação do plano de trabalho da Auditoria Independente, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício, principais variações comparado com o semestre anterior, e acompanhamento das atividades de auditoria interna, a avaliação dos sistemas empregados para controles internos e gestão de riscos. De forma mais detalhada, foram avaliados os seguintes assuntos: - Monitoramento da atuação da auditoria independente, análise de seus relatórios e dos pontos de recomendação emitidos; - Análise do cronograma semestral de atividades, sua execução e dos relatórios preparados pela auditoria interna; - Apreciação e discussão de temas relevantes levantados nos relatórios de auditoria independente e interna; - Apreciação das Informações da Demonstrações Financeiras Semestrais da Empresa, e; - Apreciação dos resultados de Auditoria de Crédito e Concessionários, relatório de deficiências e cronograma para o próximo semestre. Conclusão: Embasado nas atividades descritas, consideradas as responsabilidades e limitações naturais do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras individuais do Banco John Deere S.A. relativas ao semestre e exercício findos em 31 de Dezembro de 2022.

Membros do Comitê de Auditoria:

Fabiola da Silva Alves – Diretora Financeira
Alex Brauveres Ferreira – Diretor de Crédito
Israel Gobatto de Oliveira – Diretor Strategy & Bus. Transformation R3
Maria Salete Cogo do Amaral – Contadora - CRC 1SP 323732/O-5

Diretoria

Alex Brauveres Ferreira – Diretor
Israel Gobatto de Oliveira – Diretor
Fabiola da Silva Alves – Diretora
Maria Salete Cogo do Amaral – Contadora - CRC 1SP 323732/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do **Banco John Deere S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco John Deere S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco John Deere S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:* Por que é um PAA? A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do BACEN, especificamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, sendo estimada com base nas análises das operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor, de acordo com as políticas internas do Banco, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.4 às demonstrações financeiras. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é conduzida com a utilização de metodologia interna na determinação do "rating" do tomador do crédito e envolve julgamento sobre os fatores de risco dos clientes e das operações, tais como o histórico de inadimplência, situação econômico-financeira, grau de endividamento, atraso, setor de atividade econômica, garantias, região de atuação, entre outros. Devido à relevância das operações de crédito e pelo fato de envolver julgamento da Administração na estimativa da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e da metodologia interna utilizada na determinação do "rating"; (ii) entendimento dos controles que permeiam o processo de determinação do "rating"; (iii) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do "rating" de crédito" em base amostral; (iv) análise do nível de provisionamento total das carteiras; (v) recálculo dos valores provisionados; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria, consideramos que os critérios adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Augusto Velasco Rampaso
Contador
CRC nº 1 SP 289672/O-1

Deloitte.

PREFEITURA DO CAMPUS USP DA CAPITAL - PUSP-C

CNPJ: 63.025.530/0002-95

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO BEC N°: 6/2023 - PUSP-C. PROCESSO Nº: 23.1.00025.49.0. OFERTA DE COMPRA Nº: 102140100582023OC00005. A Prefeitura do Campus Usp da Capital torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob N°: 6/2023 - PUSP-C, do tipo menor preço, cujo objeto é GRAMA, MUDAS DE GRAMA, SUBSTRATO, ADUBO, CALCARIO, ADUBO QUIMICO, SERVICO DE LIMPEZA VEGETAL e SERVICO TERCEIRIZADO DE CONDICIONAMENTO DE SOLO AGRICOLA, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/03/2023 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 13/04/2023 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 29/03/2023, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br."

Investimentos Bemge S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79 Companhia Aberta NIRE 35300315472

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da INVESTIMENTOS BEMGE S.A., conforme obrigação prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, são convidados pelo Conselho de Administração a participarem de Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 28.04.2023, às 11:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, em São Paulo (SP), a fim de: **1.** Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a ratificação de dividendos extraordinários pagos durante o exercício de 2022; **3.** Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração. A descrição consolidada das matérias propostas bem como suas justificativas constam do Manual da Assembleia. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Para exercer seus direitos, os acionistas que desejarem comparecer à Assembleia, embora não recomendado, deverão portar seu documento de identidade. Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada). Esclarecemos que o representante do Acionista Pessoa Jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. **a)** Pessoas Jurídicas no Brasil: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório; e **b)** Pessoas Físicas no Brasil: procuração com firma reconhecida em cartório. Objetivando facilitar os trabalhos na Assembleia, a Companhia sugere que os Acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 26.04.2023, às 11h horas, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br. Os acionistas também podem participar da Assembleia por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM 80/22, conforme alterada, a ser enviado **(i)** diretamente à Companhia, **(ii)** aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou **(iii)** à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, conforme procedimentos descritos neste Manual da Assembleia. No intuito de organizar o acesso aos Acionistas na Assembleia, informamos que seu ingresso será permitido a partir das 10h. São Paulo (SP), 24 de março de 2023. (a) Renato Lulia Jacob - Diretor de Relações com Investidores. (27/28/29)

JSL S.A.

CNPJ/MF 52.548.435/0001-79 - NIRE 35.300.362.683
Companhia Aberta de Capital Autorizado

JSLG B3 LISTED NM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da JSL S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 26 de abril de 2023, às 15 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 91, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de
apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;

(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como sobre a distribuição de dividendos.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.

(2) Reformar o Estatuto Social da Companhia para: **(2.i)** (2.i) Alterar o artigo 3º, a fim de incluir um parágrafo único prevendo a enunciação de diretrizes para o exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia com o intuito de dar balizadores para a atuação da administração da Companhia; **(2.ii)** Alterar o artigo 6º, para recompor o capital autorizado da Companhia, passando de 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões) para 600.000.000 (seiscentos milhões) ações; **(2.iii)** Alterar o artigo 10, a fim de constar que as assembleias de acionistas serão convocadas no prazo legal, e o seu parágrafo único, visando à simplificação do processo de indicação do presidente da mesa da assembleia geral; **(2.iv)** Alterar o artigo 12 a fim de excluir as alíneas (e), (f), (i), (j), (k) e (l), uma vez que nelas são tratadas matérias de competência assemblear previstas em lei e propõe-se a retirada para fins de simplificação do Estatuto Social, e alterar a alínea (g) visando o aprimoramento da sua redação; **(2.v)** Alterar o artigo 13, para incluir o parágrafo 2º, prevendo a enunciação de diretrizes para o exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia com o intuito de dar balizadores para a atuação da administração da Companhia; **(2.vi)** Alterar o artigo 17, para esclarecimento do critério de contagem do prazo, em linha com o texto legal e prática societária; **(2.vii)** Alterar o artigo 18, para corrigir redação redundante no tocante às regras de instalação das reuniões do Conselho de Administração, e aprimoramento dos seus parágrafos 2º e 3; **(2.viii)** Alterar o artigo 20, com o intuito de esclarecer a competência do Conselho de Administração no tocante à criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; **(2.ix)** Alterar o artigo 20, para excluir da competência do Conselho de Administração os itens (I) e (II), uma vez que são matérias já são de sua competência no âmbito da aprovação do orçamento anual da Companhia; **(2.x)** Alterar o artigo 20, alínea (x), para prever que compete ao Conselho de Administração aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, de forma que as operações com partes relacionadas sejam tratadas no âmbito da referida Política; **(2.xi)** Alterar o artigo 20 (ff), visando a dar mais clareza sobre o momento de aprovação da política de gestão de caixa da Companhia; **(2.xii)** Alterar o parágrafo 1º do artigo 20, para inserir uma nova hipótese na qual a outorga de aval ou fiança não precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração; **(2.xiii)** Excluir o parágrafo 3º do artigo 20, em linha com os demais ajustes propostos na competência do Conselho de Administração; **(2.xiv)** Alterar o artigo 21, para excluir a obrigatoriedade dos membros da diretoria não sejam residentes no Brasil; **(2.xv)** Excluir o parágrafo 3º do artigo 26, que está fora de contexto; **(2.xvi)** Incluir um novo artigo, prevendo a constituição do Comitê de Auditoria estatutário; **(2.xvii)** Alterar o atual artigo 27, que trata do Conselho Fiscal, para excluir o seu parágrafo 4º, que está fora de contexto, e incluir um novo parágrafo, sobre regra de vedação à eleição do cargo de membro do Conselho Fiscal; **(2.xviii)** Excluir o parágrafo 4º do artigo 29, que trata da obrigação de reunião pública com analistas, uma vez que referida obrigação foi retirada do Regulamento do Novo Mercado; **(2.xix)** Alterar o parágrafo 2º do artigo 30, para correção na referência dos dispositivos do Estatuto Social; e **(2.xx)** Excluir os parágrafos 2º e 3º do artigo 35, com intuito de simplificar e evitar interpretações conflitantes sobre as regras de Oferta Pública de Ações por alienação de controle.

(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 24 de abril de 2022 ou pelo e-mail ri@jsl.com.br.

De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.jsl.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância.

São Paulo, 26 de março de 2022.
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº: 08.996.378/0001-07, com sede na Cidade de Mogi Mirim – SP, à Rua Dr. José Alves, nº 403, Centro, CEP 13.800-050, tel. (19) 3891-4489 e 3818-4505, representado pelo seu Presidente, Sr. **PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**, neste ato denominado simplesmente "CON-8", COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS QUE **A RESOLUÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS Nº 001/2022 OBTEVE ALTERAÇÃO E PASSA A VIGORAR A PARTIR DE 01 DE ABRIL DE 2023 COM A NUMERAÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS N° 001/2023 CONFORME QUADRO DOS ANEXOS I E II**;

ANEXO I - EMPREGOS CARGO DE CONFIANÇA

	CARGO	QUANT.	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
1	ADMINISTRADOR HOSPITALAR	6	INTEGRAL	R$ 13.000,00
2	ASSESSOR TÉCNICO	28	INTEGRAL	R$ 2.400,00
3	ASSISTENTE TÉCNICO	18	INTEGRAL	R$ 4.350,00
4	ASSISTENTE TÉCNICO DE CONTRATOS	6	INTEGRAL	R$ 5.000,00
5	CHEFE DA FROTA - SAMU	1	INTEGRAL	R$ 3.850,00
6	CHEFE DE COMUNICAÇÃO - SAMU	1	INTEGRAL	R$ 3.850,00
7	CHEFE DE MANUTENÇÃO GERAL/PREDIAL	6	INTEGRAL	R$ 3.679,25
8	COORDENADOR DA RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	1	INTEGRAL	R$ 3.500,00
9	COORDENADOR DE ENFERMAGEM - SAMU	1	INTEGRAL	R$ 8.600,00
10	COORDENADOR DO NUCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE -SAMU	1	INTEGRAL	R$ 5.900,00
11	COORDENADOR GERAL	1	INTEGRAL	R$ 9.000,00
12	COORDENADOR GERAL - SAMU	1	INTEGRAL	R$ 8.800,00
13	COORDENADOR GERAL - UPA	6	INTEGRAL	R$ 5.700,00
14	COORDENADOR MÉDICO - SAMU	1	INTEGRAL	R$ 12.000,00
15	COORDENADOR MÉDICO HOSPITALAR	6	INTEGRAL	R$ 11.800,00
16	DIRETOR TÉCNICO - MÉDICO	6	INTEGRAL	R$ 10.262,85
17	GERENTE DE CONTRATOS	6	INTEGRAL	R$ 5.300,00
18	GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	1	INTEGRAL	R$ 5.000,00
19	GERENTE FINANCEIRO	1	INTEGRAL	R$ 5.000,00
20	GERENTE JURÍDICO	1	INTEGRAL	R$ 5.000,00
21	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO	1	INTEGRAL	R$ 6.500,00
22	SECRETÁRIO DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO	1	INTEGRAL	R$ 6.500,00
23	SECRETÁRIO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS	1	INTEGRAL	R$ 6.500,00
24	SECRETÁRIO DE SUPRIMENTOS	1	INTEGRAL	R$ 6.500,00
25	SUPERVISOR DE RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	1	INTEGRAL	R$ 2.525,69

ANEXO II - EMPREGOS CARGOS EFETIVOS

	CARGO	QUANT.	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
1	ADVOGADO	1	20 HS/semanais	R$ 2.648,80
2	AGENTE DE ACOLHIMENTO	em vacância	40 HS/Semanais	R$ 1.302,00
3	ALMOXARIFE	6	40 HS/Semanais	R$ 1.800,00
4	ARTESÃO	6	40 HS/Semanais	R$ 1.742,07
5	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	80	12X36/semanais	R$ 1.800,00
6	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	80	40 HS/Semanais	R$ 1.800,00
7	ASSISTENTE SOCIAL	06	30 HS/Semanais	R$ 2.852,38
8	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	em vacância	40 HS/Semanais	R$ 1.500,00
9	AUXILIAR DE COZINHA	6	40 HS/Semanais	R$ 1.302,00
10	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	20	40 HS/Semanais	R$ 1.302,00
11	BIOMÉDICO	10	30 HS/Semanais	R$ 2.247,18
12	BIOQUÍMICO	10	30 HS/Semanais	R$ 2.873,00
13	CONTADOR	2	40 HS/Semanais	R$ 5.000,00
14	CONTROLADOR INTERNO	2	40 HS/Semanais	R$ 5.000,00
15	COZINHEIRO	10	40 HS/Semanais	R$ 1.500,00
16	CUIDADOR EM SÁUDE	25	12X36/semanais	R$ 1.762,00
17	DENTISTA - BUCO MAXILO FACIAL	10	20 HS/semanais	R$ 4.918,01
18	DENTISTA – CIRURGIÃO DENTISTA	10	20 HS/semanais	R$ 4.918,01
19	DENTISTA – CIRURGIÃO DENTISTA	6	40 HS/semanais	R$ 8.675,23
20	DENTISTA ENDODONTISTA	10	20 HS/semanais	R$ 4.918,01
21	DENTISTA - PERIODONTIA	10	20 HS/semanais	R$ 4.918,01
22	DENTISTA RADIOLOGISTA	10	20 HS/semanais	R$ 4.918,01
23	EDUCADOR SOCIAL	6	40 HS/Semanais	R$ 2.156,82
24	ENFERMEIRO	60	12X36/semanais	R$ 3.500,00
25	ENFERMEIRO ESF	120	40 HS/Semanais	R$ 3.500,00
26	ENFERMEIRO - SAMU	60	12X36/semanais	R$ 3.500,00
27	FARMACÊUTICO	20	40 HS/Semanais	R$ 4.163,08
28	FISIOTERAPEUTA	20	30 HS/Semanais	R$ 3.717,29
29	FONOAUDIÓLOGO	20	30 HS/Semanais	R$ 3.269,63
30	MÉDICO ANESTESISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
31	MÉDICO ANESTESISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
32	MÉDICO AUDITOR	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
33	MÉDICO AUDITOR	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
34	MÉDICO CARDIOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
35	MÉDICO CARDIOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
36	MÉDICO CIRURGIÃO	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
37	MÉDICO CIRURGIÃO	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
38	MÉDICO CIRURGIÃO VASCULAR	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
39	MÉDICO CIRURGIÃO VASCULAR	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
40	MÉDICO CLÍNICO GERAL	18	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
41	MÉDICO CLÍNICO GERAL	18	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
42	MÉDICO DERMATOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
43	MÉDICO DERMATOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
44	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
45	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
46	MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
47	MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
48	MÉDICO GENERALISTA ATENÇÃO BÁSICA	36	40 HS/Semanais	R$ 13.800,00
49	MÉDICO GERIATRA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
50	MÉDICO GERIATRA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
51	MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
52	MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
53	MÉDICO INFECTOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
54	MÉDICO INFECTOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
55	MÉDICO NEFROLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
56	MÉDICO NEFROLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
57	MÉDICO NEUROLOGISTA ADULTO	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
58	MÉDICO NEUROLOGISTA ADULTO	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
59	MÉDICO NEUROLOGISTA INFANTIL	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
60	MÉDICO NEUROLOGISTA INFANTIL	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
61	MÉDICO OFTALMOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
62	MÉDICO OFTALMOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
63	MÉDICO ORTOPEDISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
64	MÉDICO ORTOPEDISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
65	MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
66	MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
67	MÉDICO PEDIATRA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
68	MÉDICO PEDIATRA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
69	MÉDICO PLANTONISTA	24	24 HS/Semanais	R$ 6.900,00
70	MÉDICO PNEUMOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
71	MÉDICO PNEUMOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
72	MÉDICO PROCTOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
73	MÉDICO PROCTOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
74	MÉDICO PSIQUIATRA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
75	MÉDICO PSIQUIATRA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
76	MÉDICO RADIOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
77	MÉDICO RADIOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
78	MÉDICO REGULADOR – SAMU	14	24 HS/Semanais	R$ 9.000,00
79	MÉDICO REUMATOLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
80	MÉDICO REUMATOLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
81	MÉDICO SOCORRISTA – SAMU	35	24 HS/Semanais	R$ 9.000,00
82	MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
83	MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
84	MÉDICO UROLOGISTA	6	10 HS/Semanais	R$ 3.450,00
85	MÉDICO UROLOGISTA	6	20 HS/Semanais	R$ 6.900,00
86	MOTORISTA LINHA BRANCA	6	40 HS/Semanais	R$ 1.650,00
87	MOTORISTA LINHA BRANCA	12	12X36/semanais	R$ 1.650,00
88	MOTORISTA SAMU	60	12X36/semanais	R$ 1.800,00
89	NUTRICIONISTA	15	30 HS/Semanais	R$ 2.679,31
90	OPERADOR DE RÁDIO - SAMU	35	30 HS/Semanais	R$ 1.600,00
91	PORTEIRO / CONTROLADOR DE FLUXO	30	40 HS/Semanais	R$ 1.302,00
92	PSICÓLOGO	15	30 HS/Semanais	R$ 2.507,25
93	PSICOPEDAGOGO	6	40 HS/Semanais	R$ 3.528,13
94	RECEPCIONISTA	20	40 HS/Semanais	R$ 1.500,00
95	RECEPCIONISTA	20	12X36/semanais	R$ 1.500,00
96	SERVENTE GERAL	60	40 HS/Semanais	R$ 1.333,20
97	SERVENTE GERAL	20	12X36/semanais	R$ 1.333,20
98	TARM – TELEFONISTA - SAMU	30	30 HS/Semanais	R$ 1.600,00
99	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU/UPA	250	12X36/semanais	R$ 1.984,00
100	TÉCNICO DE ENFERMAGEM – PSF	200	40 HS/Semanais	R$ 1.984,00
101	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU	20	12X36/semanais	R$ 1.984,00
102	TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA	15	40 HS/Semanais	R$ 1.620,33
103	TÉCNICO DE LABORATÓRIO	12	30 HS/Semanais	R$ 1.717,48
104	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	8	40 HS/Semanais	R$ 2.080,92
105	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	24	24 HS/Semanais	R$ 1.559,04
106	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	15	40 HS/Semanais	R$ 1.444,50
107	TERAPEUTA OCUPACIONAL	15	30 HS/Semanais	R$ 3.717,29

Os interessados poderão acessar a Resolução na íntegra e obter maiores informações, através do site: www.con8.org.br, ou na sede do Consórcio, através do Departamento de Recursos Humanos, de segunda à sexta-feira, das 9 às 12h00 e das 14 às 16h30, ou através do e-mail: rh@con8.org.br.

Mogi Mirim, 28 de março de 2023
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de Abril

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 07.628.528/0001-59 - NIRE 35.300.326.237

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. acionistas da **Brasilagro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas** ("**Companhia**" ou "**BrasilAgro**") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), e dos artigos 4° e 6° da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 12:00 horas, horário local (UTC-3), do dia 28 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital ("**Assembleia**" ou "**AGE**"), conforme prerrogativa prevista no artigo 124, parágrafo 2-A, da Lei das S.A., disciplinada na Resolução CVM 81, por meio da plataforma eletrônica "*Ten Meetings*" ("**Plataforma Digital**"), com acesso pelo endereço eletrônico (**https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=36A5E06D5D85**) ("**Endereço Eletrônico da Assembleia**"), para deliberar sobre a proposta de reforma do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**") para alteração dos requisitos de composição do comitê de auditoria estatutário, instalação do conselho fiscal permanente, adaptação das definições contidas no Artigo 42 do Estatuto Social concernentes ao controle da Companhia e outras disposições. **1 Informações Gerais:** A documentação relativa à proposta a ser apreciada em AGE está disponível para análise na sede da Companhia, na página eletrônica do departamento de Relações com Investidores da Brasilagro (**https://ri.brasil-agro.com/**) e nas páginas eletrônicas da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (**http://www.b3.com.br/**) e da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (**http://www.cvm.gov.br/**). **2 Participação via Plataforma Digital** 2.1 Para que os acionistas ou seus representantes legais possam participar e/ou votar na Assembleia, deverão apresentar cópias dos seguintes documentos: **(i) Para pessoas físicas**: (a) documento de identificação com foto do acionista; (b) se representada por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais; e (c) se aplicável, documento de identificação com foto do procurador. **(ii) Para pessoas jurídicas**: (a) último estatuto ou contrato social consolidado; (b) documentos societários que comprovem os poderes de representação; (c) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (d) se representada por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais; e (e) se aplicável, documento de identificação com foto do procurador. **(iii) Para fundos de investimento**: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) último estatuto ou contrato social consolidado do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de votos do fundo; (c) documentos societários que comprovem os poderes de representação do fundo; (d) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor do fundo; (e) se representado por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais; e (f) se aplicável, documento de identificação com foto do procurador. 2.2 Em qualquer dos casos acima, deverá ser apresentado o comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido nos últimos 5 (cinco) dias pela instituição financeira responsável pela custódia das ações (*i.e.*, Itaú Corretora de Valores S.A.). 2.3 Nos termos do parágrafo 1º do artigo 126, da Lei das S.A. e de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 10, do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão nomear procurador para representá-los na Assembleia. 2.4 Além disso, a Companhia informa que: **(i)** não exigirá tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas; **(ii)** aceitará a apresentação de cópias autenticadas de documentos e dispensará o reconhecimento de firmas das assinaturas, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados; e, ainda, **(iii)** com relação às procurações outorgadas eletronicamente pelos acionistas aos seus representantes ou procuradores, reforça que tais documentos deverão utilizar certificados digitais emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. 2.5 Nos termos do artigo 5º, inciso III, da Resolução CVM 81, para participarem virtualmente da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os acionistas, seus representantes legais ou seus procuradores deverão observar as seguintes orientações, as quais estão detalhadas no *Manual da Plataforma – Participantes da Companhia*, também disponível para download no Endereço Eletrônico da Assembleia: 2.5.1 Os instrumentos de procuração, os documentos de identificação e de posição acionária serão recebidos pela Companhia mediante o cadastro na Plataforma Digital, que deverá ser realizado no Endereço Eletrônico da Assembleia em até, no máximo, 48 horas antes da realização da Assembleia, ou seja, até as 12:00 horas do dia 26 de abril de 2023, consoante o previsto no artigo 6°, parágrafos 1º e 3° da Resolução CVM 81; 2.5.2 Após efetuada a solicitação de cadastro pelo participante, este será informado via *e-mail*, de que de sua solicitação está sob análise da Companhia. Se aprovada a solicitação, o participante será informado por e-mail de que seu cadastro foi concluído. Se a solicitação de cadastro do participante for negada, o participante receberá um *e-mail* detalhando o motivo da negativa e, se aplicável, será orientado acerca das formas de regularização de seu cadastro. 2.5.3 Após cadastrado, o procurador terá acesso a um ambiente virtual ("**Painel de Representantes**") que também é acessado por meio do Endereço Eletrônico da Assembleia. Nele, o procurador pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações mediante acesso com *login* e senha previamente cadastrados; 2.5.4 O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Ainda que o acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente virtual em que ocorrerá a Assembleia caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia; e 2.5.5 Nos termos da Resolução CVM 81, o envio de boletins de voto a distância por meio da B3 dispensa a necessidade de credenciamento prévio. Para participação na modalidade de voto a distância, o preenchimento e envio do boletim, conforme disponibilizados nas páginas eletrônicas da Companhia, da CVM e da B3, deverá ser realizado, impreterivelmente, até às 12:00 horas do dia 21 de abril de 2023: (a) aos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (b) ao escriturador das ações da Companhia; ou, ainda, (c) diretamente à Companhia. Em caso de dúvidas, por favor, entrem em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia, pelo telefone (55-11) 3035-5350 ou pelo endereço de *e-mail*: **ri@brasil-agro.com**. São Paulo, 28 de março de 2023. **Eduardo Sergio Elsztain -** Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS N.º 404/2022 TIPO: MENOR PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA DE REDE LÓGICA PARA O PROVIMENTO DE CONECTIVIDADE WIFI, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais. A sessão do pregão iniciará no dia 13/4/2023, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 29/3/2023. Jafer Alves Jabour – Superintendente – Central de Compras Governamentais/SEPLAG.

ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários)

CNPJ/MF nº 16.695.922/0001-09

Relatório da Administração

Senhores acionistas, A Diretoria da ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Corretora relativas ao semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2022. A Corretora manteve ao longo de 2022 a continuidade de seu fortalecimento e maturidade nas suas atividades e operações voltadas à administração fiduciária, custódia, controladoria e distribuição de fundos. Apesar dos desafios que se apresentaram em 2022 novas e importantes conquistas foram atingidas como a atuação do Banco Digital na disponibilização de ferramentas e meios de pagamentos, acesso à B3 como Participante de Negociação e a criação de uma área Private através de uma parceria com a Guide Investimentos Corretora de Valores. Tudo isso foi possível em virtude do ambiente adequado e alinhado às normas dos reguladores, entre eles o Banco Central do Brasil, CVM, ANBIMA e BSM. Nossos colaboradores estão preparados e comprometidos com o crescimento fundamentado nas regras e melhores práticas do nosso mercado de atuação. O total de ativos da Corretora fechou o ano de 2022 em R$14,2 milhões e o patrimônio líquido em R$2,1 milhões, com um crescimento de aproximadamente 150%. O resultado de 2022 atingiu a significativa marca de R$ 1,3 milhões garantindo a continuidade dos nossos investimentos voltados para o crescimento sustentável da companhia.

A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	dez/22	dez/21
Ativo Circulante		**14.011**	**3.203**
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**11.328**	**2.496**
Instrumentos financeiros	**5**	**175**	**-**
Títulos e valores mobiliários - títulos públicos		175	-
Rendas a receber	**6 a.**	**937**	**356**
Rendas de serviços prestados		937	356
Outros ativos		**1.571**	**351**
Diversos	**6 b.**	1.529	351
Despesas Antecipadas		42	-
Ativo Não Circulante		**163**	**138**
Ativo imobilizado	**7**	**163**	**138**
Ativos imobilizados		197	153
Depreciações acumuladas		(34)	(15)
Ativos intangíveis	**8**	-	-
Ativos intangíveis		878	878
Amortização acumulada		(878)	(878)
Total do Ativo		**14.174**	**3.341**

	Nota	dez/22	dez/21
Passivo Circulante		**12.074**	**2.516**
Depósitos	**9 a.**	**10.795**	**2.063**
Depósitos em conta de pagamento		10.795	2.063
Outras Obrigações		**1.279**	**453**
Sociais e estatutárias		16	-
Fiscais e previdenciárias	**9 b.**	908	85
Provisão para pagamentos a efetuar	**9 c.**	355	364
Diversos	**9 c.**	-	4
Patrimônio Líquido		**2.100**	**825**
Capital social	**11**	2.620	2.620
Prejuízos acumulados		(520)	(1.795)
Total do Passivo		**14.174**	**3.341**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Aumento de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reservas especiais de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.100**	**-**	**54**	**-**	**-**	**1.154**
Aumento de capital	1.520	-	-	-	-	1.520
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.849)	(1.849)
Destinações:	-	-	(54)	-	54	-
Reserva legal	-	-	(54)	-	54	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.620**	**-**	**-**	**-**	**(1.795)**	**825**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.275	1.275
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.620**	**-**	**-**	**-**	**(520)**	**2.100**
Saldos em 30 de junho de 2022	**2.620**	**-**	**-**	**-**	**(2.090)**	**530**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.570	1.570
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.620**	**-**	**-**	**-**	**(520)**	**2.100**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), é uma Corretora que tem como objetivo atuar com operações de bolsa, emissão de títulos e valores mobiliários, intermediação no mercado primário, administração e custódia de valores mobiliários e demais operações correlatas à intermediação financeira. Em 19 de agosto de 2021 em Ofício 19.146/2021-BCB/Deorf/GTSP1 o Banco Central do Brasil aprovou a prestação de serviço de emissão de moeda eletrônica pleiteada pela Corretora. As demonstrações financeiras da Corretora foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do BACEN e Conselho Monetário Nacional ("CMN"), e adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19, e da Circular Bacen nº 3.959/19 e Resolução BCB 2/20. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Corretora podem incluir, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais alterações implementadas pela norma foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

3. Principais práticas contábeis: a. Moeda funcional: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes a caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e Valores Mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: • **Títulos para negociação -** adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos disponíveis para venda -** que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; • **Títulos mantidos até o vencimento -** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Imobilizado de uso:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que, transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment).* As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, e 20% para sistema de processamento de dados. **f. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** O CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável do ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras. **h. Passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os encargos incorridos. **i. Partes relacionadas:** As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.636/18 do CMN. As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações com partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e ausência de risco, vigente nas respectivas datas. **j. Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas, legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos definidos na Resolução nº 3.823/09 e Resolução 4.842/20 do BACEN. • **Créditos tributários**: Não são reconhecidas contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. • **Obrigações fiscais diferidas**: São reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. • **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**: São demandas judiciais que possam ser contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **k. Imposto de renda e contribuição social:** Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo considerando o objeto social para exercer a atividade financeira:

	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social	20%

A provisão para imposto de renda para instituição financeira é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são calculados sobre os prejuízos fiscais. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. **l. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. ***Resultados recorrentes:*** Os resultados recorrentes da Companhia são aqueles advindos das operações normais atrelado ao objeto social como resultado de intermediação financeira, receitas de prestações de serviços relacionados a administração de carteiras de terceiros, custódia e outras atividades correlacionadas aos investimentos de clientes. Em conjunto à estas receitas podemos observar que são recorrentes despesas administrativas que visam garantir a eficiência operacional e tecnológica da Companhia resguardando as operações realizadas para seus clientes. ***Resultados não recorrentes*:** A Companhia não espera incorrer em resultados não recorrentes ao longo de suas operações, neste sentido, pode-se destacar que os resultados não recorrentes que possam surgir ao longo das atividades são advindos de operações envolvendo o ativo permanente ou demais investimentos não caracterizados como ativos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos	516	402
Reservas no banco central	2	2.094
Aplicações em operações compromissadas	10.810	-
Total	**11.328**	**2.496**

Composição por prazo de vencimento

	2022 Até 3 meses	2022 Total	2021 Até 3 meses	2021 Total
Bancos	516	516	402	402
Reservas banco central (a)	2	2	2.094	2.094
Aplicações em operações compromissadas (b)	10.810	10.810	-	-

Os saldos de caixa e equivalente a caixa são considerados como circulante.

(a) Neste saldo está contido os valores mantidos na conta da reserva direta do banco central e os valores recolhidos ao Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação em vigor, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas.

(b) A Corretora realiza operações compromissadas diariamente com vencimento em D+1 em função da sobra de caixa dos saldos mantidos em conta de pagamento de seus clientes. As operações foram realizadas com o Banco Caixa Econômica Federal, as taxas operadas foram de 13,5% e estão lastreadas por Letras do Tesouro Nacional.

Durante o exercício de 2022 a Corretora obteve um resultado de R$ 1.214 (R$ 31 em 2021) com operações compromissadas.

5. Instrumentos financeiros: Os títulos e valores mobiliários mantidos pela Corretora estão assim apresentados:

Títulos para negociação	Vencimento	Taxas	Hierarquia do valor justo (1)	Valor mercado dez/22	Valor de custo	MTM
Carteira própria						
Letras financeiras do tesouro	01/09/2023	0,03%	Nível 1	25	25	-
Letras financeiras do tesouro	01/09/2027	0,17%	Nível 1	150	149	1
Total				**175**	**174**	**1**

(1) Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

6. Outros ativos: a. Rendas a receber: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R$ 937 (R$ 356 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos serviços prestados aos fundos de investimentos com os quais a Corretora atua na administração ou presta serviços a fundos de investimentos vinculados a outros administradores, podendo ser, receitas de custódia, escrituração e outros. Tais montantes possuem vencimento dentro de 90 dias. **b. Outros ativos:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R$ 1.529 (R$ 351 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a em grande parte aos valores a receber da empresa com partes relacionadas, valores de créditos de boletos em outras instituições e saldos a identificar.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)*

	Nota	2º sem/22	dez/22	dez/21
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6	6	54
Receitas com aplicações interfinanceiras		728	1.214	-
Outras receitas com intermediação financeira		3.434	3.434	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**13**	**4.168**	**4.654**	**54**
Outras receitas/ despesas operacionais		**(2.112)**	**(2.893)**	**(1.903)**
Receitas de prestação de serviços	**14**	4.090	6.742	940
Despesas com pessoal	**15**	(1.331)	(2.252)	(530)
Outras Despesas Administrativas	**16**	(5.648)	(7.864)	(1.986)
Despesas Tributárias		(714)	(1.023)	(166)
Outras Receitas Operacionais	**17**	1.652	1.863	-
Outras Despesas Operacionais		(161)	(359)	(161)
Resultado antes dos tributos e participações sobre o lucro		**2.056**	**1.761**	**(1.849)**
Tributos e participações sobre o lucro		**(486)**	**(486)**	**-**
Imposto de renda		(287)	(287)	-
Contribuição social		(199)	(199)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre/exercícios		**1.570**	**1.275**	**(1.849)**
Número de ações		3.535.668	3.535.668	3.535.668
(Prejuízo por mil ações)		0,4440	0,3606	(0,5230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2º sem/22	dez/22	dez/21
Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre/exercícios	**1.570**	**1.275**	**(1.849)**
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	**-**	**-**	**-**
Ajustes de avaliação patrimonial de ativo imobilizado	-	-	-
Resultado abrangente total	**1.570**	**1.275**	**(1.849)**
Resultado abrangente atribuível aos:	**1.570**	**1.275**	**(1.849)**
Acionistas controladores	1.570	1.275	(1.849)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2022, o imobilizado está assim representado:

Composição

	2022 Custo histórico	2022 Depreciação acumulada	2022 Saldo líquido	2021 Saldo líquido
Imobilizado de uso				
Móveis e equipamentos de uso	154	(28)	126	129
Sistema de processamento de dados	43	(6)	37	9
Total	**197**	**(34)**	**163**	**138**

Movimentação

	2021	Adições	Baixas / Alienações	Depreciação acumulada	2022
Imobilizado de uso					
Móveis e equipamentos de uso	129	12	-	(15)	126
Sistema de processamento de dados	9	32	-	(4)	37
Total	**138**	**44**	**-**	**(19)**	**163**

8. Ativos intangíveis: Em 31 de dezembro de 2022 a Corretora não fez aquisições de ativos intangíveis.

	Valor de custo	Amortização acumulada	Valor contábil em dez/21	Aquisição / Baixas	Amortização acumulada	Valor contábil em jun/22
Licença de uso de *software*	878	(878)	-	-	-	-
Total	**878**	**(878)**	**-**	**-**	**-**	**-**

9. Outros passivos: a. Depósitos: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R$ 10.795 (R$ 2.063 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a valores depositados em moeda eletrônica pelos clientes nas respectivas contas de pagamento, considerados como circulante. **b. Fiscais e previdenciárias:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R$ 908 (R$ 85 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a impostos a recolher, considerados como circulante. **c. Provisão para pagamentos a efetuar e diversos:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R$ 355 (R$ 368 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a despesas administrativas a pagar a serem liquidadas no prazo de 90 dias.

10. Imposto de renda e contribuição social

Apuração do IR e CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL	2021 IRPJ	2021 CSLL
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	1.761	1.761	(716)	(716)
Base de cálculo de IR e CSLL	**1.761**	**1.761**	**(716)**	**(716)**
Adições / (exclusões)	15	15	-	-
Diversos temporários	-	-	(1)	(1)
Despesas indedutíveis	15	15	8	8
Compensação de prejuízos fiscais	(533)	(533)	-	-
Lucro Real	**1.243**	**1.243**	**(709)**	**(709)**
Impostos de renda e contribuição social - corrente	**287**	**199**	**-**	**-**
Ativo fiscal diferido	-	-	-	-

O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.568 (R$ 2.100 em 2021), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

11. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Corretora, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.620 (R$ 2.620 em 31 de dezembro de 2021). Em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 25 de maio de 2021 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 670 dividido em 996.454 novas ações ordinárias. Em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 13 de julho de 2021 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 850 dividido em 1.439 novas ações ordinárias.

Composição acionária

Acionista	% participação	Valor 2022	Valor 2021
Bekoach Participações S.A.	100%	2.620	2.620

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída como destinação de 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2022 não houve movimento na reserva legal. Em 31 de dezembro de 2021 a Corretora, face ao prejuízo apurado no exercício, consumiu a reserva legal no valor de R$ 54. **c. Reservas de lucros:** A reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Corretora, face ao prejuízo apurado, não constituiu reservas de lucros. **d. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Ao fim de cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente à totalidade do lucro líquido ajustado, podendo a diretoria informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade em Assembleia Geral, deixar de distribuir lucros ou reter em reservas conforme a situação financeira da Corretora. A Corretora também poderá, a qualquer tempo, ad referendum da Assembleia Geral, levantar balanços em períodos menores em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, declarar e pagar dividendos intermediários, intercalares ou juros sobre capital próprio à conta de lucros do exercício corrente ou reserva de lucros de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2022 a Corretora, realizou o destaque do montante de R$ 19 a títulos de juros sobre o capital próprio.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2º sem/22	dez/22	dez/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucros/(prejuízos) acumulados	**1.570**	**1.275**	**(1.849)**
Ajuste por:			
Depreciações / amortizações	11	19	15
Variação em ativos e passivos operacionais:	**(4.724)**	**7.582**	**1.817**
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(175)	(175)	-
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	(581)	(581)	-
(Aumento)/Diminuição Redução em outros créditos	(1.085)	(1.220)	(698)
(Aumento) em depósitos	(3.610)	8.732	2.063
(Aumento) Redução de outras obrigações	1.213	1.312	452
Impostos pagos	(486)	(486)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**(3.143)**	**8.876**	**(17)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	(36)	(44)	(153)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	**(36)**	**(44)**	**(153)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	-	-	1.520
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	**-**	**-**	**1.520**
Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa	**(3.179)**	**8.832**	**1.350**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	14.507	2.496	1.146
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	11.328	11.328	2.496
Aumento/Redução em caixa e equivalentes de caixa	**(3.179)**	**8.832**	**1.350**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

12. Transações com partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

	2022 Ativo / passivos	2022 Receitas/ despesas	2021 Ativos / passivos	2021 Receitas / Despesas
Valores a receber	**1.310**	**-**	**-**	**-**
Bekoach Participações	1.310	-	-	-
Remuneração diretoria	**-**	**(338)**	**-**	**-**

13. Receitas com intermediação financeira

	2º sem/22	2022	2021
Rendas com títulos e valores mobiliários	6	6	54
Rendas de aplicações interfinanceiras	728	1.214	-
Outras rendas de intermediação financeira (a)	3.434	3.434	-
Total	**4.168**	**4.654**	**54**

a) Durante o segundo semestre de 2022 a Corretora fechou contratos de intermediação de títulos e valores mobiliários junto a terceiros com intuito de disponibilização de sua base de cliente para as negociações no mercado financeiro.

14. Receitas com prestação de serviços

	2º sem/22	2022	2021
Rendas com controladoria	890	1.500	483
Rendas com serviços de administração de fundos (nota 16 a.)	1.958	3.088	244
Rendas de serviços de custódia	1.159	2.002	193
Outras rendas de serviços	83	152	20
Total	**4.090**	**6.742**	**940**

15. Despesas com pessoal

	2º sem/22	2022	2021
Despesas com benefícios	(491)	(786)	(155)
Despesas com encargos sociais	(173)	(320)	(89)
Despesas com proventos	(667)	(1.146)	(286)
Total	**(1.331)**	**(2.252)**	**(530)**

16. Outras despesas administrativas

	2º sem/22	2022	2021
Despesas com serviços técnicos especializados (a)	(2.950)	(3.877)	(855)
Despesas com processamento de dados (b)	(1.273)	(2.000)	(675)
Despesas de aluguéis	(421)	(652)	(234)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(244)	(392)	(34)
Despesas com publicação	(38)	(57)	(32)
Despesas com depreciações	(11)	(19)	(15)
Outras despesas	(711)	(867)	(141)
Total	**(5.648)**	**(7.864)**	**(1.986)**

a) Os valores referem-se a serviços de auditoria, consultorias advocatícias e consultorias/assessorias contábeis da Corretora; e

b) Os valores são relacionados aos prestadores de serviços que disponibilizam licenças e processam as carteiras dos fundos de investimentos administrados pela Corretora.

17. Outras receitas operacionais

	2º sem/22	2022	2021
Receitas com parcerias (a)	1.652	1.852	-
Demais receitas	-	11	-
Total	**1.652**	**1.863**	**-**

(a) No primeiro semestre de 2022 a Corretora fechou um contrato de parceria junto a Guide para indicação e vinculação de seus clientes na utilização de serviços de renda variável em suas plataformas.

18. Resultados recorrentes e não recorrentes: Resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente é aquele correspondente as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência, também nos exercícios futuros. Com base nesse regramento, informamos que a Corretora não realizou resultados não recorrentes.

19. Outras informações: Não há registro de processos judiciais de natureza tributária, cível ou trabalhista nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **a. Administração de fundos de investimentos:** A Corretora é responsável pela administração, controladoria e custódia de fundos de investimentos. O patrimônio líquido dessas instituições, totalizavam em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 2.319.460. **b. Gestão de riscos:** A Corretora possui uma área responsável pelo gerenciamento de risco alinhado aos princípios regulatórios do Banco Central, em que vem aperfeiçoando e adaptando a sua estrutura tecnológica voltada a garantir os controles para prevenção de riscos. As políticas adotadas para a atual estrutura da Companhia seguem as diretrizes aplicadas pela Resolução BCB 69 e demais Circulares atreladas a análise de gerenciamento de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e de liquidez. **c. Limites operacionais:** Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites da Corretora são calculados com base na totalidade dos ativos. O Índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 foi de 39,48% (70,29% em 31 de dezembro de 2021). Abaixo demonstrações as ponderações dos ativos de risco:

	dez/22	dez/21
Total de ativos ponderados	**5.322**	**1.175**
RWA - risco de crédito	2.610	787
RWA - risco de mercado	-	-
RWA - risco operacional	2.711	388
Patrimônio referência - PR	**2.100**	**825**
Índice de Basileia (*)	**39,48%**	**70,52%**

d. Eventos subsequentes: A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria, sendo que entre 31 de dezembro de 2022 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos que necessitam divulgação.

A Diretoria **Contador - Felipe de Andrea -** CRC PR067181

continua...

...continuação

ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Anteriormente denominada BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários) - CNPJ/MF nº 16.695.922/0001-09

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da
ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficiente e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Corretoras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 "F" SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

CNPJ nº 61.533.949/0001-41 - NIRE 35300044266

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da S.A. "O ESTADO DE S. PAULO", na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de março de 2023. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

VERDE E MEIO AMBIENTE

CONVITE PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo**, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** com o objetivo de discutir questões relacionadas ao **Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA),** nos termos da Resolução nº 170/CADES/2014 ou a que vier a substituí-la, passível de deferimento pelo CADES, referente à **"Duplicação da Ponte Jurubatuba e vias complementares"** localizada junto à Avenida Interlagos, entre a Avenida das Nações Unidas e Rua Monastério, tratado no Processo Administrativo **SEI nº 6027.2023/0002881-7,** sendo certo que a Audiência Pública ocorrerá de forma presencial no Teatro do CEU Vila Rubi, oportunidade em que será o mesmo apresentado e debatido, e que serão prestados esclarecimentos e colhidas sugestões.

Data: **19/04/2023 às 14h**

Local: **Teatro do CEU Vila Rubi, Rua Domingos Tarroso, 101 - Vila Rubi - São Paulo - SP - 04823-090.**

O exemplar do **Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)** está disponível para consulta, na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente no endereço situado à Rua do Paraíso, 387 - 1º andar, Paraíso, São Paulo - SP, 04103-000 - de segunda à sexta, das 9h às 17h, telefone: (11) 5187-0360 e também virtualmente através do site oficial da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente com o seguinte link:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/eia__rimaeva/index.php?p=170 desde a divulgação deste Edital, referente a esta Audiência Pública até o seu encerramento, nos termos do artigo 12 da Resolução nº 177/CADES/2015, de 19 de dezembro de 2015.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000

Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de Abril de 2023

Convocamos os senhores acionistas da **Cruzeiro do Sul Educacional S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 432 a 448, 7° andar, bairro Tatuapé, CEP 03071-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.418.000 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 62.984.091/0001-02, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2552-6 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 5º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente a distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10 horas ("**AGO**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração, o relatório do comitê de auditoria e o parecer dos auditores independentes; e (ii) deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2023. **Informações Gerais:** A participação dos acionistas na AGO será de forma digital, por meio de plataforma digital, ou por meio de boletim de voto a distância ("**Boletim de Voto**"). A Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGO ao acessarem a plataforma Ten Meetings, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGO por meio da plataforma digital estão disponíveis no Manual da Administração que poderá ser acessado por meio da página eletrônica da Companhia** (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br). Para participarem, os acionistas deverão realizar o pré-cadastro na plataforma Ten Meetings (via link https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal /#/?id=E143BC0CA32D), até às 10 horas do dia 26 de abril de 2023, acompanhada de toda a documentação necessária para permitir a participação do acionista na AGO, conforme detalhado no Manual da Administração da Companhia divulgado em 28 de março de 2023. Os acionistas que não realizarem o pré-cadastro na plataforma digital no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual para Participação e Proposta da Administração para a AGO; ou (iii) preencher o Boletim de Voto disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no Manual da Administração para a AGO. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no Manual da Administração para a AGO e no Boletim de Voto disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO. **Dos Documentos Referentes à AGO:** Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Resolução CVM 81, informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados. **1.1. Aviso do Artigo 133:** A Companhia divulgou, no dia 28 de março de 2023, Aviso aos Acionistas na forma do art. 133 da Lei das Sociedades por Ações informando que os documentos pertinentes à AGO se encontram disponíveis na sede e na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. **1.2. Relatório da Administração:** O Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras abaixo descritas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023. O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Completas, foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. **1.3. Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023. As Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores e serão oportunamente publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" em conformidade com as alterações do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, com o Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021 e com o Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP. **1.4. Comentário dos administradores:** Nos termos do artigo 10, item III da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 2 do Anexo A da Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021 ("**Resolução CVM 59**"), encontram-se no **ANEXO I** a este Manual. **1.5. Parecer dos auditores independentes:** O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, parte integrante das Demonstrações Financeiras, foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. O parecer dos auditores independentes, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será oportunamente publicado no jornal "O Estado de São Paulo" em conformidade com as alterações do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, com o Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021 e com o Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP. **1.6. Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP:** O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), nos termos da Resolução CVM 81, o Manual da Administração e a cópia dos demais documentos relacionados à matéria constante da ordem do dia da AGO. São Paulo, 28 de março de 2023. **Wolfgang Stephan Schwerdtle -** Presidente do Conselho de Administração.

SAÚDE

AVISO DE PRORROGAÇÂO DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico nº: **002/2023-SMS.G -** Processo SEI nº: **6018.2022/0085200-4.**

"Em virtude do dia 21/04/2023 ser feriado nacional, a abertura do certame foi prorrogada para o dia 25/04/2023 (terça-feira)."

Considerando o Edital nº **002/2023-SMS.G:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, APOIO TÉCNICO - OPERACIONAL E SUPERVISÃO DE OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE HOSPITAIS MUNICIPAIS, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.

As propostas deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde situada à Rua General Jardim, 36 - 9º andar - Vila Buarque, 01223-010, junto a sala nº 01 de licitação com o presidente da comissão de licitação Antônio Nogueira Sobrinho, das **10:00h às 11:00h do dia 25 de abril de 2023.**

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 15/2023
Pregão Eletrônico DER N° 09/2022 -DAF/SROESTE
GMS n.º 574/2023 - Banco do Brasil n.º 993917

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva em ar condicionado, subdivididos em 03 (três) lotes, conforme quantidade e especificações do Termo de Referência.

VALOR MÁXIMO:
Lote 01 - Cascavel: R$ 208.166,96
Lote 02 - Pato Branco: R$ 101.175,80
Lote 03 – Francisco Beltrão: R$ 80.132,50

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Maior percentual de desconto.**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até **18/04/2023, às 08:30** horas, no **site do Banco do Brasil** (www.licitacoes-e.com.br).
INÍCIO DO PREGÃO: **Dia 18/04/2023 às 10:00 horas.**
AUTORIZAÇÃO: Alexandre Castro Fernandes –Diretor-Geral do DER, 16/08/2022.
N.º DO PROCESSO: 19.053.087-6
INFORMAÇÕES SOBRE O PREGÃO: O Edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil S/A: www.licitacoes-e.com.br ou na página www.administracao.pr.gov.br, maiores informações na Superintendência Regional Oeste do DER/PR, localizada à Rodovia PR-486, Km 01, Cascavel-PR - Telefone (45)3218-3500, e-mail: licitacaocsc@der.pr.gov.br.

Cascavel-PR, 29 de março de 2023.
Marlene Massaneiro Ritter,
Pregoeira – DER/SROeste.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O SINDICATO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, PLÁSTICAS E SIMILARES DE SÃO PAULO, TABOÃO DA SERRA, EMBU, EMBU-GUAÇU E CAIEIRAS, neste ato representado por meio do seu Presidente, pelo presente edital, nos termos das disposições estatutárias e da legislação vigente, **convoca** todos os trabalhadores (associados ou não), empregados das empresas pertencentes às indústrias de **produtos farmacêuticos** na base territorial abrangida, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no **dia 31 de março de 2023, às 18h00** em primeira convocação e, às **18h15** em segunda convocação, no sistema híbrido na sede da entidade, Rua Ada Negri, 127, Santo Amaro/SP; e plataforma virtual, sendo a inscrição realizada através do link https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZYod-ihrD8vGNLF-u0oHYkp7brlEyCXIZL para discutir e aprovar a seguinte ordem do dia: **1) Discussão e deliberação sobre a proposta patronal apresentada pelo SINDUSFARMA para a norma coletiva 2023/2024; 2) Autorização, caso recusada a proposta, para promover paralisações nas empresas do setor farmacêutico e interpor Dissídio Coletivo perante o TRT; 3) Autorização, caso aprovada a proposta, para assinar Convenção Coletiva de Trabalho; 4) Discussão e deliberação sobre a taxa de custeio da negociação coletiva; 5) Deliberação sobre a forma de consulta à categoria representada sobre a proposta patronal, inclusive sobre o desmembramento da Assembleia por fábricas e/ou regiões compreendidas na base territorial. Os trabalhadores que não comparecerem para participar presencialmente na Assembleia, e optarem pela participação virtual, deverão observar os seguintes procedimentos para habilitação ao sistema de votação online: 1º.** Acessar o link https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZYod-ihrD8vGNLF-u0oHYkp7brlEyCXIZL onde farão a sua inscrição para a assembleia, informando o nome completo, a empresa onde trabalha, e-mail e número do celular; **2º.** Após validada a inscrição, os trabalhadores deverão acessar o e-mail cadastrado e clicar para acessar a sala virtual. **3º.** O prazo para a inscrição dos trabalhadores interessados será até o dia **31 de março de 2023, às 17h00**.

São Paulo, 27 de março de 2023. Presidente Hélio Rodrigues de Andrade.

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

CNPJ nº 45.283.173/0001-00

Relatório da Administração: Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Aproveitamos para informá-los que não houve aquisição de debêntures. Os lucros líquidos verificados, após efetuadas as deduções e provisões legais, terão a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) serão destinados ao Fundo de Reserva Legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que o referido Fundo atingir o valor correspondente a, no mínimo, 20% do capital social; b) 5% (cinco por cento) no mínimo para dividendos aos acionistas; e c) o saldo remanescente terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral, atendidas as normas legais e estatutárias aplicáveis. A Companhia por deliberação ad referendum da Assembleia Geral, poderá fixar e mandar pagar dividendo semestral, trimestral ou mensal, os dois últimos por conta de Lucros Acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O pagamento de dividendos aprovados pela Assembleia Geral será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da respectiva Ata, sendo certo que a distribuição das ações, provenientes de aumento de capital, será efetuada no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do registro na Junta Comercial competente. A Assembleia Geral de Acionistas poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação aplicável, em substituição total ou parcial, ou em adição aos dividendos. São Paulo, 15 de março de 2023. A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	12.2022	12.2021
Disponibilidades	4	**277**	**342**
Instrumentos financeiros		**112.487**	**106.618**
Títulos e valores mobiliários	5	112.487	106.618
Outros ativos		**9.517**	**11.047**
Diversos	6	9.517	11.047
Imobilizado de uso		**425**	**133**
Imobilizado	7	1.035	660
Depreciação		(610)	(527)
Total do ativo		**122.706**	**118.140**

Passivo	Nota explicativa	12.2022	12.2021
Demais instrumentos financeiros passivos		**86**	**55**
Outros instrumentos financeiros passivos	9	86	55
Outros passivos		**6.759**	**4.016**
Contas a pagar	8a	203	172
Fiscais e previdenciárias	8b	3.901	2.719
Provisões trabalhistas	8c	2.037	562
Imposto de renda e contribuição social diferido	12b	618	563
Patrimônio líquido	**10**	**115.861**	**114.069**
Capital Social		56.229	56.229
Reservas		58.905	57.275
Outros resultados abrangentes		727	565
Total do passivo e patrimônio líquido		**122.706**	**118.140**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Outras	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**56.229**	**3.968**	**60.039**	**1.171**	**-**	**121.407**
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	(606)	-	(606)
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.101	1.101
Destinações:							
Reserva Legal		-	55	-	-	(55)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(55)	(55)
Dividendos distribuídos ref. reservas de lucros excedentes ao capital social	9	-	-	(7.778)	-	-	(7.778)
Absorção de lucros acumulados		-	-	991	-	(991)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**56.229**	**4.023**	**53.252**	**565**	**-**	**114.069**
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	162	-	162
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.716	1.716
Destinações:							
Reserva Legal		-	86	-	-	(86)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(86)	(86)
Absorção de lucros acumulados		-	-	1.544	-	(1.544)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**56.229**	**4.109**	**54.796**	**727**	**-**	**115.861**
Saldos em 30 de junho de 2022		**56.229**	**4.023**	**51.637**	**609**	**-**	**112.498**
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	118	-	118
Lucro do exercício		-	-	-	-	3.331	3.331
Destinações:							
Reserva Legal		-	86	-	-	(86)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(86)	(86)
Absorção de lucros acumulados		-	-	3.159	-	(3.159)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10**	**56.229**	**4.109**	**54.796**	**727**	**-**	**115.861**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional: O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, a administração da carteira de valores mobiliários e fundos de investimento. O Banco, situado à Rua Campos Bicudo, 98 CJ. 162, Jardim Europa, São Paulo - SP, mantém, basicamente, aplicações em fundos de investimentos e ações em companhias abertas (nota explicativa nº 5) para gerenciamento do seu caixa. **2 Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras: a. Práticas contábeis:** As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras, foi dada pela Administração em 15 de março de 2023. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • **CPC 00 (R1) -** Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; • **CPC 01 (R1) -** Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; • **CPC 02 (R2) -** Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras. CMN nº 4.524/2016; • **CPC 03 (R2) -** Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; • **CPC 04 (R1) -** Ativo Intangível. CMN nº 4.534/2016; • **CPC 05 (R1) -** Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; • **CPC 10 (R1) -** Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; • **CPC 23 -** Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; • **CPC 24 -** Evento subsequente - homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11; • **CPC 25 -** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; • **CPC 27 -** Ativo Imobilizado CMN nº 4.535/2016; • **CPC 33 (R1) -** Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; • **CPC 41 -** Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019; • **CPC 46 -** Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019. Atualmente, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. **3 Principais práticas contábeis: a. Apuração de resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores à 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, conforme circular BACEN nº 3.068/11, da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão. • **Mensuração do valor de mercado:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor de mercado para ativos e passivos financeiros. O Banco estabeleceu controle relacionado à mensuração de valor de mercado sobre a valorização e desvalorização das cotas dos fundos de investimentos e das ações compostas nos títulos e valores mobiliários de seus instrumentos financeiros ativos. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor de mercado de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, de acordo com a resolução 4.748/2019 do BACEN. Os valores de mercado são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor de mercado no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo e passivos circulante e exigível a longo prazo**: São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço. **e. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, da seguinte forma: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação; Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação. • Obrigações legais: referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento as normas do BACEN. **f.** Imposto de renda e contribuição social: Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo. **Alíquota - (%);** Imposto de renda - 15,00; Adicional de imposto de renda - 10,00; Contribuição social - 21,00; PIS - 0,65; COFINS - 4,00. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional n° 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Em março de 2021 foi instituída a Medida Provisória nº 1.034 que estabelece em seu Inciso III do artigo 1º nova majoração da alíquota de contribuição social para 25%, com vigência a partir de julho de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 houve alteração no Inciso III do artigo 1º da Lei nº 7.689 de dezembro de 1998 alterando a alíquota da CSLL de 25% para 20%. Em abril de 2022 foi instituída a Medida Provisória nº 1.115 que estabelece em seu parágrafo único do artigo 1º nova majoração da alíquota de contribuição social para 21%, com vigência entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022. **g. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido e provisão para contingência, no entanto, para este último, não há a necessidade de sua constituição por não haver processos sujeitos a perdas prováveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo semestralmente. **h. Resultado recorrente / não recorrente:** As políticas internas do BBVA Brasil Banco de Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações de investimento, administração de carteira de valores mobiliários, fundos de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo líquido do Banco no 1º semestre de 2022, no montante de R$ 1.615 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **4 Componentes de caixa e equivalente caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)*

	Nota explicativa	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Receitas da intermediação financeira		**7.682**	**13.937**	**5.595**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	7.682	13.937	5.595
Resultado bruto da intermediação financeira		**7.682**	**13.937**	**5.595**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(1.113)**	**(8.983)**	**(2.523)**
Receitas de prestação de serviços	13f	4.234	4.234	7.129
Despesas de pessoal	13a	(3.838)	(9.487)	(7.225)
Despesas administrativas	13b	(1.680)	(2.991)	(2.613)
Despesas tributárias	13c	(400)	(742)	(346)
Outras receitas operacionais	13d	574	684	537
Outras despesas operacionais	13e	(3)	(681)	(5)
Resultado operacional		**6.569**	**4.954**	**3.072**
Resultado antes da tributação sobre o Prejuízo e participações		**6.569**	**4.954**	**3.072**
Imposto de renda e contribuição social		**(3.238)**	**(3.238)**	**(1.971)**
Provisão para imposto de renda	12a	(1.911)	(1.911)	(1.148)
Provisão para contribuição social	12a	(1.327)	(1.327)	(823)
Lucro líquido do exercício/ semestre		**3.331**	**1.716**	**1.101**
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		**59**	**31**	**20**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Lucro líquido do exercício/semestre	**3.331**	**1.716**	**1.101**
Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado			
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(239)	217	(1.003)
Impostos diferidos sobre valor justo	121	(55)	397
Total dos itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado	**(118)**	**162**	**(606)**
Total dos resultados abrangentes do exercício/semestre líquido dos impostos	**3.213**	**1.878**	**495**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Moeda Nacional	**28**	**277**	**342**
Total	**28**	**277**	**342**

5 Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários classificada na categoria de títulos para negociação (cotas de fundos) e disponíveis para venda (ações) está assim representada: ***5a. Diversificação por tipo***

	12.2022	12.2021
Carteira própria		
Cotas de Fundos	111.093	105.442
Título de valores mobiliários	1.393	1.176
Total	**112.486**	**106.618**
Fundo de investimento Itau HIGH GRADE RF CRED PRIVADO	60.242	54.057
Fundo de investimento Itau CORP PLUS RENDA FIXA	16.258	25.561
Fundo de investimento Itau CORPORATE RF	12.473	11.168
Fundo de investimento Bradesco CFRDF	3.319	2.957
Fundo de investimento Itau GOLD RF	10.632	9.538
Fundo de investimento Itau FIX 5	8.169	2.161
Ações de companhia aberta - Título B3 ON NM	1.393	1.176
	112.486	**106.618**
5b. Diversificação por prazo	**112.486**	**106.618**
Circulante (i)	111.093	105.442
Não Circulante (ii)	1.393	1.176

(i) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos, portanto, classificadas como Nível 2. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em cotas de fundos não possuem vencimento, bem como o seu valor de custo é igual ao de mercado. (ii) As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão, portanto classificadas como Nível 1. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco apresentava em sua carteira 105.474 ações de companhias abertas, registradas B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão, equivalentes a R$ 1.393 (R$ 1.176 em 2021), classificadas como "disponível para venda". O saldo de ajuste a valor de mercado no patrimônio líquido, no montante de R$ 727 (R$ 609 em dezembro de 2022) refere-se aos ganhos e perdas não realizáveis, deduzidos dos efeitos fiscais.

5c. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Aplicações em Fundos de investimentos	16.582	36.736	23.888
Rendas de Aplicação em Fundos de Investimentos	7.682	13.937	5.595
Dividendos - Ações Companhias abertas	-	14	98
Total	**24.264**	**50.687**	**29.581**

6 Outros ativos	**12.2022**	**12.2021**
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.224	11
Imposto de renda a recuperar	3.582	3.312
Despesas antecipadas	64	56
Contas a receber coligadas	4.457	7.505
Outros	160	56
Adiantamento e antecipações salariais	**30**	**107**
	9.517	**11.047**
	9.517	**11.047**
Circulante	9.517	11.047
Não Circulante	-	-

7 Imobilizado e Depreciações

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos informática e Comunicação	Benfeitorias	Total
Custo							
Saldos em 31/12/2021	37	36	86	206	265	30	660
Adições	-	-	-	345	33	-	378
Baixas	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Saldos em 31/12/2022	**37**	**33**	**86**	**551**	**298**	**30**	**1.035**
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2021	(37)	(28)	(84)	(147)	(201)	(30)	(527)
Adições	-	(1)	-	(55)	(27)	-	(83)
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31/12/2022	**(37)**	**(29)**	**(84)**	**(202)**	**(228)**	**(30)**	**(610)**
Saldos em 31/12/2021	-	8	2	59	64	0	133
Saldos em 31/12/2022	-	4	2	349	70	0	425

8 Outros Passivos: 8a. Contas a Pagar	**12.2022**	**12.2021**
Fornecedores	203	172
Total	**203**	**172**
	203	**172**
Circulante	203	172
Não Circulante	-	-

8b. Fiscais e previdenciárias	**12.2022**	**12.2021**
Provisão para imposto de renda	1.911	1.148
Provisão para contribuição social	1.327	823
Outros Impostos e contribuições pagar	663	748
Total	**3.901**	**2.719**
	3.901	**2.719**
Circulante	3.901	2.719
Não Circulante	-	-

8c. Provisões para encargos trabalhistas	**12.2022**	**12.2021**
Provisão de Férias	384	265
Provisão INSS sobre Férias	99	68
Provisão FGTS sobre Férias	31	21
Provisão de bônus a pagar	1.523	207
Total	**2.037**	**562**
	2.037	**562**
Circulante	2.037	562
Não Circulante	-	-

9 Outros instrumentos financeiros passivos	**12.2022**	**12.2021**
Dividendos a Pagar	86	55
Total	**86**	**55**
	86	**55**
Circulante	86	55
Não Circulante	-	-

Refere-se a dividendos mínimos provisionados aos acionistas no valor de R$ 86 em dezembro de 2022, referente ao lucro correspondente ao exercício de 2022. A AGEO realizada em 30 de abril de 2021 deliberou sobre o pagamento dos dividendos no valor de R$ 73 referente ao lucro correspondente ao exercício de 2020 e ao valor de R$ 15 referente ao lucro correspondente ao exercício de 2018 somados ao valor de R$ 7.778 referente montante de reservas de lucros que estava excedente ao valor de capital social.

10 Patrimônio líquido	**12.2022**	**12.2021**
Capital social	56.229	56.229
Reservas de lucros	54.796	53.252
Reserva legal	4.109	4.023
Ajuste de avaliação patrimonial	727	565
TOTAL	**115.861**	**114.069**

a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 56.229.134 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R$ 1,00 por ação. Sendo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A o acionista que corresponde a 99,99% das ações. **b. Destinação do lucro:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício de acordo com o Estatuto Social, até o limite de 20% do capital social definido pela legislação societária. Em 31 de dezembro de 2022 houve a constituição de reserva legal sobre o lucro líquido do exercício, no montante de R$ 86, e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 86, sendo o saldo remanescente de R$ 1.544 destinado as reservas de lucros. O ajuste de avaliação patrimonial refere-se a marcação a mercado da posição em ações da instituição no valor de R$ 727 (R$ 565 em 2021). **11 Provisões e passivos contingentes: 11a. Ativos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não havia ativos contingentes registrados. **11b. Ao final do período em 31 de dezembro de 2022 existiam os seguintes passivos contingentes:** Existem passivos contingentes referentes a processos de natureza tributária e cível, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos externos, com os riscos de perdas possível e remota, não reconhecidos contabilmente. No momento, o Banco não possui processos prováveis. Os processos jurídicos do banco de natureza tributária com classificação de perda possível totalizam R$ 302 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e R$ 301 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 correspondentes a 2 processos. **12 Imposto de renda e contribuição social:** ***12a. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes***: Os encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL no exercício estão assim demonstrados:

	12.2022	12.2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.955	3.073
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(2.279)	(1.536)
Efeito de IRPJ e de CSLL sobre as diferenças permanentes - contribuição associativa não-compulsória e bônus dirigentes	(1.037)	(665)
Dedução de incentivos fiscais (PAT)	**6**	**-**
Despesa com IRPJ e CSLL - valores correntes	**3.238**	**1.971**

12b. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a instituição não possuía saldo negativo de IRPJ e base negativa de CSLL. Os créditos tributários, originados pela possível venda de ações do banco, foram constituídos às alíquotas vigentes sobre as ações das companhias em abertas. O montante de créditos tributários em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 618 e em 31 de dezembro 2021 foi de R$ 563.

Demonstrações dos fluxos de caixa indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		**3.331**	**1.716**	**1.101**
Ajustes ao lucro líquido		**47**	**82**	**63**
Depreciação/amortização	13b	47	82	63
Lucro líquido ajustado		**3.378**	**1.798**	**1.164**
Variação em Ativos Operacionais - (Aumento)/ Diminuição				
Títulos e valores mobiliários	5	(633)	(5.650)	4.516
Diversos	6	(6.101)	1.530	365
Aumento/(redução) nos passivos em:				
Contas a pagar	8a	63	31	113
Fiscais e previdenciárias	8b	3.698	1.182	(570)
Provisões trabalhistas	8c	250	1.475	203
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**655**	**365**	**5.791**
Fluxos de caixa das atividades investimentos				
Alienação/Aquisição de ativo imobilizado		(351)	(375)	(7)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		**(351)**	**(375)**	**(7)**
Fluxos de caixa das atividades financiamento				
Pagamento de dividendos		(55)	(55)	(7.866)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(55)**	**(55)**	**(7.866)**
Aumento/redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		**249**	**(65)**	**(2.082)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	28	342	2.424
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	277	277	342
Aumento/redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		**249**	**(65)**	**(2.082)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continuação) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estavam dispostos da seguinte forma:

	31/12/2022					31/12/2021				
	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	TOTAL	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Título de valores mobiliários - ações em companhias abertas	1.393	1.393	348	292	640	1.176	1.176	293	294	587
Custo histórico dos títulos de valores mobiliários	-48	-48	-12	-10	-22	-48	-48	-12	-12	-24
TOTAL			**336**	**282**	**618**			**281**	**282**	**563**

Os impostos diferidos são compostos por ações em companhias abertas e reconhecidos no patrimônio líquido sem estimativa de realização, podendo ser alienadas a qualquer tempo, portanto, não havendo previsão de realização dos créditos tributários.

13 Demonstração do Resultado: 13a. Despesas com pessoal

	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Benefícios	463	844	961
Encargos sociais	735	1.702	1.205
Proventos	2.608	6.869	4.978
Treinamento	32	72	81
Total	**3.838**	**9.487**	**7.225**

13b. Despesas Administrativas

	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Despesas de Água, Energia e Gás	16	32	24
Despesas de Aluguéis e Condomínios	150	300	256
Despesas de Comunicações	87	176	162
Despesa Manutenção de Bens	-	-	-
Despesas de Material	5	9	4
Despesas de Publicações	17	32	49
Despesas de Seguros	14	26	23
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	10	26	26
Despesas de Serviços de Terceiros	204	332	275
Despesas de serviços, vigilância e segurança	116	230	206
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	912	1.596	1.472
Despesas de Transportes	36	67	30
Despesas de amortização e depreciação	47	82	64
Outras Despesas Administrativas	66	83	22
Total	**1.680**	**2.991**	**2.613**

13c. Despesas Tributárias

	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Cofins	330	584	230
Pis	54	95	38
IPTU	6	22	31
Outros impostos e taxas	10	14	14
IOF / IOC - despesas tributárias	-	27	33
Total	**400**	**742**	**346**

13d. Outras receitas operacionais

	2º semestre 2022	12.2022	12.2020
Variação Cambial Ativa	-	-	379
Descontos Obtidos	1	1	-
Variação Selic	329	416	44
Outras	244	253	16
Dividendos	-	14	98
Total	**574**	**684**	**537**

13e. Outras despesas operacionais

	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Juros e multas	3	681	5
Total	**3**	**681**	**5**

13f. Receitas de prestação de serviços: As rendas de prestação de serviços referem-se a receita líquida de serviços de assessoria e consultoria prestados ao Banco Bilbao Viscaya Argentaria S.A. com a finalidade de suprimento de caixa nos exercícios assim demonstrados:

	2º semestre 2022	12.2022	12.2021
Rendas de prestação de serviços	4.234	4.234	7.129
Total	**4.234**	**4.234**	**7.129**

14 Transações com partes relacionadas: Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados abaixo:

14a.Outras contas a receber	12.2022	12.2021
Banco Bilbao Vizcaya	4.457	7.505
Total	**4.457**	**7.505**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Banco possui valores a receber conforme nota 6, referente ao contrato de SLA, com sua matriz Banco Bilbao Vizcaya S.A. de R$ 4.457 e 7.505 respectivamente. ***14b. Remuneração do pessoal-chave da administração;*** O pessoal-chave da Administração são os diretores executivos. A remuneração paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi no montante de R$ 2.885 (R$ 3.064 em 31 de dezembro de 2021), registrada na rubrica despesas com pessoal. **15 Outras informações; a.** No período e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos. **b.** Os ativos foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período. **c.** No período/exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, não existiam aplicações em títulos classificados como mantidos até o vencimento. **d.** A administração do BBVA avaliou potenciais efeitos nas operações locais e internacionais (controlador) decorrentes da pandemia COVID-19 e concluiu que não existem impactos significativos, bem como alterações relevantes nas estimativas utilizadas na apresentação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022. **16 Acordo de basiléia (limite operacional):** Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites do Banco são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basiléia para 31 de dezembro de 2022 foi de 77,96% (109,36% em dezembro de 2021). **17 Gerenciamento de riscos:** Em que pese à condição atual pré-operacional, o Banco adota uma estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos Riscos e em conformidade com as Resoluções em vigor: ***17a. Gerenciamento da estrutura de capital:*** A Companhia mantém estrutura de gerenciamento de capital integrada à estrutura de gerenciamento de riscos, que permite o monitoramento e o controle do seu capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição, seguindo os requerimentos da Resolução CMN nº 4.606 de 19 de outubro de 2017. A companhia está enquadrada no segmento S4 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRSA), mantendo patrimônio líquido mínimo dentro dos limites da regulamentação do Banco Central do Brasil. ***17b. Risco operacional:*** O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração. **17c. Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação as operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17. ***17d. Risco de liquidez:*** Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez a Companhia busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse. ***17e. Risco de crédito:*** A diretoria executiva mantém uma adequada estrutura de funcionamento para o atual nível de operação da instituição estando em conformidade com as políticas e normas estabelecidas pelas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) no tocante e observação e das boas práticas de mercado que envolva possíveis riscos mercado, operacionais, gerenciamento de risco de crédito, ainda que não tenhamos uma carteira ativa de clientes, bem como a gestão de risco de liquidez pautado em política interna de gerenciamento, monitoramento de melhor utilização de recursos existentes para suportar despesas operacionais visando uma adequação de possíveis riscos de crédito, em que se determinam as responsabilidades, estratégias para a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **18 Nota de Eventos subsequentes**: A Lei nº 14.446 de 02 de setembro de 2022, altera a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988 que institui a Contribuição Social sobre o Lucro das pessoas jurídicas. A Lei determina a aplicação, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie, até 31 de dezembro de 2022. Assim a partir de janeiro 2023, a alíquota retorna a 20% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN n° 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção, buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2025, sendo que o BBVA Brasil Banco de Investimento S.A, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados. Sobre a referida decisão do STF sobre o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, não prevemos impactos financeiros relevantes para o BBVA Brasil Banco de Investimento S.A, com relação à CSLL, seja em sua posição de caixa ou nos resultados dos exercícios, já que todos os recolhimentos de CSLL foram feitos integralmente a partir de 2007.

A Diretoria **Ouvidoria: Tel.: 0800-772-3500**
Locatelli Consulting Solutions Ltda. CRC/SP 2SP 026.948/O-9

Rodrigo Martins
Contador Responsável - CRC 1SP 278.846/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: À Diretoria e Acionistas do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("BBVA") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiu relatório, em 25 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023.
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Fabricio Aparecido Pimenta Contador - CRC-1SP241659/O-9

continua...

...continuação

Even Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ : 43.470.988/0001-65 | NIRE: 35.300.329.520

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Atribuível aos acionistas da controladora										
		Ações restritas e em tesouraria			Reservas de lucros						
	Capital social	Ações restritas concedidas	Ações em tesouraria	Plano de opção de ações	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.657.409**	**(287)**	**(31.235)**	**-**	**6.694**	**-**	**-**	**113.377**	**1.745.958**	**735.459**	**2.481.417**
Ações em tesouraria:											
Concessão de ações - desbloqueio ILP	-	(268)	268	18.372	-	-	-	-	18.372	-	18.372
Reclassificação plano ILP	-	-	-	20.426	-	-	-	-	20.426	-	20.426
Aquisições de ações em tesouraria	-	-	(24.367)	-	-	-	-	-	(24.367)	-	(24.367)
Cancelamento de ações restritas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com não controladores:											
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(2.419)	-	(2.419)	-	(2.419)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.936)	(18.936)
Destinação de lucros:											
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	231.212	-	231.212	55.009	286.221
Absorção da reserva legal	-	-	-	-	11.561	-	(11.561)	-	-	-	-
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	-	(54.913)	-	(54.913)	-	(54.913)
Dividendos mínimos estatutários	-	-	-	-	-	-	(86)	-	(86)	-	(86)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(113.377)	(113.377)	-	(113.377)
Reversão da reserva de lucros	-	-	-	-	-	162.233	(162.233)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.657.409**	**(555)**	**(55.334)**	**38.798**	**18.255**	**162.233**	**-**	**-**	**1.820.806**	**771.532**	**2.592.338**
Ações em tesouraria:											
Concessão de ações - desbloqueio ILP	-	-	18.888	(21.744)	-	-	-	-	(2.856)	-	(2.856)
Concessão de ações - *stock option*	-	-	-	21.427	-	-	-	-	21.427	-	21.427
Oferta pública de ações de sociedade controlada:											
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	63	-	63	-	63
Operações com não controladores:											
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.580)	(47.580)
Destinação de lucros:											
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	104.384	-	104.384	90.648	195.032
Absorção da reserva legal	-	-	-	-	5.219	-	(5.219)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(31.000)	-	(31.000)	-	(31.000)
Reversão da reserva de lucros	-	-	-	-	-	68.228	(68.228)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.657.409**	**(555)**	**(36.446)**	**38.481**	**23.474**	**230.461**	**-**	**-**	**1.912.824**	**814.600**	**2.727.424**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social	104.384	231.641	253.047	329.847
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(219.644)	(354.438)	3.210	(236)
Depreciações e amortizações	3.981	3.635	9.121	8.345
Provisões	(8.387)	(40.178)	(13.708)	(36.811)
Juros provisionados	18.999	12.648	58.586	21.465
Juros apropriados em aplicações financeiras	(31.320)	(15.977)	(98.195)	(51.549)
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:				
Contas a receber	2.261	11.305	(32.478)	(280.659)
Imóveis a comercializar	(1.604)	(1.878)	(807.468)	(791.105)
Demais contas a receber	100	(31.070)	(938)	(21.495)
Fornecedores	3.110	(1.382)	51.417	19.386
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	199.814	300.093
Contas a pagar por aquisição sociedade controlada	125	-	(151.599)	151.724
Adiantamentos de clientes	(681)	(47.333)	180.369	276.055
Demais passivos	15.114	2.521	38.252	64.524
Variações no patrimônio não afetam caixa:				
Concessões de ações - ILP	(2.856)	38.798	(2.856)	38.798
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**(116.418)**	**(191.708)**	**(313.427)**	**28.382**
Juros pagos	(17.379)	(12.337)	(49.976)	(18.359)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(56.947)	(49.698)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(133.797)**	**(204.045)**	**(420.349)**	**(39.675)**
Fluxo de caixa operacional das atividades não operacionais:				
Resultado de investimentos descontinuados	-	(429)	(1.820)	(1.695)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**-**	**(429)**	**(1.820)**	**(1.695)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Títulos e valores mobiliários	(33.729)	(214.877)	51.104	74.870
Aquisição (Baixas) de bens do ativo imobilizado e intangível	(4.082)	(243)	(4.822)	(9.396)
Aumento (Redução) dos investimentos	46.847	150.498	(10.762)	(7.026)
Lucros recebidos	287.537	388.634	-	4.281
Aumento (Redução) de adiantamento para futuro aumento de capital em sociedades investidas	(78.679)	63.230	(20)	5.495
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**217.894**	**387.242**	**35.500**	**68.224**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
De terceiros:				
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	352.066	-	840.549	235.824
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(83.518)	(217.593)	(384.193)	(378.637)
Caixa restrito	2.442	2.381	2.444	6.256
	270.990	**(215.212)**	**458.801**	**(136.557)**
De acionistas/Partes relacionadas:				
Ingresso (Pagamento) de partes relacionadas, líquido	(366.981)	(5.535)	(34.727)	7.034
Dividendos pagos	-	(171.777)	-	(171.777)
Aquisições de ações em tesouraria	-	(24.367)	-	(24.367)
Movimentos de acionistas não controladores	-	-	(47.580)	(18.936)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(95.991)**	**(416.891)**	**376.494**	**(344.603)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(11.894)**	**(234.123)**	**(10.175)**	**(317.749)**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	13.587	247.710	39.873	357.622
No final do exercício	1.693	13.587	29.698	39.873
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(11.894)**	**(234.123)**	**(10.175)**	**(317.749)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

Presidente - **Leandro Melnick**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidor – **Marcelo Dzik**

Contador - **Rafael Oliveira Santos** - CRC - 1SP289162/O-8

PARECERES E DECLARAÇÕES/PARECER DO CONSELHO FISCAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Estatuto Social da Companhia prevê um Conselho Fiscal de caráter não permanente, eleito unicamente a pedido dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Conselho Fiscal não foi instalado.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Marcelo Dzik
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, revisamos, discutimos e concordamos que as Demonstrações Financeiras findo em 31 de dezembro de 2022, da Even Construtora e Incorporadora S.A. refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Marcelo Dzik
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativas as Demonstrações Financeiras da Even Construtora e Incorporadora S.A., para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Marcelo Dzik
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos seguintes endereços:

a) https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
b) ri.even.com.br/
c) www.gov.br/cvm/
d) www.b3.com.br

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7

Deloitte.

even.com.br

Varejo **Dívida de R$ 4,2 bi**

Grupo Petrópolis, dono da cerveja Itaipava, pede recuperação judicial

Empresa, que também fabrica a Crystal e a Petra, diz que crise causada por queda de receita foi agravada pelo juro alto; da dívida, 52% são com fornecedores e terceiros

LUIZ VASSALLO
LUCIANA DYNIEWICZ

O Grupo Petrópolis, dono das marcas de cerveja Itaipava, Crystal e Petra, entre outras, entrou com pedido de recuperação judicial na segunda-feira, na Justiça do Rio de Janeiro. As dívidas da companhia somam R$ 4,2 bilhões, segundo sua defesa. Desse total, 48% são pendências financeiras e os outros 52% com fornecedores e terceiros.

Ontem, a juíza Elisabete Franco Longobardi, da 5.ª Vara Empresarial da cidade do Rio, concedeu ao grupo uma tutela cautelar de urgência que determinou a liberação dos recursos da companhia por Banco Santander, Fundo Siena, Daycoval, BMG e Sofisa. A juíza também nomeou como administradores judiciais o escritório de advocacia Zveiter e a empresa Preserva-Ação, do advogado Bruno Rezende.

O Grupo Petrópolis, que detém uma participação de 13% no mercado de cervejas do País, afirmava que as medidas eram urgentes para evitar "iminente estrangulamento do fluxo de caixa". A urgência também se justificava pelo fato de que, ontem, vencia uma parcela de R$ 105 milhões de uma dívida financeira.

De acordo com a petição em que pediu recuperação, o grupo enfrenta uma crise de liquidez há 18 meses decorrente da redução de receita. No ano passado, a empresa vendeu 24,1 milhões de hectolitros de bebidas, o que representa uma queda de 23% na comparação com 2020. Essa redução significou um recuo de 17% na receita bruta do período.

VALERIA GONÇALVEZ/ESTADÃO-8/5/2007

Companhia que detém 13% do mercado no País fala em 'iminente estrangulamento do fluxo de caixa'

'PLANEJAMENTO ABUSIVO'. No documento, a companhia acusa os concorrentes de adotar um "planejamento tributário abusivo", condenado pelo fisco, para conseguir não repassar o aumento de custos dos últimos dois anos ao consumidor final.

O Grupo Petrópolis, de acordo com sua defesa, não adotou a mesma prática e precisou reduzir as margens para continuar competitiva, o que também a teria prejudicado.

Ainda segundo a petição, agravou a situação da companhia o aumento da taxa básica de juros, a Selic, que pressionou o nível de endividamento. Essa elevação no juro tem gerado um impacto de R$ 395 milhões por ano no fluxo de caixa da companhia.

Na petição, o Grupo Petrópolis, representado pelos escritórios Salomão Sociedade de Advogados e Galdino & Coelho, afirma que, até o fim de março, haverá uma necessidade de capital de giro acumulada R$ 360 milhões superior ao projetado para o período e que, até 10 de abril, será de R$ 580 milhões superior.

"A combinação desses fatores, exógenos e alheios ao controle das requerentes, gerou uma crise de liquidez sem precedentes no Grupo Petrópolis, que comprometeu seu fluxo de caixa a ponto de obrigá-lo a buscar a proteção legal com o ajuizamento deste pedido de recuperação judicial", diz o documento.

Para o analista Gustavo Troyano, do Itaú BBA, a recuperação do Grupo Petrópolis "pode sustentar uma velha tese de que pode surgir um comprador para os ativos" do grupo. Nesse caso, uma fabricante estrangeira de cerveja que ainda não atua aqui, a Heineken ou a Coca-Cola estariam entre os compradores mais prováveis.

BAIXA RENTABILIDADE. Em relatório, Troyano afirmou também que a recuperação judicial pode ser interpretada como um sinal de que o mercado de cervejas brasileiro está operando com rentabilidade abaixo da ideal. Segundo ele, as margens brutas da Ambev estão em queda desde 2012, pressionando toda a indústria. "Com margens comprimidas, empresas com menor participação de mercado, menor diluição de custos e eficiência de escala reduzida tendem a sofrer mais", diz o analista.

Procurado, o Grupo Petrópolis não se manifestou. ●

O que é a RJ

● **Mediação pela Justiça**
De modo geral, a recuperação judicial é um processo mediado pela Justiça que busca evitar que uma empresa com dificuldades financeiras encerre suas atividades

● **Medida de proteção**
Por meio dessa medida, as organizações adquirem um prazo para continuar operando enquanto negociam suas dívidas com os credores sem o risco de execução das suas dívidas

Varejo **Audiência pública no Senado**

Caso Americanas é 'gravíssimo' e requer 'punição severa', diz CVM

JULIANA GARÇON
RIO

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Pedro Nascimento, disse ontem haver "inconsistência na lisura da prestação de informações sobre remuneração de Sergio Rial pela Americanas". Ele chamou o caso da varejista de "lamentável" e "gravíssimo" e defendeu punição "severa" para os responsáveis.

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o executivo lembrou ainda que a autarquia tem um processo aberto para examinar os moldes da remuneração do ex-CEO, que foi empossado no início do ano, mas já prestava serviços à varejista em 2022, enquanto acumulava funções no Santander.

Na mesma audiência pública, Rial contou que recebeu da Americanas de duas maneiras. "Meu contrato como presidente executivo era calcado em ações, a partir de maio, na valorização das ações em cinco anos da empresa. Já o contrato de consultoria foi assinado dia 1.º setembro como parte do processo de ambientação."

O modelo de prestação de serviço e remuneração, assim como a linha do tempo e a prestação de informações, afirmou Nascimento, serão analisados pela autarquia.

Em nota, a assessoria de Rial afirmou que não houve contrato entre o ex-CEO e os acionistas de referência da Americanas em maio de 2022, mas uma formalização, por meio de carta-proposta, que serviria como registro das bases negociadas e do futuro contrato que regularia o trabalho como presidente da Americanas. Esse contrato foi firmado em dezembro de 2022, após a aprovação final do conselho de administração.

"Não houve nenhuma prestação de serviços e nenhum pagamento no período de maio a setembro de 2022, justamente porque não existia contrato vigente", afirmou a assessoria.

No bolso
Nascimento afirma que 'as sanções pecuniárias a envolvidos poderão ser bastante substanciosas'

Nascimento afirmou que ainda não se pode dizer qual será a punição aos envolvidos, mas "as sanções pecuniárias a envolvidos na Americanas poderão ser bastante substanciosas". ●

MATHEUS PIOVESANA E CIRCE BONATELLI/
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Elo mantém plano de abrir capital apesar de troca de gestão na Caixa e no BB

A abertura de capital da bandeira de cartões Elo não deixou a agenda da empresa mesmo com a mudança de gestão nos sócios Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (CEF), mas deve passar para o começo de 2024. De acordo com o CEO da Elo, Giancarlo Greco, o assunto continua no topo da agenda, mas, com o mercado sem janela para captações neste ano, não há pressa. O mercado passou a duvidar da disposição para a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Elo com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao governo e a troca das gestões do Banco do Brasil e da Caixa. Os dois bancos detêm cerca de dois terços do capital da companhia de cartões, e o Bradesco, o restante.

Companhia espera oferta para 2024

Para Greco, o mais provável é que a oferta fique para o primeiro semestre de 2024, e não 2023. Segundo ele, o assunto foi discutido no conselho da Elo e uma reunião com os acionistas deve tratar do tema em maio. O IPO vem sendo discutido nos últimos três anos, e já foi adiado por uma questão de preço.

Empresa desistiu de listagem nos EUA

Não há estimativa do valor de mercado. Em 2021, a Elo planejava listar ações na Nasdaq e obter US$ 2 bilhões. Mas o desconto pedido foi considerado "excessivo" e a operação foi transferida para a B3. Segundo a empresa, o IPO deve ocorrer no Brasil, com a manutenção do controle nas mãos dos atuais sócios.

QUANDO 2024 CHEGAR

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-3/9/2022

Em 2021, a Elo planejava se listar na Nasdaq, mas o desconto pedido nas ações foi excessivo e a operação foi transferida para a B3

● **SÓCIOS.** Na Caixa, outras operações não devem sair. Na semana passada, a presidente do banco, Rita Serrano, descartou vendas de ativos e ações da Caixa Seguridade ou do próprio banco. No BB, a esteira era menor: o grande ativo era a BB Asset, para a qual o banco buscava um sócio estratégico. Como mostrou a Coluna ontem, o processo está "adormecido".

● **FOCO.** Para a Elo, neste ano, as prioridades são outras: Greco destacou que a companhia ficará de olho no ciclo de crédito, que afeta diretamente a emissão de cartões pelos bancos. E também os planos de mudança no cartão de débito, discutidos por toda a indústria, e que afetam a bandeira. O executivo acaba de assumir a presidência da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs).

● **POR FALAR NISSO...** O Mercado Pago encerrou 2022 com R$ 3,2 bilhões na carteira de cartões de crédito no Brasil, e projeta avançar mais neste ano. A empresa não revela o crescimento em relação a 2021, mas o volume a coloca entre nomes importantes do segmento.

● **NA BRIGA.** O Banco Inter tinha em dezembro cerca de R$ 6,1 bilhões em cartões, enquanto o PagBank, da PagSeguro, somava R$ 1,1 bilhão. Entre os neobancos, o maior é o Nubank, com cerca de R$ 48,4 bilhões em carteira na soma dos países em que opera.

● **DIGITAL.** O Nubank emite cartões há quase dez anos, enquanto o Mercado Pago entrou no produto no Brasil em 2021, e começou a emiti-lo no México este ano. O banco digital vê os cartões como estratégicos: com uso frequente, podem tornar o cliente mais fiel. Essa é a tônica da operação, que passou a se autodenominar como banco digital no ano passado.

● **TEM MAIS.** Outro movimento do grupo é a entrada no mundo dos investimentos. Hoje, mais de 800 mil clientes já investem em CDBs. Em paralelo, a conta digital com rendimento diário tem 20 milhões de usuários no País, e não adotou o "pedágio" de 30 dias para os rendimentos, que outras fintechs passaram a impor.

● **ALTERNATIVA.** Após suspender a abertura de capital em Bolsa (IPO, na sigla em inglês) no fim de 2021 por conta da virada da maré do mercado financeiro, a operadora virtual Datora reorganizou a casa e agora se vê pronta para acelerar novamente seus projetos.

● **ADIANTE.** A Datora investirá R$ 30 milhões em 2023 para reforçar e ampliar suas operações de conectividade. O número é bem superior aos R$ 12 milhões de 2022. Para este ano, há ainda uma aquisição a ser concluída em breve, fora da conta dos R$ 30 milhões. A fonte para os gastos será a geração própria de caixa e as linhas de financiamentos com subsídios para o setor de inovação.

● **PERFIL.** O objetivo de captar os recursos em Bolsa lá atrás era partir para uma consolidação do mercado de internet das coisas e expansão das operações na América Latina. O grupo é uma multinacional brasileira, com sede em Nova Lima (MG), e atua como operadora móvel de rede virtual (MVNO, em inglês), que oferece serviços de conectividade a partir de uma rede de terceiro.

SOBE

Alta do minério na China ajuda setor

GABRIEL BORGES/CSN-23/9/2021

A segunda alta consecutiva do minério de ferro na China favoreceu os papéis das empresas do setor ontem na B3. As ações da Vale subiram 1,06%. Bradespar, seu acionista, avançou 1,79%. Entre as siderúrgicas, CSN e Usiminas tiveram altas de 4,12% e 3,17%, respectivamente. Segundo analistas, os sinais um pouco mais positivos no mercado imobiliário da China alimentam a expectativa de retomada da economia do país.

DESCE

Resultado fraco prejudica Rede D'Or na Bolsa

RICARDO MORAES/REUTERS-11/2/2021

Num dia de melhora no humor na Bolsa, diante da perspectiva de anúncio do arcabouço fiscal ainda nesta semana, os papéis da Rede D'Or foram um dos poucos a recuarem. Segundo analistas, a empresa foi prejudicada pelos resultados do quarto trimestre de 2022, considerados fracos. No período, o lucro líquido da companhia caiu 32,7%, para R$ 282,5 milhões. Nesse cenário, as ações perderam 4,85%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 101.185,09 PTS. | Dia 1,52% | Mês -3,57% | Ano -7,79%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
HAPVIDA ON NM	2,64	18,92	72.706
BRASKEM PNA N1	19,71	6,20	21.857
PETZ ON NM	6,41	6,48	12.048

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

REDE D OR ON NM	20,15	-4,14	45.660
MRV ON NM	6,85	-3,11	16.053
JBS ON NM	17,98	-1,64	27.234

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

25/3 A 25/4	0,1078	0,8987	0,6083	0,5000
26/3 A 26/4	0,1451	0,9463	0,6458	0,5000
27/3 A 27/4	0,1724	0,9938	0,6733	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.394,25	-0,12	-0,80	-2,27
FRANKFURT - DAX	15.142,02	0,09	-1,45	8,75
LONDRES - FTSE	7.484,25	0,17	-4,98	0,44
TÓQUIO - NIKKEI	27.518,25	0,15	0,26	5,46

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,89	2.876,90
	15/5/2035	6,17	1.978,48
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,01	4.108,93
PREFIXADO	1º/1/2026	12,04	730,52
	1º/1/2029	12,73	502,79
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.982,48

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	0,77	1,23	5,47
IGP-M (FGV)	0,21	-0,06	0,15	1,86
IGP-DI (FGV)	0,06	0,04	0,09	1,53
IPC (FIPE)	0,63	0,43	1,06	6,70
IPCA (IBGE)	0,53	0,84	1,37	5,60
CUB (Sinduscon)	-0,07	0,00	-0,06	8,31
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	0,34	0,62	4,82

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0186	IPCA (IBGE)	1,0560
IGP-DI (FGV)	1,0153	INPC (IBGE)	1,0547
IPC-FIPE	1,0670	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	-0,07	0,00	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/23	21,31	345.617	20,96	21,45	1,82
CAFÉ NY*	JUL/23	173,00	47.535	172,60	177,35	-1,79
SOJA CBOT**	MAI/23	14,68	280.531	14,398	14,698	1,77
MILHO CBOT**	JUL/23	6,30	370.751	6,260	6,320	-0,04

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	145,16	0,21	-22,20
BOI Cepea/esalq, R$/@	295,20	-0,05	-15,65
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	83,39	-0,73	-13,28
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.085,19	-2,67	-10,37

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1648	-0,80	-1,15	-2,18
DÓLAR TURISMO	5,3700	-0,79	-0,98	-2,04
EURO	5,6040	-0,32	1,30	-0,59
OURO	323,800	-0,06	6,51	7,22
WTI US$/BARRIL	73,5900	0,96	-4,25	-8,57
IBRENTUS$/BARRIL	78,4200	0,70	-5,59	-8,76

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0845	1,2340	0,1936
EURO	0,922	1,0000	1,1379	0,1785
FRANCO SUÍÇO	0,920	0,9973	1,1348	0,1781
LIBRA ESTERLINA	0,810	0,8789	1,0000	0,1569
IENE	130,928	141,9860	161,5610	25,348

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Varejo **Acerto de aluguel**

Tok&Stok faz depósito e evita despejo de galpão

Varejista deposita em juízo R$ 2 milhões para aluguel e custas judiciais, e fundo imobiliário decide retirar ação

CIRCE BONATELLI

A Tok&Stok depositou, em juízo, o valor não pago do aluguel de janeiro do galpão logístico Extrema Business Park I, detido pelo fundo imobiliário Vinci Logística, gerido pela Vinci Real Estate. Com isso, o fundo decidiu retirar a ação de despejo movida contra a varejista em 15 de fevereiro, menos de duas semanas depois de o aluguel com vencimento no dia 6 de fevereiro não ter sido pago.

Em fato relevante divulgado ontem, o fundo informou que na última sexta-feira tomou conhecimento de que a Tok&Stok depositou em juízo R$ 2,092 milhões para quitar o valor de locação vencido e para o reembolso integral das custas judiciais do fundo.

Na segunda-feira, o fundo requereu o levantamento dos valores depositados na conta judicial e informou ontem que, após o levantamento desses valores, solicitará o encerramento formal da ação de despejo.

Apesar da inadimplência referente ao aluguel de janeiro com vencimento em fevereiro, a Tok&Stok já havia efetuado o pagamento integral do aluguel de fevereiro com vencimento em março. Portanto, não restaram outros valores em aberto.

RENEGOCIAÇÃO. Em dificuldades financeiras expostas depois de vir à tona o caso Americanas, a Tok&Stok contratou, em fevereiro, a consultoria Alvarez & Marsal para fazer uma avaliação da situação de seu caixa e propor alternativas para a renegociação das dívidas e uma eventual capitalização, conforme apurou o *Estadão/Broadcast* na ocasião. A estimativa é de que suas dívidas estejam em cerca de R$ 600 milhões e há relatos de que um corte de cerca de 200 pessoas foi feito em agosto passado.

A crise da Americanas estremeceu a confiança no setor de varejo, e várias companhias passaram a ter dificuldades para renovar ou tomar novos empréstimos. No caso da Tok&Stok, a empresa teria feito um grande estoque para o Natal e não desovou como o planejado, desorganizando o capital de giro. Todo o segundo semestre de 2022 foi de vendas baixas para as varejistas de modo geral.

O varejo vem de dois anos de dificuldades. O salto dos juros pegou uma série de empresas de surpresa em um momento de alto endividamento após a pandemia de covid-19.

Os acionistas da Tok&Stok são fundos da gestora Carlyle Group e a família francesa Dubrule, que eventualmente poderiam capitanear uma injeção de capital. ●

Em dificuldade

R$ 600 mi é a estimativa das dívidas da Tok&Stok, que assim como outras empresas do varejo é impactada com a crise de confiança no setor agravada pelo caso Americanas

R$ 2,092 mi foi o valor depositado em juízo pela empresa para colocar em dia o aluguel de galpão logístico

Amanda Graciano @amandagraciano.com

O futuro do trabalho

Durante a edição deste ano do South by Southwest (SXSW), evento que acontece em Austin há pelo menos três décadas, especialistas de várias áreas apresentaram tendências e possíveis cenários que podem afetar significativamente a forma como trabalhamos.

A tecnologia é uma das principais impulsionadoras das mudanças no mercado de trabalho. O uso massivo da inteligência artificial (IA), um dos temas mais comentados durante o evento, irá provocar uma redução significativa de empregos. O estudo *The Future of Work*, publicado pela McKinsey, aponta que um em cada 16 trabalhadores deve mudar de ocupação até 2030, reforçando que cerca de 100 milhões de pessoas irão se reinventar em um curto período de tempo.

Na conversa entre a editora sênior da *Fortune*, Ellen McGirt, e o CEO da Indeed, Chris Hyams, vários pontos foram destacados. Entre eles, estão os novos paradigmas que são criados quando a IA vira ferramenta de trabalho e como cuidaremos e protegeremos os diversos dados coletados.

Ao mesmo tempo, vivemos um momento de ondas de demissões em massa, crise econômica e recessão em todo o mundo. Chris Hyams pontuou que, além disso, temos um fenômeno de diversas pessoas pedindo demissão em busca de uma ocupação que possa conciliar vida pessoal e profissional.

> ***Vivemos um momento de novidade tecnológica, mas poucos veem as mudanças***

Amy Webb durante o lançamento do seu relatório "Tech Trends Report 2023", que conta com 666 tendências, destacou que vivemos um momento radical de mudanças. Segundo a futurista, estamos próximos de viver o cenário de AISMOSIS (IA + osmose, em inglês), um momento em que todas as IAs irão interagir com todos os dados disponíveis. "Quando chegarmos a esse ponto, a internet como conhecemos acabará. E essa evolução está sendo invisível", diz.

Assim como Amy Webb, Greg Brockman, cofundador da OpenAI, criadora do ChatGPT, aponta que o uso da inteligência artificial pode ser um aliado no desenvolvimento de habilidades, (*reskilling* e *upskilling*) dos colaboradores. As empresas e pessoas que investirem nesse tipo de uso podem se destacar em um mercado cada vez mais competitivo.

É inegável que vivemos um momento de novidade tecnológica. Contudo, poucos profissionais entendem as mudanças do mercado de trabalho e os reais impactos da IA. Acredito que, depois de ouvir tudo por lá, volto com a percepção de que alguns possuem "privilégio tecnológico" – e ainda não demos a devida importância para esse tema. ●

MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PACTO GLOBAL DA ONU E SÓCIA NA FISHER VENTURE BUILDER

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Denúncia Abusos

Carta aberta exige ações após relatos de assédio em startups do País

Sem detalhar episódios, texto critica tolerância com comportamentos tidos como inaceitáveis; resposta de associação foi julgada insuficiente

GUILHERME GUERRA

Em um movimento raro, pessoas empreendedoras de startups vieram a público na semana passada para denunciar práticas de assédio sexual, moral, étnico e social no ecossistema de inovação do Brasil, segundo carta aberta endereçada à Associação Brasileira de Startups (ABStartups), entidade que reúne mais de 6 mil membros do setor.

Publicado na quinta passada, o texto critica a tolerância com ações e comportamentos tidos como inaceitáveis nos últimos anos, sem detalhar episódios ou apontar culpados. Informalmente, porém, pessoas em redes sociais apontam que investidores e outros financiadores de startups chantageiam mulheres empreendedoras em troca de investimento como prática recorrente no ecossistema.

Além disso, o material exige que sejam tomadas medidas para inibir essas práticas no futuro. "Estamos convencidos de que é hora de enfrentar e eliminar tais comportamentos, fomentando um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todas as pessoas", diz a carta. "O assédio compromete o bem-estar físico e emocional das vítimas, limita oportunidades e inibe a criatividade e a inovação em nosso setor."

Entre as medidas exigidas está a criação de um comitê "independente, isonômico, amplo e transparente" para a criação de políticas de prevenção e combate ao assédio; e de mecanismos de denúncia e apoio às vítimas, bem como a responsabilização de assediadores.

Além disso, a carta pede que a ABStartups promova a propagação do respeito, da inclusão e da diversidade na cultura organizacional das startups do País, bem como desenvolva formas de capacitação e promoção sobre questões relacionadas a assédio e diversidade.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO-20/12/2022

Ingrid Barth, da ABStartups, propõe medidas de combate a assédio

Por fim, os signatários exigem que as entidades do setor façam a identificação das pessoas assediadoras, "assegurando a aplicação das consequências apropriadas, independentemente de status ou posição" dos criminosos.

Sem apontar o nome dos signatários, a mensagem afirma que se trata de indivíduos "que se sentem representados por estes anseios, independentemente de sermos ou não associados à ABStartups". Até a publicação desta reportagem, o documento tinha mais de 1,1 mil assinaturas.

RESPOSTA. Na sexta, 24, a ABStartups propôs medidas para conter o assédio no ecossistema de startups do Brasil. Na réplica, a associação se posiciona contra o assédio "de qualquer modalidade", mas ressalta que, como organização, o alcance do grupo é "limitado". "Nossa capacidade de influência no ecossistema, ainda que com alguma relevância, não alcança poderes executivo ou fiscalizatório", diz o texto.

> ***"Estamos convencidos de que é hora de enfrentar e eliminar tais comportamentos, fomentando um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todas as pessoas"***
> **Trecho do documento endereçado à ABStartups**

A ABStartups pede que agentes do ecossistema de inovação do Brasil também se comprometam com políticas contra assédio nas empresas e organizações, com mecanismos de denúncia e investigação.

A ABStartups afirma que vai criar grupos de trabalho com empresas associadas e profissionais voluntários para criar um guia de boas práticas contra assédio nas startups; montar eventos e campanhas nas redes sociais de conscientização sobre o tema; inclusão do guia de boas práticas como "dever associativo" para as empresas ingressantes à associação; e parcerias com empresas que possam fornecer tratamento às vítimas de assédio.

O prazo dado pela associação para implementar essas ações não foi dado. No comunicado, é dito que as medidas devem entrar em vigor "nas próximas semanas".

REAÇÃO. Após publicação do comunicado, empreendedores e empreendedoras assinantes da carta criticaram o conteúdo em um texto que rapidamente circulou em grupos de mensagens no WhatsApp.

A mensagem diz que as medidas da ABStartps não foram "contundentes" e que a associação não apresentou ações concretas para minar o assédio no ecossistema de inovação do Brasil. Ainda, lembra que a ABStartups possui uma presidente mulher (Ingrid Barth, que tomou posse em janeiro deste ano).

"As boas práticas, aplicadas mundialmente, exigem uma resposta contundente, propositiva e uma ação concreta. Não vemos isso", diz. "Em resumo, (*foi uma*) resposta PPP. Pífia, porca e populista."

A mensagem, segundo apurou o **Estadão**, foi escrita pelo advogado Marcus Maida, envolvido com o ecossistema e um dos porta-vozes da carta. ●

Será a Inteligência Artificial o começo do nosso fim?

Visuais *Evento*

19ª SP-Arte aposta em artistas do Brasil profundo e mais design

Feira inova ao trazer para o Ibirapuera nomes consagrados que vão falar diretamente com o público sobre trabalho e mercado de arte

MATHEUS LOPES QUIRINO

FELIPE RAU/ESTADÃO

Obra exposta no espaço da Fortes D'Aloia & Gabriel, na 19ª edição da SP-Arte no Pavilhão da Bienal

Foi dada a largada da SP-Arte, a feira mais importante do segmento na América do Sul, que abre nesta quarta, 29, no Pavilhão da Bienal no Parque do Ibirapuera. O clima é otimista, algo a pontuar mesmo antes da abertura do evento. Nas redes sociais, diversas galerias apostaram nos drops do Instagram para interagir com o público, mostrar trabalhos à venda, bem como os bastidores de seus espaços.

Este ano, 167 expositores se espalham pela estrutura, que traz não só galerias nacionais e internacionais, mas instituições culturais e espaços autônomos, como o Solar dos Abacaxis, a Casa do Povo e Pivô, entre outros, onde artistas convidados fizeram tiragens de gravuras e obras com o intuito de arrecadar fundos para essas instituições e seus programas de residência, estudo e pesquisa.

Em sua 19.ª edição, a SP-Arte inova ao trazer para o pavilhão o conceito de Showcase, que vai espalhar 13 estandes pela feira, cada um com um artista brasileiro, para tratar novas perspectivas que hoje são centrais na arte contemporânea, como a luta antirracista e as discussões ambientais e ecológicas. Para tanto, a curadora Carollina Lauriano intitulou essa programação como Recuperar Paraísos – e selecionou pintores em diversas fases de carreira, desde Laryssa Machado, da estreante Asfalto, e Aislan Pankararu, novidade da Galatea, a consagrados, como a escultora Rosana Paulino (Mendes Wood), mas também ícones do porte de Rubem Valentim (1922-1991), no gabinete da Almeida & Dale, e, pela Simões de Assis, Emanoel de Araújo, morto em 2022.

"Nesses quase 20 anos de SP-Arte, não só o mercado mudou, como o mundo agora é outro. Nos primeiros 15 anos da feira, o mercado estava voltado para a globalização e, entre 2010 e 2016, a SP-Arte foi a feira que mais cresceu no Hemisfério Sul, certa de 22 países", conta ao **Estadão** Fernanda Feitosa, a idealizadora do evento.

O PAÍS POR DENTRO. Nesse tempo, passaram várias crises e uma pandemia. Agora, a SP-Arte volta "com um desejo de olhar não apenas o que é tendência no mundo, mas de voltar ao Brasil, ao regional, olhar o País por dentro", ressalta Feitosa. Nesse espírito de olhar o próprio território, a SP-Arte acredita que "conscientizar as pessoas do que está acontecendo ao redor" é algo de primeira necessidade, adverte a diretora do evento. Para tal, a feira investe em 2023 em jovens artistas, em novas galerias e nos coletivos que se formam quase de maneira orgânica por pintores e escultores sem galeria, inclusive.

Durante os dias do evento, que vai até domingo, dia 2, haverá uma série de entrevistas com artistas, outra novidade deste ano, conta Feitosa. "O programa de conversas com a feira acontece desde 2005. Mas, se antes as entrevistas eram feitas com curadores, editores e galeristas, hoje a tendência é conhecer cada artista, o modo como cada um trabalha, os bastidores do ateliê."

E, para abrir a programação, o curador Jacopo Crivelli Visconti conversa com a artista Lenora de Barros, que teve individual aberta nas últimas semanas na nova sede da Gomide & CO. – a galeria aposta na cerâmica nesta edição da feira. Serão três entrevistas por dia, com encerramento no domingo – que está marcado como data de lançamento de livros como *Pantanal*, do fotógrafo João Farkas (Edições Sesc).

DESIGN & LIVROS. O mobiliário brasileiro, conhecido mundialmente por seus expoentes modernos, marca forte presença, com estúdios como o Atelier Hugo França, além de Guto Requena, que participa da feira pela primeira vez. Incorporado à programação da SP-Arte em 2016, o setor de design cresceu 30% em relação a 2022 e, nesta edição, terá 45 expositores. A Galeria Teo traz 20 peças das décadas de 1930 a 1980 criadas por alunos do Liceu de Artes e Ofícios, que comemora 150 anos neste ano. Os estandes ficam no térreo, junto às editoras (como Act. Editora, Cobogó, BEI, Taschen e Ubu), que farão lançamentos de livros como *Lina Bo Bardi Design: O Mobiliário Dos Tempos Pioneiros 1947-1958* e *Digo e Tenho Dito*, de Anna Maria Maiolino. ●

MAIS SOBRE A SP-ARTE NAS PÁGINAS C2 e C8

Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Sabor de SP

Pacote de incentivos para o turismo gastronômico e rural

A Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo lança hoje um conjunto de ações de fomento ao turismo gastronômico e rural do estado de SP. A atualização do programa *Sabor de SP* chega com a proposta de promover a culinária regional por meio de festivais, workshops e rodadas de negócios nos dez roteiros gastronômicos mapeados pelo estado.

O secretário de Turismo e Viagens de São Paulo, Roberto de Lucena, irá assinar um protocolo de intenções com o objetivo de avançar na legislação trabalhista e fiscal do meio rural, capacitar a mão de obra do segmento e fomentar as boas práticas do setor com a criação de um selo de qualidade.

"A gastronomia regional é um dos principais atrativos de quem viaja a lazer pelo Estado, além de proporcionar um contato genuíno com a cultura e a história dos municípios", disse Lucena.

TURISMO. Já em relação ao turismo rural, a ideia é avançar em questões normativas e criar um plano de ação para fomentar o segmento – que conta com mais de 1.200 propriedades cadastradas. Os destinos de turismo rural estão entre os segmentos mais procurados pelo viajante desde o início da pandemia. Há pouco mais de uma década, São Paulo se consolidou como o maior destino de turismo rural no Brasil, com crescimento de quase 30% ao ano, segundo o Sebrae. ●

ALAN MORICI/SETUR-SP

Chef Anderson de Oliveira, do Dona Chica, de Campos do Jordão

Bloco de Notas

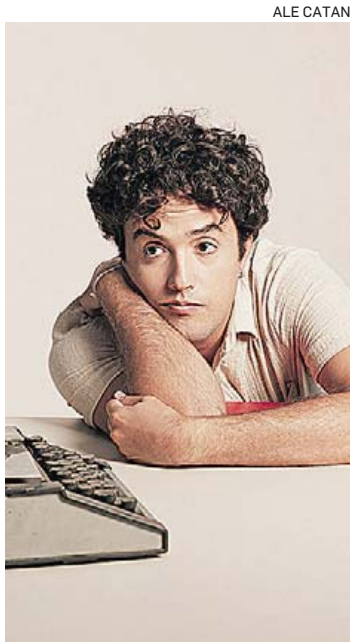
● **SALA SÃO PAULO.** O pianista Marc-André Hamelin se apresenta hoje, às 20h30, na Sala São Paulo. O recital faz parte da série Concertos Internacionais promovidos pela TUCCA, associação para crianças e adolescentes com câncer.

● **CONSTRUÇÃO.** O artista plástico cubano Osvaldo González vai fazer uma intervenção artística durante quatro visitas guiadas de convidados da Helbor Empreendimentos S.A. em uma exposição dentro de um prédio em construção. O trabalho será desenvolvido até o dia 1º de abril, no mesmo período em que acontece a SP-Arte.

● **EDUCAÇÃO.** Acontece dia 31, no Teatro Santander, a abertura da 5ª edição do *Global Access Through Education*, evento de educação promovido pelo Student Travel Bureau (STB) em parceria com o JK Iguatemi.

Rio Connection

Bernardo Bibancos em elenco internacional

O ator, roteirista e diretor Bernardo Bibancos, 26 anos, filho do Fábio Bibancos (empreendedor social, criador da *Turma do Bem*) integra o elenco de *Rio Connection*, parceria da Sony Internacional com a Globoplay, gravada em inglês e exibida atualmente no Canadá e na Europa. Ainda sem previsão de estrear no Brasil, a série de Mauro Lima reúne um elenco de várias nacionalidades e conta a história de um grupo de traficantes europeus que se estabeleceu no Rio de Janeiro, na década de 1970.

ALE CATAN

1. Thales Guaracy e João Doria, no lançamento do livro 'João Doria – O Poder da Transformação'. 2. Lucilia Diniz e Luiz Carlos Trabuco 3. Michel Temer 4. Bia Doria e Padre Júlio Lancellotti.

FOTOS DENISE ANDRADE/ESTADÃO

Visuais ***Exposição***

SP-Arte terá espaço permanente na casa criada por Flávio de Carvalho

A exposição Hélio Oiticica: Mundo-Labirinto, aberta em março, inaugura uma nova fase da feira SP-Arte: seu espaço permanente. Localizado nos Jardins, a Vila Modernista, imóvel projetado pelo arquiteto Flávio de Carvalho (1899-1973) foi reformado pela galeria Gomide & CO., que passou a ocupar outro imóvel, na Avenida Paulista.

"Hélio é uma grande escolha, cuja obra e trajetória guardam uma proximidade com a obra de Flávio de Carvalho", conta ao **Estadão** a curadora Luisa Duarte, que cuidou de organizar a mostra.

Ao todo, são 21 peças do artista carioca. Elas abordam diversos períodos da carreira de Oiticica, sendo a mais antiga datada de 1955, um guache em papel de quando o pintor fazia parte do Grupo Frente. Há também os famosos *Parangolés* e *Metaesquemas*, além de *Cosmococa*, feita em parceria com Neville D'Almeida, que falou sobre os 50 anos do experimento, polêmico, criado com placas de madeira, tintas, pigmentos, tecidos e cocaína. "O importante é a obra durar e não ser superada. Não surgiram outras do gênero com o mesmo impacto, a mesma força. O papel da obra de arte é tornar possível o diálogo, estimular ações e buscar ideias, e isso o Hélio conseguiu atingir, o público percebe", conta o cineasta.

DANÇA DO OLHAR. "A arquitetura da casa favorece para que se veja toda a exposição. O espectador é uma peça central no espaço, que convida o olho a dançar para ter uma visão geral de tudo que está exposto", resume Fernanda Feitosa.

A mostra fica em cartaz até julho e Feitosa confessa que tem planos maiores para o símbolo modernista, de pouco mais de 100 metros quadrados. "Não é exagero dizer mas, antes mesmo de o local abrir para o público, milhares de pessoas entraram em contato para saber como vai funcionar a dinâmica da casa."

Com entrada franca, a Casa SP-Arte está amparada em três pilares: expositivo, educacional e comercial. "A estratégia é focar em grupos de interesse estudantil, curatorial e em parceiros para futuros projetos." No horizonte, a empresária afirma que planeja programações envolvendo galerias nacionais e internacionais, com a vantagem de que, na casa, as mostras têm "tempo de museu", diferentemente do que acontece nas galerias.

● MATHEUS LOPES QUIRINO

Cinema *Estreia*

‘Encontro com Beatles na Índia’ abre mostra metafísica de filmes

Festival Cinema e Transcendência, que comemora 10 anos, traz longa sobre a banda britânica em busca da meditação

RODRIGO FONSECA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

SUNRISE FILMS

Durante sete semanas na Índia, os Beatles fizeram 48 canções

Em sua cartografia anual de conexões entre o audiovisual e experiências de autoconhecimento promovidas pelas mais variadas artes, o Festival Cinema e Transcendência comemora seus dez anos de existência com uma confluência metafísica com o rock’n’roll, abrindo sua edição de 2023, na quarta, 29, às 18h, no CCBB-SP, conectado com os quatro rapazes mais famosos de Liverpool.

Longa de abertura da maratona metafísica idealizada pelo cineasta André Luiz Oliveira, em curadoria com a produtora Carina Bini, *Encontro com os Beatles na Índia* (Meeting the Beatles in India) revive o período em que John Lennon (1940-1980), Paul McCartney, George Harrison (1943-2001) e Ringo Starr se dedicaram à meditação no monastério do guru Maharishi Mahesh Yogi (1918-2008), nas margens do rio Ganges.

Ele foram em fevereiro de 1968, inspirados por um colóquio de Yogi no País de Gales. Na ocasião, o quarteto já estava em contato com a música indiana, por conta da imersão de Martin na cítara, e pela aproximação com os ideais de Hare Krishna. Quem estava na região naquele momento era um jovem cineasta canadense, Paul Saltzman, que viria a se tornar um dos mais aclamados documentaristas de seu país.

“Tinha ido à Índia para cuidar da engenharia de som de um documentário do National Film Board do Canadá sobre o armamento nuclear na Ásia. Naquele tempo, os Beatles eram os avatares mundiais da conscientização dos assuntos espirituais, mas seguiam fazendo canções de amor”, disse Saltzman ao **Estadão**. “O quarteto foi fundamental em uma mudança na minha vida. Sempre acreditei na alma e que ela reencarna ao longo do tempo. Mas, quando pisei na Índia pela primeira vez, meu corpo parecia mais leve, minha respiração estava mais relaxada. Era como se eu tivesse encontrado uma vida passada. Nesse processo, pude acompanhar a jornada de músicos talentosos.”

FREEMAN. Narrado por Morgan Freeman, com direito a reflexões de um dos mais famosos praticantes da meditação transcendental, o cineasta David Lynch, *Encontro com os Beatles na Índia* aborda o que John, Paul, George e Ringo aprenderam nos rituais do ashram de seu guru. Revela ainda o impacto de um novo (e meditativo) estilo de vida em seu trabalho. Naquelas sete semanas, eles compuseram 48 canções.

“Descobri os Beatles dançando as músicas deles em festinhas. Quando ouvi *Tomorrow Never Knows*, no álbum *Revolver*, comecei a perceber que eles estavam se voltando para a conscientização das portas da percepção a serem abertas”, conta Saltzman. “Os Beatles só poderiam ter acontecido nos anos 1960, pois foi a década do despertar. Os anos 1950 representaram uma espécie de recomeço depois do horror do Holocausto. Foi a época em que a Humanidade reaprendeu a ficar de pé e a lidar com o trauma dos campos de concentração. Aí, na década de 1960, houve um chamado para que a gente se livrasse do materialismo.”

Despertar
Para documentarista, os Beatles só poderiam ter acontecido nos anos 1960, a década do despertar

Na quinta, às 18h, o CCBB-SP exibe *Psicomagia*, de Alejandro Jodorowsky. No encerramento do festival, dia 16, passam *Cavalgada à Pedra do Reino: Missão e Festa de Ariano Suassuna*, de Inez Viana, e *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro*, de Glauber Rocha. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

A saudade
Data estelar: Lua quarto crescente em Câncer

A saudade pode reavivar lindos sentimentos em tua alma e te fazer experimentar um enlevo que, com certeza, não foi sequer vivido no momento em que as memórias aconteciam em gerúndio, mas apesar de todo bom sentimento ser positivo, também há um perigo envolvido na situação, porque de tanto ancorar tua alma ao passado saudoso tu deixas de experimentar as novidades que acontecem aqui e agora.

Venera teu passado o quanto quiseres, mas não te detenhas tanto nele ao ponto de te tornares incapaz de perceber a riqueza do momento atual, que não é tua exclusivamente, é a riqueza do reino humano diante de um ponto de mutação colossal, com todos os perigos que isso representa, mas também as promessas de vida mais abundante que se revelam na mesma medida em que todos e cada um de nós abandonamos o vício do egoísmo. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Você sabe o que precisa fazer, mas ao mesmo tempo teme os resultados. Na verdade, não há como antecipar os resultados, é tudo um mistério, portanto, se jogue na ação com o maior desapego possível pelas consequências.

TOURO 21-4 a 20-5
Umas pessoas dizem que é melhor fazer isso, outras apontam no sentido contrário, e no fim, sua alma fará o que quiser, sem dar bola a ninguém. Este é o momento em que suas escolhas prevalecem, para o bem ou para o mal.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Você sabe reconhecer quando faz algo com total envolvimento do ser e quando algo é feito sem a devida atenção. Pois bem, este é um momento daqueles em que, se envolver seu coração, os frutos serão deliciosos.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Se não houvesse ajuda disponível, seria sensato de sua parte continuar fazendo tudo dentro do alcance de suas possibilidades. Porém, dispensar a ajuda disponível para teimar em fazer tudo do seu jeito não seria sábio.

LEÃO 22-7 a 22-8
Enquanto você fizer tudo da maneira mais organizada possível, o mundaréu de sensações internas contraditórias não vai atrapalhar muito, mas se o caso for o contrário, e o mundo interior tomar as rédeas, aí vai doer.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Dizer como as coisas precisam ser feitas é uma maneira de tentar convencer as pessoas a seguirem seus comandos, porém, a prática indica que isso não seja sábio. Procure demonstrar com seu exemplo, isso vai ajudar.

LIBRA 23-9 a 22-10
Ainda que você organize tudo direito, há uma margem enorme para o imponderável se intrometer em seus assuntos, e seria interessante aceitar esse ingrediente sem resistir, porque traz informações valiosas consigo.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Há horas em que as pessoas andam receptivas e flexíveis, aceitando seus comandos, porém, há outras horas em que seria melhor nem pensar nisso, porque elas resistiriam e agregariam muitos problemas. Melhor não.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Este é um daqueles momentos em que a alma descobre novas e melhores maneiras de fazer o que vinha repetindo de um jeito que parecia ser excelente. A experimentação das novidades só agregará benefícios a você.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Compartilhe bons momentos com as pessoas que você aprecia, porque assim você criará um pouco de equilíbrio, já que normalmente sua alma se encerra, tanto nos momentos bons quanto naqueles que prefere nem mencionar.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Faça o necessário para dar conta de tudo que foi combinado, mesmo que a esta altura do campeonato você tenha mudado de opinião e queira transformar o planejamento anterior em qualquer outra coisa diferente.

PEIXES 20-2 a 20-3
Faça o que quiser, mas faça de uma maneira organizada, porque este é um momento que não comporta desordem. Faça sua vontade, porque, afinal, é o que você faz sempre, mas dessa vez faça sua vontade com ordem.

Visuais **Documentários**

É Tudo Verdade está de volta em abril, com 72 filmes e streamings

Festival inclui ainda homenagens a Humberto Mauro e Godard, além de debates e mostras, a partir do dia 13

Setenta e dois títulos de 34 países, homenagens a Humberto Mauro e Jean-Luc Godard – são essas as atrações do mais importante festival de documentários do País, o É Tudo Verdade, que começa dia 13 de abril, em sua 28.ª edição. Foi o que anunciou o criador e diretor do evento, o crítico Amir Labaki.

Além dos 72 filmes – entre longas, curtas e médias-metragens –, a programação de 2023 inclui conferências, debates e sessões em streaming. Mas o que deve ser comemorado, acima de tudo, é "a volta plena às salas de cinema", diz Labaki.

A vasta programação divide-se em vários segmentos: mostras competitivas de longas e médias metragens brasileiros e internacionais; mostras não competitivas; programas especiais; O Estado das Coisas; Foco Latino-americano e Clássicos É Tudo Verdade.

Humberto Mauro (1897-1983), um dos homenageados e considerado o pioneiro do cinema nacional, terá dez dos seus filmes exibidos, além de dois documentários sobre sua obra. De Jean-Luc Godard (1930-2022), o público poderá ver oito episódios de sua série *História(s) do Cinema*, visão personalíssima da sétima arte pelo olhar do mais criativo dos autores da nouvelle vague.

A abertura do festival acontece em São Paulo com a exibição de *Subject*, de Jennifer Tiexiera e Camilla Hall. No Rio, começa com 1968 – *Um Ano na Vida*, de Eduardo Escorel.

Subjetc entrevista pessoas que foram personagens de documentários famosos, como Basquete Blues e A Praça Tahir, e verifica os efeitos concretos que a experiência trouxe para suas vidas. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Da árvore do silêncio pende seu fruto, a paz"* **Arthur Schopenhauer**

Roberto DaMatta

Democracia vingativa?

Todos somos democratas e todos somos vingadores. Como não devolver em grande estilo a ofensa infligida pelos inimigos?

Mas, eis o dilema, como conciliar o hábito milenar e bíblico do “olho por olho e dente por dente” com um regime de governo baseado no enfrentamento impessoal? No combate competitivo entre ideais e programas?

Democracia significa mudança. É algo paradoxal porque, durante milênios, as realezas permaneciam atadas à imobilidade das dinastias. Nesses regimes, discordar significava rebelar-se, trair – essa madrinha da “armação”, que justifica a vingança como vacina contra as diferenças políticas.

Em regimes democráticos, porém, o governo é programado para mudar. Neles, a mudança faz parte do cerne do tão apregoado estado democrático de direito. O estado de direito pressupõe a mudança por meio eleitoral naquilo que seria uma disputa livre e honesta, balizada por normas aceitas pelos concorrentes.

A democracia tem como base um pressuposto inflexível: o fato de que não deve haver desconfiança sobre a legitimidade de quem disputa o pleito. De fato, o espírito da monarquia é a imobilidade e o da democracia, a rotatividade do e no poder. Por isso as normas da competição devem ser, tal como os competidores, livres de obstáculos legais.

Parece simples, mas não é.

*

Se existe suspeita de ilegitimidade de um candidato, todo o jogo pode ser suspeito. Se, na pior hipótese, o candidato for julgado e aprisionado – ou seja: posto fora do mundo –, o isolamento o transforma imediatamente num Conde de Monte Cristo, num vingador.

A vingança que Lula 3 ressuscitou é algo rotineiro. Na vida diária, ela equivale à obrigatoriedade da devolução de um bom-dia. No nível dos valores, o ato de vingar – como mostrou Marcel Mauss no seu *Ensaio sobre a Dádiva* e Marcos Milner ampliou numa exemplar tese de doutorado – é uma retribuição compulsiva.

Se temos coragem para tudo, menos a de negar o pedido de um amigo, se a lei só deve ser aplicada aos inimigos e o crime depende de quem o cometeu; se os inimigos vivem de “armações”, como diziam os bolsonaristas, e Lula 3 reafirma, então, como não prometer vingança a quem nos levou para a cadeia e hoje é obrigado a nos encarar como dono do poder?

*

O presidente Lula não é uma pessoa comum. Ninguém sem excepcionalidade chega à presidência três vezes. Luiz Inácio é uma pessoa extraordinária. Mas, e esse é o ponto, com toda a sua notável experiência republicana e populista, ele não deixou de se curvar diante da força dos velhos costumes. E a vingança que revive o Conde de Monte Cristo faz parte de uma esquecida e pouco discutida ética de reciprocidade. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE ‘CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS’

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3ZjW66J**

É dada pelo médico ao paciente
Apoio usado em salto
Tipo de bife enrolado (Cul.)
(?) Freitas, ator e humorista
Pedido para vir (um produto)
Decifra (um texto)
É essencial ao surfe
Espaço da prática do futsal
Ácido acetilsalicílico (sigla)
Coelho de desenho animado
Nexo entre dois fatos
Aptidões naturais
Ela, em espanhol
Móvel de dormitório
Cabra-(?), brincadeira infantil
Fantasma que dizem vagar pela terra
Tecido de acabamento de decotes
Cobrir (o alimento) com calda de açúcar
Sufixo de "baronesa"
Band-(?), proteção de machucados
Inflamação comum em peles oleosas
A cor do jeans
O tabuleiro com óleo
(?) Montenegro, atriz carioca
O volante da bicicleta
Consoantes de "nora"
Aquele de quem se fala
Conceder; entregar
Resposta afirmativa
Picolé vendido em saco plástico
Deputado (abrev.)
Par; parelha
Cura-se de doença
Elege
Principal matéria-prima da cerveja
Interjeição de entusiasmo
Ernesto Nazaré, compositor brasileiro
Cordial; afetuoso
Registro de reunião → A T A
Promessa solene
Urânio (símbolo)
As quatro primeiras letras do alfabeto
Roga (a Deus) por misericórdia

BANCO 4/ella. 5/clama. 6/guidom — sacolé. 10/peralonga.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o tipo de encenação feita por atores e atrizes com intuito de divertir ou emocionar uma plateia.

Melindre excessivo (pop.).	1	2		3	4	5	2	6
Aborrecimento.	7	8		9	10	3	11	10
Diz-se do prazo que terminou.	8	12		13	2	6	7	10
Felino africano ameaçado de extinção.	9	5		14	6	2	7	10
Dimensão; tamanho.	8	12		8	15	3	16	10
Função da trombina, no sangue (Fisiol.).	4	10		9	5	17	6	2
A história não baseada em fatos.	1	13		11	13	4	13	6
Condição de Robinson Crusoé (Lit.).	15	6		1	2	6	9	10
Filme cinematográfico.	14	8		13	4	5	17	6
Fluxo de veículos nos dois sentidos (bras.).	18	16		7	5	14	17	6
Apagado (arquivo).	7	8	17	8		6	7	10
Agitado; vibrante.	1	2	8	18		15	11	8
A condição daqueles que foram deportados.	8	12	13	17		7	10	3
Relativo ao assunto.	11	8	18	6		13	4	10
Filial de empresa multinacional.	3	5	4	5		3	6	17
Local do grito histórico de D. Pedro I (Hist.).	13	14	13	2		15	9	6
Momento principal do parto.	8	12	14	5		3	16	10

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3ZmZLkj**

Nível Fácil

3	6				4			8
	1			7	8		3	9
		8	3			7		
1	8					3		
	4						1	
		2					8	5
		1			9	6		
7	5		2	6			4	
8			5				7	1

SOLUÇÕES

Imagem falsa criada pela ferramenta de IA Midjourney mostra prisão de Trump

Ferramenta de inteligência artificial cria artes a partir de descrição textual

Ela poderia ajudar a derrotar o câncer, mas também devorar toda a cultura humana

Será a inteligência artificial o começo do nosso fim?

ARTIGO

YUVAL HARARI
TRISTAN HARRIS
AZA RASKIN
THE NEW YORK TIMES

Em 2022, mais de 700 dos principais acadêmicos e pesquisadores por trás das maiores empresas de inteligência artificial foram questionados em uma sondagem a respeito do risco futuro da IA. Metade dos entrevistados declarou que existe uma chance de 10% ou maior de extinção da humanidade (ou alguma insegurança similarmente permanente e grave) provocada por sistemas de IA. As empresas de tecnologia que constroem os maiores modelos de linguagem de hoje estão tomadas por uma corrida para colocar toda a humanidade nesse mesmo barco.

Empresas farmacêuticas não podem vender novos medicamentos para as pessoas sem antes submeter seus produtos a rigorosos testes de segurança. Laboratórios de biotecnologia não podem lançar novos vírus à esfera pública para impressionar acionistas com sua feitiçaria. Igualmente, sistemas de inteligência artificial com o poder do GPT-4 e além não deveriam ser emaranhados às vidas de bilhões de pessoas a um ritmo mais veloz do que as culturas sejam capazes de absorvê-los com segurança. A corrida pelo domínio do mercado não deveria determinar a velocidade do acionamento da tecnologia mais consequencial da humanidade. Nós devemos nos mover a qualquer velocidade que nos possibilite fazer isso direito.

FICÇÃO. O espectro da inteligência artificial assombra a humanidade desde meados do século 20, mas até recentemente não passava de um projeto distante, algo que pertencia mais à ficção científica do que ao debate científico e político sério. É difícil para as nossas mentes humanas captar e compreender as novas capacidades do GPT-4 e outras ferramentas similares, e é ainda mais difícil dar conta da velocidade exponencial na qual essas ferramentas estão desenvolvendo capacidades mais avançadas e poderosas. Mas a maioria das capacidades principais se resume a uma coisa: manipular e gerar linguagem, seja com palavras, sons ou imagens.

LINGUAGEM. No princípio era o verbo. A linguagem é o sistema operacional da cultura humana. Da linguagem emergem o mito e o direito, os deuses e o dinheiro, a arte e a ciência, as amizades, as nações e os códigos computacionais. O novo domínio da linguagem por parte da inteligência artificial significa que ela é capaz agora de invadir e manipular o sistema operacional da civilização. Ao ganhar domínio da linguagem, a IA está se apoderando da chave-mestra da civilização, de cofres de bancos a santos sepulcros.

O que significaria para os humanos viver em um mundo no qual uma grande porcentagem das narrativas, melodias, imagens, leis, políticas e ferramentas é moldada por inteligência não humana, que sabe como explorar com eficiência sobre-humana fraquezas, vieses e vícios da mente humana – ao mesmo tempo que sabe formar relações íntimas com os seres humanos?

Em jogos como xadrez, →

FOTOS REPRODUÇÃO/TWITTER

Putin na cela, em imagem criada por IA; novo desafio em fake news nas redes sociais

Imagem falsa de Putin foi criada após Tribunal Penal Internacional pedir sua prisão

nenhum humano chega perto de superar um computador. O que acontece quando o mesmo suceder na arte, na política ou na religião?

A inteligência artificial poderia devorar rapidamente toda a cultura humana, tudo o que produzimos ao longo de milhares de anos, digerir e começar a jorrar uma torrente de novos artefatos culturais. Não apenas trabalhos escolares, mas também discursos políticos, manifestos ideológicos e livros sagrados para novos cultos. Até 2028, a corrida presidencial dos Estados Unidos poderia não ser mais protagonizada por humanos.

Os humanos com frequência não possuem acesso direto à realidade. Nós somos encapsulados pela cultura, experimentando a realidade através de um prisma cultural. Nossas visões políticas são forjadas por reportagens de jornalistas e anedotas de amigos. Nossas preferências sexuais são ajustadas em função de arte e religião. Essa cápsula cultural tem sido, até aqui, tecida por outros humanos. Como será experimentar a realidade através de um prisma produzido por inteligência não humana?

Controle

Ao ganhar domínio da linguagem, a IA está se apoderando da chave-mestra da civilização

SONHOS. Por milhares de anos, nós, humanos, vivemos dentro de sonhos de outros humanos. Nós adoramos deuses, perseguimos ideais de beleza e dedicamos nossas vidas a causas que se originaram na imaginação de algum profeta, poeta ou político. Logo nós também viveremos dentro de alucinações de inteligência que não é humana.

REPRODUÇÃO/MIDJOURNEY

Até o papa

A imagem do papa Francisco com um casacão, inspirado na moda do hip hop, foi criada por usuário do fórum Reddit, que usou inteligência artifical.

CONTROLE. A franquia *O Exterminador do Futuro* retratou robôs correndo nas ruas e atirando em pessoas. *Matrix* assumiu que, para impor controle total sobre a sociedade humana, a inteligência artificial teria primeiro de controlar fisicamente nossos cérebros e conectá-los a uma rede computacional. Mas simplesmente obtendo domínio da linguagem a IA teria tudo o que precisa para nos envolver em um mundo de ilusões à Matrix, sem atirar em ninguém nem implantar nenhum chip em nossos cérebros. Se tiros forem necessários, a IA fará humanos puxarem o gatilho simplesmente contando-nos a história certa.

O espectro de ficar preso em um mundo de ilusões assombra a humanidade há muito mais tempo do que o espectro da inteligência artificial. Nós logo estaremos finalmente diante do gênio maligno de Descartes, da caverna de Platão e da maya budista. Uma cortina de ilusões poderia desprender-se sobre toda a humanidade, e nós poderemos jamais ser capazes de rasgá-la – ou até mesmo perceber sua presença.

As redes sociais foram o primeiro contato entre a inteligência artificial e a humanidade, e a humanidade perdeu. O primeiro contato nos deixa um sabor amargo do que está por vir. Nas redes sociais, IA primitiva foi usada não para criar conteúdo, mas para curar conteúdo gerado pelos usuários. A IA por trás dos nossos feeds de notícias ainda está escolhendo quais palavras, sons e imagens chegam às nossas retinas e tímpanos com base na seleção das postagens que obtêm mais viralidade, mais reações e mais engajamento.

Ainda que muito primitiva, a inteligência artificial por trás das redes sociais foi suficiente para criar uma cortina de ilusões que elevou a polarização social, minou nossa saúde mental e desgastou a democracia.

ELEIÇÕES. Milhões de pessoas confundiram essas ilusões com a realidade. Os EUA têm a melhor tecnologia da informação na história, mas os cidadãos americanos não conseguem mais concordar sobre quem venceu as eleições. Apesar de todos estarem agora cientes dos problemas das redes sociais, eles ainda não foram solucionados porque tantas de nossas instituições sociais, econômicas e políticas estão emaranhadas.

Os grandes modelos de linguagem são nosso segundo contato com a inteligência artificial. Nós não podemos nos dar o luxo de perder novamente. Mas sobre quais bases nós deveríamos acreditar que a humanidade é capaz de alinhar essas novas formas de IA para nosso benefício? Se nós continuarmos a fazer as coisas como sempre, as novas capacidades de inteligência artificial serão usadas novamente para obtenção de lucro e poder, mesmo que isso destrua inadvertidamente as fundações da nossa sociedade.

Evolução

Até recentemente a IA não passava de um projeto distante, algo que pertencia mais à ficção científica

POTENCIAL. A inteligência artificial tem potencial para nos ajudar a derrotar o câncer, descobrir drogas que salvam vidas e inventar soluções para nossas crises climáticas e energéticas. Há inumeráveis outros benefícios que nem conseguimos imaginar. Mas o tamanho do monte de benefícios da IA não importa se sua base ruir.

A hora do acerto de contas com a inteligência artificial é antes da nossa política, nossa economia e nossa vida cotidiana se tornarem dependentes dela. Democracia é diálogo, diálogos têm base em linguagem, e quando a própria linguagem é hackeada, o diálogo acaba, e a democracia fica insustentável. Se esperarmos o caos se abater, será tarde demais para remediá-lo.

Mas uma dúvida pode persistir em nossas mentes: se nós não nos movimentarmos o mais rápido possível o Ocidente não corre o risco de perder para a China? Não. O acionamento e envolvimento descontrolado de inteligência artificial na sociedade, desprendendo poderes divinos desvencilhados de responsabilidade, poderia ser a razão da derrota do Ocidente para a China.

Nós ainda podemos escolher qual futuro queremos com a inteligência artificial. Quando os poderes divinos vierem acompanhados de responsabilidades e controles proporcionais nós poderemos concretizar os benefícios prometidos pela IA.

AMEAÇA. Nós invocamos uma inteligência alienígena. Nós não sabemos muita coisa sobre ela, a não ser que é extremamente poderosa e nos oferece presentes deslumbrantes, mas também poderia invadir as fundações da nossa sociedade.

Nós conclamamos os líderes a responder a este momento à altura do desafio que ele apresenta. A primeira coisa é ganhar tempo para modernizar nossas instituições do século 19 para um mundo com inteligência artificial – e aprender a dominá-la antes que ela nos domine. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

HARARI É HISTORIADOR; AUTOR DE "SAPIENS", "HOMO DEUS" E "IMPLACÁVEIS"; E UM DOS FUNDADORES DA EMPRESA DE IMPACTO SOCIAL SAPIENSHIP. HARRIS E RASKIN SÃO FUNDADORES DO CENTRO PARA TECNOLOGIA HUMANA E APRESENTAM O PODCAST "YOUR UNDIVIDED ATTENTION"

Leandro Karnal

O reencontro

O primeiro culpado? Com certeza, foram as mídias sociais. Alguém encontrou a foto de um velho colega no Instagram. Começaram a conversar virtualmente. Um terceiro trouxe o celular de um quarto e... fazia 40 anos da formatura no curso de engenharia na USP.

De repente, surgiu um grupo de Zap, com foto dos alunos de 1983. Então, a turma decidiu promover um encontro para marcar a quarta década do fim do curso. Inevitável a ansiedade para o reencontro, marcado sob uma linda figueira no Rubaiyat.

Surpresas variadas. O Paulo era um homem bonito há 40 anos e, hoje, nada da glória passada poderia ser adivinhada no rosto. A Ana, uma das raras mulheres da turma, sofreu muito com o tempo. Quem diria que o Thiago, colador inveterado e limitado em estado extremo, seria aquele que veio com o melhor carro? Teria alugado para impressionar? Sim, evidente que a hierarquia de notas não havia acompanhado o desnível econômico dos festejadores.

A palavra foi dada ao Antunes, que tinha sido o orador. Ele conseguiu relembrar, ali, aos colegas, como o discurso dele tinha sido chato no século anterior. A retórica permanecia imune ao carisma! Bem, eram engenheiros, não advogados, e o mundo sutil das palavras nem sempre era o mais cobrado nas provas de Cálculo.

Abraços efusivos no reencontro. Os crachás com nomes, ideia do Paulo, foram muito úteis. Afinal, não seria fácil identificar o rosto de vinte e poucos anos naqueles senhores. No início, disfarçaram, mas as caipirinhas ajudaram a deslanchar maiores traços de sinceridade. Atrasado como sempre Felipe trouxe muitas fotos, daquelas antigas, ainda reveladas, todas fotografadas avidamente para abastecerem as mídias sociais – #saudades, #engenhariaUSP, #jáfomosjovens.

> ***Despediram-se com votos de repetir todo ano o almoço épico. Sabiam, porém, que nunca mais se veriam***

Difícil dizer a origem do incômodo coletivo. Todos envelheceram, mas o processo era acompanhado no espelho, em doses suaves. As rugas surgiram e tinham encontrado maior profundidade até... virarem um grande cânion. O encontro trouxe um choque repetido: "Nossa! Se ele está assim, eu também estarei?" Como um novo tipo de "retrato de Dorian Gray", as portas do sótão estavam abertas, e o segredo de declínio era coletivo. Despediram-se emocionados, com votos de repetirem todo ano o almoço épico. Sabiam, entretanto, que nunca mais se veriam. Deveriam evitar o rosto do colega para impedir o horror do óbvio cronológico. Os que moravam perto diziam ao se cruzarem no cinema ou no súper: "Precisamos nos reunir!" O outro concordava com a certeza de que (em ambos) aquela Medusa não deveria ser encarada. Esperança?

LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE 'A CORAGEM DA ESPERANÇA', ENTRE OUTROS

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

Visuais ***SP-Arte***

Montez Magno e Almandrade trazem a SP a arte abstrata do Nordeste

Galerias de Salvador e Recife se organizam para trazer ao eixo Rio-SP produções de peso que são pouco conhecidas por aqui

ANTONIO GONÇALVES FILHO

Dois expoentes da arte abstrata do Nordeste vão expor na SP-Arte lado a lado, numa feliz reunião promovida por duas galerias da região. Do Recife, a galeria Marco Zero traz pinturas de séries históricas de Montez Magno, veterano de 88 anos. De Salvador, a galeria Paulo Darzé traz telas do pintor baiano Almandrade de diferentes períodos, do concreto à produção atual do grande artista, que completa 70 anos em maio. Ambos, Montez Magno e Almandrade, conversaram com o **Estadão** com exclusividade sobre a participação na SP-Arte.

Os dois artistas têm muito em comum, além da afinidade pela linguagem abstrata, especialmente a vocação poética – Magno escreve num registro próximo ao dos grandes místicos, como San Juan de La Cruz; Almandrade se manifesta numa dimensão mais concreta, que mereceu do poeta Décio Pignatari um texto elegíaco, *A Persistência do Nudismo Abstrato*. Ambos conviveram com o melhor da arte construtiva brasileira – Magno teve como interlocutora Lygia Pape, que assinou o texto de apresentação de uma de suas exposições. Almandrade conviveu com Hélio Oiticica, sobre quem escreveu no advento do movimento tropicalista.

Mas, a despeito de tudo que fizeram e das contribuições que deram à arte brasileira contemporânea, seus nomes ainda não circulam como deveriam no eixo Rio-São Paulo. A tal ponto chegou esse isolamento imposto pela questão geográfica que Montez Magno sugeriu ao governo pernambucano, em 1988, que fosse criada uma Bienal do Nordeste, criticando a hegemonia cultural do Rio e de São Paulo ditada pelo poder econômico.

Magno vive modestamente numa velha casa no Recife, entre suas pinturas antigas e reproduções de clássicos como *As Meninas,* de Velázquez – que pendurou ao lado de telas de suas melhores séries, como *Fachadas do Nordeste* (1996), obras em que faz uma releitura da arquitetura popular das casas nordestinas, reduzindo-as a formas geométricas essenciais.

FIGURAS. "Velázquez, em *As Meninas,* fala da questão do ilusionismo da pintura de uma forma muito simples, ao se colocar olhando de longe para fora dela, que é impossível não se ver refletido no quadro, como num espelho", diz, olhando para cima, onde uma de suas "fachadas" cria igualmente um espaço reflexivo. Além delas, obras de outra série histórica de Montez Magno virão a São Paulo, como as *Barracas do Nordeste*, em que o pintor, de 1972 em diante, realiza o primeiro dos três ciclos em que evidencia o lado abstracionista das barracas populares de festas e de feiras cobertas de retalhos, transfiguradas em pinturas de matriz construtiva.

FRED JORDÃO/GALERIA MARCO ZERO

DENISE ANDRADE/ESTADÃO

1. Montez Magno em sua casa no Recife: 'registro próximo dos místicos' 2. Almandrade: obras que encantaram Helio Oiticica

Outra série de Magno que virá a São Paulo é a *Tantra,* que, como o próprio nome sugere, foi inspirada na filosofia zen-budista e o Tantra. Magno não professa crença alguma, mas dá a entender que tudo serve de pretexto para pintura – o que demonstra ao apontar para uma tela de sua série *Morandi* na parede da sala, parte de seu acervo de 1.500 obras. Esse acervo está sendo catalogado – e um de seus grandes momentos, marcados pela reverência ao pintor italiano, é a série *Morandi*. "Essas séries surgiam simultaneamente", diz, explicando a razão de uma obra metafísica inspirada em *Morandi* (de 1964) ser contemporânea de desenhos de caráter expressionista.

Essa diversidade é outro ponto em comum com a obra do colega baiano Almandrade, que, solitário e isolado em Salvador, criou uma obra sólida, começando pelos primeiros ensaios figurativos (1970/71), passando pelo objetos insólitos que tanto encantaram Hélio Oiticica nessa mesma época, até atingir a maturidade da pintura nos anos 1990, quando a palavra, que era soberana até então (marca de sua poesia concreta), cede lugar a uma ordem cromática vibrante que dispensa a retórica. Toda essa carreira poderá ser vista na pequena retrospectiva que o galerista Paulo Darzé vai montar em seu estande na SP-Arte.

INSERÇÃO. O fato de transitar entre a arte de tendência construtiva e o conceitual não facilitou a inserção de Almandrade no circuito de arte. Ele, porém, não se sente injustiçado pelo eclipse. "O fato de ter um vínculo estreito com a poesia concreta talvez tenha dificultado um pouco esse processo, porque as pessoas esperam que o artista traduza o que faz, o que é impossível." O repertório de cada um define essa leitura e o artista não pode ser intérprete da própria obra, em outras palavras.

O crítico Paulo Herkenhoff já chamou a atenção para o entrecruzamento da arte de Almandrade com a de Montez Magno, argumentando que eles criaram um "lugar profícuo entre a construção e o conceito" – reforçado, no caso de Almandrade, pelo vínculo original com a poesia visual dos anos 1970. Como representante das vanguardas dessa época, Almandrade evoluiu para uma pintura que hoje dialoga com vetores da arte contemporânea de Rio e São Paulo. Tudo o que os dois artistas precisam, portanto, é de um olhar atento.●

JORNAL DO CARRO

QUARTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2023 • ANO 41 • Nº 2067 O ESTADO DE S. PAULO

JC

FOTOS: DIOGO DE OLIVEIRA/ESTADÃO

GLB 35 tem visual AMG com barras cromadas verticais na grade, para-choque aerodinâmico e rodas raiadas de 21" com pneus 255/35 R21

Avaliação

Mercedes-AMG GLB 35 tem 7 lugares e acelera bem forte

Com preço de R$ 530.900, SUV de luxo empolga ao volante com motor 2.0 turbo de 306 cv e 40,8 mkgf de torque, e tem cabine grande, luxuosa e moderna

DIOGO DE OLIVEIRA

O mercado de SUVs de luxo está migrando rapidamente para os modelos elétricos a baterias (BEVs). É uma clientela que considera o status do carro "ecologicamente correto", bem como outros aspectos, como a alta tecnologia a bordo. É como ter o novo Apple iPhone de ultima geração. Não dá para negar: os SUVs elétricos são sedutores. Mas aí você se senta ao volante do Mercedes-AMG GLB 35 4Matic e, voilà: será que antes era mais gostoso?

Para contextualizar, estamos falando de um SUV de 7 lugares (o primeiro modificado pela Mercedes-AMG) com 1.770 kg e motor 2.0 turbo a gasolina. O GLB 35 com ajustes da divisão esportiva é pujante e tem como peça-chave o bom e velho motor a combustão, instalado no cofre dianteiro, sob o capô. São 306 cv de potência e um torque máximo de 40,8 mkgf entregue a 3.000 rotações por minutos. Entretanto, abaixo de 2.000 rpm o 2.0 mostra força.

VEIA ESPORTIVA Segundo a Mercedes-AMG, o GLB 35 acelera de zero a 100 km/h em 5,3 segundos. A velocidade máxima é limitada em 250 km/h. Ao volante, o SUV de luxo encanta quem gosta de esportividade. Tudo nele reforça a sua veia esportiva. O volante, por exemplo, tem base reta e empunhadura digna de carro de corrida. Por dentro, cintos vermelhos, farto revestimento em couro perfurado e Alcantara, bem como muitas peças de aço escovado e black piano.

A versão AMG, por sinal, tem bancos dianteiros com ajustes elétricos e apoios laterais maiores, que abraçam e sustentam melhor o corpo. Mas, apesar do foco na esportividade, o conforto e o requinte são pontos altos. O acabamento é caprichado até nos forros das portas traseiras. Tudo é macio ao toque ou metálico. Aliás, uma coisa divertida é a iluminação interna, que permite misturar cores na cabine. É o lado "hipster" do GLB 35.

A lista de equipamentos e os recursos modernos também realçam a percepção de luxo a bordo. Há teto solar elétrico e panorâmico, ar-condicionado de duas zonas com saídas para o banco traseiro, portas USB além das duas telas combinadas, de 10,2 polegadas cada uma, que ficam unidas no topo do painel. Uma delas, logo atrás do volante, serve ao quadro de instrumentos com vários temas e dados, enquanto a outra é do multimídia, que permite controlar praticamente tudo no veículo.

1 ___ Traseira alta do SUV tem toques esportivos, com aerofólio no teto, para-choque com difusor e dois escapes; tampa tem abertura elétrica por sensor de movimento;

3 ___ Terceira fila de bancos é dobrável e tem cintos vermelhos na versão AMG; são 570 litros com cinco lugares;

2 ___ Painel do GLB é moderno e combina duas telas de 10,2" no topo; assistente virtual da Mercedes tem bom português e surpreende, mas falta internet;

4 ___ Tela de 10,2" do quadro de instrumentos pode ser personalizada e é fácil de mexer nos botões sensíveis ao toque no volante.

Ficha técnica

● Mercedes-AMG GLB 35

Preço sugerido	R$ 530.900
Motor	2.0, turbo, gasolina
Potência (cv)	306 a 5.800 rpm
Torque (mkgf)	40,8 a 3.00 rpm
Tração	Integral 4Matic
Comprimento	4,65 metros
Entre-eixos	2,83 metros
Porta-malas	570 l (5) e 130 l (7)
Acel. 0-100 km/h	5,3 s

FONTE: MERCEDES-BENZ

Prós & contras

● Pacote AMG
SUV capricha no acabamento da cabine, na lista de equipamentos e no desempenho, com acelerações vigorosas

● "Moda antiga"
Ainda sem qualquer tipo de eletrificação, SUV custa o mesmo que modelos elétricos.

BOTÃO DA ALEGRIA Com preço de R$ 530.900, o Mercedes-AMG GLB 35 é um sonho para quem gosta de velocidade. O SUV leva toda a família com seus 7 lugares e ainda produz acelerações de tirar o fôlego. Tudo com um refino técnico de impressionar. Em movimento, mantém-se sólido e estável, mas acelera com leveza, a despeito do 4,65 metros de comprimento por 1,63 m de altura e 1,83 m de largura.

A alegria do motorista é o pequeno seletor do lado direito do volante. Ao girar o botão se escolhe um dos quatro modos de condução (Individual, Comfort, Sport e Sport+). O programa faz ajustes notáveis na direção, na suspensão, nos freios e no câmbio, que é automatizado de dupla embreagem e oito marchas da AMG, com trocas ultrarrápidas. O resultado é uma mudança clara de temperamento, com acelerações "explosivas" no modo Sport+. Assim, acena ao público que ainda não vê sentido em ter um elétrico na garagem. ●

Mercado

SUV ID.4 será primeiro elétrico da Volkswagen e chega no 2º semestre

SUV a bateria dará início à eletrificação da marca alemã no Brasil, mas terá preço de luxo e tecnologias de última geração

DIOGO DE OLIVEIRA

FOTOS: DIOGO DE OLIVEIRA/ESTADÃO

Maior que Jeep Compass e Kia Sportage, VW ID.4 tem 4,58 m de comprimento e 2,76 m de entre-eixos

Lanternas de LEDs têm efeito tridimensional e painel tem multimídia com tela central de 12 polegadas

A Volkswagen celebrou no dia 23 de março os 70 anos da empresa no Brasil. A marca iniciou suas atividades no País nesta mesma data do ano de 1953, em um galpão no bairro Ipiranga, em São Paulo (SP). Pois, tal como fez 20 anos atrás, no lançamento do Gol Total Flex, primeiro carro flex nacional, a montadora anunciou o início da eletrificação no Brasil. E confirmou o lançamento do SUV elétrico ID.4 no 2º semestre deste ano.

O *Jornal do Carro* já testou o ID.4 e o hatch ID.3 em dezembro de 2021. Ambos têm o pacote de baterias de 58 kWh no assoalho, o que baixa o centro de gravidade e ajuda na estabilidade. Além disso, o motor elétrico fica junto ao eixo traseiro e tem 150 kW de potência, o equivalente a 204 cv, e um torque máximo (e instantâneo) de 31,6 mkgf.

Contudo, tem versão AWD, que adiciona um motor no eixo dianteiro e usa baterias de 82 kWh. Neste caso, a potência máxima alcança 300 cv. Assim, a autonomia do hatch ID.3 chega a 426 km (ciclo WLTP), de acordo com a VW, enquanto o SUV roda entre 386 km a 522 km, a depender do tipo de tração e do modo de condução.

Em termos de espaço, o ID.4 tem porte médio. Dessa forma, é maior que Jeep Compass e Kia Sportage, por exemplo, mas menor que o Commander de 7 lugares. Na régua, são 4,58 metros de comprimento, 1,85 m de largura e 1,64 m de altura, com distância entre-eixos de 2,76 m. O porta-malas tem capacidade de 543 litros. Ou seja, espaço para uma família de até cinco pessoas.

Autonomia

522 km

Esse é o alcance declarado do SUV elétrico ID.4 na versão com pacote de baterias de 82 kWh no ciclo WLTP.

OITO LANÇAMENTOS Além do ID.4, a Volkswagen confirmou que vai lançar 15 novos veículos no País até 2025, principalmente flex e elétricos. Mas, dentro da ofensiva, alguns já estrearam, como Jetta GLI, Novo Polo, Polo Track, Gol Last Edition, Novo Polo GTS, Virtus 2023 e Polo Track 1st Edition. Ou seja, a montadora tem mais oito lançamentos.

Alguns deles o ***JC*** já antecipou nas últimas semanas. Por exemplo, o Tiguan Allspace voltará em breve renovado do México, com a reestilização de meia vida feita no fim de 2021. A marca também vai lançar uma atualização do SUV compacto T-Cross, que também ganhará mudanças visuais.

Entre as picapes, a VW fará mais uma atualização na atual Amarok, que é feita na Argentina. Bem como vai reformar a compacta Saveiro, que seguirá na atual geração pelo menos até 2025, quando deverá ganhar reformulação completa com versão híbrida flex.

Entre os carros elétricos, além do ID.4, a marca deverá vender no País o hatch ID.3. Da mesma forma, deve trazer a van ID.Buzz, a nova Kombi elétrica. Todos os modelos da gama ID estão em testes no Brasil e deverão ser comercializados dentro de dois anos.

Depois disso, outros modelos a bateria virão, inclusive o futuro hatch de entrada da marca, que terá preço mais acessível e chega em 2025. O conceito ID.2 All antecipa o futuro Golf elétrico, que terá preço na faixa de US$ 25 mil (menos de R$ 150 mil). ●

MITSUBISHI MOTORS

Mitsubishi XRT antecipa a nova picape L200 Triton

A Mitsubishi Motors revelou o conceito XRT, uma prévia do que podemos esperar da nova geração da picape L200 Triton, que estreia no meio do ano com a missão de combater rivais como Ford Ranger, Nissan Frontier, Chevrolet S10 e a Toyota Hilux. Claramente uma versão camuflada da L200 com forte ênfase no off-road, o XRT reforça o visual graças aos acessórios. Grandes pneus lameiros, santantônio e snorkel ajudam a compor o estilo.

● **FLEX 40 ANOS.** Em março de 2003, chegou às lojas do Brasil o Gol Total Flex, que permitia misturar gasolina e etanol no motor 1.6. Assim começava a era dos carros flex nacionais. Mas o hatch da marca alemã não ficou sozinho nessa. Afinal, o modelo abriu um legado e, hoje, já são mais de 40 milhões de veículos bicombustíveis no País. De acordo com a Anfavea, associação das fabricantes, 83% dos carros à venda atualmente no mercado brasileiro têm alimentação flex. Para o futuro, uma das principais soluções será a chegada dos veículos híbridos flex, esperada para a partir de 2025.

● **ATÉ BREVE, CAMARO.** A GM confirmou o fim da produção do Chevrolet Camaro em 2024. O tradicional muscle car terá sua última unidade com motor a gasolina feita em janeiro do próximo ano. Mas esse não deverá ser o fim do esportivo. A nova (e 7ª) geração do Camaro retornará depois de 2025 em versão elétrica. De acordo com Scott Bell, vice-presidente global da Chevrolet, em comunicado, “Este não é o fim da história do Camaro”.

● **JBL LANÇA SOM AUTOMOTIVO.** A JBL lançou o rádio Celebrity 100, primeiro som automotivo da marca de produtos de áudio. Com preço de R$ 379, o modelo aposta na simplicidade. Dentre as funções, tem leitor de MP3, chamadas de viva voz e 18 memórias de estação FM de rádio. Além disso, o painel frontal é destacável e tem entradas auxiliar, SD Card e USB para smartphones e tocadores de música.

● **GWM TERÁ HÍBRIDO FLEX.** A chinesa GWM confirmou que vai produzir veículos híbridos com alimentação bicombustível no País. “Estamos em desenvolvimento com a tecnologia híbrida flex. Vamos lançar o primeiro produto feito em Iracemápolis (SP) com sistema híbrido flex”, admitiu Oswaldo Ramos, COO da GWM do Brasil. A produção começa no segundo semestre de 2024, quando a fábrica da montadora (que era da Mercedes-Benz) dará início à operação. Tal como antecipamos no ***JC***, o modelo escolhido será a picape média Poer (foto), futura rival da líder Toyota Hilux.

GWM/DIVULGAÇÃO

Inovação

Startup oferece locação de motos elétricas novas para entregadores

Com modelo de negócio com estações de troca de baterias, Vammo quer acelerar eletrificação dos veículos de duas rodas

ARTHUR CALDEIRA

De acordo com o Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Moto-Taxistas do Estado de São Paulo (SindimotoSP), entre 2020 e 2021, o número de entregadores cresceu 20% na cidade. Calcula-se que, atualmente, existam cerca de 400 mil motofretistas entregando de tudo nas ruas da cidade de São Paulo.

De olho nesse mercado potencial, a startup Vammo iniciou suas operações há cerca de nove meses. "Escolhemos começar em São Paulo, pois a cidade tem a maior frota de motos da América Latina e milhares de entregadores", explica Jack Sarvary, CEO da Vammo.

100 MOTOS IMPORTADAS. Fundada pelos norte-americanos Jack Sarvary, ex-Rappi, e Billy Blaustein, ex-Tesla, além da locação de motos para entregadores, a grande inovação da startup é incluir no modelo o acesso às estações de troca de baterias. "Eles não podem ficar parados. Para esses profissionais, tempo é dinheiro", brinca Sarvary

As locações começaram no início deste ano, depois que a startup captou US$ 8,5 milhões em sua primeira rodada de investimentos. Com a quantia, a empresa importou 100 motocicletas elétricas para o início das operações B2B e B2C em São Paulo.

O primeiro foco da Vammo era alugar as motos elétricas para empresas, mas, na prática, a teoria se transformou em outra modalidade.

"Achávamos que o segmento B2B seria maior, mas, pelo contrário, são os autônomos", reconhece Sarvary. Segundo o CEO da Vammo, atualmente, quase todas as motos elétricas são alugadas pelos próprios motoboys. Das 100 motos disponíveis, 60 já estão alugadas, e a empresa planeja ampliar a frota.

PLANOS DIFERENTES. A Vammo oferece quatro planos de assinatura que já incluem manutenção, seguro, IPVA e moto reserva. Além, é claro, da troca de baterias ilimitada nas seis bases próprias e outras três em parceiros comerciais, espalhadas pela capital paulista, com exceção da zona norte.

O que difere cada plano é o tipo da motocicleta e o preço, que vai de R$ 199 a R$ 329 por semana. No plano mais acessível, o entregador aluga uma scooter Niu NQi Sport, que tem velocidade máxima de 60 km/h e 60 quilômetros de autonomia. Já no mais caro, é oferecida uma motocicleta Super Soco TS com melhor desempenho (75 km/h) e maior autonomia (90 quilômetros)

Por meio de um aplicativo próprio da Vammo, o entregador pode consultar onde ficam as estações com baterias disponíveis. Pelo app, o motofretista também informa problemas na moto e agenda manutenções.

Embora o valor pareça alto, traduz-se em economia para o entregador. Motoboy há 25 anos, Robson Costa, 42 anos, foi um dos primeiros clientes da empresa. Ele roda cerca de 150 quilômetros por dia com a moto elétrica e comemora a economia de tempo e dinheiro, pois não precisa gastar com combustível nem com as manutenções periódicas que uma moto a combustão exige.

Quanto à autonomia, Costa diz que faz duas trocas de baterias diárias. "Uma depois do almoço e, outra, no fim da tarde, antes de ir embora para casa", finaliza. ●

Blaustein (*à esq.*) e Sarvary captaram US$ 8,5 milhões em investimentos para criar a Vammo

Lançamento __ Pág. 2

Motos Zontes chegam ao Brasil

Marca chinesa desembarca com três modelos de motos de 310 cc com preços competitivos. Variam de R$ 26.990, para a naked R310, a R$ 27.990, para a cruiser V310 e a aventureira T310.

Aluguel __ Pág. 3

Mais modelos não poluentes

Desde meados de março, a plataforma de compartilhamento Awto incorporou 150 unidades da Voltz EV1 Sport à sua frota. As novas scooters elétricas somam-se às 50 motos Voltz EVS.

Eletrificação __ Pág. 6

Fórmula E e as novas tecnologias

Estreia da etapa brasileira da categoria, que aconteceu sábado passado, em São Paulo, reforça o desenvolvimento de soluções que serão transferidas das pistas para os automóveis de rua.

Primeiras impressões

Modelos recém-lançados da Zontes apresentam bom desempenho

Aceleramos as motos de 310 cc, que custam a partir de R$ 26.990; veja como elas se comportam

Até então desconhecida dos brasileiros, a marca chinesa de motocicletas Zontes desembarcou em março no Brasil, agitando o segmento de motos médias. Pertencente à Tayo Motorcycle Technology, com sede em Guangdong, a Zontes chega ao País representada pela JTZ Motors, que já monta e comercializa as marcas Suzuki, Haojue e Kymco no mercado nacional.

A Zontes vem com três motos de 310 cc com preços competitivos. Variam de R$ 26.990, para a naked R310, a R$ 27.990, para a cruiser V310 e a aventureira T310. Com design atraente, as três motos da Zontes também despertaram a curiosidade por contar com equipamentos de série, geralmente, não encontrados em motos dessa cilindrada.

Os três modelos têm iluminação toda em LED, sistema de partida Keyless (chaveiro de presença), além de abertura elétrica do tanque de combustível e do banco e trava de guidão automática. Destaque ainda para o painel digital com tela colorida de TFT, que oferece quatro modos de exibição das informações.

Estratégia comumente utilizada pelas novas fabricantes chinesas, que apostam em motos bem equipadas e visualmente chamativas, para brigar com as tradicionais e as mais conhecidas marcas japonesas, como Honda e Yamaha.

MESMO MOTOR. Em comum, o trio usa o mesmo motor de um cilindro, com 312 cm³ de capacidade (de onde vem o 310 cc do nome das motos), arrefecimento líquido, quatro válvulas e duplo comando no cabeçote (DOHC). Alimentado por injeção eletrônica, o monocilíndrico produz 35,3 cv de potência máxima a 8.600 rpm e 3,06 mkgf de torque a 7.500 giros. Todas têm embreagem deslizante e assistida e câmbio de seis marchas.

O desempenho é superior ao da recém-lançada Honda CB 300F Twister, que tem motor de 298 cm³ arrefecido a ar com 24 cv de potência. Na ficha técnica, contudo, equivale a motos com motores da mesma capacidade e refrigeração líquida, como as BMW G 310R e G 310 GS.

FOTOS: DIVULGAÇÃO ZONTES

Motos da Zontes que chegaram ao País têm monocilíndrico que produz 35 cv de potência

VISUAL MODERNO. As motos da Zontes também compartilham o chassi Diamond e as rodas de liga leve com 17 polegadas, na frente e atrás. Nos freios, o trio de 310 cc usa disco de 300 mm de diâmetro, com pinça de dois pistões, na dianteira; e disco de 230 mm com pinça de um pistão, na traseira.

Bem equipadas e com tais especificações, as motos Zontes de 310 cc chamaram a atenção dos motociclistas brasileiros. Visualmente, os modelos da marca chinesa também impressionam.

O acabamento não tem nada a ver com as chinesas de baixa cilindrada. Manetes, guidão, mesa de direção e outras peças parecem ser feitos em ligas de metal bem acabadas, as carenagens têm encaixe justo e a pintura e os grafismos também agradam.

Mas a grande pergunta que muitos se fazem é: afinal, como andam os modelos da marca chinesa? Durante o evento de lançamento da Zontes no Brasil, pudemos fazer um curto test ride nos três modelos. Confira, abaixo, nossas primeiras impressões. ● A.C.

NA WEB
Confira outras novidades no canal MotoMotor: mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor

Naked R310

Embora seja o modelo mais barato da Zontes, a naked R310 não fica devendo em nada para suas "irmãs". Traz os mesmos equipamentos. Ao subir na R310, impressiona o baixo peso do conjunto – diferentemente das antigas chinesas, que costumavam ser pesadas, a naked da Zontes não aparenta os 171 quilos em ordem de marcha. O motor acorda facilmente e vibra pouco. Tem pouca força em baixos giros, mas, como os números de desempenho deixam claros, o monocilíndrico gosta de giros mais altos. Acima de 5 mil giros, tem boa aceleração e chega facilmente aos 100 km/h. A crítica, porém, fica para o câmbio. Apesar de a embreagem assistida ter acionamento macio, o câmbio de seis velocidades possui engates poucos precisos. Na unidade avaliada, ao mudar da primeira para a segunda marcha, entrou o "neutro" em diversas ocasiões.

Cruiser V310

Embora não seja fã do estilo cruiser, a V310 me pareceu o modelo mais bem acertado da Zontes. Com preço sugerido de R$ 27.990, oferece, além do visual atraente, posição de pilotagem confortável, com pedaleiras avançadas, que podem ser ajustadas, e assento macio. Apesar do estilo mais despojado, a V310 também contornou as curvas com facilidade e segurança. Entretanto, apresentou o mesmo problema no câmbio, difícil de engatar as marchas, e também nos freios "borrachudos", isto é, não freiam imediatamente. O modelo ainda se diferencia por usar dois amortecedores, na suspensão traseira, enquanto suas irmãs contam com apenas um amortecedor central. O pneu traseiro da V310 também é mais largo, na medida de 180/55-17. Na dianteira, usa o mesmo 110/70-17 dos outros modelos.

Crossover T310

Com porte maior, devido ao seu estilo trail, a T310 também custa R$ 27.990 (sem frete) e conta com ajuste elétrico no para-brisa, protetores de mão e de motor de série. A JTZ Motors optou por trazer ao Brasil uma versão mais crossover da T310, que mescla a ciclística esportiva com a posição de pilotagem trail. O modelo tem rodas de liga leve de 17 polegadas, calçadas com pneus de uso misto. Embora chame a atenção na ficha técnica, a T310 foi a que menos agradou na prática. Seu assento é mais firme, e a posição de pilotagem, estranha. As pedaleiras recuadas com o guidão largo parecem não combinar muito. Outra crítica fica para o acerto das suspensões: muito esportivas para o estilo crossover. A T310 se comportou bem nas retas, mas não foi muito bem nas curvas. A moto exigia mais do piloto e não parecia curvar com naturalidade.

Compartilhamento

Aluguel de moto elétrica por app em SP custa a partir de R$ 4,90

Com frota de 200 motos e scooters da Voltz, Awto amplia oferta de modelos não poluentes

Desde meados de março, a plataforma de compartilhamento Awto incorporou 150 unidades da Voltz EV1 Sport à sua frota. As novas scooters elétricas somam-se às 50 unidades da motocicleta Voltz EVS, ampliando, assim, a disponibilidade de veículos de duas rodas elétricos no aplicativo.

De origem chilena, a Awto investiu US$ 6 milhões para iniciar as operações no Brasil, em outubro do ano passado. A chegada das scooters elétricas ao portfólio de veículos prioriza a mobilidade sustentável, segundo a empresa. Além das motos e scooters movidas a bateria, a Awto disponibiliza o carro híbrido Kia Stonic. As e-scooters também atendem à procura de usuários por esse modal.

PRATICIDADE. "Queremos mostrar aos nossos usuários a praticidade em usar e-scooters no dia a dia, apostando também no fator sustentabilidade e na questão de sempre chegar no horário marcado e não ficar preso no trânsito", diz Fernando Freitas, chief strategy officer da Awto.

Além de fáceis de pilotar, pois não têm marchas, e mais ágeis no trânsito, as motos elétricas custam menos do que os automóveis.

A tarifa mínima para alugar uma unidade é de R$ 4,90, mais R$ 1,20 por minuto. Como comparação, para locar um Chevrolet Ônix no aplicativo, a tarifa mínima é a mesma, mas o usuário paga R$ 0,51 por minuto, mais R$ 0,90 por quilômetro rodado. Como os automóveis ficam "presos" no trânsito, o preço final acaba sendo maior. Isso, sem contar a facilidade de estacionar uma scooter elétrica.

TUDO PELO APLICATIVO. A Awto iniciou sua operação na zona oeste da capital paulista. De acordo com a empresa, a área de atuação cresceu: agora, também engloba outros bairros da zona sul, como Brooklin e Chácara Santo Antônio.

FOTO: DIVULGAÇÃO AWTO

Modelos elétricos têm baú com capacetes e touca higiênica

Para alugar uma scooter ou moto da Awto, tudo é feito pelo aplicativo, disponível para smartphones Android e iOS.

O usuário precisa inserir seus dados, além de fotografar a CNH e ter um cartão de crédito, obrigatoriamente. Com o cadastro aprovado, já é possível alugar uma moto ou scooter elétricas.

Assim que localizar e "reservar" a moto ou scooter no aplicativo, o baú se abre. Em seu interior, há dois capacetes, além de álcool em gel e toucas higiênicas novas.

Segundo a Awto, as baterias estarão sempre carregadas, pois, quando atingem carga inferior a 20%, uma equipe da plataforma realiza a troca. Na hora da devolução, o usuário pode estacionar a scooter ou moto elétricas em qualquer bolsão de moto ou nas ruas, sem restrições de estacionamento, dentro da área de atuação da Awto. ● A.C.

NA WEB
Confira outras novidades no canal MotoMotor: mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor

Márcio de Lima Leite *Presidente da Anfavea*

Mobilidade limpa é impulso para indústria

“Por três anos, o mercado automotivo nacional andou de lado, enquanto as vendas globais encolheram. Foi um período difícil, marcado pela pandemia e seus efeitos em cascata, em especial a crise global dos semicondutores. Contudo, chegou a hora de deixar tudo isso para trás e pensar no futuro sob novas bases de reflexão.

Profundas mudanças no modelo de negócio da mobilidade já estavam em curso há alguns anos. Agora, novos elementos trazidos pela crise sanitária e pela guerra na Ucrânia aumentaram o senso de urgência. Há oportunidades geopolíticas únicas para o Brasil que não podem ser desperdiçadas.

Se hoje o nome do jogo é “nova industrialização”, o sobrenome é “descarbonização”. Ambos se complementam, um impulsiona o outro.

A junção dos dois conceitos pode ser entendida como a reinvenção da indústria automobilística, com foco total na oferta da mobilidade com responsabilidade ambiental.

DESCARBONIZAÇÃO. Nessa ótica do baixo carbono e da sustentabilidade, o Brasil apresenta vantagens competitivas espetaculares que podem colocar nossa indústria numa posição de ainda mais destaque em termos globais.

O veículo elétrico é, sem dúvida, uma brilhante solução e deve ter sua produção local estimulada, assim como outras rotas tecnológicas. Um País de matriz energética limpa como o Brasil permite a entrega de múltiplas soluções de propulsão, todas compromissadas com a descarbonização, para demandas específicas de diferentes grupos consumidores.

Temos recursos minerais necessários para produção local de baterias e outros componentes de veículos elétricos. Temos fontes limpas de geração de eletricidade. Temos a maior expertise do planeta em termos de biocombustíveis, e o etanol já vem dando mostras de que pode ser um forte aliado à eletrificação na busca da descarbonização do poço à roda, seja em veículos híbridos, seja na viabilização de modelos movidos a célula combustível.

> ***Brasil precisa ocupar seu lugar de destaque num mundo cada vez mais tecnológico***

Além das vantagens incomparáveis, em termos de recursos naturais, e de um enorme e moderno parque industrial, o Brasil deve aproveitar a nova configuração geopolítica global, na qual os países mais industrializados buscam parcerias com mercados mais próximos, em termos geográficos, e mais amigáveis, em termos de segurança e previsibilidade.

E aqui me refiro não ao fornecimento de matérias-primas, mas sim de produtos industrializados e tecnologias sofisticadas.

NOVAS OPORTUNIDADES. Tomo como exemplo o lítio, minério que temos em abundância e é um dos mais requisitados pelos fabricantes de baterias. Por que não produzir localmente essas baterias e exportá-las com alto valor agregado, em vez de apenas exportar commodities? E inclusive usá-las na produção local de veículos elétricos e híbridos?

Por que não produzir localmente semicondutores, um item eletrônico estratégico para toda indústria de ponta? Por que não aumentar os investimentos em motores a biocombustíveis e exportar essa solução fantástica para a redução nas emissões de CO_2, em combinação com a eletrificação?

A revolução tecnológica e a corrida pelo baixo carbono geram oportunidades incríveis para que o Brasil amplie sua tradição como polo automotivo mundial. Temos parques industriais de primeiro mundo, mão de obra e engenharia qualificadas, e centros de desenvolvimento e design avançados.

Temos de fortalecer nossa histórica vocação industrial com um olhar estratégico para o futuro. A promoção de uma indústria como a automotiva, que possui características de forte indução de geração de empregos qualificados, de desenvolvimento social e econômico em múltiplos setores da economia, é fundamental para a aceleração do crescimento e um futuro melhor para o nosso País e sua população.

A nova industrialização e o adensamento das cadeias produtivas locais tornam-se ainda mais urgentes. O Brasil precisa ocupar seu lugar de destaque num mundo cada vez mais tecnológico. Isso demanda planejamento, foco e previsibilidade, e só pode ser obtido com visão de futuro, muito diálogo e harmonia entre as várias esferas do poder público e do setor privado. ●

Eletromobilidade

São Paulo E-Prix mostra caminho da evolução do carro elétrico

Estreia da etapa brasileira da Fórmula E reforça o desenvolvimento de tecnologias que serão transferidas das pistas para automóvel de rua

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Enquanto milhares de veículos transitavam na pista expressa da Marginal Tietê, bem ao lado do complexo do Sambódromo do Anhembi, na zona norte de São Paulo, a poucos metros dali, do outro lado dos muros, 22 carros disputavam uma corrida silenciosa, nos dias 24 e 25 de março.

Foi a primeira vez que uma etapa da Fórmula E – categoria realizada somente por monopostos elétricos – aconteceu no Brasil. A prova foi vencida pelo neozelandês Mitch Evans, da Jaguar, uma das fabricantes que mantêm equipe na categoria, ao lado de Nissan, McLaren, Maserati, Porsche, Mahindra e a chinesa Nio.

"São Paulo tem uma pista muito seletiva, que colabora no desenvolvimento dos carros. Vencer aqui é uma demonstração de força da equipe e espero que o traçado continue assim nos próximos anos", diz James Barclay, diretor da equipe Jaguar.

Mais do que uma competição, o campeonato organizado pela Federação Internacional de Automobilismo (FIA) é um laboratório para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções aos automóveis movidos a bateria e que já circulam nas ruas.

De um ano para outro, essa evolução vem acontecendo a passos largos (*veja quadro ao lado*). "Hoje, os carros da Fórmula E têm dois motores, um em cada eixo, o que ajuda a melhorar o equilíbrio, a aderência no solo e, consequentemente, a segurança. Com um motor só, o comportamento do carro era mais limitado", afirma Francisco Medina, gerente de veículos elétricos da Nissan América do Sul. "Mas um dos maiores desafios é explorar ao máximo o aumento de autonomia da bateria. Cabe ao piloto saber administrar essa questão."

Medina conta que a indústria automotiva vem investindo no desenvolvimento de baterias em estado sólido, que podem acumular três vezes mais energia e reduzem o tempo da recarga. "É possível que esse tipo de bateria seja inserido nos automóveis de rua a partir de 2028, com testes sendo feitos na Fórmula E", revela.

Os carros elétricos já possuem o sistema de regeneração de energia na frenagem. Ou seja, a energia consumida quando o motorista pisa no freio não é desperdiçada, convertendo-se em carga para a bateria. Essa tecnologia evoluiu demais na Fórmula E, desde a sua primeira temporada, em 2014.

Os carros da primeira geração da categoria conseguiam regenerar até 100 kW, enquanto os da terceira geração (GEN3) alcançam 600 kW. Isso significa que 40% da energia consumida durante cada etapa é proveniente da frenagem regenerativa. Os pontos de maior potencial de regeneração são as freadas nas curvas. Nesse sentido, as 11 curvas da pista desenhada no sambódromo foram valiosas para os pilotos recarregarem seus carros. Algumas exigiam freadas bruscas, que fornecem mais carga à bateria.

FOTOS: DIVULGAÇÃO FIA

Primeira prova da categoria disputada na cidade reuniu 22 carros

Evolução do carro

	Geração 2	Geração 3
Comprimento	5.200 mm	5.016 mm
Altura	1.063 mm	1.023 mm
Largura	1.800 mm	1.700 mm
Entre eixos	3.100 mm	2.970 mm
Peso	903 kg	854 kg
Potência	250 kW	350 kW
Vel. máxima	280 km/h	320 km/h
Regeneração de energia	25%	40%

BATERIA NO LIMITE. Mesmo assim, os fórmulas terminam as corridas no limiar da bateria. No São Paulo E-Prix, o Jaguar de Evans completou as 35 voltas com apenas 0,1% de carga disponível. Como o traçado tinha 2.933 metros, a autonomia da bateria foi de 102 quilômetros.

É claro que um carro de Fórmula E é conduzido ao limite para alcançar 320 km de velocidade máxima em alguns trechos da pista. Mas, como curiosidade, o Nissan Leaf, que pesa 1.500 quilos, consegue rodar quase 200 quilômetros com a carga completa. "Não há como negar: a maior barreira do veículo elétrico ainda é a bateria", admite Medina.

O alcance na Fórmula E seria menor se os carros não tivessem perdido peso ao longo de seu aperfeiçoamento. São 49 quilos a menos no modelo da geração 3, em relação à 2. "O chassi e a bateria são iguais para todas as equipes. Nossa tarefa é usar da melhor maneira possível os outros materiais para deixar o carro mais ágil e poluir menos", destaca Tommaso Volpe, gerente-geral da equipe Nissan.

Embora a categoria pregue a sustentabilidade, usando componentes e peças descartáveis, Volpe reconhece que certos materiais utilizados nos carros são poluentes, como o ferro e o alumínio. De toda forma, a FIA garante que as emissões estão em queda.

MENOS EMISSÕES. Na temporada de 2021, a categoria foi responsável pela emissão de 20.000 toneladas de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera. No ano passado, esse número baixou para 19.600 toneladas em todas as operações da Fórmula E, incluindo o transporte de 415 toneladas de carga de uma etapa a outra.

Volpe acrescenta que existem dois pilares fundamentais para as marcas participarem da Fórmula E. "Elas querem se transformar em empresas de tecnologia que produzem carros elétricos, e a categoria ajuda a promover isso. E as fabricantes buscam a neutralidade de carbono em todas as suas operações. No caso da Nissan, a meta é 2050. A Fórmula E possui conexão direta com esse objetivo. Afinal, temos mais a aprender com carros elétricos do que com os de motor a combustão", conclui.

Durante a cerimônia do pódio, as equipes aproveitaram para celebrar a estreia da Fórmula E em São Paulo, cujo contrato é de cinco anos. A julgar pelo andamento da categoria, a tendência é que, em 2024, existam novidades nos carros e na estrutura da prova.

"É estimulante saber que as tecnologias dos carros de corrida movidos a bateria estejam em constante aprimoramento", ressalta Francisco Medina. "Por isso, os automóveis de rua elétricos vão replicar essas mudanças, ficando cada vez mais equipados, equilibrados e seguros." ●

Na Fórmula E, chassi e bateria são iguais para todas as equipes

NA WEB
Para saber mais sobre eletromobilidade, acesse: **mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico**

Há cerca de 800 escolas bilíngues no Brasil, de acordo com estimativa da Organização das Escolas Bilíngues (OEBi)

Getty Images

PASSAPORTE PARA O FUTURO

Em um mundo cada vez mais globalizado, escolas bilíngues se consolidam como diferencial

É possível aprender um novo idioma a qualquer momento da vida, mas tudo se torna bem mais simples e natural quando o contato começa na primeira infância. Isso explica o crescimento que as escolas bilíngues vêm experimentando no Brasil. De acordo com estimativa da Organização das Escolas Bilíngues (OEBi), há cerca de 800 estabelecimentos desse tipo no Brasil, dos quais metade pertence a grandes franquias.

"Há Estados que há dez anos não tinham escola bilíngue e hoje têm mais de 30", diz o presidente da OEBi, Kevin Sorger. Só na cidade de São Paulo são cerca de 70 estabelecimentos. A ênfase maior é dada ao inglês, mas há também opções de escolas para quem prefere que o segundo idioma de aprendizado dos filhos seja o francês, o espanhol, o italiano, o alemão ou o japonês, entre outras possibilidades.

Para ser considerada bilíngue, uma escola precisa cumprir requisitos bem mais amplos do que simplesmente ensinar outro idioma além do português. A exigência principal é ter um currículo único, integrado e ministrado em duas línguas, em todas as etapas de ensino, com foco tanto no desenvolvimento de competências e habilidades linguísticas quanto acadêmicas. Não se trata, portanto, de ter "aulas de inglês", mas sim "aulas em inglês".

Em 2020, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu diretrizes para o ensino plurilíngue, regras que continuam ainda à espera de homologação. Uma das exigências é que a instrução no idioma adicional alcance um patamar mínimo de participação em todas as fases do ensino – pelo menos 30% ao longo da educação infantil e do ensino fundamental, e 20% no ensino médio. O problema, para Sorger, está na ponta oposta, a definição do teto de 50% para a participação do idioma não materno. "Isso contraria um preceito consagrado do ensino bilíngue, que é a inserção total da criança no idioma não materno ao longo dos anos pré-alfabetização", observa o presidente da OEBi.

Entre perdas e ganhos, a nova deliberação traz um requisito visto como essencial para diferenciar as escolas verdadeiramente bilíngues daquelas que apenas recorrem ao nome como marketing. O corpo docente precisa ter formação específica em Pedagogia ou Letras para educação bilíngue, além da comprovação de proficiência no idioma praticado no estabelecimento. "É uma prática que as escolas que fazem parte da nossa associação já adotam há muito tempo", destaca Sorger.

Riqueza cultural

O presidente da OEBi é diretor da Kindy, escola fundada pela mãe, Katja. Assim que ela chegou a São Paulo, em 1998, teve dificuldade para encontrar uma escola em que os filhos – Kevin, então com 9 anos, e Tabytha, com 4 – pudessem se integrar à cultura brasileira e, ao mesmo tempo, não perder o domínio do inglês. O filho mais velho recebeu uma bolsa num colégio britânico, mas Katja decidiu abrir a escola para a caçula, que formou a primeira turma com duas outras crianças. O estabelecimento foi crescendo ao longo dos anos e hoje, cobrindo até o final do ensino fundamental II, tem 140 alunos.

Tornar-se fluente em inglês significa se juntar ao seleto grupo de brasileiros que dominam plenamente o idioma, estimado em apenas 1% da população. É um diferencial que resulta em salários 83% superiores à média da mesma categoria profissional, de acordo com pesquisa da consultoria Catho.

Além das vantagens financeiras, várias pesquisas já demonstraram que pessoas bilíngues têm atividades cognitivas aprimoradas. Uma dessas pesquisas, chamada Cérebros Bilíngues, feita pela Stanford University, enfatizou também a riqueza cultural que se torna acessível por meio de um idioma: "A linguagem é o nosso meio de navegar pelo mundo e descobrir novas ideias. A História, a cultura e as tradições estão incorporadas na língua. Ser bilíngue significa ter uma perspectiva muito mais ampla de mundo devido à riqueza de conhecimento que há nas línguas".

PATRIMÔNIO PARA A VIDA

Além da vantagem competitiva, aprender idiomas desde cedo oferece outros benefícios

A descrição do cotidiano de uma escola bilíngue dá uma boa ideia dos diferenciais desse modelo de ensino. Com 16 anos de história, a Escola Canadense de Niterói (RJ) mantém um forte vínculo com o programa educacional oficial da província de New Brunswick, que tem a peculiaridade de ser a única do Canadá oficialmente bilíngue. "Com isso, a metodologia pode ser mais facilmente aplicada a estabelecimentos bilíngues ao redor do planeta, porque o ensino lá é todo feito simultaneamente em inglês e em francês", diz o diretor acadêmico, Rodrigo Porto.

Na prática, o que acontece na escola brasileira é a substituição do francês pelo português, com a obrigação adicional de cumprir o currículo brasileiro. Outra diferença em relação às escolas internacionais em funcionamento no Brasil é que o calendário seguido é o brasileiro.

Na Escola Canadense de Niterói, o aprendizado do inglês começa no jardim de infância, sendo que nos quatro primeiros anos há imersão total das crianças no idioma – considera-se que, no resto do tempo, fora da escola, elas estarão provavelmente convivendo exclusivamente com a língua portuguesa. Depois, na fase da alfabetização, o período de aulas passa a ser dividido entre os dois idiomas: primeiro o materno, depois a língua adicional.

Mais do que o ensino de um idioma, no entanto, a escola reflete a afinidade com uma cultura. Um estabelecimento com influência canadense tem peculiaridades em relação aos congêneres americanos ou ingleses, apesar de o idioma ser o mesmo. No caso da Escola Canadense, há um incentivo especial ao desenvolvimento das chamadas soft skills, os atributos de comportamento, cada vez mais valorizados no mercado de trabalho. As salas não são organizadas em filas de carteiras, mas em grupo de três ou quatro estudantes, que se apoiam em caso de dúvidas ou dificuldades. "Incentivamos a cooperação, e não a competição", sintetiza o diretor acadêmico – que, a propósito, divide as responsabilidades com uma colega vinda do Canadá.

No ano passado, a Escola Canadense de Niterói passou a integrar a Rede Inspira de Educadores, uma das principais operadoras de escolas do País, com 110 instituições de ensino de diversas linhas pedagógicas e distribuídas em 19 Estados do Brasil. Com isso, acelerou o processo de expansão, que levou à inauguração em fevereiro de uma nova unidade, em Itacoatiara, região oceânica de Niterói. Agora, são 700 alunos, divididos entre as duas unidades.

Na Escola Canadense, há também um incentivo especial ao desenvolvimento das chamadas soft skills, os atributos de comportamento, cada vez mais valorizados no mercado de trabalho

Aprendizado lúdico

Alguns mitos relacionados ao aprendizado de línguas por crianças já foram definitivamente refutados pela ciência, embora muitas vezes ainda sejam evocados. Não se justifica, por exemplo, o receio de que o contato desde cedo com outro idioma deixaria a criança sobrecarregada e estressada. Esse risco é ainda menor em escolas bilíngues, adequadamente preparadas para conciliar o aprendizado de dois idiomas. Nelas, tudo ocorre de forma lúdica, com inserção natural no cotidiano das atividades. O segundo idioma não é uma "atividade a mais".

Outra questão que costuma ser citada é a possível "confusão" feita pela criança entre os dois idiomas. "A área da memória da língua estrangeira não é a mesma da língua materna", explica Daniel Fernandes, empreendedor, mentor e palestrante especializado em educação. "Por isso muitos neurologistas indicam o estudo de idiomas para adultos com histórico familiar de doenças neurológicas degenerativas", observa o fundador da CCLi Consultoria Linguística, com metodologia fortemente baseada em neurolinguística – iniciativa que recebeu o Prêmio Nacional de Inovação, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 2019.

Outra vantagem cognitiva do aprendizado de idiomas no início da vida é que, quanto mais cedo começa o processo, menos sujeita a criança fica às crenças limitantes que costumam acometer os adultos dedicados a esse tipo de estudo. Entre essas limitações, estão a vergonha por cometer erros, o medo de se expor, a autoconfiança abalada, a sensação de inferioridade diante de comparações com quem sabe mais e a culpa por não evoluir tão rápido quanto o desejado.

Arquivo pessoal

Daniel Fernandes é empreendedor, mentor e palestrante especializado em educação

Fotos: Global ME/Divulgação

A Global Me entende que os ambientes da escola também são ferramentas a ser usadas no processo educacional

Global Me expande para o Ensino Fundamental e ganha segunda unidade em São Paulo

Além da Educação Infantil, a nova escola, no Itaim Bibi, também recebe crianças a partir de 6 anos para dar sequência ao aprendizado pelo método construtivista

Assim como as crianças que a frequentam diariamente e crescem ao mesmo tempo que se desenvolvem, a Global Me também ficou maior. A escola bilíngue e de natureza sócioconstrutivista ganhou uma segunda unidade em São Paulo, passando a contar com o Ensino Fundamental.

Criada em 2004, a instituição iniciou a sua trajetória com uma unidade no bairro Jardins, que até então se limitava à Educação Infantil. No começo deste ano, porém, foi inaugurado um novo espaço, no Itaim Bibi, com Educação Infantil e também os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Os planos agora são de ampliar a oferta, ao longo do tempo, completando todo o ciclo de educação básica.

A Global Me acredita que, assim, contribuirá para o desenvolvimento das crianças que antes sofriam uma ruptura no processo de aprendizado em uma fase tão importante como a do letramento. Agora, esse período será concluído com a sequência do modelo pedagógico adotado na Educação Infantil. "A ideia é preservar a infância, com espaço adequado para o desenvolvimento", explica Renata Sá Freire, diretora da Global Me.

"Víamos as crianças deixando a Global Me em um processo sofrido para elas e as famílias, em uma transição muito brusca. Conseguimos, assim, o desejo de oportunizar o aprendizado por um método mais próprio para infância que não na lousa, mas vivenciando a vida", acrescenta Karina Rizek, coordenadora pedagógica geral.

Na instituição o ensino é bilíngue: "O professor fala inglês o tempo todo"

A instituição de ensino trabalha sob a perspectiva de que os espaços são parte do processo de aprendizagem. Assim, as vivências se dão em diferentes locais, para que a interação com o mundo amplifique a aquisição de conhecimento. Como já se dá na primeira unidade, a escola no Itaim também tem ambientes com luz natural e ventilação, além de jardins, salas e cozinhas para a realização das atividades.

"O espaço também é um educador. Trazemos várias maneiras de ensinar. Os parques, por exemplo, são desenhados para cada faixa etária e não são muito estruturados, para que as crianças consigam construir suas atividades, e os explorem de diversas maneiras", explica Renata. "A ideia é trabalhar com a multiplicidade de espaços. As crianças não devem ficar confinadas em um só, embora exista um local de referência", acrescenta Karina.

A Global Me atua com a proposta de trabalhar o desenvolvimento físico, cognitivo, da saúde e do bem-estar das crianças. O método, então, não demanda materiais didáticos prontos, para, entre outras coisas, não limitar o pensamento. "Consideramos o interesse das crianças. Então, o aprendizado se dá com temáticas diferentes para grupos diferentes, dando conta de todo o conteúdo curricular", diz a coordenadora pedagógica.

Além disso, o aprendizado é bilíngue, com um porcentual maior de atividades em inglês e professores que falam o idioma o tempo todo enquanto estiverem na escola.

Foco nos profissionais

A continuidade do aprendizado na Global Me, agora acentuada com a entrada no Ensino Fundamental, também se dá com os profissionais, todos contratados. Atualmente a escola conta com 140 funcionários para 300 crianças. E a direção trabalha para que haja crescimento profissional, com a ascensão nas funções. Para viabilizar isso, eles participam de uma imersão, depois atuam lado a lado com a coordenação pedagógica, que discute o planejamento das atividades e observa como estão sendo realizadas as práticas, para que todos os processos sejam incrementados. "Todos que estão em contato com as crianças podem ser potenciais educadores. Então, toda a equipe é envolvida, pois o aprendizado pode acontecer a todo momento e em qualquer situação. E a vivência é a melhor forma de se aprender", conclui Renata.

MUNDO DE OPORTUNIDADES

Conheça a história de três jovens que se diferenciam no mercado pelo domínio de idiomas

Mariana Siqueira estuda em escola bilíngue desde os 3 anos

Arquivo pessoal

Hoje com 18 anos, Mariana Siqueira se viu, aos 14, diante do desafio de viajar sozinha até o Vale do Silício, nos Estados Unidos, para apresentar a 50 executivos do Google a ideia de um aplicativo de tutoria na área de educação, selecionada num concurso internacional promovido pela empresa. “Deu tudo certo, consegui me virar muito bem no inglês. Não só ali, mas em todos os outros momentos da viagem, como pedir comida e conversar com as pessoas”, ela lembra.

A segurança demonstrada pela adolescente só foi possível porque ela havia estudado desde os 3 anos de idade em uma escola bilíngue, a Escola Canadense de Brasília. A familiaridade com o idioma inglês se tornou um fator essencial, também, para a escolha da carreira – Mariana está começando o curso de Engenharia Mecatrônica na Universidade de Brasília (UnB), com perspectiva de obter transferência no meio do ano para uma instituição dos Estados Unidos ou do Canadá, contatos em andamento. “Tecnologia, em geral, é uma área que tem muitos vídeos e materiais em inglês. Teria sido difícil conhecer melhor esse mundo e me interessar por ele sem dominar o idioma.”

Mariana conta que a decisão de matriculá-la ainda muito cedo em uma escola bilíngue foi influenciada principalmente pelo pai, um biólogo que sempre trabalhou com pesquisa. “Ele percebeu o quanto o domínio do inglês fez falta na carreira dele e não queria que isso acontecesse comigo e com o meu irmão mais novo, que também está estudando na Escola Canadense.”

Divulgação/MSF

Caio Viégas Dério é analista da unidade médica brasileira da ONG Médicos Sem Fronteiras

Vicente Molinos, 30 anos, gerente da área de reestruturação na consultoria Alvarez & Marsal, é outro exemplo de quem tem a trajetória profissional fortemente definida pela fluência em inglês – adquirida desde os 4 anos, quando ingressou na Chapel School, em São Paulo, onde estudou até o fim do ensino médio. Ele saiu dali diretamente para a faculdade de Business Administration and Management, na Northeastern University, em Boston.

“Durante a faculdade, não tive qualquer problema relacionado ao idioma. Nunca fiquei atrás de qualquer colega de classe por esse motivo”, descreve Vicente. Na volta ao Brasil, em 2015, ele se tornou trainee da EY, transferindo-se em seguida para a Alvarez & Marsal, com a qual completará sete anos de vínculo em junho.

Idiomas no cotidiano

Nem todo mundo tem a oportunidade de conviver com outros idiomas desde cedo, mas sempre é possível começar. Foi o que fez Caio Viégas Dério, hoje com 28 anos, analista da unidade médica brasileira da ONG Médicos Sem Fronteiras, no Rio – cargo para o qual ele foi selecionado, em grande parte, pelo domínio de inglês e francês e pelas boas noções de espanhol, italiano e árabe. “Todos os dias uso no trabalho outros idiomas além do português, em reuniões, e-mails, traduções ou outras situações”, ele descreve.

Em 2014, quando foi aprovado no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Caio tinha um domínio apenas básico de inglês. Ele logo percebeu que boa parte da literatura indicada era em idiomas estrangeiros. “Eu precisava correr atrás, não havia alternativa”, lembra.

Os caminhos foram os mais diversos. Incluíram uma bolsa em uma escola de idiomas, cursos no Abraço Cultural – ONG em que as aulas são ministradas por refugiados – e a seleção para um curso de um ano na Sciences Po Rennes, Instituto de Ciências Políticas que é referência mundial na área, oportunidade que permitiu a Caio aprimorar muito o domínio do francês. Na volta ao Brasil, ele prestou um serviço voluntário na ONG Cáritas, onde era responsável por recepcionar refugiados recém-chegados.

Caio desenvolveu uma metodologia para preservar e aprimorar o aprendizado. Ele reserva um dia da semana para cada idioma. Pela manhã, lê um jornal na língua da vez e segue para o trabalho ouvindo uma playlist só com canções na mesma língua. À noite, se for ver alguma série, escolhe uma que seja falada no idioma. “São atividades inseridas no meu cotidiano e que faço com prazer”, ele destaca. Sempre que possível, ele frequenta eventos do Mundo Lingo, comunidade internacional que promove encontros com o objetivo de trocar experiências e praticar idiomas.

ESTADÃO BLUE STUDIO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP, CEP 02598-900.
projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo MTB 26.090-SP**; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Atendimento e de Gestão de Projetos: **Rita Lisauskas**; Gerente de Client Success: **Nuria Santiago**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Coordenador de Arte: **Isac Barrios**; Arte: **Robson Mathias**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata, Marielly Campos e Renata Mesquita**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva, Amanda Miyagui Fernandez e Rafaela Vizoná**; Assistentes de Marketing: **Larissa Castro e Giovanna Alves**; Colaboradores: Reportagem: **Maurício Oliveira**; Revisão: **Francisco Marçal**

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.